

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

RODRIGO STRAESSLI PINTO FRANKLIN

**TEORIA DA DEPENDÊNCIA:
CATEGORIAS PARA UMA ANÁLISE DO MERCADO MUNDIAL**

PORTO ALEGRE

2015

RODRIGO STRAESSLI PINTO FRANKLIN

**TEORIA DA DEPENDÊNCIA:
CATEGORIAS PARA UMA ANÁLISE DO MERCADO MUNDIAL**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca.

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Franklin, Rodrigo Straessli Pinto
Teoria da dependência: categorias para uma
análise do mercado mundial / Rodrigo Straessli Pinto
Franklin. -- 2015.
294 f.

Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca .

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2015.

1. Teoria da dependência. 2. Mercado mundial. 3.
Supereexploração. I. Fonseca, Pedro Cezar Dutra,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RODRIGO STRAESSLI PINTO FRANKLIN

**TEORIA DA DEPENDÊNCIA:
CATEGORIAS PARA UMA ANÁLISE DO MERCADO MUNDIAL**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 22 de setembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho
UFRGS

Prof. Dr. Gentil Corazza
UFFS/SC

AGRADECIMENTOS

Produzir uma tese é uma jornada individual que requer muita abdicção, motivo pelo qual o apoio que recebi no decorrer desse trajeto foi tão fundamental. Nesses termos, tenho muito a agradecer aos meus amigos e familiares.

Agradeço especialmente à Pollyanna Paganoto Moura. Não só pelas conversas e debates que me auxiliaram a aprimorar meus pensamentos. Não só pela parceria intelectual. Não só pelo apoio incondicional em todas as difíceis decisões que precisei tomar nesse período. Não só por ter permanecido ao meu lado tanto nos momentos de reveses quanto nos de ventura, por ter sofrido minhas mágoas e se felicitado com meus contentamentos. Não só por ter me dado o suporte que me permitiu uma dedicação maior à elaboração da tese. Não só pela força. Não só por partilhar comigo uma visão de mundo, um projeto de vida e um sonho. Mas por tudo.

À Lisa Moura Azevedo, agradeço pelo carinho, pela forma gentil com a qual compreendeu minha ausência nos períodos de estudo, e pela paciência em escutar conversas sobre “capitalismo” e “economia”.

Também devo agradecer aos amigos que fiz em Porto Alegre – sobretudo a Fabian Domingues, Fernando Mattoso e Carlos Vinicius Soares –, tanto pelas conversas e reflexões sobre o caminho tomado por minha pesquisa, quanto por me receberem de braços abertos todas as vezes em que necessitei pousar nessa cidade.

Agradeço ao meu orientador, o professor Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca, pelo apoio e contribuição na construção desse trabalho. De uma forma geral, estendo esse agradecimento ao corpo docente e à equipe da secretaria do Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS, pela competência com que desempenham suas funções.

Por fim, é preciso ressaltar que o presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

Os ideólogos jovens-hegelianos, apesar de suas fraseologias que têm a pretensão de “abalar o mundo”, são os maiores conservadores. [...] Ao combaterem as fraseologias deste mundo, não combatem de modo algum o mundo real existente [...].

A nenhum desses filósofos ocorreu a ideia de perguntar sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de sua crítica com seu próprio meio material.

Karl Marx e Friedrich Engels, 1846.

RESUMO

A presente tese tem por objetivo contribuir para a construção de uma estrutura metodológica dentro do paradigma marxista para a análise das relações econômicas de dependência no mercado mundial. Para tanto, iniciamos com uma revisão da literatura atual sobre o assunto, buscando desde as indicações de Karl Marx sobre sua visão quanto ao papel do mercado mundial no desenvolvimento do capitalismo e vice-versa, passando pela teoria do imperialismo de Rudolf Hilferding e Vladimir Lênin, e alcançando o debate sobre a dependência, que foi estudado em dois momentos: o debate clássico, que compreendeu pensadores como Theotonio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini; o debate atual, no qual destacamos a participação de autores como Jaime Osorio. Por fim, apresentamos uma proposta para a aplicação da categoria “dependência” compreendendo-a como a síntese de três relações que se desenvolvem entre diferentes regiões do mercado mundial: a apropriação de mais-valor; a subordinação; e a vinculação.

Palavras-chave: Teoria da dependência. Mercado mundial. Superexploração.

ABSTRACT

This thesis aims to contribute to the construction of a methodological framework within the Marxist paradigm capable of analysing the economic relations of dependency in the world market. Therefore, we started with a review of the current literature on this subject, starting from the evidences of Karl Marx on the way he understood the role of world market in the development of capitalism and vice versa, passing through the theory of Imperialism of Rudolf Hilferding and Vladimir Lenin, and reaching the debate on Dependency, which we studied in two phases: the classic debate, which included authors such as Theotonio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso and Ruy Mauro Marini; the current debate, in which we emphasize the contributions of authors like Jaime Osorio. Finally, we presented a use proposal of the "Dependency" category, understood as the synthesis of three distinct relations between different regions of the world market: surplus value appropriation; subordination; and linking.

Keywords: Dependency theory. World Market. Overexploitation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	TEORIAS SOBRE O MERCADO MUNDIAL	17
2.1	O MERCADO MUNDIAL EM KARL MARX.....	18
2.1.1	Relações internacionais de produção e divisão internacional do trabalho.....	19
2.1.2	Trocas internacionais	30
2.1.3	O mercado mundial e as crises	36
2.2	O IMPERIALISMO.....	43
2.2.1	Do capital financeiro ao capitalismo agonizante.....	45
2.3	A DEPENDÊNCIA: O DEBATE CLÁSSICO	50
2.3.1	A troca desigual e o subdesenvolvimento	54
2.3.2	A internacionalização do mercado e o desenvolvimento dependente e associado	61
2.3.3	Imperialismo e dependência	68
2.3.4	A dialética da dependência	73
2.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
3	DEBATE ATUAL DA DEPENDÊNCIA.....	106
3.1	A RELEITURA DA OBRA DE CARDOSO	106
3.1.1	Seria Cardoso um weberiano?.....	108
3.1.2	Cardoso e FHC: continuidade ou ruptura?	125
3.2	RESGATES MARINISTAS.....	129
3.2.1	A pretensa formalização da superexploração	133
3.2.2	A teoria da violação	143
3.2.3	Financeirização: nova fase da dependência	152
3.2.4	Os críticos ignorados (ou, o novo não-debate)	156
3.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
4	CATEGORIAS ABSTRATAS PARA UMA ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA..	165
4.1	APROPRIAÇÃO DE MAIS-VALOR.....	171
4.1.1	Extração direta de mais-valor por capital estrangeiro.....	173
4.1.2	Comércio internacional e contradições espaciais do valor trabalho.....	187
4.1.3	Juros, capital portador de juros e capital fictício	218

4.1.4	Transferências de renda diferencial e absoluta	226
4.2	SUBORDINAÇÃO.....	236
4.2.1	A subordinação política “informal”	237
4.2.2	Subordinação econômica.....	240
4.3	VINCULAÇÃO	248
4.3.1	O desenvolvimento dependente	250
4.4	DEPENDÊNCIA E MAIS-VALOR.....	260
4.5	DEPENDÊNCIA, SUPERAÇÃO E OUTROS CAMINHOS.....	269
5	CONCLUSÃO.....	278
	REFERÊNCIAS.....	282

1 INTRODUÇÃO

O século XIX representou um importante momento de transição para a América Latina. Nesse período, enquanto a Europa experimentava a ascensão do capitalismo industrial, os países latino-americanos lutavam para alcançar a soberania política e econômica. A soberania política veio para quase todos, mas não foi seguida pela independência econômica. Ao contrário, a ruptura do pacto colonial parecia mais como um subproduto da substituição do domínio econômico ibérico pelo inglês, que, por sua vez, não era garantido pela força das armas de um exército imperialista, mas pelas impiedosas leis do mercado.

Todavia, a pressão pelo desenvolvimento que era causada pela expansão do capital inglês obrigava os países latino-americanos a adotarem as regras do jogo europeu. Foram “obrigados” a modernizar suas relações sociais: a escravidão tornara-se prática ilegal e abriu espaço para o assalariamento até mesmo na produção agrícola; enquanto que a democracia parecia constituir-se, crescentemente, na forma política dominante. Fenômenos similares a esses, que tomavam espaço em outras partes do mundo, levaram Karl Marx a afirmar que a expansão do capitalismo para as colônias e outras sociedades tradicionais, por mais brutais que fossem suas formas, constituiria em uma ponte para a modernização, para o desenvolvimento das forças produtivas e, enfim, para a elevação a uma forma superior de relação social¹.

Em meados do século seguinte, a realidade do subcontinente latino-americano já era muito distinta da época de Marx. Enquanto o mundo estava dividido pela Guerra Fria e a vitória do comunismo parecia, para muitos, depender apenas de uma questão de tempo, uma crise econômica sem precedentes evidenciava os limites da expansão capitalista na América

¹ Por exemplo, em um artigo escrito sobre os resultados futuros da dominação britânica na Índia, e publicado no *New York Daily Tribune* em 1853, Marx (1979, p. 222) afirmaria: “[...] *The destructive influence of that centralization [do capital] upon the markets of the world does but reveal, in the most gigantic dimensions, the inherent organic laws of political economy now at work in every civilized town. The bourgeois period of history has to create the material basis of the new world – on the one hand universal intercourse founded upon the mutual dependency of mankind, and the means of that intercourse; on the other hand the development of the productive powers of man and the transformation of material production into a scientific domination, of natural agencies*” (“[...] A influência destrutiva da centralização [do capital] sobre os mercados do mundo não faz mais que revelar, em gigantescas proporções, as leis orgânicas e inerentes da economia política atualmente em funcionamento em cada cidade civilizada. O período burguês da história deve criar a base material do novo mundo – por um lado, a relação universal fundada na dependência mútua da humanidade, e os meios dessa relação; por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas humanas e a transformação da produção material no domínio científico dos agentes naturais”). Posteriormente (como veremos mais adiante, cf. nota 11, p. 23), Marx haveria de externar a opinião de que, nas sociedades em que subsistem formas mais evoluídas de propriedade– como era o caso da propriedade comunal rural russa –, formas superiores de relação social poderiam ser alcançadas sem a necessária implantação anterior do modo de produção capitalista. Este não seria o caso, obviamente, de todas as nações da América Latina, nas quais a principal relação social de produção era baseada na escravidão.

Latina. Além disso, um país após o outro observava o fim de seus governos democráticos e a ascensão de brutais ditaduras – muitas delas com o apoio do imperialismo norte-americano –, até o momento em que aproximadamente 80% do território latino-americano se encontrou sob o jugo do autoritarismo².

Diante de uma realidade tão distinta da observada por Marx, os teóricos marxistas da América Latina viram-se obrigados a repensar o destino do capitalismo a partir de sua própria realidade. Surgiu assim, como uma tentativa de compreender a relação desigual entre países periféricos e centrais, a teoria da dependência, teoria crítica e com autênticas raízes locais, que evidenciava como a autonomia política e a expansão industrial eram insuficientes para garantir o desenvolvimento capitalista autossustentado e a melhoria do padrão de vida das massas trabalhadoras nessa parte do globo. Construída como uma crítica tanto às teses etapistas do marxismo ortodoxo quanto à proposta desenvolvimentista elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU), a teoria da dependência, em suas diversas concepções, perdeu notoriedade juntamente com o desmoronamento do mundo comunista.

Hoje, no início do século XXI, a realidade da América Latina se mostra muito distinta da época em que se desenrolou o debate da dependência, devido não somente à dinâmica interna dessa sociedade, mas também por mudanças mais amplas que ocorreram no mundo como um todo e marcaram a forma como esses países se inserem no mercado mundial. Se, por um lado, essas economias se abriram para o mercado externo, ao mesmo tempo se modernizando e reprimarizando, por outro lado, esse próprio mercado já não se encontra mais dividido em dois grandes blocos, mas unificado sob o nome da globalização (e os auspícios dos Estados Unidos). Atualmente, em meio à crise financeira que assola o mundo desde 2008, ressaltam-se a importância das relações sul-sul e dos países semiperiféricos (que outras correntes teóricas poderiam preferir chamar de “em desenvolvimento”) como motor do crescimento mundial, enquanto os países centrais entram em crise e insistem que, para contorná-la, precisam aplicar o remédio amargo do liberalismo.

E exatamente por se tratar de realidade tão distinta daquela em que se encontravam os primeiros teóricos dependentistas, a teoria por eles elaborada precisa, para ser aplicada aos dias de hoje, passar por uma criteriosa análise de seu conteúdo. No decorrer das décadas de 1990 e 2000, a teoria da dependência sobreviveu por meio de esparsos trabalhos acadêmicos

² Os países latino-americanos que sustentaram ditaduras militares durante a década de 1970 foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

sem muita conexão entre si. Mas o novo fôlego dado às críticas ao capitalismo pela crise de 2008 se manifestou dentro das correntes marxistas como um resgate dessa teoria. De tal modo, pôde-se observar uma profusão, nos últimos cinco anos, de livros, teses, dissertações e artigos acadêmicos que contribuem para os profícuos debates das décadas de 1970 e 1980. As elaborações teóricas de Ruy Mauro Marini constituem-se no cerne do resgate dos teóricos atuais, autor que aparece ao lado também de nomes como Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank – alardeados como proprietários legítimos da “vertente marxista” da teoria da dependência. E da mesma forma que essas ideias eram usadas em contraposição às proposições da teoria cepalina, os marxistas contemporâneos usam-nas para oporem-se à retomada da ideologia desenvolvimentista – tendo em suas fileiras, inclusive, aqueles que atribuem o retorno da teoria *marxista* da dependência à necessidade de crítica às políticas novo-desenvolvimentistas implantadas pelos atuais governos de centro-esquerda da América Latina (PRADO; MEIRELES, 2010).

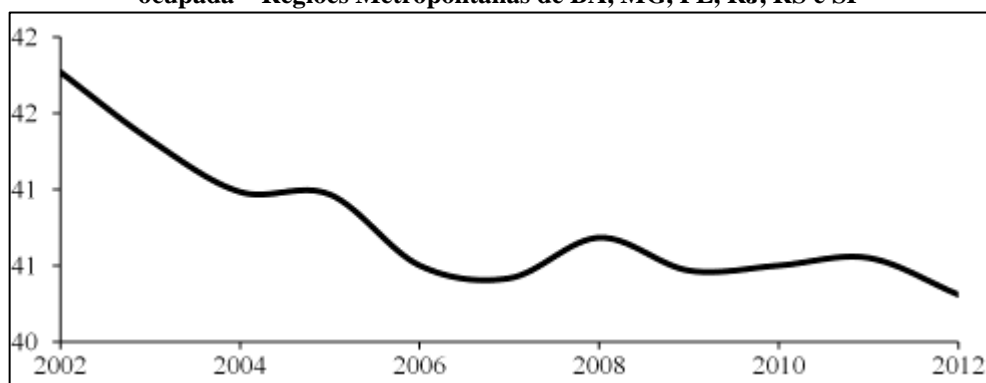
O elemento comum do resgate dessa corrente é a crença de que a categoria da superexploração do trabalho é indissociável da lógica de acumulação dos países periféricos. Conforme formulações de Marini (1981, p. 92), a superexploração consistiria na ampliação da exploração física do trabalhador em detrimento do aumento de sua produtividade, resultando em pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho, e teria como causa três distintos fatores: ampliação da jornada de trabalho; ampliação da intensidade do trabalho; e redução do fundo de consumo do trabalhador. Todos os teóricos atuais que advogam a favor da teoria da dependência defendem a prevalência da superexploração ainda hoje nas economias dependentes, seja conforme a formulação original de Marini ou em versões revisadas.

Essa categoria, no entanto, tem sido recebida com ressalvas por alguns marxistas não adeptos à teoria da dependência. Indo ao encontro desses críticos de Marini, sugerimos em pesquisa anterior (FRANKLIN, 2012) que a categoria da superexploração do trabalho é dotada de inconsistências teóricas que impedem sua utilização como elemento central da dinâmica de acumulação de qualquer país. Resumindo os argumentos apresentados (FRANKLIN, 2012, p. 65–70), o equívoco de Marini consiste, principalmente, em subestimar os efeitos da luta de classes, de modo que o autor acaba por negligenciar as peculiaridades do processo de alteração do valor da força de trabalho.

Além disso, mesmo uma observação preliminar sobre o desenvolvimento das condições da classe trabalhadora na América Latina nos sugere que os fenômenos constituintes da superexploração de Marini talvez não se façam presentes com a centralidade e

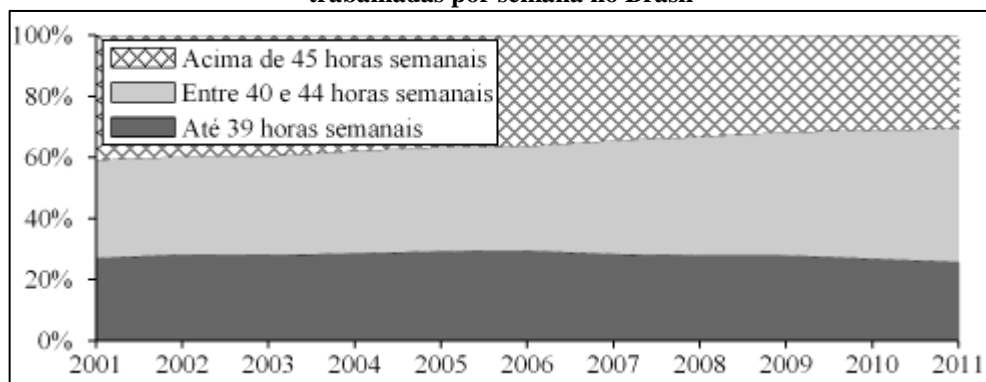
importância que o autor propunha. Se a prática da superexploração consistisse na principal característica da sociedade dependente, deveríamos observar uma tendência crescente da jornada de trabalho (sem elevação proporcional da remuneração percebida pelo trabalhador) e, como o efeito mais devastador, um desgaste cada vez mais prematuro da classe trabalhadora, que se expressaria na redução de sua vida útil.

Gráfico 1.1 – Média de horas efetivamente trabalhadas por semana por pessoa ocupada – Regiões Metropolitanas de BA, MG, PE, RJ, RS e SP



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014a).

Gráfico 1.2 – Distribuição dos trabalhadores por classe de horas efetivamente trabalhadas por semana no Brasil

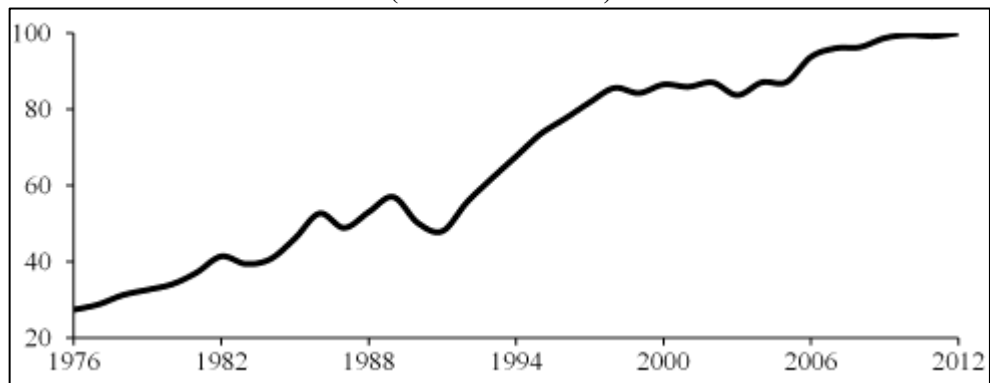


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014b).

No caso particular do Brasil, por exemplo, esses efeitos são exatamente o oposto do que pode ser observado. Os Gráficos 1.1 e 1.2 mostram os dados sobre as horas efetivamente trabalhadas calculadas pela Pesquisa Mensal do Emprego e pela Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Observa-se como resultado das duas pesquisas uma tendência à redução da média da jornada de trabalho efetiva e, inclusive, uma redução dos extratos da população que trabalham mais do que 45 horas semanais.

Por outro lado, devemos lembrar que a mera redução da jornada de trabalho não implica redução do mais-valor caso os salários se reduzam em magnitude mais do que proporcional. No entanto, se observarmos a média dos salários pagos pelo setor industrial no estado de São Paulo (Gráfico 1.3), centro dinâmico do capitalismo brasileiro, vemos que seu comportamento é exatamente o oposto do suposto pela teoria.

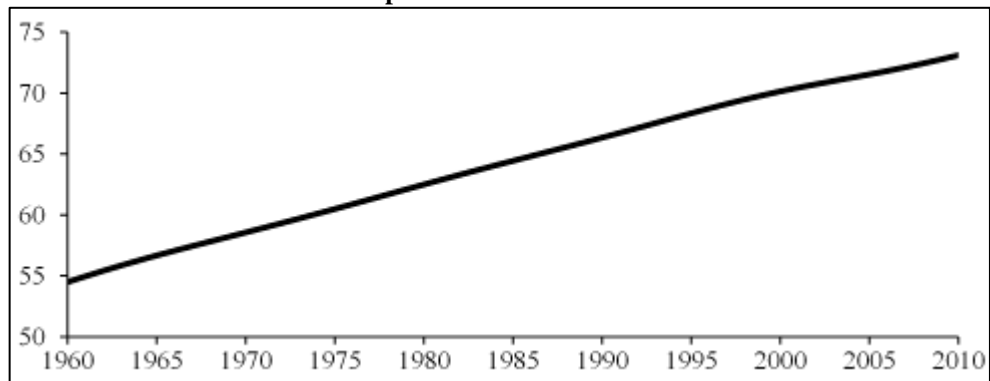
**Gráfico 1.3 – Salário médio real da indústria – São Paulo
(índice: 2012 = 100)**



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2013).

Mesmo partindo da suposição de que a média do salário da indústria em São Paulo seja inferior ao valor da Força de Trabalho, é forçoso admitir que, no caso concreto, a acumulação capitalista teve como resultado uma elevação dos mesmos, ou seja, devemos concluir pela existência de uma tendência histórica de redução da “superexploração” do trabalho. Por fim, o efeito mais danoso da “superexploração”, que consistiria em um desgaste prematuro da força de trabalho, também não se verifica na sociedade brasileira.

Gráfico 1.4 – Expectativa de vida ao nascer no Brasil



Fonte: World Bank (2015).

Analisando os dados sobre a evolução da expectativa de vida ao nascer (Gráfico 1.4) vemos que a melhoria na situação da saúde da população brasileira é inegável, mesmo

buscando dados que remontem à época do debate da dependência. Em suma, além da centralidade da superexploração do trabalho ser inconsistente do ponto de vista teórico, nem ao menos seus efeitos empíricos são observados na realidade do mercado de trabalho no Brasil.

Tal comportamento não parece ser exclusividade da economia brasileira. A Tabela 1.1 apresenta uma síntese da situação de um conjunto de países latino-americanos. Mesmo diante da ausência de dados detalhados e que cubram períodos significativos, podemos observar em uma primeira aproximação a existência de outros casos na América Latina nos quais se observa uma redução média da jornada de trabalho concomitante a um aumento do salário médio real. Além disso, em todos os casos observados, é possível verificar uma ampliação significativa da expectativa de vida da população.

Tabela 1.1 – Síntese da superexploração em países selecionados da América Latina

País	Média de horas trabalhadas		Salário Médio Real		Expectativa de Vida	
	Período Analisado	Variação Média Anual	Período Analisado	Variação Média Anual	Período Analisado	Variação Média Anual
Chile	1996-2011	-0,72%	2005-2009	1,72%	1960-2011	0,74%
Costa Rica	1990-1999	0,05%	1999-2008	0,55%	1960-2011	0,55%
Honduras	1990-1999	-0,22%	1999-2007	1,80%	1960-2011	1,12%
México	1991-2011	0,02%	2005-2009	-0,70%	1960-2011	0,67%
Panamá	1990-1997	0,18%	1999-2009	-0,64%	1960-2011	0,49%
Paraguai	1990-1997	-0,86%	1999-2008	-2,36%	1960-2011	0,27%
Peru	1991-1998	0,81%	1999-2008	-0,73%	1960-2011	1,06%
Venezuela	1997-1999	-1,34%	1999-2008	3,24%	1960-2011	0,52%

Fonte: International Labour Office (2014) e World Bank (2015).

Nota: Cálculo próprio.

Assim, encontramos-nos diante de um dilema: ou países como Brasil, Chile, Honduras e Venezuela superaram a lógica da dependência – e, portanto, a superexploração do trabalho como categoria explicativa da dinâmica econômica – ou a lógica dependente prescinde da superexploração. Qualquer um dos dois casos contraria o posicionamento dos autores que resgatam na íntegra as contribuições de Marini, seja por terem superado a insuperável dependência ou por esta não ter como lógica central a tendência à superexploração do trabalho.

Com o intuito de atender ao objetivo do presente trabalho – que consiste em contribuir para a consolidação da teoria da dependência –, vemo-nos diante de duas questões fundamentais: primeiro, descobrir os motivos que têm levado um significativo número de teóricos a trabalhar com o conceito de “superexploração” mesmo diante de sua insuficiência

teórica e de sua falta de aderência aos fenômenos concretos; segundo, avaliar a possibilidade de se manter a categoria dependência como elemento relevante para compreender as economias latino-americanas sem necessariamente fundá-la na superexploração do trabalho.

Com relação ao primeiro ponto, buscaremos demonstrar no decorrer desta tese que, para além de erros lógicos e inconsistências internas presentes no discurso acadêmico, tal postura resulta de um afastamento dos princípios do método materialista – tanto no sentido de deixar de tomar o concreto como ponto de partida para a construção teórica, como pelo abandono das tentativas de reproduzir o concreto no pensamento, ou seja, de utilizar-se da teoria para ler a realidade que cerca o pesquisador.

Já no que tange à segunda questão, aprofundar-nos-emos aqui em uma proposta preliminar que havíamos apresentado em outro momento (FRANKLIN, 2012), quando mostramos que a relação de dependência é fundamental para explicar a forma de inserção do Brasil no mercado mundial, uma “dependência” concebida como uma categoria abstrata síntese de relações de exploração (apropriação de mais-valor entre classes), subordinação (transformação do modo de produção nacional a partir de decisões tomadas no exterior) e vinculação (a aparência de que o crescimento da periferia estaria condicionado e restringido pelo crescimento dos países centrais). Naquele trabalho, evidenciamos como, mesmo sem estar pautada na superexploração do trabalho, a dependência dificulta o desenvolvimento capitalista brasileiro.

Daremos continuidade a esse trabalho, consolidando as contribuições dos intelectuais marxistas na construção de uma teoria sobre o mercado mundial. Uma teoria da dependência composta de um instrumental capaz de explicar não só a realidade dos países periféricos da América Latina, mas as relações centro-periferia de modo geral. Uma teoria capaz de abranger as relações econômicas internacionais que se contrapõe à dependência e que completa a análise do mercado mundial, compreendendo as relações centro-centro e periferia-periferia. É uma teoria científica, no sentido de apresentar um conjunto de categorias e proposições observáveis, capaz de garantir o compromisso de aderência com os fenômenos da realidade e uma possibilidade para a construção continuada do conhecimento.

Para atingir nosso objetivo e responder a esses questionamentos, dividimos nossa pesquisa em quatro capítulos além desta introdução. Iniciamos pela análise teórica e epistemológica do debate da dependência, buscando as contribuições dos autores clássicos e também do debate contemporâneo, com o intuito de absorver o que há de pertinente e ampliar o rigor metodológico na construção desse corpo teórico. Reconhecemos o trabalho de Ruy Mauro Marini e seus colaboradores como crucial para a compreensão da dependência,

material de passagem obrigatória para os estudiosos do tema. Entretanto, acreditamos ser também necessário resgatar as contribuições de tantos outros autores que ocupam posição de destaque entre os teóricos marxistas.

A começar pelos textos de Karl Marx, que apresentam algumas poucas reflexões sobre o processo de expansão internacional do capital, mas suficientes para nos apresentar uma visão sobre como esse autor pensava as relações desiguais presentes no mercado mundial. Além de Marx, devemos levar em conta, também, as contribuições da teoria do imperialismo elaborada por autores como Rudolf Hilferding e Vladimir Lênin, em cuja obra encontramos algumas das raízes da teoria da dependência latino-americana. Com relação ao debate clássico da dependência, que teve lugar nas décadas de 1960 e 1970, além de uma atenção especial destinada ao pensamento de Marini – e, sobretudo, à categoria da superexploração –, resgatamos, também, as contribuições de autores como Theotonio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso.

A avaliação sobre os autores citados acima foram condensadas no segundo capítulo de nosso trabalho. Reservamos o terceiro capítulo para uma análise acerca das principais elaborações teóricas contemporâneas sobre a dependência, dividindo-as em dois grupos: de um lado, aqueles que se dedicam em promover a releitura da obra de Fernando Henrique Cardoso, expurgando-o do campo teórico marxista; de outro, aqueles que se propõem a resgatar, discutir e aprofundar o pensamento de Ruy Mauro Marini.

No quarto capítulo, apresentamos uma contribuição para a construção de um conjunto teórico-metodológico sobre a análise das relações econômicas no mercado mundial passível de ser aplicado, por parte de outros pesquisadores, nos estudos de situações concretas de dependência, suprimindo a demanda por teorias que sejam críticas ao capitalismo e consistentes com o método próprio da Economia Política. Por fim, no último capítulo, apresentamos uma sumarização dos resultados obtidos a título de conclusão.

Entendemos que a profusão de interpretações críticas colabora para pender a balança da luta de classes em momentos de crise, tal como o que estamos vivendo. Desse modo, ao armar os teóricos marxistas de um instrumental teórico capaz de captar o cerne da dinâmica capitalista mundial, acreditamos estar colaborando para a construção de um caminho efetivo rumo ao socialismo.

2 TEORIAS SOBRE O MERCADO MUNDIAL

Si les libre-échangistes ne peuvent pas comprendre comment un pays peut s'enrichir aux dépens de l'autre, nous ne devons pas en être étonnés, puisque ces mêmes messieurs ne veulent pas non plus comprendre comment, dans l'intérieur d'un pays, une classe peut s'enrichir aux dépens d'une autre classe³.

Karl Marx, 1848.

A epígrafe que inspira o presente capítulo foi retirada do *Discours sur la question du libre-échange* (Discurso sobre a questão do livre comércio), proferido por Marx na Associação Democrática de Bruxelas em janeiro de 1848. Tal discurso é famoso pelo seu desfecho inesperado: após elencar uma série de argumentos que indicam como o livre mercado pode ser prejudicial para a classe trabalhadora, e como na realidade essa política favorece apenas aos interesses dos capitalistas, Marx termina por proferir seu voto a favor dessa prática.

A passagem a que fazemos menção já serviu de epígrafe para várias obras cujos temas se assemelham ao de nosso estudo. Desse modo, ao utilizá-la assumimos o risco de nos tornar fatigantes com o único intuito de ressaltar esse que é um lugar comum dentro de nosso campo teórico: a ideia de que a teoria da dependência só pode se desenvolver em sua plenitude como parte de uma teoria que, tal como o marxismo, reconhece o caráter explorador das relações capitalistas de produção.

Dois significados podem ser extraídos desse pensamento. Primeiro, o reconhecimento de que a relação de expropriação de riqueza entre nações é consequência da exploração entre classes intrínseca ao modo de produção capitalista. Esta última se torna evidente quando a análise se volta para as determinações que envolvem o capital individual, enquanto que aquela aparece no estudo da reprodução do capital social total no âmbito do mercado mundial.

O segundo significado é que a teoria da dependência é justamente o estudo das relações econômicas tal como se desenrolam nessa referida escala de análise, ou seja, não é mais do que o a teoria marxista aplicada ao estudo do mercado mundial.

Guiados por essas reflexões é que apresentaremos, neste capítulo, as principais elaborações teóricas que contribuíram para a construção da teoria da dependência. Entretanto, um leitor familiarizado com a história do pensamento marxista verá que muitos autores

³ “Se os livre-cambistas não podem compreender como um país pode enriquecer à custa de outro, não devemos nos surpreender, pois esses mesmos senhores não querem compreender como, no interior de um país, uma classe pode enriquecer à custa de outra classe”.

significativos foram deixados de lado. Sentimos com pesar que não possa ser diferente: inumeráveis são as contribuições que inserem elementos novos no debate sobre o mercado mundial, de modo que uma revisão completa é inviável diante da limitação de espaço e do objetivo proposto para essa tese. Por esse motivo, voltar-nos-emos para aquilo que pode ser entendido como o tronco principal de pensadores que influenciaram a formulação da teoria da dependência.

Assim, podemos dividir nossa análise em três grupos, conforme a posição cronológica que os autores ocupam no desenvolvimento do marxismo. Iniciamos, como é de se esperar, pelas indicações do próprio Marx quanto às relações econômicas entre sociedades de diferentes graus de desenvolvimento. A seguir, apresentamos o debate que fundou a teoria do imperialismo e que teve lugar na Europa durante a primeira metade do século XX. Por fim, chegamos ao debate clássico sobre a teoria da dependência propriamente dita, que se desenvolve entre 1960 e 1990.

2.1 O MERCADO MUNDIAL EM KARL MARX

Quando Karl Marx traçou os seis pontos do plano inicial de sua obra, na suprimida Introdução da “Contribuição à crítica da economia política”, o autor reservou os dois momentos finais para tratar do tema do mercado mundial, compreendendo os seguintes assuntos: relação internacional da produção; divisão internacional do trabalho; troca internacional; exportação e importação; curso do câmbio; e, por fim, o mercado mundial e as crises (MARX, 2011, p. 61).

À medida que escrevia sua obra, esses temas foram eliminados do planejamento de Marx e relegados a uma futura continuidade de sua pesquisa, que nunca chegou a acontecer⁴. Entretanto, podemos encontrar difundidos por todos os seus escritos alguns indícios do modo como o autor pensava essas questões, desde “A ideologia alemã”, até às cartas que escrevera pouco antes de sua morte, passando, é claro, “O capital”, sua obra magna.

Esses são os elementos que sintetizamos aqui com o intuito de dar forma à teoria do mercado mundial de Karl Marx. Devemos alertar o leitor de que não encontrará aqui uma teoria plenamente elaborada, mas apenas algumas evidências de como o autor compreendia o desenvolvimento desigual que resulta das contradições presentes nas relações econômicas do mercado mundial.

⁴ Uma análise criteriosa da evolução do planejamento de Marx, evidenciando o momento em que os temas sobre o comércio exterior e o mercado mundial foram “abandonados”, foi feita por Rosdolsky (2001, cap. 2).

2.1.1 Relações internacionais de produção e divisão internacional do trabalho

“Mercado” é o âmbito no qual se dão as trocas dos produtos na forma de trocas de mercadorias. A localização e o alcance de um mercado são determinados pela localização de origem de seus participantes, os vendedores e compradores. Nesses termos, um mercado “local” é aquele no qual os participantes se restringem à proximidade geográfica, enquanto que um mercado “nacional” envolveria todos que se encontram dentro das fronteiras de um mesmo país.

De forma análoga, poderíamos dizer que o “mercado mundial”, mercado dos mercados, consiste em um âmbito de troca de mercadorias do qual participam vendedores e compradores de todas as partes do globo. Qualquer mercadoria que se venda para longínquas regiões geográficas, e que concorre com outras tão longínquas produções, está, por assim dizer, sendo transacionada nesse etéreo mercado mundial.

O mercado consiste na esfera da circulação das mercadorias, em oposição à esfera da produção, da qual essas se originam. Contudo, as relações de troca de mercadorias são relações de troca de produtos do trabalho humano, de modo que os mercados são a esfera da circulação de dadas relações sociais da produção e de dada divisão social do trabalho.

Do mesmo modo, o mercado mundial enquanto esfera de circulação oculta por trás de si uma organização internacional da produção que articula todos os produtores (proprietários de mercadorias) em uma única e universal sociedade humana. Organização essa que foi elevada a um completo novo nível com o advento do modo de produção capitalista, como ressaltam Marx e Engels em *Manifesto do partido comunista*:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e ainda continuam a ser nos dias de hoje. São suplantadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas: essas indústrias não empregam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais longínquas regiões, e seus produtos acabados não são mais consumidos somente *in loco*, mas em todas as partes do mundo, ao mesmo tempo. As antigas necessidades, antes satisfeitas pelos produtos locais, dão lugar a novas necessidades que exigem, para sua satisfação, produtos dos países e dos climas mais remotos. A auto-suficiência e o isolamento regional e nacional de outrora deram lugar a um intercâmbio generalizado, a uma interdependência geral entre as nações (MARX; ENGELS, 2001, p. 29–30).

A interdependência geral entre indivíduos, que aparece como interdependência geral entre nações, é o resultado do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Entretanto,

não se pode confundir essa interdependência com igualdade de condições na participação desse mercado mundial.

Primeiro, é preciso observar que, como ressalta Marx, a lógica de acumulação do capital leva a um desenvolvimento desigual das diferentes economias nacionais, fundando uma espécie de divisão internacional do trabalho que divide o globo entre nações agrárias e nações de produção hegemonicamente mecanizada⁵. Além disso, o autor também argumenta que há desigualdades nas relações econômicas que se estabelecem entre as nações industrializadas, conforme há divergências em seus graus de desenvolvimento. Vejamos esses dois tópicos com mais detalhes.

2.1.1.1 A divisão internacional do trabalho

No mercado mundial analisado por Karl Marx, o monopólio da indústria mecanizada é garantido ao modo de produção capitalista, com sua capacidade e necessidade única de revolucionar permanentemente os instrumentos de produção. Já a produção agrícola pode ser realizada tanto pelo capital quanto por modos arcaicos de produção, que se utilizam das relações de trabalho servil, escravista, *etc.*

De qualquer forma, independente da lógica que rege a produção agrícola, as funções que esse intercâmbio internacional desempenha para os países industrializados são sempre as mesmas: por um lado, as nações agrícolas consubstanciam-se em mercados para a sempre crescente produção mecanizada, ampliando a taxa de lucro e adiando as crises de superprodução; por outro, são fontes de matéria-prima para o insaciável sistema fabril e de bens de subsistência para a classe trabalhadora.

Entretanto, o efeito que a integração ao mercado mundial gera nas nações agrícolas depende da forma como se organiza a produção em seu interior. Marx analisou esses efeitos divididos em dois grupos distintos: os modos de produção arcaicos ou pré-capitalistas, e as economias coloniais.

Os modos de produção arcaicos são aqueles em que as relações sociais de produção são baseadas na servidão, escravidão, *etc.* Seus exemplos são as sociedades feudais, o modo de produção asiático, entre outros. Antes de se integrarem ao mercado mundial, essas sociedades autônomas – *i.e.*, que não necessitam de suas relações exteriores para garantir sua

⁵ “[...] Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial [...]” (MARX, 2013, p. 523).

constante reprodução – são marcadas por uma divisão do trabalho interna que opõe o campo, onde se realiza a produção agrícola, à cidade, lar de uma pequena indústria doméstica e artesanal. Como a finalidade de sua produção é a geração de valores de uso para o consumo da sociedade, as trocas com o exterior restringem-se à produção que excede suas necessidades, pela qual se obtém mercadorias que poderiam ser consideradas supérfluas para sua lógica de reprodução.

Esse comércio exterior, quando não se eleva a uma forma de capital mercantil, permanece sem promover alterações significativas a esses modos de produção. Entretanto, cedo ou tarde as nações capitalistas (sejam industriais ou mercantis) estabelecem laços comerciais com esses mercados ainda inexplorados. Esse cenário é inevitável, uma vez que, como ressaltam Marx e Engels (2001, p. 29), “[...] pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem de imiscuir-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte”⁶.

O comércio é a porta de entrada do capital em novos territórios, pois atua “[...] como solvente sobre as organizações preexistentes da produção, que, em todas as suas diferentes formas, se encontram principalmente voltadas para o valor de uso [...]” (MARX, 1986a, p. 249). A constância e escala das trocas internacionais levam essas sociedades a estabelecerem como fim de sua produção não mais a geração de valores de uso para o consumo próprio, mas a obtenção de valor de troca, de excedente exportável, com o qual o país pode adquirir as mercadorias provenientes da indústria mecanizada⁷.

Com isso, amplia-se a produção das mercadorias mais demandadas pelos países industrializados, o que pode ocorrer seguindo dois caminhos distintos. No *primeiro*, o comerciante se apodera diretamente da produção. O capital mercantil começa por encomendar as mercadorias aos produtores diretos, ditando o ritmo do trabalho. Os preços são estabelecidos pelo comerciante, que domina a produção como se fosse um capitalista industrial, permitindo-lhe se apropriar do que seria equivalente a um mais-valor gerado pelos produtores autônomos.

O próximo passo ocorre quando o capitalista mercantil passa a contratar essa força de trabalho e a põe para funcionar ainda dentro dos mesmos termos do antigo modo de

⁶ Veremos os detalhes dessa necessidade por mais mercados na seção 2.1.3.

⁷ “[...] O desenvolvimento do comércio e do capital comercial leva por toda parte a orientação da produção para o valor de troca, aumenta seu volume, a diversifica e a cosmopolitiza [...]” (MARX, 1986a, p. 249).

produção⁸. A isso se dá o nome de subsunção formal do trabalho ao capital⁹, cuja característica peculiar é a de ter na expansão absoluta do mais-valor a única forma de ampliação da taxa de exploração. Como resultado, esse processo, “[...] sem revolucionar o modo de produção, só piora a situação dos produtores diretos, os transforma em meros assalariados e proletários sob condições piores do que os diretamente subordinados ao capital e se apropria do seu mais-trabalho com base no antigo modo de produção [...]” (MARX, 1986a, p. 251).

O *segundo* caminho para a transformação do modo de produção desses países é aquele no qual o produtor se torna comerciante e capitalista. Ao invés de simplesmente atender às encomendas de um comerciante ou de clientes específicos, o produtor inicia a produção por sua própria conta. Adianta dinheiro para a aquisição dos elementos de produção, e contrata força de trabalho para atuar sob seu comando e ampliar sua escala de produção. Marx indica que esse caminho seria capaz de desenvolver a indústria manufatureira, estabelecendo a subsunção real do trabalho ao capital¹⁰ e implantando o modo de produção propriamente capitalista.

Entretanto, esse caminho revolucionador enfrentaria algumas barreiras nessas sociedades tradicionais que se integram ao mercado mundial sob a égide do capitalismo. Apesar de poder ser realizado com sucesso nos setores voltados para a exportação, muito dificilmente a indústria doméstica poderia vencer a concorrência imposta pelo capital estrangeiro com sua indústria mecanizada já consolidada: os baixos preços dos produtos importados são a ruína da produção artesanal e da indústria doméstica. Os produtores que se ocupavam com essas atividades atingem paulatinamente uma situação de pauperismo, uma vez que não conseguem concorrer com as mercadorias estrangeiras. Ao invés de se apoderarem do comércio e se converterem em capitalistas, o que normalmente se vê é a proletarianização dessa parcela da população. Sua única alternativa restante é vender sua força de trabalho livre para a crescente atividade exportadora. Como Marx ressalta:

[...] o barateamento dos produtos feito à máquina e os sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros. Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima. Assim,

⁸ Mas, para isso é fundamental que esse capitalista mercantil encontre a força de trabalho livre no mercado dessa nação. Veremos, a seguir, como que a deterioração da pequena indústria doméstica e da produção artesanal colabora para a ampliação da oferta dessa mercadoria peculiar.

⁹ “[...] denominamos *subsunção formal do trabalho no capital* à subordinação ao capital dum modo de trabalho tal como se tinha desenvolvido antes de ter surgido a relação capitalista [...]” (MARX, 1985a, p. 89 grifos do autor).

¹⁰ Que permite a expansão da acumulação tanto pelo mais-valor absoluto quanto pelo relativo.

por exemplo, as Índias Orientais foram obrigadas a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil etc. para a Grã-Bretanha (MARX, 2013, p. 523).

Apesar de reconhecer os efeitos nocivos que essas transformações legam à população em geral, Marx tende a ver com bons olhos a dissolução dessas arcaicas relações sociais de produção e o papel “civilizador” propiciado pelo modo de produção capitalista¹¹. É o que fica claro, por exemplo, na seguinte passagem do *Manifesto do partido comunista*:

[...] a burguesia impele todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a torrente da civilização. Os preços baixos de suas mercadorias são a artilharia pesada que derruba todas as muralhas da China, que obriga os bárbaros xenófobos mais renitentes a capitularem. Obriga todas as nações, sob pena de arruinarem-se, a adotarem o modo de produção burguesa; obriga-as a introduzirem em seu seio a chamada civilização, isto é, compele-as a tornarem-se burguesas [...] (MARX; ENGELS, 2001, p. 30–31).

O outro caso de integração ao mercado mundial que recebeu atenção de Karl Marx foi o das economias coloniais. Quando o autor trata das colônias, ele se refere às sociedades nas quais a terra é abundante e passível de apropriação por parte da população livre. Em suas próprias palavras, define:

[...] A essência de uma colônia livre consiste [...] em que a maior parte do solo continua a ser propriedade do povo e que cada povoador pode transformar uma parte desse solo em sua propriedade privada e em meio individual de produção, sem impedir, com isso, que os colonos posteriores realizem essa mesma operação (MARX, 2013, p. 838).

Marx utiliza o adjetivo “livre” para se referir à região colonizada por imigrantes livres¹², opondo-se às colônias baseadas no trabalho escravo. As colônias escravistas surgem inicialmente como resultado da expansão do capital comercial no período mercantil. Quando essa forma de capital se faz hegemônica nas relações econômicas do mercado mundial, sua busca pela constância e escala no fornecimento de mercadorias leva-o a implantar estruturas produtivas em regiões nas quais as características geográficas favoreciam o cultivo das mercadorias consideradas exóticas para os principais mercados do mundo.

¹¹ Mas, nas situações em que as formas anteriores de relações de produção eram condizentes com um estágio mais avançado de desenvolvimento, o autor considerava desnecessário o sofrimento que a instauração do capitalismo causava à população. Esse foi o caso, por exemplo, da Rússia, região onde sobrevivia a propriedade comunal rural. Marx deixou claro em carta enviada à revolucionária Vera Ivanovna Zasulich que, caso o comunismo fosse alcançado na Rússia antes dessa forma de propriedade ser solapada pelo capitalismo crescente, ela poderia se mostrar como uma alavanca da regeneração social daquela nação. Cf. Marx (2013, p. 849–850).

¹² Como ele mesmo afirma: “trata-se, aqui, de verdadeiras colônias, de terras virgens colonizadas por imigrantes livres. [...] De resto, também entram nessa categoria aquelas antigas plantações, cuja situação foi completamente alterada pela abolição da escravatura” (MARX, 2013, p. 835).

Na colônia escravista, por mais que a terra seja abundante e passível de apropriação por qualquer cidadão livre, a estrutura repressiva impede que o trabalhador escravizado domine-a para si, permitindo a existência de um processo de acumulação que pode ser chamado de capitalista¹³. Entretanto, a cooperação do trabalho em grande escala que se desenvolve nessas colônias apresenta um caráter limitado por ser fundada necessariamente no trabalho escravo, forma de relação que limita o revolucionamento do modo de produção e o desenvolvimento das relações essencialmente capitalistas¹⁴.

Já a colônia livre surge como resultado de uma política expansionista de potências que concorriam pela propriedade de territórios estrangeiros. Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas nos países industrializados, ao tornar supérflua sua própria população, deu um novo fôlego para esse processo. Em outras palavras:

A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole, como ocorreu com a Austrália, convertida num centro de produção de lã (MARX, 2013, p. 523).

A tendência das colônias livres de se voltarem para a produção de matéria-prima agrícola é resultado tanto de sua estrutura interna quanto do grau de desenvolvimento do mercado mundial. Primeiro, é preciso observar que a abundância de terras constitui um elemento de resistência à radicação do capital industrial (MARX, 2013, p. 838), tanto agrário quanto fabril, uma vez que o imigrante livre não se disporá a vender sua força de trabalho enquanto puder utilizá-la em seu próprio proveito em solo de sua propriedade.

A atividade agrícola é o destino natural do trabalho que se desenvolve na pequena propriedade rural. Embora pudéssemos imaginar que dificilmente uma sociedade moderna conseguiria se consolidar sem uma produção manufatureira, a prévia divisão do trabalho no mercado mundial permite que as colônias especializem-se apenas nos setores agrícolas e relacionados. É o que esclarece Marx na seguinte passagem:

¹³ Que propicia, inclusive, uma taxa de lucro mais elevada em virtude tanto da baixa composição orgânica quanto da elevada taxa de exploração. Afirma Marx (1986a, p. 181): “[...] no que tange aos capitais investidos em colônias etc., eles podem proporcionar taxas de lucro mais elevadas porque lá, em geral, por causa do menor desenvolvimento, a taxa de lucro é mais alta, assim como é mais alta a exploração do trabalho graças ao emprego de escravos, cules [mão de obra asiática que trabalhava em condições análogas à escravidão] etc. [...]”

¹⁴ “A aplicação esporádica da cooperação em grande escala no mundo antigo, na Idade Média e nas colônias modernas repousa sobre relações imediatas de domínio e servidão, principalmente sobre a escravidão. A forma capitalista, ao contrário, pressupõe desde o início o trabalhador assalariado, livre, que vende sua força de trabalho ao capital” (MARX, 2013, p. 408).

[...] A população toda de tal região [*i.e.*, da região colonial], como, por exemplo, Michigan, está de início ocupada quase exclusivamente com a agricultura, sobretudo com a de produtos em massa, os únicos que pode trocar por mercadorias industriais e produtos tropicais. Todo o seu produto excedente aparece, por isso, na forma de grãos. [...] Recebem já prontos, através do mercado mundial, produtos que, sob outras circunstâncias, eles próprios teriam de produzir: vestuário, ferramentas etc. Só com base nisso é que os Estados do Sul da União puderam fazer do algodão seu produto principal. A divisão do trabalho no mercado mundial permite-lhes isso (MARX, 1986b, p. 162).

Assim, essas economias coloniais tendem à produção de monocultura agrícola, com elevado “excedente” intercambiável no mercado mundial. Esse cenário só pode começar a mudar no momento em que se esgotam as terras de propriedade comum e quando surge, assim, a figura do trabalhador livre dos meios de produção¹⁵. Mas, mesmo nesses casos, o setor agroexportador normalmente se mantém como a atividade econômica mais relevante da região¹⁶.

Portanto, vemos que, para Marx, as relações econômicas internacionais tendem a reforçar a divisão internacional do trabalho. Mesmo quando o antigo modo de produção abre caminho para as relações especificamente capitalistas, ou quando estas surgem em uma região dominada pela pequena propriedade fundiária, o capitalismo pode não ser capaz de desenvolver a grande indústria mecanizada em regiões que se especializam na produção agrícola.

Todavia, Marx não imputa qualquer valor negativo à especialização agrícola. Apesar de reconhecer que a situação do trabalhador dos modos antigos de produção inicialmente se deteriora com o surgimento das relações especificamente capitalistas¹⁷, o autor observa que a situação dos trabalhadores nas colônias livres – mesmo daqueles que vendem sua força de trabalho e que ainda não conseguiram se apropriar de uma parcela do solo para si – é normalmente melhor do que seus congêneres dos países industrializados da Europa.

Além disso, a visão de Marx sobre essa divisão internacional do trabalho não deve ser compreendida como algo fatalista, mesmo tendo o autor evidenciado uma tendência para que

¹⁵ Ou, ainda, pode ocorrer como nos Estados Unidos, em que o avanço do capitalismo se deu pela combinação de dois fatores: “[...] por um lado, o enorme e contínuo afluxo de pessoas que a cada ano se dirigem à América deixa sedimentos estagnados no leste dos Estados Unidos, porquanto a onda emigratória da Europa lança mais pessoas no mercado de trabalho do que o pode absorver a onda emigratória para o oeste. Por outro lado, a guerra civil americana teve como consequência uma enorme dívida pública e, com ela, uma sobrecarga tributária, o surgimento da mais ordinária das aristocracias financeiras, a doação de uma parte imensa das terras públicas a sociedades de especuladores dedicadas à exploração de ferrovias, minas etc. – em suma, a mais rápida centralização do capital. A grande República deixou, assim, de ser a terra prometida dos trabalhadores emigrantes. A produção capitalista avança ali a passos de gigante, mesmo que o rebaixamento dos salários e a dependência do assalariado ainda estejam longe de alcançar os níveis normais na Europa [...]” (MARX, 2013, p. 843–844).

¹⁶ É o que Marx (2013, p. 523) observa no caso dos Estados Unidos.

¹⁷ Exceto, é claro, quando a base do antigo modo de produção é o escravo.

ela se reforce. Apesar de não ter indicado como a transição da agricultura para o sistema fabril pode ocorrer “naturalmente”, o autor argumenta que as políticas protecionistas podem atuar no sentido de acelerar artificialmente esse processo. Afirma: “o sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, de abreviar violentamente a transição do modo de produção antigo para o moderno [...]” (MARX, 2013, p. 826).

Graças ao protecionismo, uma parcela dos produtores da pequena indústria doméstica, que de outra forma iria integrar o novo proletariado, ascende à condição de burguesia nacional, dominando o mercado interno livre da concorrência internacional. É em defesa dos interesses desse grupo que atua o protecionismo. Como ressalta Marx (1986b, p. 247):

[...] na transformação das sociedades agrárias feudais em industriais e na correspondente luta industrial entre as nações pelo mercado mundial, o que realmente importa é o desenvolvimento acelerado do capital, que não pode ser alcançado pelas assim chamadas vias naturais, mas só por meios coercitivos. Acaba fazendo grande diferença se o capital nacional se transforma paulatina e vagarosamente em capital industrial ou se essa transformação passa a ser acelerada por meio de impostos que, mediante a política aduaneira protecionista, recai principalmente sobre proprietários de terras, camponeses médios e pequenos, e artesãos, pela expropriação acelerada dos produtores diretos autônomos, pela acumulação e concentração dos capitais aceleradas à força, em suma, pela imposição acelerada das condições do modo de produção capitalista [...].

Ou seja, o protecionismo não é mais do que uma forma de expropriar parte da população com o intuito de fundar a grande indústria. Mas, com o intuito de fazer avançar o capitalismo em benefício exclusivo da burguesia nascente, essas políticas acabam por limitar, na opinião de Marx, o caráter revolucionário do livre mercado, tal como expôs no desfecho inesperado do já citado *Discours sur la question du libre-échange*:

[...] *le système protecteur est conservateur, tandis que le système du libre-échange est destructeur. Il dissout les anciennes nationalités et pousse à l'extrême l'antagonisme entre la bourgeoisie et le prolétariat. En un mot, le système de la liberté commerciale hâte la révolution sociale. C'est seulement dans ce sens révolutionnaire, Messieurs, que je vote en faveur du libre-échange*¹⁸ (MARX, 1848).

¹⁸ “[...] o sistema protecionista é conservador, enquanto que o sistema do livre mercado é destrutivo. Ele dissolve antigas nacionalidades e leva ao extremo o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Em uma palavra, o sistema de livre comércio acelera a revolução social. É somente nesse sentido revolucionário, cavalheiros, que eu voto a favor do livre mercado”.

2.1.1.2 Relações econômicas entre nações industrializadas

Para além das diferenças que marcam a divisão internacional do trabalho, Marx deixou claro em seus escritos que não considerava homogênea a relação entre as nações industrializadas no mercado mundial. Nesse sentido, o autor distingue os integrantes desse grupo de países conforme o grau do desenvolvimento que atingiu o modo de produção capitalista. Em sua análise, utiliza a economia inglesa como exemplo de capitalismo na forma mais avançada, contrastando-a com a realidade dos países da Europa continental nos quais já havia se implantado a indústria moderna.

A nação com o desenvolvimento mais elevado do modo de produção capitalista é aquela na qual o progresso tecnológico se faz patente tanto por ser o trabalho médio mais produtivo¹⁹ como por requerer uma quantidade maior de capital para seu funcionamento, ou seja, por ter uma composição orgânica mais elevada²⁰. Marx considera que nessa sociedade o capital terá, naturalmente, se difundido por uma quantidade maior de setores, de forma que subsiste menos dos antigos modos de produção do que em comparação com as nações de desenvolvimento inferior²¹.

Com relação à condição da classe operária, ela também é muito diferente conforme o grau de desenvolvimento da nação. Observa Marx (2013, p. 79): “[...] onde a produção capitalista se instalou plenamente entre nós [*i.e.*, entre os alemães] – por exemplo, nas fábricas propriamente ditas –, as condições são muito piores que na Inglaterra, pois aqui não há o contrapeso das leis fabris [...]”. A organização e a disciplina necessárias para pôr a operar o exército industrial ativo são responsáveis também pela elevação da articulação dos operários fora das fábricas que, por sua vez, é fundamental para garantir a imposição de limites à exploração capitalista²². Por esse motivo, quanto menos desenvolvido é o modo de produção

¹⁹ “Uma vez que a produção capitalista encontra-se desenvolvida num país, também se elevam aí, acima do nível internacional, a intensidade e a produtividade nacional do trabalho [...]” (MARX, 2013, p. 632).

²⁰ “[...] Essa lei do aumento crescente da parte constante do capital em relação à sua parte variável é corroborada a cada passo [...] pela análise comparativa dos preços das mercadorias, comparando-se diferentes épocas econômicas de uma única nação ou nações diferentes numa mesma época. Enquanto a grandeza relativa do elemento do preço que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos, ou seja, a parte constante do capital, estará na razão direta, a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará na razão inversa do progresso da acumulação” (MARX, 2013, p. 699).

²¹ É o que deixa claro nessa seguinte passagem, dentre outras: “[...] atormenta-nos [aos alemães], do mesmo modo como nos demais países ocidentais do continente europeu, não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a falta desse desenvolvimento. Além das misérias modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes da permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas [...]” (MARX, 2013, p. 79).

²² Em “O capital”, Marx dedica grande parte do capítulo que trata sobre a jornada de trabalho para demonstrar a relação entre a luta dos trabalhadores e o estabelecimento de uma jornada considerada “normal”. O autor

capitalista, menos organizados são os trabalhadores e, por consequência, maior é a jornada de trabalho e mais baixos os salários.

Contudo, disso não devemos concluir que o capitalista da nação menos desenvolvida absorva uma quantidade maior de mais-valor de seus operários. Ao contrário, o que afirma Marx é que, devido à menor intensidade e produtividade do trabalho, sua taxa de exploração tende a ser menor:

Em países em diferentes estágios de desenvolvimento da produção capitalista, e portanto com diferente composição orgânica do capital, a taxa de mais-valia [...] pode estar mais alta no país em que a jornada de trabalho normal é mais curta, do que naquele em que é mais longa. *Primeiro*: se a jornada de trabalho inglesa de 10 horas, devido a sua maior intensidade, for igual a uma jornada de trabalho austríaca de 14 horas, 5 horas de mais-trabalho lá, com igual divisão da jornada de trabalho, podem representar um valor mais elevado no mercado mundial do que 7 horas aqui. *Segundo*, lá, no entanto, uma parte maior da jornada de trabalho pode constituir mais-trabalho do que aqui (MARX, 1986a, p. 166).

Podemos dizer, então, que a taxa de exploração é maior nas nações mais desenvolvidas, pois o valor da força de trabalho é relativamente menor em comparação ao valor do produto do trabalho, mesmo sendo o valor desse produto (*i.e.*, a extensão da jornada de trabalho) absolutamente maior nas nações menos desenvolvidas²³. Apesar disso, essa maior taxa de exploração não chega a ser capaz de compensar a elevada composição orgânica do capital das nações mais desenvolvidas, de modo que elas apresentam, normalmente, uma menor taxa de lucro²⁴.

São dessas diferenças entre as nações conforme o grau de desenvolvimento do modo de produção capitalista que resultam as funcionalidades do comércio exterior para os países mais avançados. Além da interdependência entre essas economias, que faz com que elas necessitem mutuamente da produção estrangeira para contar como fonte de capital constante e

reconhece que “[...] o capital não tem [...] a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração [...]” (MARX, 2013, p. 342), e constata: “a consolidação de uma jornada de trabalho normal é o resultado de uma luta de 400 anos entre capitalista e trabalhador [...]” (MARX, 2013, p. 343). Marx reserva a última seção do referido capítulo para analisar o andamento dessa luta nos países de desenvolvimento capitalista inferior ao da Inglaterra. *Cf.* Marx (2013, cap. 8).

²³ E, ainda, mesmo sendo menor o valor absoluto da força de trabalho nestas últimas. Marx (2013, p. 632) observa: “[...] encontraremos com frequência que o salário diário, semanal etc. na primeira nação [na nação com modo de produção capitalista mais desenvolvido] é mais elevado que na segunda [naquela em que é menos desenvolvido], ao passo que o preço relativo do trabalho, isto é, o preço do trabalho em relação tanto ao mais-valor quanto ao valor do produto, é mais alto na segunda nação do que na primeira”.

²⁴ Devemos lembrar que a taxa de lucro é calculada com base em todo o capital adiantado – capital constante (c) e capital variável (v) –, enquanto o mais-valor (m) depende apenas do capital variável e da taxa de exploração ($\frac{m}{v}$). Assim, para uma dada taxa de exploração, a relação $\frac{m}{c+v}$ (taxa de lucro) será tanto menor quanto maior for a composição orgânica – *i.e.*, a relação entre o capital constante e o variável: $\frac{c}{v}$.

de meios de subsistência necessários em que o capital variável se converte²⁵, o capitalismo mais avançado se beneficia duplamente de suas relações com o exterior.

Primeiro, as diferenças entre os níveis de produtividade do trabalho atuam em favor das economias mais desenvolvidas quando se realizam as trocas internacionais²⁶. Com efeito, há uma transferência de valor que não é visível ao se analisar o movimento do dinheiro pela balança de pagamentos dos países industrializados, já que os saldos possuem uma tendência a se compensarem. No entanto:

[...] Essa diferença desaparece assim que se abstrai a forma-dinheiro. O país favorecido recebe mais trabalho de volta em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse a-mais, assim como no intercâmbio entre trabalho e capital de modo geral, seja embolsado por certa classe [...] (MARX, 1986a, p. 181)

Segundo, por ser menor a taxa de lucro, o novo capital que resulta do processo de acumulação do país mais desenvolvido, buscará aplicação onde a perspectiva de retorno é maior, ou seja, nos mercados das outras economias industriais. Isso é, como observa Marx (2013, p. 687), o que já acontecia na Inglaterra daquele período: “[...] a maior parte do mais-produto, que cresce anualmente e é subtraído ao trabalhador inglês sem lhe dar em troca um equivalente, não é capitalizada na Inglaterra, mas no estrangeiro [...]”.

Esses dois elementos se traduzem em apenas uma coisa: na ampliação da taxa de lucro do capital da nação mais desenvolvida em detrimento daquela obtida pelo capital estrangeiro. Isso resulta do que pode ser compreendido como uma tendência à equalização da taxa de lucro internacional²⁷, cujo significado é que, ao mesmo tempo em que se acentua a queda da taxa de lucro em um país, amplia-se o seus efeitos em outro.

Por outro lado, isso que foi exposto pode ser compreendido, também, como o processo de concentração e centralização do capital atuando em escala internacional. A visão desse fenômeno permite-nos compreender a posição de Marx (2013, p. 78) ao afirmar que “[...] o país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro”. Ou seja, não se trata de acreditar que o capitalismo alemão, por exemplo, viria a se tornar equivalente ao inglês, mas que, ao integrar o mesmo e único

²⁵ Relação que serve como contra tendência à queda da taxa de lucro em ambas as economias: “à medida que o comércio exterior barateia em parte os elementos do capital constante, em parte os meios de subsistência necessários em que o capital variável se converte, ele atua de forma a fazer crescer a taxa de lucro, ao elevar a taxa de mais-valia e ao reduzir o valor do capital constante. Ele atua em geral nesse sentido ao permitir a ampliação da escala da produção. Assim ele acelera, por um lado, a acumulação, por outro, também o descenso do capital variável em relação ao capital constante, e com isso a queda da taxa de lucro [...]” (MARX, 1986a, p. 180)

²⁶ Os detalhes desse intercâmbio desfavorável serão explorados na próxima seção.

²⁷ Tendência que não se concretiza efetivamente.

processo mundial de acumulação de capital, o trabalhador alemão atuaria lado a lado e em igualdade de condições com o inglês, em benefício, provavelmente, do capitalista desta última nacionalidade.

Com isso, como já foi observado para as economias agrícolas, faz sentido ao capitalista da nação menos desenvolvida lançar mão de sua influência sobre o Estado para a implantação de barreiras alfandegárias e outras políticas protecionistas. E também da mesma forma, para além do fato de ser a classe trabalhadora quem paga os custos do protecionismo, este evidencia um efeito conservador: tais políticas têm por resultado apenas retardar a formação do mercado mundial e o avanço do processo internacional de concentração e centralização do capital, adiando, portanto, a tendência histórica da acumulação capitalista.

2.1.2 Trocas internacionais

Como indicamos no início da seção precedente, o mercado é o âmbito no qual ocorrem as trocas de mercadorias. Assim, do mesmo modo que podemos distinguir os mercados pela localização de seus partícipes, podemos também distinguir as trocas que acontecem em seu interior conforme seu alcance geográfico, separando-as, por exemplo, em trocas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Para Marx, essa distinção vai além de mera taxonomia, pois o autor indica haver certa oposição entre as trocas de maior e menor alcance no que tange à forma como se desenvolve a contradição entre as dimensões qualitativas e quantitativas do valor das mercadorias. Vejamos essa questão mais de perto.

O valor é uma propriedade das mercadorias que possui substância e magnitude. No que tange à sua substância, seu aspecto qualitativo, o valor evidencia o que há de igual em todas as mercadorias: o fato de serem cristalizações de trabalho humano abstrato, resultados de “[...] dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio [...]” (MARX, 2013, p. 116).

Somente por terem essa mesma substância social, ou seja, somente por serem valores, é que as mercadorias podem ser comparadas e, em consequência, trocadas entre si. Mas, antes do intercâmbio de mercadorias emergir do valor, é o próprio valor que emerge da contínua repetição de trocas inicialmente fortuitas dos produtos do trabalho humano. Afinal, a possibilidade real de conversão do fruto de um trabalho concretamente determinado em um produto de *qualquer* outra forma de trabalho é o ponto de partida para a manifestação do valor, para a percepção de que todas as atividades humanas possuem uma mesma substância.

É desse modo que o limite geográfico das trocas constitui barreira para a determinação qualitativa do valor. Se o intercâmbio de mercadorias que se realiza em um mercado local é capaz de evidenciar a equivalência entre os trabalhos de diversos tipos que se encerram em suas fronteiras, ele é, por outro lado, incapaz de relacioná-los com todos os outros que se encontram fora de seu alcance. Já a troca internacional apresenta a possibilidade de conversão entre todas as mercadorias produzidas pela humanidade, comprovando o caráter universal do trabalho abstrato. Marx afirma:

[...] Só o comércio exterior, a transformação do mercado em mercado mundial, faz o dinheiro evolver para dinheiro mundial e o *trabalho abstrato* para trabalho social. A riqueza abstrata, valor, dinheiro, e em consequência o *trabalho abstrato* desenvolvem-se na medida em que o trabalho concreto se torna uma totalidade – que abrange o mercado mundial – de maneiras diferentes de trabalho [...] (MARX, 1985b, p. 1302–1303, grifos do autor).

Não só o trabalho abstrato encontra sua universalidade nas trocas internacionais, mas também o dinheiro, forma direta de manifestação do valor, só se evidencia como equivalente universal no mercado mundial. “[...] Somente no mercado mundial o dinheiro funciona plenamente como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano *in abstracto*. Sua forma de existência torna-se adequada a seu conceito” (MARX, 2013, p. 215).

Não é mera coincidência o fato de que as trocas de mercadorias surgem historicamente na fronteira das sociedades para, depois, se estabelecerem como relação social dominante no interior das mesmas²⁸. A troca internacional é pressuposto histórico e teórico para a troca de mercadorias dentro de uma nação. E, como consequência, é pressuposto para o próprio capital. Marx (1985b, p. 1303 grifo do autor) afirma: “[...] a produção capitalista assenta no *valor* ou na conversão do trabalho contido no produto, em trabalho social. Mas isso só é possível na base do comércio exterior e do mercado mundial [...]”.

Do que foi visto para a dimensão qualitativa do valor, sua substância, o oposto pode ser observado com relação à sua dimensão quantitativa, ou seja, com relação à medida de sua magnitude. A grandeza do valor de uma mercadoria consiste no tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, tempo que expressa a média da capacidade

²⁸ Afirma Marx (2013, p. 162): “[...] a troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam: no ponto de seu contato com comunidades estrangeiras ou com membros de comunidades estrangeiras. A partir de então, as coisas que são mercadorias no estrangeiro também se tornam mercadorias na vida interna da comunidade [...]”.

produtiva e da intensidade do trabalho de uma sociedade. É em virtude da grandeza de seus valores que se estabelecem as relações de troca entre duas mercadorias²⁹.

Quanto menor o espaço geográfico ao qual se restringem as trocas, menor a variância da grandeza do valor, ou seja, menor é a distância que separa a capacidade de um produtor qualquer da média social. À medida que se amplia o alcance do intercâmbio de mercadorias, aumenta também a magnitude desses desvios.

Por outro lado, é preciso observar que a existência de uma variância maior ou menor não é empecilho para a troca de equivalentes, mas apenas gera modificações na forma como cada produtor se apropria do valor gerado na produção. Seus efeitos são distintos conforme a diferença seja com relação à produtividade ou à intensidade do trabalho. Vejamos em mais detalhe.

Quando afirmamos que o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria consiste em um dado montante de horas de trabalho, referimo-nos a horas de trabalho realizado com intensidade e produtividade médias. Quando Marx trata da intensidade do trabalho, refere-se à quantidade de trabalho que foi efetivamente dispendida no processo produtivo, ou seja, sem levar em conta as pausas por mais breve que sejam. É nesse sentido que o autor afirma que “a intensidade cada vez maior do trabalho supõe um dispêndio aumentado de trabalho no mesmo espaço de tempo [...]” (MARX, 2013, p. 591). E completa:

[...] A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas. [...] O valor do produto singular [...] se mantém inalterado porque o produto custa a mesma quantidade de trabalho de antes. O número de produtos aumenta [...] sem que caia seu preço (MARX, 2013, p. 591).

Portanto, um produtor individual que aumente a intensidade de seu trabalho para além da média de sua sociedade produzirá mais mercadorias que seus concorrentes em um mesmo tempo, e as trocará por produtos que representam mais tempo de trabalho do que aquele que ele mesmo dispendeu na produção. Mas, essa troca desigual de horas de trabalho representa troca de igual quantidade de trabalho.

Isso fica mais claro ao analisarmos o que ocorre quando a intensidade do trabalho aumenta no mesmo grau para todos os produtores de um mesmo setor. Supondo que mantenham constante a quantidade de horas trabalhadas, aumentar-se-ia, nesse caso, tanto a

²⁹ Isso é válido para uma sociedade mercantil não capitalista. É sempre bom frisar que, para uma sociedade capitalista, os preços das mercadorias são determinados, em última instância, por seus preços de produção. Mas, a mesma relação que se estabelece entre a determinação da grandeza do valor e o espaço geográfico das trocas se estabelece, também, entre este e a determinação dos preços de produção.

massa de valor de uso quanto a grandeza do valor gerado. A sociedade como um todo gastaria mais dinheiro para adquirir uma proporcionalmente maior quantidade de mercadorias.

Agora, se a sociedade como um todo elevasse a intensidade do trabalho na mesma proporção, fazendo subir a média social, a relação de troca entre os tempos de trabalho permaneceriam constante. A sociedade teria passado a gerar uma maior quantidade de valor de uso sem que fosse possível observar uma maior geração de valor³⁰.

Tudo isso é bem diferente quando se trata da produtividade do trabalho. Para Marx, a produtividade se refere à quantidade de valores de uso que são gerados por um determinado trabalho útil de mesma grandeza extensiva e intensiva³¹. Esclarece:

[...] O mesmo trabalho [concreto] produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menor quando ela diminui [...] (MARX, 2013, p. 123).

Nesse sentido, um produtor individual que aumente a produtividade de seu trabalho para além da média de seu setor produzirá mais mercadorias que seus concorrentes em um mesmo tempo, e as trocará por produtos que representam mais tempo de trabalho do que aquele que ele mesmo dispendeu na produção. Mas, se uma produtividade mais elevada não implica produção de mais valor, como esse produtor consegue se apropriar de mercadorias que valem mais do que as que produziu? Isso é possível, como nos esclarece Marx (2013, p. 392), pois “[...] o valor efetivo de uma mercadoria não é seu valor individual, mas seu valor social, isto é, ele não é medido pelo tempo de trabalho que ela de fato custa ao produtor em cada caso singular, mas pelo tempo de trabalho socialmente requerido para sua produção”.

Embora a mercadoria individual desse produtor singular contenha menos tempo de seu trabalho, ela é vendida conforme a produtividade média de seu setor. Ao elevar sua produtividade, esse produtor eleva em pequena medida a produtividade média de seu setor de

³⁰ “Se a intensidade do trabalho aumentasse em todos os ramos industriais ao mesmo tempo e na mesma medida, o novo grau de intensidade mais elevado se converteria no grau normal, fixado socialmente no costume, e deixaria, assim, de ser contado como grandeza extensiva [...]” (MARX, 2013, p. 592).

³¹ É importante não confundir o aumento da produtividade do trabalho com um de seus efeitos: a elevação da composição orgânica do capital. Esses dois conceitos possuem, para Marx, forte relação entre si, uma vez que a elevação da quantidade de valores de uso produzido por um determinado trabalho concreto tem como pressuposto e consequência uma manipulação maior de meios de produção (MARX, 2013, p. 698–699). O equívoco crucial ao qual são levados aqueles que confundem esses dois elementos, tal como Marini (1979) e Martins (2011) (*cf.* seção 3.2.1), é o de tentar comparar a produtividade de diferentes ramos da produção por meio da comparação de suas composições orgânicas. Mas, como Marx (2013, p. 123) deixa claro, “[...] como a força produtiva diz respeito à forma concreta e útil do trabalho, é evidente que ela não pode mais afetar o trabalho, tão logo se abstraia dessa sua forma concreta e útil [...]”, ou seja, ela não é comparável entre diferentes ramos da produção.

modo que todos os demais passarão a produzir abaixo desta na mesma medida em que ele produz acima. O que ele ganha de mais valor adicional, perdem os demais. E ainda, supondo que se mantenha constante a quantidade de horas trabalhadas pela soma desses produtores, aumentar-se-ia, nesse caso, a massa de valor de uso sem elevar a grandeza do valor gerado. A sociedade como um todo gastaria o mesmo montante de dinheiro que antes para adquirir uma quantidade maior de mercadorias, fazendo essa divergência de produtividade aparecer como uma transferência de valor interna ao setor em questão.

Agora, se todos os produtores desse setor elevassem a produtividade de seus trabalhos na mesma medida, igualando-os com a média setorial, restabelecer-se-ia a equivalência entre o valor individual e social das mercadorias. Esse setor produziria, então, uma maior quantidade de valor de uso sem que qualquer de seus integrantes se apropriasse de quantidade maior de valor.

Concluimos com isso que, enquanto desvios na intensidade do trabalho alteram a relação de troca em termos de horas de trabalho, mas não em quantidades de trabalho, as divergências no grau de produtividade geram uma transferência de mais valor adicional, mas não comprometem o funcionamento médio da lei do valor. E também, que quanto maior é o espaço abarcado pelo intercâmbio de mercadorias, maior a variância tanto da intensidade quanto da produtividade do trabalho e, devido a esta última, maior a grandeza de valor que se transfere entre produtores como consequência da troca de equivalentes.

Nas trocas internacionais, esses efeitos não só se fazem presente como atingem o seu mais alto grau. E mais, como resultado da divisão internacional do trabalho e da desigualdade no nível de desenvolvimento da acumulação capitalista nos países industrializados, as variações entre o nível de intensidade e produtividade do trabalho tendem a variar de nação para nação. Com relação à intensidade média do trabalho no mercado mundial, Marx (2013, p. 631–632) ressalta:

Em cada país vigora certa intensidade média do trabalho, abaixo da qual o trabalho para a produção de uma mercadoria consome mais do que o tempo socialmente necessário e, por isso, não conta como trabalho de qualidade normal. [...] O mesmo não ocorre no mercado mundial, cujas partes integrantes são os diversos países. A intensidade média do trabalho varia de país a país, sendo aqui maior, lá menor. Essas médias nacionais constituem, pois, uma escala, cuja unidade de medida é a unidade média do trabalho universal. Assim, comparado com o menos intensivo, o trabalho nacional mais intensivo produz, em tempo igual, mais valor, que se expressa em mais dinheiro (MARX, 2013, p. 631–632).

Portanto, as nações que apresentam intensidade média do trabalho inferior à média universal estariam fadadas a trocar sempre mais horas de trabalho nacional por menor

quantidade de horas das nações nas quais se observam maior intensidade³². Este seria, particularmente, o caso das economias que, por força do comércio exterior, se especializaram na produção agrícola, afinal, a atividade industrial, devido ao ritmo e a continuidade uniforme do trabalho, pode elevar a intensidade para além do que é possível na agricultura.

Contudo, as nações industriais atrasadas, além de contarem com um trabalho menos intensivo do que o realizado nos países de maior desenvolvimento capitalista, padecem com a diferença no grau de produtividade entre eles³³. Afinal:

[...] As diferentes quantidades de mercadorias do mesmo tipo, produzidas em diferentes países no mesmo tempo de trabalho, têm [...] valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes, isto é, em quantias diferentes de dinheiro de acordo com os valores internacionais [...] (MARX, 2013, p. 632).

Todavia, as mercadorias são vendidas todas a um mesmo preço no mercado internacional³⁴, graças à ação equalizadora do capital comercial (MARX, 1986a, p. 248). Daí advém o fato de que, “[...] no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo também contar como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não se veja forçada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor” (MARX, 2013, p. 632). Assim:

[...] o país mais adiantado vende suas mercadorias acima de seu valor [nacional/individual], embora mais barato do que os países concorrentes. [...]. Exatamente como o fabricante que usa uma nova invenção antes de sua generalização vendendo mais barato do que seus concorrentes, e mesmo assim vende acima do valor individual de sua mercadoria, ou seja, aproveita como mais-trabalho a força produtiva de trabalho especificamente mais elevada por ele empregada [...] (MARX, 1986a, p. 181).

Do mesmo modo que o fabricante mais produtivo absorve um mais-valor adicional igual ao montante que perdem seus concorrentes, os países mais desenvolvidos – ou melhor, as classes capitalistas desses países – absorvem um mais-valor adicional (ou extra) que se deduz dos países concorrentes de desenvolvimento inferior.

Vimos com isso que a dimensão quantitativa do valor se opõe ao seu aspecto qualitativo, no sentido de que o trabalho abstrato só assume seu caráter de expressão universal

³² É preciso lembrar que essa relação de troca desigual em termos de horas trabalhadas representariam nada mais do que um ajustamento na aplicação da lei do valor – já que continuam a trocar quantidades iguais de trabalho –, mas ajustamento que atua sempre em desfavor de certo grupo de países.

³³ Como a produtividade é propriedade do trabalho concreto, não serve de parâmetro para a comparação entre a produção de diferentes setores, tais como entre o industrial e o agrícola. Assim, os efeitos descritos a seguir só se aplicariam entre as nações que exploram o mesmo tipo de atividade, e seria mais significativo entre as nações industrializadas, onde a diferença de produtividade é maior.

³⁴ Ou melhor, a um preço aproximado.

de atividade humana no momento em que são máximas as barreiras para a equiparação entre os distintos tempos de trabalho dispendidos na produção. Tal contradição mostra que, ao mesmo tempo em que a lei do valor precisa do mercado mundial para se consolidar, ela só pode funcionar com uma concomitante transferência de parcela de sua grandeza resultante da troca de equivalentes; e mais, que essa contradição se inverte (mas não se resolve), à medida que se delimita mais o alcance do intercâmbio de mercadorias.

Devemos ainda fazer uma observação sobre as trocas internacionais que decorrem de um assunto não tratado diretamente por Marx, mas que pode ser deduzidos de suas considerações. O autor deixa claro que o processo de equalização da taxa de lucro e da transformação dos valores em preços de produção circunscreve-se às fronteiras nacionais, fazendo reinar, em cada país, uma taxa média de lucro compatível com o grau de desenvolvimento do capital³⁵. Isso porque essa equalização depende de questões relacionadas com a mobilidade espacial e setorial tanto do capital quanto da força de trabalho; mobilidade essa que se encontra normalmente restringida no âmbito do mercado mundial.

Apenas as mercadorias transacionadas nos espaços internacionais teriam seus preços nivelados conforme a unidade de medida do trabalho universal, e obedeceriam as considerações apontadas acima sobre a dimensão quantitativa do valor³⁶. Entretanto, é preciso observar que, a partir do momento em que a exportação de capitais se torna uma realidade no comércio internacional³⁷, tem início um movimento que influenciará a magnitude da taxa média de lucro tanto nos países exportadores quanto nos receptores, gerando desvios nos preços de produção nacionais. E com esses desvios, ter-se-ia uma transferência de mais-valor entre nações semelhante à transferência que ocorre no interior de uma nação como resultado da formação da taxa geral de lucro. Isso tudo atuaria, claro, em favor das nações com mais elevada composição orgânica do capital, *i.e.*, com desenvolvimento capitalista mais avançado.

2.1.3 O mercado mundial e as crises

Como sugerimos anteriormente³⁸, Marx e Engels apresentam, no “Manifesto do partido comunista”, a expansão capitalista pelo mercado mundial como um resultado

³⁵ Por exemplo, quando inicia seu estudo sobre os preços de produção em “O capital”, Marx (1986a, p. 112) afirma: “[...] o que queremos expor nesta seção é justamente a maneira como se estabelece uma taxa de lucro geral dentro de um país [...]”.

³⁶ O que faz com que aquele mais-valor adicional absorvido pelos países avançados concentre-se nos capitais que se envolvem com o comércio exterior. *Cf.* Marx (1986a, p. 181).

³⁷ Tal como indicamos anteriormente. *Cf.* p. 29.

³⁸ *Cf.* p. 21.

inevitável desse modo de produção. Essa visão, que já estava presente desde os esboços de “A ideologia alemã”, não tem nada de fatalismo ou teleologia, mas deriva da concepção, que Marx viria a desenvolver com mais detalhes em “O capital”, de que a produção capitalista necessita do comércio exterior, é inseparável dele e, sem ele, encontraria seu fim prematuro. Afirma: “a produção capitalista não pode existir de modo algum sem comércio exterior [...]” (MARX, 2014, p. 575).

As razões dessa dependência repousam nas contradições de um modo de produção que produz valores de uso com o intuito de acumular valor de troca, ou melhor, nas crises que periodicamente afligem a grande indústria, uma vez que, como afirma Marx (1986a, p. 188), “[...] as crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado”. Para esse autor, a expansão do mercado mundial seria impulsionada pelo capital por constituir-se em uma solução, mesmo que temporária, para as crises. Aprofundemo-nos nessa questão.

Marx não desenvolveu de forma acabada sua teoria sobre as crises no modo de produção capitalista³⁹, mas podemos apontar dois “tipos” de crise que teriam papel especial em seu pensamento por resultarem da própria lógica de acumulação do capital⁴⁰. Em *primeiro* lugar, temos a crise de superprodução de mercadorias, que consiste em se produzir mais mercadorias do que a capacidade de consumo da sociedade; capacidade que, conforme nos esclarece Marx (1986a, p. 185):

[...] não é [...] determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo; mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites mais ou menos estreito.

Portanto, trata-se de uma superprodução relativa, no sentido de que não se constitui um excesso de riqueza, mas um excesso diante da possibilidade de sua distribuição para o todo da sociedade⁴¹. O limite dessa possibilidade de distribuição encontra-se, como Marx

³⁹ Os leitores a par das controvérsias sobre a teoria das crises em Marx poderão julgar polêmica a forma como apresentamos esse tema aqui. Mas é preciso esclarecer que não temos o objetivo adentrar nesse debate. Nosso intuito é apenas o de demonstrar a relação desses fenômenos com a expansão do mercado mundial, tal como está incontestavelmente presente no pensamento de Marx. Uma análise detalhada da controvérsia sobre as crises dentro do próprio pensamento marxista pode ser encontrada em Faria (1989, 1997).

⁴⁰ Em contraposição às tantas outras formas de crise resultantes de efeitos conjunturais ou causas “externas”, tais como, por exemplo, as crises financeiras decorrentes da lei bancária inglesa de 1844, esta última extensivamente criticada por Marx.

⁴¹ “Não se produz demasiada riqueza. Mas periodicamente se produz demasiada riqueza em suas formas capitalistas, antitéticas” (MARX, 1986a, p. 194).

observou ao analisar a reprodução e circulação do capital social total⁴², na proporcionalidade com que o capital (e, portanto, seu produto) encontra-se repartido entre os diferentes ramos de produção.

Podemos sumarizar os resultados da referida investigação, no que concernem aos interesses da presente exposição, como segue: para que a reprodução do capital social total ocorra sem perturbações, ou seja, para que a renda social seja capaz de adquirir o produto anual total, é imprescindível que a massa de valor na qual se consubstancia esse produto constitua-se em valores de uso condizentes tanto com a distribuição dessa renda como com os desejos de consumo de seus possuidores⁴³.

Entretanto, a divisão do capital entre os ramos da produção não é racionalmente determinada a partir do desejo de consumo da sociedade e de sua complexa condição de reprodução. As decisões sobre os “quês” e os “quantos” da produção são tomadas, na realidade, tendo em vista tanto a busca desenfreada pela acumulação⁴⁴ quanto a capacidade da grande indústria em lançar quantidades cada vez maiores de mercadorias na circulação⁴⁵.

É assim que a distância entre os momentos da produção e do consumo levam os capitalistas a lançarem mercadorias na circulação sem a certeza de que estas atendem a uma necessidade social, ou seja, sem saber se são valores de uso para os consumidores. E quando os *meios de consumo* lançados no mercado excedem o exigido para atender as condições de reprodução do capital e, portanto, as necessidades sociais, há o que se chama de superprodução⁴⁶. “[...] Uma superprodução [...] que”, segundo Marx (2014, p. 631), “[...] só poderia ser compensada por uma grande quebra, em consequência da qual fosse transferido capital de [um ramo da produção para o outro] [...]”.

Com a crise, o equilíbrio seria restabelecido e a acumulação do capital poderia ser retomada até se deparar com outro processo de superprodução. Mas, haveria alguma possibilidade de evitar com que a sociedade passasse periodicamente por essas crises? Ou, ao

⁴² Cf. Marx (2014, seq. III).

⁴³ No caso da “reprodução simples”, ou seja, a reprodução do capital na qual não se amplia a capacidade produtiva da sociedade com o reinvestimento do mais-valor, essa condição é dada pela igualdade (em termos de magnitude de valor) entre o produto consumido como capital constante no setor produtor de meios de consumo e a renda dos capitalistas (mais-valor) e trabalhadores (capital variável) do setor produtor de meios de produção – para os leitores habituados às notações dos esquemas de reprodução de Marx, isso significa: $Ic = I(v+m)$. Já para a “reprodução ampliada”, na qual parcela do mais-valor se converte em novo capital, essa condição depende, sobretudo, da demanda de capital constante do setor produtor de meios de consumo ser inferior à renda dos capitalistas e trabalhadores do setor de meios de produção – ou seja, $Ic < I(v+m)$.

⁴⁴ Como ressalta Marx (MARX, 1986a, p. 194–195), “[...] a taxa de lucro é a força impulsionadora da produção capitalista, e só se produz o que e à medida que pode ser produzido com lucro [...]”

⁴⁵ “A enorme capacidade, própria do sistema fabril, de expandir-se aos saltos e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril e a consequente saturação dos mercados, cuja contração acarreta um período de estagnação [...]” (MARX, 2013, p. 524).

⁴⁶ Pois com uma produção excessiva de meios de consumo teríamos: $Ic > I(v+m)$.

menos, haveria alguma forma de adiá-las, tornando seus ciclos mais longos? Para Marx, a expansão do mercado mundial poderia cumprir esse papel.

A circulação de mercadorias poderia ocorrer em proporções distintas das determinadas pelas condições de reprodução do capital total caso ela fosse complementada na medida da necessidade pelas trocas internacionais⁴⁷. Afinal, “[...] por meio do [comércio de exportação] uma nação pode converter artigos de luxo em meios de produção ou de subsistência e vice-versa [...]” (MARX, 2013, p. 656).

Esse recurso ao mercado mundial aparece como solução natural para o ramo em superprodução no momento em que se torna óbvio o excesso relativo de mercadorias. Quando as leis da oferta e da demanda pressionam para baixo seus preços e, com ele, a taxa de lucro, o abarrotamento dos mercados onde já atuam essas indústrias as faz, então, mirar para regiões ainda inexploradas pelo capital. É a percepção desse processo que leva Marx (1986a, p. 250) a afirmar que “[...] a necessidade imanente ao [modo de produção capitalista] [...] de produzir em escala cada vez maior, leva à constante expansão do mercado mundial [...]”.

Entretanto, essa expansão, apesar de adiar os efeitos dessas crises inevitáveis, não é capaz de anulá-las por completo, pois “[...] o comércio exterior [...] não faz mais do que deslocar as contradições a uma esfera mais ampla, abrindo-lhe um maior campo de ação” (MARX, 2014, p. 573). Se a reprodução do capital social total de uma nação requer um frágil equilíbrio entre as proporções nas quais o capital se reparte entre os ramos da produção, condições similares devem ser observadas ao se considerar a produção capitalista em todas as nações como um conjunto.

Há ainda um *segundo* “tipo” de crise, a crise de superprodução de capital. Essa não tem como causa, ao contrário do caso anterior, uma produção desproporcional de meios de produção. Afinal, sempre que estes são produzidos em excesso, podem ser utilizados para converter mais-valor em novo capital⁴⁸. E caso aconteça dos preços serem pressionados para baixo devido ao excesso de oferta de meios de produção, isso torna o novo investimento ainda mais lucrativo, o que eleva também sua demanda.

O limite para um excesso (relativo) de meios de produção aparece quando o novo capital não encontra as condições necessárias para obter uma valorização condizente com a

⁴⁷ Essa possibilidade é sugerida por Marx em alguns momentos no decorrer da análise sobre a reprodução simples. Cf. Marx (2014, p. 511–512, 570–573).

⁴⁸ Essa conclusão é alcançada por Marx na análise dos esquemas da reprodução ampliada do capital. Produção excessiva de meios de produção implicam $Ic < I(v+m)$, que é condição necessária para a reprodução em escala ampliada. Cf. Marx (2014, p. 630–631).

que se observa para o capital já aplicado, em outras palavras, se a taxa de lucro que puder obter for inferior à média social. Nesse caso, sugere Marx (1986a, p. 192):

Seria [...] superprodução [de capital], porque o capital seria incapaz de explorar o trabalho num grau de exploração que é condicionado pelo desenvolvimento sadio, normal do processo de produção capitalista, num grau de exploração que ao menos aumenta a massa de lucro com a massa crescente de capital empregado; que, portanto, exclui que a taxa de lucro caia na mesma proporção em que o capital cresce, ou até que a taxa de lucro caia mais rapidamente do que o capital cresce.

Portanto, a verdadeira origem da superprodução de capital encontra-se na tendência progressiva da taxa de lucro a cair. Essa tendência, que foi descrita por Marx no livro terceiro de *O capital*⁴⁹, resulta do fato de que, ao buscar elevar a produtividade do trabalho com o intuito de obter mais-valor adicional, a classe capitalista acaba por ampliar a massa de meios de produção manipulada por cada trabalhador e, portanto, a magnitude do capital constante com relação ao capital variável. E, como já vimos⁵⁰, a uma maior composição orgânica do capital, corresponde uma taxa de lucro mais baixa.

Ao se deparar com uma lucratividade menor, a classe capitalista se abstém de converter o mais-valor em capital. Por isso, “[...] o desenvolvimento da força produtiva de trabalho gera, na queda da taxa de lucro, uma lei que em certo ponto se opõe com a maior hostilidade a seu próprio desenvolvimento, tendo de ser, portanto, constantemente superada por meio de crises.” (MARX, 1986a, p. 194).

As crises são a forma mais violenta de se resolver a superprodução de capital. Mas, Marx ressalta uma série de outros elementos que podem atuar no sentido de retardar a queda da taxa de lucro, de forma a adiar o efeito da crise, porém sem nunca a eliminar. Dentre esses elementos, destacamos o papel que o autor reserva ao comércio exterior.

Primeiramente, o intercâmbio internacional de mercadorias, ao permitir a importação de meios de consumo necessários para a reprodução da classe trabalhadora a um preço inferior ao encontrado no mercado nacional, contribui para o barateamento da força de trabalho, com o efeito imediato de aumentar a taxa de exploração e, em consequência, a taxa de lucro. Além disso, colabora também para a redução do capital constante, pois, como lembra Marx (1986a, p. 82), “[...] ele afeta os preços das matérias-primas e auxiliares utilizadas na indústria ou na agricultura [...]”. Com isso, reduz o montante de capital que se deve adiantar para se obter uma dada massa de lucro, elevando, portanto, sua taxa.

⁴⁹ Cf. Marx (1986a, seq. III).

⁵⁰ Cf. nota 24, p. 28.

Ainda, o capital investido no comércio exterior obtém taxa de lucro mais elevada (que tem por efeito elevar a taxa média de lucro após sua equalização) por concorrer com capitais menos produtivos de outros países e se beneficiar, com isso, do processo de transferência de valor descrito na seção anterior. Por fim, Marx (1986a, p. 181) também nos rememora dos capitais que se investem no exterior, onde as condições de acumulação são mais favoráveis. Ao obterem lucros mais elevados nessas regiões, remetem-no ao país de origem onde, ao participar da equalização da taxa de lucro, auxiliam a elevá-la.

Contudo, apesar de todos os seus efeitos favoráveis no sentido de afastar as crises de superprodução de capital, o próprio comércio exterior acaba por impulsioná-las. Ressalta Marx (1986a, p. 181):

O mesmo comércio exterior porém desenvolve no interior o modo de produção capitalista, e com isso a diminuição do capital variável em relação ao constante, e produz, por outro lado, superprodução em relação ao exterior, tendo por conseguinte, no decurso posterior, também o efeito contrário [ou seja, o de gerar a queda da taxa de lucro].

suma, vemos que por se constituir em alívio momentâneo para as contradições da lógica de acumulação do capital – tanto nas que geram as crises de superprodução de mercadorias quanto de capital –, a expansão do comércio exterior aparece como resultado necessário do modo de produção capitalista⁵¹. Por outro lado, como o mercado mundial não faz mais do que elevar essas contradições a uma escala mais ampla, ele não elimina as barreiras que o desenvolvimento do capital impõe a ele mesmo, deixando claro que esse modo de produção possui caráter simplesmente histórico e transitório.

É a junção desses dois argumentos, do fato da expansão do comércio exterior ser resultado necessário da acumulação capitalista e da concepção sobre os limites dessa acumulação, que levam Marx a concluir que é a tarefa histórica desse modo de produção preparar as condições, por meio da consolidação do mercado mundial e do desenvolvimento das forças produtivas, para o surgimento de uma nova forma de relação social de produção.

Pois:

[...] Se [...] o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre essa sua tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem (MARX, 1986a, p. 189).

⁵¹ Nas palavras de Marx (1986a, p. 180): “[...] a ampliação do comércio exterior, embora tenha sido na infância do modo de produção capitalista sua base, tornou-se, em seu progresso, pela necessidade intrínseca desse modo de produção, por sua necessidade de mercado sempre mais amplo, seu próprio produto [...]”.

atingir seus limites históricos, o modo de produção capitalista criaria as condições para que o comunismo, forma social na qual a produção material se encontraria subjugada à consciência universal da humanidade, pudesse sucedê-lo como resultado de uma revolução de alcance mundial⁵².

No que tange à expansão do mercado mundial, seu papel na formação dessas condições seria duplo. Primeiro, ela seria necessária para vincular a história de todos os indivíduos em uma única “história mundial”⁵³, tornando o desenvolvimento das forças produtivas um fenômeno ao mesmo tempo universal e irreversível⁵⁴. Em segundo lugar, essa expansão criaria o sujeito histórico responsável por pôr em marcha o processo revolucionário: o proletariado. Nesse sentido, Marx e Engels (2007, p. 39, grifos dos autores) afirmam:

[...] A massa dos *simples* trabalhadores [...] pressupõe o *mercado mundial* [...]. O proletariado [...] só pode, portanto, existir *histórico-mundialmente*, assim como o comunismo; sua ação só pode se dar como existência “histórico-mundial”; existência histórico-mundial dos indivíduos, ou seja, existência dos indivíduos diretamente vinculada à história mundial.

Tal visão não implica a crença de que em algum momento *futuro* a possibilidade do comunismo seria real. Ao contrário, ela se baseia no entendimento de que, já naquele momento, o capitalismo havia cumprido esse seu papel histórico e que, portanto, as condições de sua superação já estavam dadas, tal como podemos depreender da seguinte passagem de “A ideologia alemã”:

A grande indústria [...] criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o anterior caráter exclusivista e natural das nações singulares [...] E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais à parte, a grande indústria criou uma classe que tem em todas as nações o mesmo interesse e na qual toda nacionalidade já está destruída; uma classe que, de fato, está livre de todo o mundo antigo e, ao mesmo tempo, com ele se defronta (MARX; ENGELS, 2007, p. 60–61).

Claro que, enquanto não fosse substituído por outra forma de organização social, o modo de produção capitalista trataria de ampliar cada vez mais o mercado mundial e de se

⁵² Em uma anotação marginal ao manuscrito de “A ideologia alemã”, Marx afirma que “[...] o comunismo, empiricamente, é apenas possível como ação ‘repentina’ e simultânea dos povos dominantes [...]”, de modo que “[...] sem isso, [...] o comunismo poderia existir apenas como fenômeno local, [...] e [...] toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 39). Essa passagem mostra a visão desse autor de que o comunismo só seria possível como um fenômeno mundial.

⁵³ “[...] Quanto mais o isolamento primitivo das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de forma natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

⁵⁴ “[...] Somente quando o intercâmbio torna-se intercâmbio mundial e tem por base a grande indústria, quando todas as nações são levadas à luta da concorrência, é que está assegurada a permanência das forças produtivas já alcançadas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 55).

implantar por todas as partes e todos os setores. Mas o fato é que aquela conexão universal entre os indivíduos, assim como a classe internacional dos proletários, já estavam formados. Desse modo, bastaria que os trabalhadores se sublevassem com sucesso em alguma nação na qual predominava o modo de produção capitalista para que se iniciasse uma reação em cadeia de revoluções comunistas “repentinamente e simultâneas” em todos os países do mundo⁵⁵.

2.2 O IMPERIALISMO

Sublevações do proletariado não faltaram no período que se seguiu à morte de Karl Marx, em 1883. Entretanto, nenhuma delas teve força suficiente para instaurar o comunismo em alguma nação e iniciar a reação em cadeia que deveria por fim ao modo de produção capitalista em todo o mundo. Então, tal como o previsto, o capital tratou de se expandir cada vez mais pelos mercados do globo.

Contudo, o cenário do mercado mundial iria mudar até o fim do século XIX. Enquanto, à época de Marx, era amplo o espaço geográfico para a expansão do capital, vinte anos após sua morte, a acirrada concorrência entre as nações capitalistas mais desenvolvidas pelo domínio dos mercados estrangeiros levou-as a dividir o globo em suas áreas de influência com fronteiras bem delimitadas. Surgiram, com isso, verdadeiros impérios do capital.

Foi nesse contexto que o economista inglês John Atkinson Hobson publicou, em 1902, sua mais famosa obra, *Imperialism: a study* (“Imperialismo: um estudo”), na qual buscava descobrir os princípios gerais das “políticas imperialistas” por meio de uma análise econômica do progresso do imperialismo britânico (HOBSON, 1902, p. v). Seu trabalho viria a influenciar uma gama de autores marxistas, mas não antes do imperialismo observar novos avanços.

A divisão do mundo atingiu o clímax com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Nesse momento, poucas regiões do mundo mantinham sua autonomia perante as nações mais avançadas, entre as quais podemos destacar a América Latina – que de certa forma, contava com a “proteção” da Doutrina Monroe apregoada pelos Estados Unidos –, a China e algumas outras pequenas porções da Ásia, assim como grande parcela do Oriente Médio, da

⁵⁵ Nesse sentido, Engels (1975, p. 345) haveria sugerido: “[...] *if now in England or France the workers liberate themselves, this must lead to revolutions in all other countries, which sooner or later will also bring about the liberation of the workers in those countries*” (“[...] se agora, na Inglaterra ou na França, os trabalhadores libertarem a si mesmos, isso deve levar a revoluções em todos os outros países, coisa que, cedo ou tarde, trará também a libertação dos trabalhadores desses países”).

Europa Oriental e da península escandinava. O restante, ou constituía área de controle direto (colônias) ou zona de influência que se repartiam, sobretudo, entre Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Rússia.

Pouco antes desse momento, em 1910, o economista austríaco Rudolf Hilferding inauguraria o debate sobre o imperialismo no campo teórico marxista com seu livro “O capital financeiro: um estudo sobre o recente desenvolvimento do capitalismo”, no qual absorveu importantes contribuições de Hobson. Juntar-se-iam a ele, nos anos seguintes, outros importantes pensadores como Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Nikolai Bukharin e, o mais importante entre eles, Vladimir Lênin.

Dizemos mais importante não apenas por ter liderado o processo revolucionário que levaria a Rússia, em 1917, a se tornar a primeira nação a reivindicar-se como socialista, mas por ser o intelectual de maior impacto, depois de Marx, sobre os autores da teoria da dependência. Assim, seguindo os objetivos que estabelecemos para o presente capítulo, examinaremos a seguir tanto a obra de Lênin quanto a contribuição teórica de Hilferding, pela grande influência que este exerceu sobre aquele.

Com relação aos demais autores citados, cabe destacar ainda a importância do debate que se desenvolveu entre Luxemburgo e Bukharin. Luxemburgo publicou em 1913 seu livro “A acumulação de capital: uma contribuição para a explicação econômica do imperialismo”, no qual buscava dar uma resposta aos esquemas de reprodução ampliada do capital social total desenvolvido de forma inacabada por Marx, relacionando-os com a expansão imperialista dos países capitalistas europeus, sobretudo a Alemanha. Seu argumento pode ser sintetizado na seguinte premissa: para que a acumulação capitalista possa ocorrer, é necessária a existência de um mercado adicional (além dos consumos dos capitalistas e trabalhadores), com o qual se trocava a parte do mais-valor que se converteria em capital; de modo que o imperialismo não passaria de expressão política dessa necessidade econômica.

Diante das fortes críticas que recebeu, a autora escreveria em 1915 sua anticrítica intitulada “A acumulação de capital ou o que os epígonos fizeram da crítica marxista”, publicado postumamente em 1921. Foi, sobretudo, a essa anticrítica que Bukharin iria, em 1924, endereçar suas objeções à interpretação de Rosa, evidenciando muitos dos equívocos desta autora. Apesar de ambos os lados dessa querela apresentarem formulações de interesse para uma análise dos esquemas de reprodução, essa linha de argumentação não emergiu entre

os principais debatedores da teoria da dependência⁵⁶, motivo pelo qual nos absteremos de tratá-los no presente espaço.

2.2.1 Do capital financeiro ao capitalismo agonizante

Voltemos nossa atenção ao “tronco principal” da teoria do imperialismo, começando pela análise das concepções teóricas de Rudolf Hilferding. Para esse autor, o imperialismo consiste em uma política de expansão econômica que se adequa à fase monopolista do capitalismo – fase que se seguiu ao período da livre concorrência e que foi responsável pela formação do “capital financeiro”. Portanto, o estudo do imperialismo deve ter início nas condições que levaram ao fim do período concorrencial.

Para o autor, foi o próprio desenvolvimento das forças produtivas que impôs barreira ao livre trânsito de capital, impedindo o processo de equalização das taxas de lucro. Isso resultou, sobretudo, da elevação da composição orgânica com conseqüente aumento do capital fixo necessário para cada empreendimento. Como o capital fixo possui características próprias ao ramo ao qual pertence, sua ampliação desmesurada teria reduzido a possibilidade de sua mobilidade entre setores. É o que explica Hilferding (1985, p. 184):

[...] Esse gigantesco crescimento do capital fixo significa uma transferência permanentemente dificultada do capital, uma vez investido. Enquanto o capital de giro se transforma de novo em dinheiro, depois do transcurso de todo o período de rotação, e por isso pode ser investido em qualquer outro ramo da produção, o capital fixo fica imobilizado por uma grande série de períodos cíclicos no processo de produção [...].

Outra barreira para a equalização da taxa de lucro apontada por Hilferding, relacionada também com a elevação da composição orgânica do capital, é que esse processo normalmente resulta em uma necessidade de uma soma de capital absolutamente maior para realizar novos investimentos ou ampliar a escala daquele já instalado.

Nem mesmo o advento da mobilização de capital⁵⁷ – a capacidade de reverter, do ponto de vista do capitalista individual, o capital fixo em monetário por meio da venda de títulos (ações), e de aglutinar os capitais ociosos de toda a sociedade – consegue romper essas barreiras. Por mais que ela permita a realização de investimentos ao garantir o montante de

⁵⁶ A exceção coube a uma tentativa malsucedida de Marini (1979) em analisar os esquemas de reprodução mesclando-os com os preços de produção.

⁵⁷ É preciso render atenção especial para a diferença entre o que Hilferding chama de “mobilidade do capital” entre setores e de “mobilização do capital” por meio dos bancos.

recursos adequados, ela não acelera a mobilidade do capital fixo para a sociedade como um todo. Com isso, argumenta Hilferding (1985, p. 186):

[...] surgem entraves para a tendência à nivelção da taxa de lucro que crescem com a evolução do capitalismo. Esses empecilhos atuam com força diferente nos diversos setores, de acordo com a composição do capital e de acordo, especialmente, com o espaço que o capital fixo ocupa dentro do capital total. Esse efeito se fará sentir de forma mais acentuada precisamente nos setores mais evoluídos da produção capitalista, nas indústrias pesadas. Ali, o capital fixo desempenha de longe o mais importante papel, ficando o refluxo do capital já investido mais difícil.

O resultado desse empecilho à equalização da taxa de lucro é que os preços de mercado passam a divergir dos preços de produção, tornando mais rentáveis os ramos nos quais essas barreiras favorecem o surgimento de monopólios, em detrimento daqueles em que se preserva a concorrência entre pequenos capitais. Esse cenário fortalece a constituição do que Hilferding denominou de capital financeiro. Em suas palavras:

[...] Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção (HILFERDING, 1985, p. 219).

O capital financeiro consiste, em outras palavras, no capital industrial que é controlado pelos bancos. Sua origem remonta ao surgimento das sociedades anônimas, mas alcança seu ápice, para Hilferding, com a monopolização das indústrias. Esclarece:

[...] O rendimento industrial ganha um caráter seguro e contínuo; com isso, a possibilidade de investimento de capital bancário na indústria ganha extensão cada vez maior. Mas o banco dispõe do capital bancário, e os proprietários majoritários das ações bancárias dispõem do domínio sobre o banco. É evidente que, com a crescente concentração da propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá o poder à indústria são cada vez mais as mesmas pessoas [...] (HILFERDING, 1985, p. 219).

Com o predomínio do capital financeiro, garantido pelos grandes monopólios, uma vasta quantidade de recursos seria mantido sob o mesmo interesse, formando associações capitalistas que dominariam por completo os mercados nacionais das economias mais avançadas. E mais, com o crescente poder de tais associações, elas estabelecem relações com

o próprio Estado, que passaria a atuar em favor da acumulação de capital desses grandes grupos.

Essa nova relação entre capital e Estado ficaria patente na implementação de políticas protecionistas nas próprias nações de capitalismo desenvolvido. Como indicamos durante a análise do pensamento de Karl Marx, tais políticas eram utilizadas principalmente em países no qual o desenvolvimento da acumulação capitalista se encontrava mais atrasado, em uma tentativa de fortalecer uma indústria nascente armando-a contra o capital estrangeiro. Nas nações mais avançadas, o capital industrial lutava para romper as barreiras alfandegárias, permitindo que as relações econômicas com o mercado mundial atuassem como contratendência da taxa de lucro.

Contudo, com o advento da era monopolista, o protecionismo torna-se, segundo Hilferding, a política própria também das nações mais avançadas. O motivo disso é que, com taxas alfandegárias mais elevadas, os preços no mercado interno se elevariam ainda mais, para além do nível estabelecido pelo poder de monopólio. Com isso, os lucros auferidos pela grande indústria seriam majorados em detrimento da renda dos consumidores daqueles países.

Entretanto, a expansão da produção de mercadorias – que, como vimos, é uma tendência do modo de produção capitalista – esbarraria no estreitamento do mercado causado pelas políticas protecionistas. O Estado, então, é chamado a atuar uma segunda vez em favor do capital financeiro, verdadeiro proprietário dos monopólios. Para ampliar as vendas dessas indústria, seria necessário o domínio de outros mercados, nos quais pudessem ser, mais uma vez, erguidas barreiras em seu benefício. Hilferding resume esse processo nas seguintes palavras:

[...] a política do capital financeiro persegue três objetivos: primeiro, a criação do maior território econômico possível. Segundo, este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra a concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais [...] (HILFERDING, 1985, p. 306)

Nesse ponto, considerando a generalização de tais práticas em todas as nações desenvolvidas, inicia-se uma disputa internacional pelo domínio de territórios. Com isso, a política protecionista, implantada com o intuito de proteger os novos territórios conquistados das potências concorrentes, se generalizou por todo o mundo, dificultando de modo geral a exportação de mercadorias.

O capital financeiro, para driblar tais dificuldades, intensifica a exportação de capitais, fundando por completo as políticas imperialistas. Seus resultados seriam: em um *primeiro* lugar, a internacionalização do capital – uma vez que indústrias de uma mesma propriedade

estariam dispersas por vários países; e em *segundo* lugar, com a possibilidade do capital buscar remuneração em outras economias, haveria uma ampliação dos períodos de prosperidade e atenuação dos períodos de crises, apresentando efeitos estabilizadores para a acumulação.

Portanto, o cenário final ao qual chega Hilferding é um de crescente conflito entre nações capitalistas mais desenvolvidas, e uma *subordinação* das economias coloniais atrasadas. Com relação a esse último elemento, é interessante observar que o autor considerava que, por meio da exportação de capitais, a economia colonial passaria a contar com uma produção industrial condizente com a técnica dos países mais avançados – de modo que a política imperialista teria como resultado a aceleração do desenvolvimento econômico.

A obra de Hilferding influenciou significativamente o pensamento de Vladimir Ilitch Lênin, apesar de este considerá-lo um “[...] antigo ‘marxista’, atualmente companheiro de armas de Kautsky e um dos principais representantes da política burguesa reformista do ‘Partido social-democrata independente da Alemanha’ [...]” (LENIN, 1980, p. 13), em suma, um traidor oportunista⁵⁸. No livro que publicou em 1917, intitulado “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, Lênin reapresenta grande parte dos argumentos de Hilferding (assim como os de Hobson), com algumas pequenas variações. Entretanto, alcança conclusões bem diferentes. Vejamos, começando pelo entendimento desse autor sobre o imperialismo:

Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo. Esta definição englobaria o essencial, porque, por um lado, o capital financeiro é o resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas de industriais; e, por outro lado, porque a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por qualquer potência capitalista, para a política colonial da posse monopolizada de territórios de um globo inteiramente partilhado (LENIN, 1980, p. 87–88).

Em primeiro lugar, podemos observar que toda a concepção de Hilferding sobre a fase monopolista do capitalismo e sobre o advento do capital financeiro se encontram preservadas na aceção de Lênin. Também está presente aí a visão sobre a mudança no mercado mundial, que não passa a contar com muitas regiões “livres” para a expansão do capital. Entretanto, a diferença fundamental entre os dois autores já se pode entrever na citação supra: trata-se da distinção entre a ideia do imperialismo enquanto uma “fase” do capitalismo, em contraposição a uma “política” adequada à fase monopolista.

⁵⁸ Assim como considerava a tantos outros. Seguindo o mesmo caminho, Bukharin também tinha o costume de encontrar muitos traidores e ex-marxistas entre seus companheiros, até o momento que Josef Stálin resolveu executá-lo por traição.

Essa é uma questão essencial no pensamento de Lênin: o imperialismo consistiria na última *fase* do modo de produção capitalista, pois com ele se dão todos os elementos que tornam a sua superação pelo comunismo global como necessária e inevitável. A formação dos monopólios internacionais subjugados a uma oligarquia financeira consistiria no elemento da “[...] transição do regime capitalista para uma ordem econômica e social superior [...]” (LENIN, 1980, p. 122). Em outras palavras, a socialização dos meios de produção, levadas a termo pela formação dos monopólios, seria o último desenvolvimento necessário do capitalismo que permitiria às massas comandarem o processo de produção. Argumenta o autor:

Monopólios, oligarquias [financeiras], tendências para o domínio em vez de tendência para a liberdade, exploração de um número sempre crescente de nações pequenas e fracas por um punhado de nações extremamente ricas ou poderosas: tudo isso originou os traços específicos do imperialismo que permitem caracterizá-lo como um capitalismo parasitário ou decomposto [...] (LENIN, 1980, p. 123).

Parasitário, pois as nações mais avançadas passariam a se voltar para o rentismo, ou seja, para a absorção de renda que deriva da exploração da produção em países estrangeiros. A separação da apropriação do excedente de seu fato gerador levaria a oligarquia financeira dos países parasitários a sustentar-se por meio da propagação da pobreza nas regiões colonizadas. Essa absorção de excedente permitiria, inclusive, que a classe dominante cooptasse parcela dos trabalhadores dos países ricos (um pequeno grupo de oportunistas) que passariam a apoiar as próprias políticas imperialistas.

E decomposto, uma vez que, ao se aproveitar das manipulações nos preços de mercado para elevar os lucros, a classe capitalista iria, progressivamente, perdendo os estímulos ao progresso técnico⁵⁹. Com o fim do estímulo ao progresso técnico, o capitalismo alcança o limite de seu desenvolvimento e conclui, com isso, sua tarefa histórica. “De tudo que deixamos dito”, declara Lênin (1980, p. 125), “acerca da natureza econômica do imperialismo, resulta que devemos caracterizá-lo como um capitalismo de transição, ou mais exatamente, como um capitalismo agonizante [...]”.

Para finalizar nossa análise a respeito da teoria do imperialismo, cabe ressaltar a leitura de Lênin sobre os efeitos que essa fase do capitalismo gera nas nações atrasadas. Em primeiro lugar, assim como Hilferding, esse autor afirma que as exportações de capital

⁵⁹ “[...] Na medida em que se estabelecem, ainda que momentaneamente, preços de monopólio, isso fará desaparecer até certo ponto os estímulos do progresso técnico e, por consequência, de qualquer outro progresso; e então, torna-se possível, *no plano econômico*, travar artificialmente o progresso técnico [...]” (LENIN, 1980, p. 98 grifos do autor)

aceleram poderosamente o desenvolvimento do capitalismo nessas nações⁶⁰. Ou seja, enquanto os países avançados entram em decomposição, os demais observam um salto no processo de industrialização.

Além disso, é interessante observar o efeito do imperialismo sobre as nações atrasadas não coloniais. Mesmo tendo dado pouca ênfase a esses países, devemos registrar que Lênin chega a descrever a situação em que se encontram. Afirma:

[...] Esta época [a fase imperialista do capitalismo] não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países: possuidores de colônias e colonizados[,] mas ainda por variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de independência política, na realidade, estão presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática [...] (LENIN, 1980, p. 84).

Entre essas nações formalmente independentes, mas efetivamente dependentes, o autor destaca o caso da América do Sul em geral e da Argentina em particular. Curiosamente, aponta também a situação de Portugal como pertencente a essa mesma categoria de países. Sem entrar em muitos detalhes de como se dá esse processo de subordinação, Lênin (1980, p. 81) explica: “[...] o capital financeiro é um fator, poderíamos dizer, tão poderoso, tão decisivo, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina efetivamente, até mesmo Estados que gozam de uma completa independência política [...]”.

2.3 A DEPENDÊNCIA: O DEBATE CLÁSSICO

Lênin não viveu o suficiente para ver a grande crise que atingiu as potências econômicas em 1929. Mas, qualquer observador da década de 1930 poderia dar crédito à teoria do imperialismo daquele autor. A estagnação econômica parecia ter atingido os países mais desenvolvidos, enquanto que a expansão do capital andava a passos largos nas nações periféricas. Naquele período era ampla a crença de que, em breve, o capitalismo cederia espaço para o socialismo em todas as nações do mundo.

Mas então, o modo de produção capitalista fez jus, mais uma vez e como sempre, às frases gravadas por Marx e Engels no *Manifesto do partido comunista*, e tratou de revolucionar as próprias bases sobre as quais se assentava antes que o proletariado tivesse a chance de fazê-lo. Tudo que parecia sólido se desmanchou no ar.

Após a Segunda Grande Guerra, emergiu um mercado mundial bipartido entre o bloco comunista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e o bloco capitalista,

⁶⁰ “As exportações de capitais influem, acelerando-o poderosamente, no desenvolvimento do capitalismo nos países para onde são canalizadas [...]” (LENIN, 1980, p. 63).

sob a batuta dos Estados Unidos da América. A política imperialista mudou de forma e praticamente abandonou a dominação colonial, marca da fase do capitalismo que deveria ter sido a última.

Por outro lado, a esmagadora maioria as nações “atrasadas”, mesmo tendo avançado significativamente em seu processo de industrialização, não conseguiu superar a dependência econômica. O vigoroso processo de industrialização por substituição de importações (como ficaria conhecido) avançou a passos largos em várias regiões do mundo, sobretudo na América Latina, durante os trinta anos que se seguiram à crise de 1929. Mas, no decorrer da década de 1960, pareceu mostrar seus limites quando essas regiões entraram nas primeiras crises industriais de suas histórias.

Havia, portanto, a necessidade de uma nova interpretação sobre os fenômenos em curso. Do mesmo modo que a teoria do imperialismo havia sido fundada por um teórico não marxista, a pedra fundamental da teoria da dependência seria lançada por um economista estranho a essa tradição. Em 1949, o argentino Raúl Prebisch, presidente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU), publicou o artigo *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (“O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”) no qual afirmaria que a queda dos preços dos produtos primários (produzidos pelas nações periféricas) ocorre em desarmonia com a elevação da produtividade, gerando uma transferência dos frutos do progresso técnico para os países centrais, tese que ficou conhecida como a “deterioração dos termos de intercâmbio”. Outro economista cepalino, o brasileiro Celso Furtado, desenvolveria o estruturalismo, um arcabouço teórico no qual se insere uma análise completa do fenômeno da dependência⁶¹.

A transição do debate sobre a dependência para dentro da teoria marxista tem seu início com a obra publicada por Paul Alexander Baran nos Estados Unidos em 1957, cujo título é *The political economy of growth* (traduzido normalmente como “A economia política do desenvolvimento”). Por mais que alguns prefiram não classificá-lo como um marxista, pois sua análise prescinde das categorias de mais-valor e valor trabalho, esse autor sugere a existência de um processo de exploração entre países. E ainda, afirma que a independência política conquistada pelas nações subdesenvolvidas não as livrou do jugo econômico dos países mais ricos. Em suas palavras:

⁶¹ Entre as obras de Furtado que tratam sobre o tema podemos citar: *Uma economia dependente* (1956), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967).

As forças que moldaram o destino do mundo subdesenvolvido ainda hoje influenciam poderosamente as condições econômicas e sociais que aí prevalecem. Suas formas mudaram, e variou sua intensidade; suas origens e direções, porém, permaneceram inalteráveis. Controlam elas agora, como controlaram no passado, o destino dos países capitalistas subdesenvolvidos; a rapidez com que venham a ser dominados, bem como os métodos a serem empregados para tal fim, determinarão o desenvolvimento econômico e social futuro desses países (BARAN, 1984, p. 153).

As categorias cepalinas começam a receber um tratamento adequado ao paradigma marxista com o debate iniciado por Arghiri Emmanuel, em 1962, sobre o intercâmbio desigual⁶². Entretanto, a despeito de tratar das desigualdades entre as nações, e de dialogar amplamente com a teoria leninista, Emmanuel não constrói uma categoria da *dependência* propriamente dita. Esta iria ser formulada alguns anos mais tarde como que em simultâneo por três distintos autores: André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Theotonio dos Santos.

Gunder Frank publicou, em 1967, o livro *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (“Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina”). Nessa obra, o autor afirma que o subdesenvolvimento não consiste em etapa anterior ao desenvolvimento dos países centrais, mas uma realidade distinta, o outro lado da moeda na relação de dependência entre um país satélite e sua metrópole. Cunha então o conceito de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” para afirmar que a periferia se desenvolvia em um sentido próprio, que permitia a apropriação de seus excedentes por países estrangeiros.

Frank (1980) afirma que havia escrito o referido livro entre os anos de 1963 e 1965, corroborando a sugestão de Ruy Mauro Marini (2005) – de quem trataremos mais adiante – de que ele absorvera, em sua passagem pelo Brasil em 1963, os novos elementos teóricos (da dependência) que surgiam no seio da esquerda revolucionária brasileira.

Esse grupo, ao qual Marini faz referência, consiste em um conjunto de intelectuais que se reuniu, pela primeira vez, na recém-constituída Universidade de Brasília, dentre os quais estavam, além do próprio Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Teria sido, então, a partir dos debates por eles realizados que Santos publicaria em seu exílio no Chile, também em 1967, seu primeiro texto sobre o assunto, com o título *El nuevo carácter de la dependencia* (“O novo caráter da dependência”).

Um desenvolvimento um tanto quanto paralelo levou Fernando Henrique Cardoso a elaborar, em conjunto com Enzo Faletto e a partir de debates realizados no Instituto Latino-

⁶² Embora alguns prefiram chamar sua teoria de “[...] um raciocínio pretensamente marxista [...]” (SANTOS, 1991, p. 21).

Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) – organismo que forma parte da CEPAL – uma análise sobre a dependência com grande consonância com o texto de Santos. Intitulado *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica* (“Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica”), esse estudo, que foi publicado no Chile em 1969, já contava com versão mimeografada circulando desde 1967⁶³. Mas, em 1965 Cardoso já havia apresentado a referida categoria em um texto de discussão interno ao ILPES, um protótipo do ensaio que desenvolveria com Faletto.

De todo modo, essa pequena polêmica em torno da “paternidade” da teoria da dependência demonstra que se tratava de um tema de interesse para o debate marxista. Em seguida às primeiras publicações, iniciou-se uma ampla produção teórica.

Na Europa, o economista marxista egípcio Samir Amin incorporaria o conceito de “troca desigual” de Emmanuel, além de grandes contribuições de Frank (não sem poupá-lo de críticas), para construir uma das mais complexas e completas elaborações sobre a teoria da dependência. Em contraposição a esses três nomes, Ernest Mandel apresentaria sua própria interpretação do fenômeno da dependência. Mas, aos poucos, o debate na Europa foi tomando outra forma, e se direcionando para a teoria dos sistemas mundo.

Na América Latina, aos autores já citados, que continuaram a produzir trabalhos sobre o tema, somaram-se uma ampla gama de intelectuais, dentre os quais podemos citar: Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Aníbal Quijano, entre outros. Devido à grande gama de trabalhos e às distintas formas como o conceito de “dependência” foi tratado, torna-se quase impossível apresentar uma visão unânime sobre o significado dessa corrente teórica.

Acreditamos que a melhor sumarização desse debate feita até hoje foi apresentada por Pedro Paz em 1981, de onde tomamos emprestada a interpretação sobre um significado geral que pode ser extraído da categoria “dependência”:

*La dependencia es concebida como un sistema de relaciones de dominación, mediante el cual parte del excedente generado en la periferia es apropiado concentradamente por la fracción hegemónica de la burguesía de los países dominantes, y/o transferido hacia el centro. Junto con ello, se verifica un mayor control sobre los centros de decisión en materia de tecnología, financiamiento, administración, comercialización, etc. [...]”*⁶⁴ (PAZ, 1981, p. 66–67).

⁶³ Tanto que no primeiro artigo de Marini que trás a categoria da “dependência”, *Subdesarrollo y revolución en América Latina*, publicado em 1967, já há uma referência ao ensaio ainda inédito de Cardoso e Faletto.

⁶⁴ “A dependência é concebida como um sistema de relações de dominação, pelo qual parte do excedente gerado na periferia é apropriada principalmente pela fração hegemônica da burguesia dos países dominantes, e/ou transferido para o centro. Como com ele, se verifica um maior controle sobre os centros de decisão em matéria de tecnologia, financiamento, administração, comercialização, etc. [...]”

Nesse sentido, observa-se que não se trata de um objeto de pesquisa distinto da teoria do imperialismo. Inclusive, um ponto quase unânime entre esses teóricos é de que o objetivo da teoria da dependência é não apenas o de “[...] reelaborar a teoria do imperialismo, de modo a mostrar como se dá acumulação de capitais quando se industrializa a periferia do sistema capitalista internacional [...]” (CARDOSO, 1973, p. 133), mas desenvolver uma visão teórica que parte da própria periferia. Tal como ressaltou Santos (2011, p. 357): “[...] *el estudio del desarrollo del capitalismo en los centros hegemónicos dio origen a la teoría del colonialismo y del imperialismo. El estudio del desarrollo de nuestros países debe dar origen a la teoría de la dependencia*”⁶⁵. Afinal:

[...] *Ni Lenin, Bujarin, Rosa Luxemburgo, los principales elaboradores marxistas de la teoría del imperialismo, ni los pocos autores no marxistas que se ocuparon del tema, como Hobson, han enfocado el tema del imperialismo desde el punto de vista de los países dependientes [...]*⁶⁶.

Com o intuito de subsidiar nossa pesquisa, voltar-nos-emos para as elaborações de um grupo de autores que acreditamos relevantes para a crítica e continuidade da teoria da dependência. Apresentaremos a origem da “troca desigual”, elaborada por Arghiri Emmanuel e presente de uma forma ou de outra em todos os teóricos da dependência. Em seguida, trataremos dos três principais autores brasileiros: Cardoso, Santos e Marini.

2.3.1 A troca desigual e o subdesenvolvimento

Se a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, elaborada por Prebisch, marcou o início do debate sobre o subdesenvolvimento no pensamento econômico tradicional, podemos dizer que a “troca desigual” de Arghiri Emmanuel teve um papel similar dentro do campo teórico do marxismo. Não que o marxismo havia se furtado a reconhecer até então as distintas realidades dos países periféricos em relação às economias centrais – como vimos, essa concepção já estava presente em Marx, assim como nos autores da teoria do imperialismo. Entretanto, ao apresentar a primeira tentativa de explicar a deterioração dos

⁶⁵ “[...] o estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo. O estudo do desenvolvimento de nossos países deve dar origem à teoria da dependência”.

⁶⁶ “[...] Nem Lênin, Bukharin, Rosa Luxemburgo, os principais elaboradores marxistas da teoria do imperialismo, nem os poucos autores não-marxista que se ocuparam do tema, como Hobson, enfocaram o tema do imperialismo do ponto de vista dos países dependentes [...]”.

termos de troca por meio da teoria do valor trabalho, Emmanuel demonstrou como a própria relação econômica que se estabelecia no mercado mundial poderia ser a causa do subdesenvolvimento. Por isso que afirmamos Emmanuel como um precursor do debate sobre a dependência, um dos primeiros autores marxistas a analisar o desenvolvimento do capitalismo mundial com um olhar que parte da periferia.

A teoria da troca desigual veio a público pela primeira vez em um trabalho apresentado em 1962, que rapidamente fomentou um intenso debate entre os marxistas franceses. Sete anos mais tarde, o autor publicaria o livro intitulado *L'échange inégal: essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux* (“A troca desigual: ensaio sobre o antagonismo das relações econômicas internacionais”), no qual os mesmos argumentos reaparecem com maiores detalhes.

Podemos sumarizar a tese de Arghiri da seguinte forma: existem determinações exclusivas às trocas internacionais que levam os termos de intercâmbio a se deteriorarem em prejuízo dos países que mantêm salários mais baixos. A consequência dessa troca desigual é uma transferência de mais-valor entre nações, responsável pelo subdesenvolvimento daqueles.

Para Emmanuel, o elemento que diferencia o espaço das trocas internacionais daquele referente às trocas nacionais repousa exclusivamente nas suposições quanto à mobilidade dos “fatores de produção”. Enquanto é natural, afirma Emmanuel, que se suponha uma plena mobilidade de fatores dentro das fronteiras de um mesmo país, a própria observação empírica leva os pesquisadores a suporem restrições no cenário externo.

Entretanto, enquanto a economia burguesa tem concentrado seus esforços de análise na suposição de uma livre mobilidade de mão de obra concomitante a uma restrição no trânsito do capital⁶⁷, Emmanuel propõe que o oposto seria mais condizente com a realidade. Sua teoria da troca desigual irá demonstrar, então, como se comportam os preços quando as barreiras político-econômicas impedem a equalização dos salários entre diferentes regiões nas quais opera a equalização da taxa de lucro. Vejamos.

Em uma situação na qual reine a livre mobilidade tanto do capital quanto do trabalho, a concorrência será responsável por igualar tanto a taxa de lucro dos capitais aplicados nas diferentes nações quanto o nível salarial da classe trabalhadora. Como resultado da dinâmica intrínseca do mercado, as mercadorias são trocadas, em tal cenário, por seus preços de produção. Emmanuel exemplifica esse raciocínio por meio de um exemplo numérico, que reproduzimos na Tabela 2.1, abaixo.

⁶⁷ Pressupostos que, segundo Arghiri, estariam presentes na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo.

Tabela 2.1 – Preços de produção nas trocas internacionais com mobilidade de fatores

Países	K Capital total investido	c Capital constante consumido	v Capital variável	m Mais-valor	V = (c+v+m) Valor	R = (c+v) Custo de produção	T Taxa de lucro	p = TK Lucro	L = R + p Preço de produção
A	240	50	60	60	170	110	33,33%	80	190
B	120	50	60	60	170	110		40	150
	360	100	120	120	340	220		120	340

Fonte: Emmanuel (1973, p. 119).

Nesse exemplo, cada um dos dois países produz uma massa de mercadorias de 170 unidades (horas) de trabalho. Se trocassem seus produtos pelos valores neles contidos, a relação de troca estabeleceria que cada unidade de trabalho de B permitiria se apropriar de uma única unidade de A.

Com a equalização da taxa de lucro, os termos de troca divergem da relação entre os valores. Desse modo, os produtos presentes em uma hora de trabalho no país B seriam trocados pelo equivalente a apenas 0,79 horas de trabalho do país A devido à relação que se estabelece entre os preços de produção ($\frac{150}{190} \cong 0,79$). Tal relação determina uma transferência de mais-valor na ordem de 20 unidades do país B para o país A. Entretanto, para o autor, nada há que se identificar nesse tipo de divergência entre preços e valores uma “troca desigual”. Afirma Emmanuel (1973, p. 223):

A primeira razão que nos impede desta identificação é que este gênero de não-equivalência existe em toda e qualquer troca no sistema capitalista, seja no interior ou no exterior da nação, e, no plano metodológico, nada haveria a ganhar em transformá-la numa nova categoria.

Ou seja, a “troca desigual” que o autor busca encontrar deve se referir a um fenômeno que diverge do caso normal. Além disso, ressalta que a divergência da composição orgânica entre países é uma consequência natural do desenvolvimento capitalista e existe mesmo em um modelo de concorrência perfeita. Desse modo, “os preços de produção, que têm em conta o capital investido, constituem [...] um elemento imanente ao sistema concorrencial [...]” (EMMANUEL, 1973, p. 225).

Por fim, ressalta ainda que a transferência de valor determinada pelos preços de produção não implicam necessariamente uma “deterioração dos termos de troca”, ou seja, não implica que o país B absorverá uma quantidade necessariamente menor de valores de uso que absorveria caso a composição orgânica média de seu capital fosse a mesma do país A. Com isso, conclui: “[...] qualificar de desigual a troca que decorre da transformação dos valores em

preços de produção equivaleria a emitir um julgamento de valor e tomar uma posição sobre uma controvérsia mais filosófica que económica [...]” (EMMANUEL, 1973, p. 231).

Já em uma situação na qual há restrição quanto à mobilidade do fator trabalho, a situação seria muito diferente, pois permitiria uma diferenciação dos salários entre os países. Supondo que o país A apresentasse um custo de mão de obra cinco vezes mais elevado do que o país B, a divergência entre preços e valores seria elevada para outro patamar, como ilustra a Tabela 2.2, a seguir.

Tabela 2.2 – Preços de produção nas trocas internacionais sem mobilidade da força de trabalho e taxas de exploração desiguais

Países	K Capital total investido	c Capital constante consumido	v Capital variável	m Mais-valor	V = (c+v+m) Valor	R = (c+v) Custo de produção	T Taxa de lucro	p = TK Lucro	L = R + p Preço de produção
A	240	50	100	20	170	150	33,33%	80	230
B	120	50	20	100	170	70		40	110
	360	100	120	120	340	220		120	340

Fonte: Emmanuel (1973, p. 120).

Nesse caso, os preços de equilíbrio seriam distintos não apenas do valor das mercadorias, mas também dos preços de produção que seriam obtidos caso não houvesse qualquer constrangimento na mobilidade dos fatores. Dessa vez, para cada hora trabalhada em B, seria possível obter uma quantia de produtos que representa apenas 0,49 horas de trabalho do país A ($\frac{110}{230} \cong 0,49$). A transferência de mais-valor de B para A teria, então, se elevado de 20 para 40 unidades de trabalho. Aqui, há uma troca desigual não pelo fato dos termos de intercâmbio se diferenciarem da relação entre os valores, mas porque se deterioram em relação aos preços de produção obtidos em condições de livre mobilidade de fatores (já que $0,79 > 0,49$).

Assim, para Emmanuel a troca desigual é caracterizada pela transferência de valor que decorre exclusivamente da divergência entre as taxas de exploração. Em suas palavras:

Para além de toda e qualquer alteração de preços resultante de uma concorrência imperfeita no mercado das mercadorias, a troca desigual é a relação dos preços de equilíbrio que se estabelece em virtude da perequação dos lucros entre regiões com taxas de mais-valia “institucionalmente” diferentes – significando o termo “institucionalmente” que essas taxas escapam, seja por que razão for, à perequação concorrencial no mercado dos factores e são independentes dos preços relativos (EMMANUEL, 1973, p. 122, grifos do autor).

E ainda, acrescenta de modo tácito à sua definição que é essa parcela da transferência de valor a causa do subdesenvolvimento. A troca desigual teria, portanto, o papel de

“bloquear” o desenvolvimento, ao não favorecer a ampliação da composição orgânica das nações periféricas.

Emmanuel encontra-se, assim, diante de uma bifurcação: seu modelo apresenta uma correlação entre baixos salários e termos de troca desfavoráveis, mas nada afirma sobre qual a relação causal entre essas duas variáveis. Constanta: “a peregrinação dos lucros, admitida no esquema, pode ter duas consequências possíveis: ou a diferença dos preços, por não se poder repercutir nos lucros, se repercute nos salários, ou a diferença dos salários, por não se repercutir nos lucros, se repercute nos preços [...]” (EMMANUEL, 1973, p. 123).

No entanto, afinal, qual seria a causa e qual seria a consequência? Se os preços das mercadorias são os determinantes dos salários, isso significaria que qualquer flutuação dos preços levaria necessariamente a uma alteração dos salários. Emmanuel (1973, p. 123–124 grifo do autor) ressalta:

Não se trata efectivamente de dizer que os salários dos produtores de cacau devem seguir os preços do cacau, o que poderia ser intuitivamente aceitável, mas que *todos* os salários no Ghana devem seguir os preços do cacau, uma vez que aceitamos que no interior de cada país a peregrinação dos salários se continua a verificar.

Esse raciocínio deve ser repudiado veementemente. Afinal: “toda a nossa experiência, toda a nossa situação, todos os nossos conhecimentos, o facto estatístico e o simples bom senso contradizem semelhante conjectura [...]”. O autor reconhece que os preços oscilam diariamente nos mercados, mas por vários motivos os salários são predominantemente estáveis⁶⁸.

Por fim, como os baixos salários são as causas do intercâmbio desigual, e já que esse intercâmbio desigual engendra o subdesenvolvimento – pois “bloqueia” a ampliação da composição orgânica –, resta a conclusão de que para superar o subdesenvolvimento, basta aos países periféricos elevarem o nível dos salários nacionais.

Emmanuel busca essa conclusão não unicamente das derivações lógicas aqui apresentadas. Para alcançá-la recorre aos exemplos históricos. Ao analisar a relação entre a elevação dos salários e o desenvolvimento econômico tal como aconteceu notadamente nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Dinamarca e Holanda, o autor deduz: “[...] o desenvolvimento apresenta-se [...] não como causa mas como o efeito dos salários elevados [...]” (EMMANUEL, 1973, p. 185).

⁶⁸ “Os salários diferenciam-se por zonas geográficas e independentemente das flutuações das bolsas das mercadorias. São rígidos e notavelmente estáveis no tempo [...]” (EMMANUEL, 1973, p. 125).

Por fim, enuncia: “[...] o nível dos salários actua *directamente* – isto é, pelo simples jogo da lei do valor – sobre os factores económicos, *ao determinar a necessidade de uma intensificação da composição orgânica do capital e induzindo os investimentos pelo alargamento do mercado*” (EMMANUEL, 1973, p. 184–185, grifos do autor).

Esse é, em resumo, o principal argumento por trás da obra de Emmanuel. Fica evidente que a “troca desigual” tal como apresentada por esse autor constitui-se em um acúmulo de deslizes e incompreensões das mais diversas naturezas. Muitos de seus problemas foram levantados no profícuo debate que essa obra suscitou⁶⁹. Limitar-nos-emos aqui a abordar apenas um aspecto, suficiente para demonstrar a incongruência de sua conclusão.

Supondo que seu raciocínio esteja correto, é preciso observar que o modelo estático utilizado por Emmanuel apresenta-lhe apenas uma parte da “verdade” resultante do movimento dos preços de produção. Se é um fato que, *coeteris paribus*, a ampliação dos salários determina uma relação de troca favorável ao país que adota essa medida, a dinâmica que leva a essa equação – elemento ignorado pelo autor – aponta que isso ocorre à custa do desenvolvimento econômico, e não em prol deste.

A equalização das taxas de lucro é um resultado do movimento do capital em busca de maiores retornos. Assim, a ampliação dos salários em dado país, que apresenta como resultado uma redução da taxa de lucro local, determina a fuga do capital para setores mais rentáveis em outros países, onde os salários são menores⁷⁰. Se esse referido país controla o monopólio de alguma produção, tal movimento resultará na recomposição da taxa de lucro (pela redução da oferta e conseqüente elevação dos preços). Mesmo assim, os termos de troca mais favoráveis são conquistados em detrimento da redução do capital total presente na região, ou seja, por uma contração das forças produtivas capitalistas.

No entanto, se o país em questão não controla o monopólio de sua produção, ou seja, se está submetido às forças da concorrência, a fuga de capital talvez não seja capaz de elevar os seus preços de produção – no caso desse capital vir a se instalar nesse mesmo setor, mas em outro país com salários mais baixos. Assim, a fuga de capital seria total, e o país observaria uma estagnação do desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento capitalista não consiste apenas na elevação da composição orgânica média de uma sociedade, mas também se relaciona com a magnitude que a acumulação capitalista alcança relativamente à economia nacional. Um país que mantenha

⁶⁹ Cf. Palloix (1981), Mandel (1982), Bettelheim (1973, 1981) e Schöeller (1979). O maior contendor de Emmanuel foi Charles Bettelheim, que também foi quem mais lhe incentivou e auxiliou em sua produção.

⁷⁰ É preciso lembrar que os esquemas de Emmanuel repousam no pressuposto da total mobilidade de capital entre nações.

apenas um pequeno setor de elevada intensidade tecnológica em meio a uma organização do trabalho predominantemente familiar e de subsistência não é mais “desenvolvido” do que outro no qual toda a sua população se envolve em uma produção industrial de baixa tecnologia.

A teoria econômica não permite que Emmanuel alcance as conclusões a que chegou. Isso evidencia que, se há uma correlação entre o aumento de salários e uma industrialização procedente nos países observados pelo autor, isso provavelmente decorre do fato de que uma terceira variável não observada atuou como causa tanto da elevação dos salários quanto da geração de desenvolvimento.

A despeito de suas falhas, a troca desigual apresenta um grande mérito: o de introduzir no debate marxista a questão da desigualdade de condições nas trocas internacionais. Tal assunto, como vimos, já havia sido sugerido por Marx, mas não foi desenvolvido por nenhum teórico do imperialismo. Se a teoria de Emmanuel é defeituosa, não se trata então de abandoná-la, mas de apresentar uma interpretação mais adequada. Esse pensamento está presente em quase todos os autores da teoria da dependência, que viriam a apresentar suas próprias versões (muitas vezes implícita) da “troca desigual”.

Nesse sentido, Bettelheim foi o primeiro a contribuir para uma correção dos rumos, apresentando uma nova definição para o termo “troca desigual” que retira o juízo de valor impresso por Emmanuel:

[...] Emprega-se esta expressão para dizer que, no mercado mundial, as nações pobres são obrigadas a vender o produto de um número relativamente grande de horas de trabalho para obterem em troca, das nações ricas, o produto de um número de horas de trabalho mais reduzido (BETTELHEIM, 1973, p. 26).

Seja devido à diferença de composição orgânica na concorrência intersetorial, aos níveis de produtividade e intensidade do trabalho divergentes em um mesmo setor⁷¹, ao grau de exploração da força de trabalho, ao poder de monopólio, seja o motivo qual for⁷², o problema da desigualdade nas trocas repousa no fato de que os termos de intercâmbio expressam quantidades divergentes de horas de trabalho socialmente necessárias. Esse é o fundamento da troca desigual.

⁷¹ A ideia de que a concentração de mais-valor adicional nos países tecnologicamente mais avançados também pode ser fonte de troca desigual – ideia já apresentada por Marx – foi resgatada por Mandel (1982).

⁷² Todas as variáveis envolvidas na formação dos preços de produção podem ensejar tal desigualdade, assim como todos os processos que aceleram ou dificultam a equalização dos lucros podem colaborar nesse sentido.

2.3.2 A internacionalização do mercado e o desenvolvimento dependente e associado

Fernando Henrique Cardoso foi o teórico latino-americano com maior inserção internacional no debate sobre a dependência. Sua principal obra sobre o tema foi a que produziu em coautoria com Enzo Faletto, intitulada *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. A mais provável origem do referido livro remete a um seminário ocorrido nos idos de 1964 no Instituto Latino-americano de Pesquisa Econômica e Social (ILPES), vinculado à CEPAL, que tinha por objetivo debater a estagnação econômica que acometia a América Latina.

Desse encontro, derivou um documento elaborado por Cardoso em 1965, com o título *El proceso de desarrollo en América Latina: hipótesis para una interpretación sociológica* (“O processo de desenvolvimento na América Latina: hipóteses para uma interpretação sociológica”), no qual o autor apresenta significativas contribuições ao debate sobre a industrialização dos países periféricos. Nesse texto, além de lançar as bases do método que chamou de “análise integrada”, é feita uma leitura histórica que ressalta a “situação de dependência” resultante da vinculação subordinada dos países latino-americanos ao mercado mundial. Afirma:

[...] *Esa situación de dependencia supone en las posiciones extremas que las decisiones que afectan la producción o el consumo de una economía dada se toman en función de la dinámica de las economías desarrolladas con las cuales la economía subdesarrollada mantiene relaciones de dependencia [...]*⁷³ (CARDOSO, 1965, p. 14).

Contando com a colaboração de Faletto, Cardoso conclui a redação definitiva de seu ensaio em 1967, momento a partir do qual o mesmo começou a circular amplamente em versão mimeografada.

Seu livro, que só viria a ser publicado em 1969, é um debate direto com a teoria cepalina, em uma tentativa de demonstrar a insuficiência das interpretações “economicistas”, que ignoravam os determinantes políticos do processo de transformação social. Esse é o objetivo do método da “análise integrada” presente em *Dependencia y desarrollo en América Latina*. No entanto, é preciso ressaltar que a referida perspectiva metodológica remonta às elaborações de Cardoso em sua obra *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (CARDOSO, 1962), na qual o autor apresenta uma primeira síntese da sua compreensão sobre o materialismo dialético, derivado

⁷³ “[...] Essa situação de dependência supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica das economias desenvolvidas, com as quais a economia subdesenvolvida mantém relações de dependência [...]”.

de uma série de seminários sobre estudos marxistas realizados na Universidade de São Paulo, do qual participaram nomes como Paul Singer, José Arthur Gianotti e Michael Löwy.

Em vários escritos posteriores, Cardoso afirma que o método da análise da dependência que descreve não é nada mais do que a dialética marxista⁷⁴. No entanto, quem se debruça sobre o livro que escreve em coautoria com Faletto não encontra referências à dialética e às categorias marxistas como valor e mais-valor, o que fez alguns dos interpretes do debate clássico da dependência, sobretudo aqueles que escreviam em língua inglesa, classificarem a referida obra como derivação do estruturalismo cepalino.

Entretanto, devemos compreender *Dependencia y desarrollo en América Latina* como parte de uma produção mais ampla de Cardoso e Faletto, de cunho inegavelmente marxista. Assim, a questão sobre a linguagem adotada e a ausência de categorias marxistas em sua principal obra é intrigante. Acreditamos, no entanto, que tal opção “estética” deveu-se ao fato de o livro ter sido elaborado para um conjunto de interlocutores não marxistas (os autores cepalinos)⁷⁵. O fato é que a “análise integrada” que apresentam no referido livro é amplamente compatível com a interpretação de Cardoso sobre a dialética marxista, e até mesmo mais facilmente compreendida a partir desta. Vejamos.

Para os autores, a categoria central que explica o processo de transformação social das nações dependentes é a luta de classes. Nesse sentido, o objetivo da análise integrada é de acoplar a leitura da estrutura econômica com os fatores políticos e sociais que dela derivam (superestrutura). As análises econômicas, na visão de Cardoso e Faletto, se baseiam apenas nos condicionantes estruturais, relacionados estritamente com o modo de produção de determinada sociedade. Portanto, apontam que é necessário ir além e incorporar a esses condicionantes estruturais tanto os fatores sociais que os compõem (a divisão de grupos e classes que derivam de sua posição no processo produtivo), como os fatores que põem em marcha as sociedades – o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais.

⁷⁴ “Não tem sentido inventar procedimentos teórico-metodológicos supostamente novos para caracterizar a corrente de pensamento a que me estou referindo. Implícita ou explicitamente a fonte metodológica é a dialética marxista” (CARDOSO, 1995, p. 91).

⁷⁵ Mesmo sem apresentar categorias marxistas, o livro já sofria certa rejeição. Como Cardoso comenta em entrevista ao falar de seu livro escrito com Faletto e produzido originalmente como um relatório para o ILPES: “[...] A direção do Ilpes não quis publicar o relatório sob a forma de livro alegando que era, na verdade, um informe interno dirigido a Prebisch. O texto levou dois anos ou mais para ser publicado [em 1969]”. “Mas por que não deixaram?”, indaga o entrevistador. Cardoso explica: “Porque eles tinham medo, pois era um livro de crítica, falava de pessoas, de países, e um texto da Cepal é um texto da ONU, deve ser comedido” (CARDOSO, 2006, p. 81). Qual teria sido a reação da CEPAL se, nesse texto, Cardoso e Faletto fizessem referências claras a categorias como mais-valor, taxa de exploração e valor trabalho?

Nesse sentido, os autores esclarecem as relações hierárquicas que existem entre esses dois componentes no qual se divide a totalidade concreta. Em primeiro lugar, a dimensão econômica determina a estrutura social:

Em termos puramente econômicos, o grau de desenvolvimento de um setor produtivo pode ser analisado através de um conjunto de variáveis e de relações entre variáveis que refletem o processo de diferenciação da economia. A partir dessa análise e principalmente levando-se em conta o comportamento da renda e a estrutura do emprego, pode-se inferir a forma que assume a estrutura social (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 18).

Em seguida, a dinâmica da luta de classes, que não resulta de um determinismo derivado da estrutura econômica e de seus processos cumulativos (leis tendenciais), estabelece a preponderância de certas classes e grupos de classes sobre o conjunto da sociedade:

[...] a mudança das estruturais sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas “variáveis” que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 18).

Por fim, o resultado dessa disputa de poder permite que os grupos dominantes direcionem a ação prática de transformação da estrutura econômica que agirá, claro, em seu benefício. Nas palavras de Cardoso e Faletto (1970, p. 23): “[...] é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permite impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio [...]”.

Partindo dessas concepções, Cardoso e Faletto buscam construir um método que “ao realçar as mencionadas condições concretas – que são de caráter estrutural – e ao destacar os móveis dos movimentos sociais – objetivos, valores e ideologias – analise aquelas e estes em suas determinações recíprocas” (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 21). A partir dessas considerações, pode-se ponderar que os autores têm a pretensão de realizar uma análise que chamam de integrada por evidenciar essas determinações recíprocas entre estruturas econômicas e sociais e os processos históricos, animados pelos conflitos de classe. Ou seja, o que os autores tentam resgatar em sua metodologia não é nada além da célebre frase de Marx: “a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”.

A “análise integrada” evidencia a forma adequada dessas determinações recíprocas: enquanto das estruturas econômicas depreende uma determinada estrutura social, dividida em classes e grupos (estrato de classes ou grupo de classes), o conflito entre essas classes e

grupos, animados pelos móveis dos movimentos sociais, implicará novas transformações nos elementos estruturais (e, portanto, modificações da estrutura social e de dominação). Por isso que os autores afirmam que “[...] o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 22).

Nesse sentido, o método de análise integrado propõe-se a detectar e dar sentido aos eventos dinâmicos (*i.e.*, a transformação) da sociedade, relacionados com a luta de classes, indo além da análise econômica que foca apenas nos “estéreis” condicionantes estruturais. Ou seja, há aí uma relação entre estrutura e superestrutura que é condizente com o materialismo dialético proposto por Marx, na qual há relações recíprocas entre esses dois elementos, que se determinam mutuamente, mas que repousam, em última instância, nos elementos econômicos.

Contudo, há uma particularidade no pensamento de Cardoso que o distancia da posição de Marx: a despeito de possuir relevância para a determinação do plano em que se dá o conflito político, os elementos econômicos não são dotados de movimento próprio, sendo toda a dinâmica do sistema derivada da luta de classes (categoria totalizante).

Vânia Bambirra tece crítica a respeito da obra de Cardoso e Faletto em seu livro “*El capitalismo dependiente latinoamericano*” (“O capitalismo dependente latino-americano”), escrito em 1970 e publicado no Chile em 1972. A respeito do método da “análise integrada”, a autora afirma:

A concepção teórico-metodológica geral proposta por Cardoso e Faletto para orientar sua análise é correta [...].

No entanto, o âmbito econômico está presente neste estudo somente como um “marco” muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica. Isto é: o âmbito econômico importa apenas para definir os parâmetros estruturais, enquanto o estudo se centra na “ação dos diversos grupos”, entendida sobre o ponto de vista sociológico (BAMBIRRA, 2013, p. 49).

Cardoso e Faletto sugerem uma análise que integra o lado econômico e o social do processo de transformação. Mas:

Na medida em que a análise econômica não é feita *pari passu* à análise sociológica, a legalidade do âmbito econômico tende a aparecer como estática e não como um processo econômico que se desenvolve sob leis e contradições que engendram uma dinâmica específica, em função da qual e sobre a qual os homens atuam, refletindo e transformando posições específicas de classes (BAMBIRRA, 2013, p. 49).

Ou seja, ao combater o vício “economicista” das análises cepalinas, Cardoso e Faletto acabam por cair em uma espécie de “sociologismo”, dando exacerbada ênfase aos elementos políticos. Nós apresentamos uma crítica similar em outro trabalho, onde afirmamos:

[...] A estrutura econômica age, no pensamento cardosiano, apenas como o pano de fundo da luta de classes, sendo que não há espaço para as transformações sociais que seriam fruto dos processos econômicos reificados, como as leis tendenciais derivadas da lógica de funcionamento do capitalismo (FRANKLIN, 2012, p. 78).

Talvez esse sociologismo seja fruto da falha dos autores em utilizar o método por eles proposto, tal como sugere Bambirra⁷⁶, ou derive da própria concepção acerca da dialética marxista construída por Cardoso. Mas o fato é que os autores deixam de abordar em seus escritos a *dinâmica* dos elementos materiais – *i.e.*, os processos de transformação estrutural alimentados pelas próprias relações econômicas, relações necessárias que os homens mantêm entre si independente de suas vontades – que caracterizam a situação de dependência, fazendo-os aparecer somente como um pano de fundo estático.

Assim, definem a dependência como um processo de subordinação⁷⁷: “A dependência [é] um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação com o exterior” (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 31). Desse modo, é a dinâmica do elemento político que determina as transformações na própria estrutura da sociedade.

A dimensão econômica está presente nessa definição na forma que Cardoso (1978) chamou de “dependência estrutural”, ou seja, no modo em que se estabelece a vinculação de certas classes e grupos com o exterior e a partir do qual deriva o referido “tipo específico de relação entre classes”. Portanto, essa estrutura econômica dependente é a origem das relações de classe e é, ao mesmo tempo, reforçada por ela.

Esse é o sentido por trás do fenômeno da dependência que pode ser observado em várias etapas da história latino-americana, inclusive naquela que os autores denominaram de “internacionalização do mercado”⁷⁸. Esta fase resultaria do processo de abertura dos mercados internos de algumas nações latino-americanas, fazendo com que os laços entre o centro e a periferia não se limitem mais apenas ao sistema de importações-exportações, como acontecia até então. Afirmam os autores: “[...] agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais [...]” (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 125), ou seja, as relações de vinculação

⁷⁶ “[...] Não há nesta obra, portanto, uma coerência entre a metodologia proposta e sua utilização ampla e rigorosa na análise realizada [...]” (BAMBIRRA, 2013, p. 50).

⁷⁷ Tal definição é condizente com a visão cepalina. Para Furtado, por exemplo, a lógica dependente é caracterizada pelo “deslocamento dos centros de decisão” de uma nação para o exterior. No entanto, esse autor também considera a “dependência tecnológica”, ou seja, o fato de que os países dependentes necessitam do desenvolvimento tecnológico irradiado pelo centro.

⁷⁸ Que condiz, como veremos a seguir, com o que Theotonio dos Santos chamaria de “o novo caráter da dependência”.

entre a economia nacional e os centros dinâmicos das economias centrais passaram a ocorrer dentro do próprio mercado interno dos países dependentes.

Essa situação continua sendo caracterizada pela dependência estrutural, pois os fluxos de capitais e o controle das decisões econômicas continuam passando pelo exterior. A despeito das decisões de investimento levarem em consideração as condições do mercado interno, isso ocorre apenas parcialmente, de modo que os lucros gerados no sistema nacional podem ser direcionados para reinvestimento, por parte da matriz estrangeira, nas próprias economias centrais ou em economias periféricas distintas daquelas que os geram (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 126). E ainda, a intensificação da dependência dos fluxos financeiros internacionais, que afluem na forma de empréstimos para as economias dependentes, amplia o endividamento e a evasão de recursos para pagamento de juros⁷⁹.

Por outro lado, transformações significativas ocorrem nas economias que atingiram essa nova etapa. Em primeiro lugar, há um processo de desenvolvimento – compreendido como uma industrialização diversificada e impulsionada pelo mercado interno⁸⁰ – mesmo que dependente, ou seja, incapaz de cortar os vínculos econômicos que subordinam essas economias aos países imperialistas.

Além disso, por mais que esse tipo de industrialização pautada no capital estrangeiro intensifique um padrão de sistema social excludente⁸¹, essa “[...] nova forma de dependência está baseada na exploração de mais-valia relativa e no aumento da produtividade” (CARDOSO, 1995, p. 105). Por esse motivo, há o surgimento de uma mão de obra especializada, juntamente com o desenvolvimento de um setor terciário, que vão resultar em uma distribuição de renda relativamente mais equilibrada *no setor urbano-industrial*.

Com isso, surge um mercado interno capaz de absorver a produção industrial gerada pelo capital estrangeiro no interior dessa nação. Cardoso ressalta que a existência desse mercado interno não é livre de contradição. A despeito de que com essa industrialização “[...] cresce o papel do consumo local para a colocação dos produtos fabricados nas economias

⁷⁹ Recursos esses cuja obtenção já é dificultada pelo “intercâmbio desigual”, tal como ressalta Cardoso (1975, p. 82).

⁸⁰ Sobre a noção de “desenvolvimento”, devemos ressaltar que Cardoso nunca a vinculou à concepção de um processo de distribuição de renda, redução de desigualdades, *etc.* Afirma: “por desenvolvimento estou entendendo aqui (na mais ortodoxa tradição marxista) a acumulação de capitais e sua incidência na diferenciação do sistema produtivo. Não me refiro, obviamente, a um idílico resultado capaz de igualar as rendas e terminar a exploração pois que estes alvos não se definem como válidos para uma economia de mercado” (CARDOSO, 1975, p. 38).

⁸¹ Apesar de que Cardoso indica ser possível que ocorra melhoria na distribuição de renda e no padrão de vida das classes trabalhadora. Mas, ressalta: “[...] as relações entre o crescimento econômico e a distribuição de seus frutos, para evoluir em forma positiva para a maioria, depende da existência de canais de pressão política que permitam a expressão dos interesses dos menos favorecidos [...]” (CARDOSO, 1975, p. 85)

dependentes [...]”, amplia-se, por outro lado, “[...] a massa de dinheiro que, sob a forma de lucros exportados ou de pagamento de juros e royalties, retorna às economias centrais [...] *agravando dessa forma o problema da realização da mais-valia*” (CARDOSO, 1995, p. 105 grifos do autor)⁸².

Essa nova situação estrutural se consolida a partir da aliança estabelecida entre o capital internacional, a burocracia estatal e, com menor participação, a burguesia nacional – aliança que ficou conhecida como o *tripé do desenvolvimento dependente e associado*. As possibilidades de estabelecimento dessa estrutura de poder, capaz de legar algum desenvolvimento para os países dependentes da América Latina, estão sujeitas às condições pretéritas em que se encontram a “situação concreta” de cada país. Portanto, esse desenvolvimento dependente e associado não é passível de generalização para todas as economias latino-americanas.

Por fim, é importante ressaltar que ao relatarmos o desenvolvimento dependente e associado, os autores descrevem um fenômeno em curso em alguns dos países analisados, o que não implica qualquer tipo de apologia à aliança de classes que lhe deu origem. E tampouco o indicavam como o único caminho possível para as economias dessa parte do globo.

O maior mérito da perspectiva de Cardoso reside em resgatar o papel da luta de classes na dinâmica das transformações econômicas. Desse modo, sua metodologia esclarece que não basta aos teóricos indicarem o conjunto de políticas econômicas capazes de superar a dependência – tal como pretendiam os autores cepalinos. Afinal, a possibilidade da práxis só surge no momento em que a teoria evidencia o caminho de ação real, ou seja, o modo como os grupos sociais podem influenciar as alianças de classes e a estrutura de poder para garantir a execução de tais políticas.

Entretanto, é também aí que residem seus principais defeitos: primeiro, a teoria da dependência de Cardoso e Faletto é incapaz de indicar quais seriam essas políticas, pois se abstêm de analisar com profundidade a *dinâmica* econômica da dependência; segundo, os autores se furtaram a sugerir caminhos para que a reorganização dessas alianças de classes pudesse transformar a realidade dos países latino-americanos⁸³.

⁸² Entretanto, esse problema de realização do mais-valor não deve ser compreendido como um “bloqueio” ao desenvolvimento capitalista, mas apenas como uma ampliação da instabilidade que é natural a qualquer economia de mercado.

⁸³ Esse segundo ponto é reconhecido pelo próprio Cardoso, que afirma: “[...] o que é necessário é ir mais longe na análise das situações de dependência no sentido de ver, em situações concretas, como se movem as forças sociais que podem *negar*, isto é, superar a condição atual de dependência. Neste sentido, o ensaio [elaborado por ele e Faletto] deixa muito a desejar, pois, apesar de sua intenção, pouco acrescentou – além de uma

2.3.3 Imperialismo e dependência

A primeira contribuição de Theotonio dos Santos Júnior para o debate da dependência veio a público em 1967 com a publicação da primeira parte de “*El nuevo carácter de la dependencia*”, no qual analisa a proeminência das corporações multinacionais, sobretudo as provenientes dos Estados Unidos da América, na economia brasileira. O autor busca mostrar como as transformações ocorridas no mundo após a Segunda Guerra Mundial levou o grande capital a se interessar pelo mercado interno das nações periféricas, alterando a forma com que os países imperialistas buscavam subjugar as antigas colônias.

No ano seguinte, seguindo a publicação completa desse primeiro trabalho, Santos apresentou, em um boletim publicado pelo CESO com o título “*La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina*” (“A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina”), sua conceituação sobre o que seria a categoria “dependência”. Esses trabalhos foram rapidamente complementados por outros de sua autoria, em uma profícua produção que constituiu uma teoria da dependência em grande consonância com as elaborações dos principais teóricos que se debruçavam sobre o mesmo tema, mas sem perder sua particularidade.

Santos desenvolve uma análise que se pretende como um olhar sobre a teoria do imperialismo a partir da periferia. Se, de um lado do mercado mundial, os países imperialistas se constituem nos detentores dos monopólios tecnológico, comercial e sociopolítico, do outro, as nações periféricas aparecem como consumidoras desses monopólios – como dependentes dos fatores produzidos no centro. O foco de Theotonio recai, então, sobre as transformações que essa situação de dependência gera na estrutura econômica e social dos países periféricos e como ela determina um processo de exploração em favor das economias centrais.

É nesse sentido que Santos define a dependência, em primeiro lugar, como uma situação condicionante, pois “*la dependencia es una situación en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida [...]*”⁸⁴ (SANTOS, 2011, p. 361). Ou seja, as estruturas econômicas das nações dependentes se ajustam às condições determinadas pelas relações internacionais.

perspectiva e de algumas indicações de cunho estrutural – ao conhecimento de situações particulares capazes de revelar os limites da ‘reprodução’ da situação de dominação de classe em países dependentes” (CARDOSO, 1973, p. 139 grifo do autor).

⁸⁴ “a dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual a própria está submetida [...].”

Em segundo lugar, ressalta que “[...] *la dependencia condiciona una cierta estructura interna que la redefine en función de las posibilidades estructurales de las distintas economías nacionales*”⁸⁵ (SANTOS, 2011, p. 364). Com isso, o autor busca evidenciar que sua concepção não implica uma preponderância do “fator externo”, já que essa situação condicionante, ao mesmo tempo em que atua sobre a economia nacional, tem suas possibilidades de transformação delimitadas por ela.

O terceiro aspecto da dependência de Santos refere-se a “[...] *la articulación necesaria entre los intereses dominantes en los centros hegemónicos y los intereses dominantes en las sociedades dependientes* [...]”⁸⁶ (SANTOS, 2011, p. 366). Ao reconhecer uma relação de “compromisso” entre as classes capitalistas internacionais e nacionais, o autor põe em evidência que a dependência não trata de uma relação de exploração entre países, pois, por mais que possa haver certo conflito entre os grupos dominantes internos e externos, seus interesses são fundamentalmente os mesmos.

Vejamos, agora, como essa situação condicionante atuou na formação da nova dependência, e qual o resultado que legou para a periferia. Toda essa dinâmica se inicia a partir da consolidação de um monopólio técnico-industrial por parte dos países imperialistas. Assim, as economias periféricas não possuem outra alternativa para se industrializar a não ser a de contar com os produtos produzidos naqueles países. Como Santos (2011, p. 371) afirma, para essas economias periféricas, “[...] *la posibilidad de generar nuevas inversiones depende de la existencia de recursos financieros en moneda extranjera para comprar las maquinarias y materias primas industrializadas que no se producen en el interior* [...]”⁸⁷.

Essa dependência tecnológica e financeira produz dois resultados notáveis. *Primeiro*, o desenvolvimento industrial da periferia necessita da existência de um setor exportador capaz de gerar as divisas necessárias para a compra dos insumos utilizados pelo setor industrial. Com isso, se fortalece os setores exportadores tradicionais previamente existentes – a estrutura agrária e mineira exportadora –, o que significa “[...] *el mantenimiento en el poder de las oligarquías tradicionales y decadentes* [...]”⁸⁸ (SANTOS, 2011, p. 372). E ainda:

⁸⁵ “[...] a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das distintas economias nacionais”.

⁸⁶ “[...] a articulação necessária entre os interesses dominantes nos centros hegemônicos e os interesses dominantes nas sociedades dependentes [...]”.

⁸⁷ “a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para comprar as máquinas e matérias-primas industrializadas que não se produzem no interior [...]”.

⁸⁸ “[...] a manutenção no poder das oligarquias tradicionais e decadentes [...]”.

[...] *La conservación de estas estructuras genera una combinación entre sectores económicos más adelantados, que sacan plusvalía de los sectores más atrasados [...]. Se reproduce internamente, de manera muy acentuada, el carácter desigual y combinado del desarrollo capitalista a nivel internacional*⁸⁹ (SANTOS, 2011, p. 377).

Segundo, o monopólio tecnológico favorece as grandes empresas a transferirem seus equipamentos para as nações dependentes através de investimentos próprios. Equipamentos que, em muitos casos, tornaram-se obsoletos nas economias centrais após alguma modernização tecnológica, mas continuam a buscar rentabilidade nas economias periféricas. Mesmo assim, como esses países dependem dessa tecnologia para seu processo de industrialização, muitos governos nacionais se veem obrigados a facilitar a entrada desses capitais estrangeiros, garantindo a eles o acesso a um mercado interno nacional restringido por tarifas protecionistas. Santos (2011, p. 375) observa:

*El capital extranjero entra, pues, con todas las ventajas. En muchos casos dispone de exención de cambio para importar las maquinarias, de financiamiento local para la instalación de las industrias, de mecanismos financieros gubernamentales para facilitar la industrialización, de empréstitos de los bancos extranjeros y nacionales que, en muchos casos lo prefieren como cliente, de la ayuda externa destinada a fortalecer la industrialización, etc. Dispone, además, después de instalado, de altas ganancias obtenidas en situación tan favorable que pueden ser reinvertidas libremente*⁹⁰.

Com isso, a estrutura industrial das nações dependentes é, por um lado, voltada a atender as demandas do mercado mundial e, por outro, induzida mais pelos interesses das corporações multinacionais do que pelas necessidades de seu mercado interno. Além disso, essa estrutura industrial altamente desigual gera uma estrutura social também desigual, de modo que, para Santos (2011, p. 378), a economia periférica:

*[...] se caracteriza por una profunda diferencia entre los niveles salariales internos, dados en condiciones de un mercado local de mano de obra a precios bajos, combinados con la utilización de una tecnología de uso intensivo de capital. El resultado, desde el punto de vista de la plusvalía relativa, es una alta tasa de explotación de la fuerza de trabajo [...]*⁹¹.

⁸⁹ “[...] A conservação destas estruturas geram uma combinação entre setores econômicos mais adiantados, que tomam mais-valor dos setores mais atrasados [...]. Se reproduz internamente, de maneira muito acentuada, o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista a nível internacional.”

⁹⁰ “O capital estrangeiro entra, pois, com toda as vantagens. Em muitos casos dispõe de isenções de impostos para importar as máquinas, de financiamento local para a instalação das indústrias, de mecanismos financeiros governamentais para facilitar a industrialização, de empréstimos dos bancos estrangeiros e nacionais que, em muitos casos o preferem como cliente, da ajuda externa destinada a fortalecer a industrialização, etc. Dispõe, ademais, depois de instalado, de altos lucros obtidos em situações tão favoráveis que podem ser reinvestidos livremente”

⁹¹ “[...] se caracteriza por uma profunda diferença entre os níveis salariais internos, dados em condições de um mercado local de mão de obra a preços baixos, combinados com a utilização de uma tecnologia de uso

Assim, o crescimento do mercado interno se limita: no que tange aos bens de consumo tanto pelos baixos salários que resultam das relações altamente exploradoras às quais a força de trabalho se submete, quanto pelo alto nível de desemprego derivado da utilização de tecnologia intensiva em capital; e no que diz respeito ao consumo produtivo, devido às remessas de lucro para o exterior, que reduzem a capacidade de reinvestimento nessas economias.

Contudo, se por um lado essa situação se mostra prejudicial para a periferia, ela é favorável aos países centrais, que são beneficiados por um fluxo de valor que desponta daqueles. O mecanismo de transferência de valor mais característico da “nova fase da dependência” consiste nas remessas de lucro das filiais de corporações multinacionais para suas matrizes. A exportação de capitais, que determina um refluxo na forma de lucros para os países exportadores, permite que as nações imperialistas controlem sem intermédio os recursos naturais da periferia e também que se apropriem diretamente do mais-valor gerado por seus trabalhadores. Santos (2011, p. 390) ressalta que “[...] *si hasta fines del siglo XIX no había rincón que el capital no penetrase comercialmente, en nuestro tiempo casi no hay trabajador que no se pueda explotar directamente [...]*”⁹².

Outro mecanismo de transferência de valor entre nações refere-se à estrutura dos preços internacionais. Este consiste, em suma, nas teses já bem conhecidas do intercâmbio desigual (Emmanuel) e da deterioração dos termos de troca (Prebisch). Entretanto, Santos rejeita as interpretações desses autores e afirma que “*la verdadera causa del intercambio desigual y de la pérdida de los términos de intercambio para los países dependientes debe ser encontrada en el carácter monopolístico del mercado mundial [...]*”⁹³ (SANTOS, 2011, p. 383). Ou seja, é o poder de mercado exercido pelos países centrais que lhes permitem manter preços mais elevados, poder esse que é garantido ativamente por uma série de estratégias de desarticulação das regiões produtoras existentes na periferia.

Além dos monopólios das mercadorias, os países centrais também exercem um monopólio no setor de serviços que os permite manter preços elevados, servindo como uma outra fonte de expropriação de valor. O autor engloba nessa categoria tanto os custos com fretes e seguros no comércio internacional, e os serviços de “assistência técnica” – muitos dos

intensivo de capital. O resultado, do ponto de vista do mais-valor relativo, é uma alta taxa de exploração da força de trabalho [...].”

⁹² “[...] se até o final do século XIX não havia canto que o capital não penetrasse comercialmente, em nosso tempo quase não há trabalhador que não se possa explorar diretamente [...].”

⁹³ “a verdadeira causa do intercâmbio desigual e da perda dos termos de intercâmbio para os países dependentes deve ser encontrada no caráter monopolístico do mercado mundial [...].”

quais constituiriam em meros pretextos para transferência de recursos –, e os gastos com marcas e patentes. Estes últimos seriam, para Santos (2011, p. 386):

*[...] una forma moderna de la renta de la tierra, o sea, de un derecho puramente jurídico a expropiar con una renta a los verdaderos agentes de la producción, es decir, una transferencia de excedentes generales en la producción a los ociosos que especulan con la propiedad monopólica del conocimiento humano*⁹⁴.

Todos esses três mecanismos criam uma tendência de desequilíbrio no Balanço de Pagamentos cuja solução, além de reforçar o setor exportador tal como já indicado, passa por obter “ajuda” financeira dos Estados dos países imperialistas. Estes oferecem empréstimos às economias periféricas para que estas possam comprar seus produtos e, ainda, recebem como contrapartida juros elevados.

Em suma, toda essa dinâmica da situação da dependência pode ser assim resumida:

*[...] La relación de interdependencia entre dos o más economías, y entre estas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros países (los dependientes) solo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo inmediato. De cualquier forma, la situación de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa e retrasa y bajo la explotación de los países dominantes*⁹⁵ (SANTOS, 2011, p. 361).

A dinâmica social e política que, para Theotonio dos Santos, deriva da dependência indica um amplo processo de aprofundamento dos enfrentamentos políticos e militares, uma radicalização social cada vez mais intensa que levaria essas sociedades a um dilema: ou as classes dominantes intensificam a repressão e instalam governos fascistas, ou surgirão governos cada vez mais revolucionários, que abrirão o caminho para o socialismo. Mas Santos alerta: a superação da dependência não deve passar por um processo de isolamento. Pois, como afirma:

Si la situación de dependencia es la que configura una situación interna, a la cual está estructuralmente ligada, no es posible romperla aislando al país de las influencias exteriores, pues esto simplemente provocaría el caos de una estructura interna que es dependiente por esencia. La única solución para romperla sería,

⁹⁴ “[...] uma forma moderna da renda da terra, ou seja, de um direito puramente jurídico de expropriar com uma renda os verdadeiros agentes da produção, quer dizer, uma transferência de excedentes gerais na produção aos ociosos que especulam com a propriedade monopólica do conhecimento humano”.

⁹⁵ “[...] A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e se autoimpulsionar, enquanto que outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes”.

*pues, cambiar estas estructuras internas, lo que conduce necesariamente, al mismo tiempo, al enfrentamiento con esta estructura internacional*⁹⁶ (SANTOS, THEOTONIO DOS, 2011, p. 366–367).

2.3.4 A dialética da dependência

A teoria da dependência de Ruy Mauro de Araújo Marini consiste na articulação de três categorias inéditas a Marx: a superexploração do trabalho; a troca desigual; e o subimperialismo. Em linhas gerais, podemos resumir a proposição desse autor da seguinte forma: a divisão internacional do trabalho atua em desfavor das economias periféricas que, por meio da troca desigual, transferem uma parcela de seu excedente para os países centrais; como forma de compensar a consequente redução de sua taxa de lucro, os capitalistas das nações periféricas recorrem à superexploração da força de trabalho, que intensifica, por sua vez, a dificuldade de realização do produto; como solução para esse último problema as economias periféricas buscam, por meio do subimperialismo, avançar sobre os mercados estrangeiros; todo esse processo desencadeia uma lógica em espiral que aprofunda cada vez mais a dependência, tornando a realidade da periferia mais perversa para o trabalhador.

Esse é o sentido por trás da consagrada definição de Marini (1981, p. 18), que caracteriza a relação de dependência entre países como “[...] *una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia* [...]”⁹⁷. A peculiar divisão internacional do trabalho que gera a dinâmica exposta é resultado dessa relação de subordinação que, por meio da atuação direta do capital imperialista dos países centrais ou por meio dos mecanismos de concorrência que impõem o investimento nacional para determinados setores, direciona a estrutura produtiva dos países periféricos para as “etapas inferiores” da produção industrial, voltadas, sobretudo, para as exportações.

A reprodução ampliada da dependência é garantida no momento em que, para contornar o problema da realização do produto, o capital volta-se cada vez mais para a

⁹⁶ “Se a situação de dependência é a que configura uma situação interna, a qual está estruturalmente ligada, não é possível rompê-la isolando o país das influências exteriores, pois isso simplesmente provocaria o caos de uma estrutura interna que é dependente por essência. A única solução para rompê-la seria, pois, transformar estas estruturas internas, o que conduz necessariamente, ao mesmo tempo, ao enfrentamento com a estrutura internacional”.

⁹⁷ “[...] *una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia* [...]”.

produção de bens suntuários e para a superexploração da força de trabalho. Duas são as conclusões que derivam da dinâmica exposta:

[...] *primero, que* la producción capitalista, al desarrollar la fuerza productiva del trabajo no suprime sino acentúa, la mayor explotación del trabajador, y *segundo, que* las combinaciones de formas de explotación capitalista se llevan a cabo de manera desigual en el conjunto del sistema, engendrando formaciones sociales distintas según el predominio de una forma determinada⁹⁸ (MARINI, 1981, p. 93 grifos do autor).

Ao analisar o desenvolvimento das ideias de Marini, percebemos que o cerne dessa argumentação estava presente, mesmo que de forma embrionária, já em seus primeiros escritos. É o que se verifica no texto intitulado *Brazilian 'interdependence' and imperialist integration* (“Interdependência’ brasileira e integração imperialista”), publicado em 1965, no qual o autor introduziu o termo “subimperialismo” ao tratar da realidade brasileira, para afirmar que esse país teria se convertido em um centro de irradiação da expansão imperialista norte-americana sobre a América Latina. Nesse artigo, Marini sugere a ocorrência de um processo de transferência de valor que legaria ao capital nacional a necessidade de ampliar a exploração da classe trabalhadora:

*In fact, imperialist expansion of the part of the Brazilian bourgeoisie has to base itself on a greater exploitation of the national working masses. This is because of the need to maintain production on an internationally competitive level, a need which necessitates low wages and readily available manpower, that is to say a high rate of unemployment. A further reason is the fact that greater exploitation develops simultaneously with an increase in the penetration of North American capital, thus necessitating the extraction of a super-profit from the working class [...]*⁹⁹ (MARINI, 1965, p. 27)

Esse argumento aparece um pouco mais desenvolvido em 1966, no artigo “*La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil*” (“A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”), no qual o subimperialismo aparece como uma forma de compensar a impossibilidade de se ampliar o mercado interno – e não mais como extensão indireta do imperialismo norte-americano. Marini afirma que o fato do Brasil ter atingido a etapa

⁹⁸ “[...] primeiro, que a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador, e segundo, que as combinações de formas de exploração capitalistas realizam-se de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada”.

⁹⁹ “De fato, a expansão imperialista por parte da burguesia brasileira tem de basear-se em uma maior exploração da massa trabalhadora nacional. Isso se deve à necessidade de manter a produção em um nível de competitividade internacional, uma necessidade que exige salários baixos e mão de obra prontamente disponível, ou seja, uma alta taxa de desemprego. Outra razão consiste no fato de que uma maior exploração se desenvolve simultaneamente com um acréscimo da penetração do capital norte-americano, desse modo, necessitando a extração de um superlucro da classe trabalhadora. [...]”.

imperialista antes que toda a economia nacional tivesse se convertido ao capitalismo, gerou profundas distorções em seu desenvolvimento¹⁰⁰. Com isso:

[...] al revés de lo que pasa con las economías imperialistas, el subimperialismo brasileño no pudo convertir la explotación, que quiere realizar exteriormente, en un factor de elevación del nivel de vida interno, capaz de amortiguar el ímpetu de la lucha de clases. Tiene, al contrario, por la necesidad que experimenta de proporcionar un sobrelucro a su socio mayor norteamericano, que agravar violentamente la explotación en el marco de la economía nacional, conteniendo los costos de producción y, por ende, el nivel de los salarios¹⁰¹ (MARINI, 1966, p. 152).

A partir de 1967, o pensamento de Marini inicia sua transição para uma “teoria da dependência” propriamente dita. No artigo “*Subdesarrollo y revolución en América Latina*” (“Subdesenvolvimento e revolução na América Latina”), o autor passa a caracterizar os países latino-americanos como economias dependentes, absorvendo as contribuições teóricas de Celso Furtado, Aníbal Pinto e da obra ainda inédita de Cardoso e Faletto (1970). Contudo, vai além desses autores ao evidenciar a transferência de mais-valor entre a periferia e o centro. Marini afirma:

[...] Una parte variable de la plusvalía que ahí se genera es drenada hacia las economías centrales, ya sea mediante la estructura de precios vigente en el mercado mundial y las prácticas financieras impuestas por esas economías, o a través de la acción directa de los inversionistas foráneos en el campo de la producción¹⁰² (MARINI, 1969, p. 90–91).

Essa transferência de valor, que nos dois textos anteriores referia-se apenas à remuneração do capital imperialista norte-americano investido na periferia, passa a incluir agora a deterioração dos termos de intercâmbio, que se manifesta em uma estrutura de preços dos bens importados/exportados lesiva para a economia dependente. Assim:

Las clases dominantes locales tratan de resarcirse de esta pérdida aumentando el valor absoluto de la plusvalía creada por los trabajadores agrícolas o mineros, es decir, sometiéndolos a un proceso de superexplotación. La superexplotación del

¹⁰⁰ “*Las deformaciones iniciales del capitalismo brasileño lo han conducido, pues, a un desarrollo monstruoso, en que llega a la etapa imperialista antes de haber logrado el cambio capitalista global de la economía nacional*” (MARINI, 1966, p. 152) (“As deformações iniciais do capitalismo brasileiro o conduziram, pois, a um desenvolvimento monstruoso, no qual alcança a etapa imperialista antes de haver logrado a transformação capitalista global da economia nacional”).

¹⁰¹ “[...] ao contrário do que acontece com as economias imperialistas, o subimperialismo brasileiro não pode converter a exploração, que quer realizar exteriormente, em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpetu da luta de classes. Tem, ao contrário, pela necessidade que experimenta de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior norte-americano, que agravar violentamente a exploração no marco da economia nacional, contendo os custos de produção e, por fim, o nível dos salários”.

¹⁰² “[...] Uma parcela variável do mais-valor que aí se gera é drenada para as economias centrais, quer através da estrutura de preços vigente no mercado mundial e das práticas financeiras impostas por essas economias, ou através da ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção”.

*trabajo constituye así el principio fundamental de la economía subdesarrollada, con todo lo que implica en materia de bajos salarios, falta de oportunidades de empleo, analfabetismo, subnutrición y represión policíaca*¹⁰³ (MARINI, 1969, p. 91).

A maior exploração da classe trabalhadora na periferia é relacionada à superexploração – jargão que já se fazia presente nas obras de alguns autores marxistas – e à ampliação absoluta do mais-valor. Seria só em 1969, com a publicação do livro *Subdesarrollo y revolución* (“Subdesenvolvimento e revolução”) – obra que reunia os seus escritos anteriores e contava com um capítulo inédito denominado *El movimiento revolucionario brasileño* (“O movimento revolucionário brasileiro”) –, que a superexploração passaria a ser caracterizada não apenas como uma “maior exploração”, mas como o pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho.

Nessa obra, Marini afirma que a acumulação na periferia se fundamenta na produção de mais-valor absoluto, que se dá tanto pela ampliação das jornadas de trabalho como pela “[...] ruptura de la relación entre la remuneración del trabajo y su valor real, o sea, entre lo que se considera como tiempo de trabajo necesario y las necesidades de subsistencia planteadas efectivamente por el obrero [...]”¹⁰⁴ (MARINI, 1977, p. 115). A superexploração é apresentada, assim, como “[...] un caso anómalo de plusvalía absoluta”¹⁰⁵ a despeito de parecer ser mais-valor relativo (MARINI, 1977, p. 115), um caso em que “[...] la fuerza de trabajo se estará remunerando a un precio inferior a su valor real [...]”¹⁰⁶ (MARINI, 1977, p. 116).

O pensamento de Marini atinge seu ponto de maturação em 1972 com a publicação de *Dialéctica de la dependencia*¹⁰⁷ (“Dialética da dependência”). Nesse ensaio, o autor elimina alguns traços cepalinos que apareciam em seus escritos anteriores, incorpora sua versão da “troca desigual” como explicação para o fenômeno aparente da deterioração dos termos de troca e desvincula a superexploração do mais-valor absoluto. Além disso, apresenta uma

¹⁰³ “As classes dominantes locais tratam de ressarcir-se dessa perda aumentando o valor absoluto do mais-valor criado pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, ou seja, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, assim, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que implica em termos de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial”.

¹⁰⁴ “[...] ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real, ou seja, entre o que se considera como tempo de trabalho necessário e as necessidades de subsistência efetivamente apresentadas pelo trabalhador [...]”.

¹⁰⁵ “[...] um caso anômalo de mais-valor absoluto”.

¹⁰⁶ “[...] a força de trabalho se remunera a um preço inferior ao seu valor real [...]”.

¹⁰⁷ Em 1972, “*Dialéctica de la dependencia*” apareceu em duas versões. A primeira, incompleta, publicada na revista “*Sociedad y Desarrollo*” acompanhada do subtítulo “*la economía exportadora*” (“a economia exportadora”); a segunda, como um documento de trabalho do *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESO) da *Universidad de Chile*. Em 1973, o ensaio, publicado na forma de livro, ganhou um *post-scriptum* intitulado “*En torno a dialéctica de la dependencia*” (“Em torno da dialética da dependência”).

interpretação histórica que busca demonstrar como o desenvolvimento do capitalismo levou à formação das economias dependentes, acompanhada de uma teoria sobre uma dinâmica de acumulação dos países periféricos que tem como resultado o fortalecimento da relação de dependência. Vejamos alguns aspectos de sua teoria em mais detalhes.

2.3.4.1 A troca desigual de Marini

Como já indicamos¹⁰⁸, a teoria da troca desigual foi sugerida por Arghiri Emmanuel com o objetivo de incorporar ao paradigma marxista a tese da deterioração dos termos de troca elaborada por Raúl Prebisch. É muito pouco provável que Ruy Mauro Marini não tenha tomado conhecimento da teoria elaborada por Emmanuel, uma vez que seus textos foram suficientemente difundidos entre os marxistas latino-americanos do período. Contudo, o fato é que a troca desigual de Marini, além de ser o exato oposto daquela elaborada por Emmanuel, é distinta de todas as teorias elaboradas antes de *Dialéctica de la dependencia*.

Dizemos opostos pois, enquanto que para Emmanuel são os baixos salários que geram os termos desiguais de intercâmbio, para Marini são os termos de troca desiguais que causam os baixos salários (e a superexploração). Vejamos.

Para Marini, há uma transferência de valor que ocorre dos países periféricos para as economias centrais e que se dá, sobretudo, pelo fenômeno da deterioração dos termos de intercâmbio¹⁰⁹. Esse fenômeno pode ser resumido na constatação de que os preços dos produtos importados pelas economias dependentes decaem mais lentamente que os preços dos produtos que exportam. Algumas explicações para esse movimento foram apresentadas a partir da análise das variações na oferta e demanda dessas mercadorias, indicando que é o excesso de oferta proveniente dos países periféricos a fonte desse movimento descendente nos preços de seus produtos.

Marini apresenta uma perspectiva crítica a essas explicações, afirmando que “[...] *no es [...] porque produjeron más de lo debido que su posición comercial se deterioró, sino que fue el deterioro comercial lo que las forzó a producir en mayor escala [...]*”¹¹⁰ (MARINI, 1981, p. 31). Para o autor, é a atuação de dois mecanismos relacionados com a forma como se

¹⁰⁸ Cf. seção 2.3.1.

¹⁰⁹ Além da transferência pelo intercâmbio, o autor também indica aquela resultante do pagamento de juros e também dos lucros que remuneram o capital estrangeiro.

¹¹⁰ “[...] não é [...] porque produziram mais que o devido que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala [...]”.

fixam os preços de produção e os preços de mercado das mercadorias que determina a deterioração dos termos de intercâmbio em desfavor das economias dependentes.

O primeiro, que atua dentro de uma mesma esfera de produção – seja de um setor manufaturado ou produtor de matérias-primas – resulta das divergências entre o grau de produtividade do trabalho. Explica: “[...] *por efecto de una mayor productividad del trabajo, una nación puede presentar precios de producción inferiores a sus concurrentes, sin por ello bajar significativamente los precios de mercado que las condiciones de producción de éstos contribuyen a fijar [...]*”¹¹¹ (MARINI, 1981, p. 34).

A passagem citada indica que, para Marini, do mesmo modo que o valor social de uma mercadoria é determinado pela média dos valores individuais de todos os produtos envolvidos no processo de troca, o preço de mercado de um setor é determinado pela média de uma espécie de “preços de produção individuais”. Assim, as economias dependentes, com um grau de produtividade inferior, apresentariam um preço de produção individual – ou seja, o preço que resultaria em uma taxa média de lucro para o capital investido – superior aos preços de mercado. Como é por esses últimos que se vendem as mercadorias, os países periféricos realizariam uma taxa de lucro inferior à média. O exato oposto ocorreria com as nações mais avançadas do ponto de vista tecnológico, de modo que o lucro adicional que essas economias absorvem seria equivalente à redução dos lucros dos países dependentes.

Do ponto de vista do movimento dos preços, a elevação da produtividade dos países centrais se traduz em uma queda dos preços de mercado dos produtos que entram na pauta de exportação das economias dependentes. Marini ressalta que esse fenômeno deve se fazer mais presente nos setores industriais, mas também devem influenciar a produção de bens primários quando se desenvolvem sob relações capitalistas de produção.

O segundo mecanismo atua entre diferentes esferas de produção e apresenta um caráter de transgressão das leis de intercâmbio. Marini refere-se ao poder de monopólio exercido entre nações:

[...] *el mero hecho de que unas produzcan bienes que las demás no producen, o no lo pueden hacer con la misma facilidad, permite que las primeras eludan la ley del valor, es decir, vendan sus productos a precios superiores a su valor, configurando así un intercambio desigual [...]*¹¹² (MARINI, 1981, p. 34).

¹¹¹ “[...] por efeito de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que suas condições de produção contribuem para fixar [...]”.

¹¹² “[...] o mero fato de que umas produzam bens que as demais não produzem, ou não podem produzir com a mesma facilidade, permite que as primeiras evitem a lei do valor, quer dizer, que vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual [...]”.

Com isso, ao burlar a lei do valor por meio do poder de monopólio, sustentando preços de mercado que divergem dos valores (ou dos preços de produção), os países centrais encarecem as importações das economias periféricas, fazendo com que essas cedam gratuitamente uma parte do valor que produzem para aqueles.

Assim, por meio desses dois mecanismos, os países dependentes observam ao mesmo tempo uma queda no preço dos produtos que exporta e uma elevação nos preços de suas importações. Essa variação nos preços, por ser resultante das trocas desiguais, configura-se em uma transferência de valor entre países. Marini (1981, p. 37) ressalta:

*[...] la apropiación del valor realizado encubre la apropiación de una plusvalía que se genera mediante la explotación del trabajo en el interior de cada nación. Bajo este ángulo, la transferencia de valor es una transferencia de plusvalía, que se presenta, desde el punto de vista del capitalista que opera en la nación desfavorecida, como una baja de la cuota de plusvalía y por ende de la cuota de ganancia [...]*¹¹³.

Portanto, os capitalistas das nações dependentes realizariam uma taxa de lucro inferior à taxa média estabelecida na economia internacional como resultado de sua incapacidade de elevar a produtividade do trabalho e de se inserir nos setores dominados pelas economias centrais. Como consequência, buscam compensar a queda na taxa de lucro lançando uma maior massa de mercadorias no mercado, obtidas por meio do uso mais extensivo e intensivo da força de trabalho. Esse é o motivo pelo qual a queda dos preços é acompanhada pela elevação da oferta.

2.3.4.2 A superexploração da força de trabalho

Como vimos, a troca desigual resulta em uma queda da taxa de lucro dos capitalistas dos países periféricos. Para compensar essa queda, esses capitalistas lançam uma maior quantidade de mercadorias na circulação, recorrendo a um maior uso da força de trabalho que resulta no que Marini chamou de superexploração. A despeito de ser incentivada pela troca desigual, essa forma de ampliar a exploração é fruto, assim como todas as demais, do desejo dos capitalistas de ampliarem sua taxa de lucro¹¹⁴.

¹¹³ “[...] a apropriação de valor realizada esconde a apropriação de um mais-valor que se gera mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob este ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valor que se apresenta, do ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valor e, por fim, da taxa de lucro [...]”.

¹¹⁴ É o que se depreende da afirmação de Marini (1978, p. 63) de que “[...] la superexplotación del trabajo es acicateada por el intercambio desigual, pero no se deriva de el, sino de la fiebre de ganancia que crea el

A superexploração do trabalho consiste em uma maior exploração da força física do trabalhador e resulta no pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho. Por esse motivo, o autor afirma que a superexploração “[...] *es congruente con el bajo nivel de desarrollo de las fuerzas productivas en la economía latinoamericana, pero también con los tipos de actividades que allí se realizan*”¹¹⁵ (MARINI, 1981, p. 40–41). No entanto, Marini (1977, p. 148) reconhece que esse fenômeno pode ocorrer de modo excepcional em economias capitalistas avançadas, enquanto que nos países periféricos apresentam um caráter generalizado.

Há duas razões fundamentais para que a categoria da superexploração desfrute de um status significativo na teoria de Marini: primeiro, por se tratar de uma forma de exploração mais perversa para o trabalhador do que a ampliação do mais-valor por meio do aumento de produtividade, resultando na “[...] *reducción progresiva de la vida útil del trabajador, así como en los trastornos psicofísicos provocados por el exceso de fatiga [...]*”¹¹⁶ (MARINI, 1981, p. 97); segundo, porque essa forma de exploração tende a obstaculizar a transformação da economia dependente de um modo de produção pautado no mais-valor absoluto para um voltado para o mais-valor relativo (MARINI, 1981, p. 100).

Os três mecanismos que geram a divergência entre os salários e o valor da força de trabalho são: extensão da jornada de trabalho; ampliação da intensidade do trabalho; e redução do consumo dos trabalhadores como consequência da redução do nível dos salários. Como ressalta Marini (1981, p. 41–42):

[...] *la característica esencial está dada por el hecho de que se le niega al trabajador las condiciones necesarias para reponer el desgaste de su fuerza de trabajo: en los dos primeros casos, porque se le obliga a un dispendio de fuerza de trabajo superior al que debería proporcionar normalmente, provocándose así su agotamiento prematuro; en el último, porque se le retira incluso la posibilidad de consumir lo estrictamente indispensable para conservar su fuerza de trabajo en estado normal [...]*¹¹⁷.

mercado mundial, y se basa fundamentalmente en la formación de una sobrepoblación relativa [...] “[...] a superexploração do trabalho é estimulada pelo intercâmbio desigual, porém não deriva dele, mas da febre de lucro que cria o mercado mundial, e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa [...]”.

¹¹⁵ “[...] é consistente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividade que ali se realizam”.

¹¹⁶ “[...] redução progressiva da vida útil do trabalhador, assim como nos transtornos psicofísicos provocados pelo excesso de fadiga [...]”.

¹¹⁷ “[...] a característica essencial é dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque o obriga a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se, assim, seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho no estado normal [...]”.

Portanto, enquanto a redução dos salários resulta diretamente na superexploração, a ampliação da extensão e da intensidade da jornada a causam de forma indireta ao elevarem o valor da força de trabalho como consequência de um maior desgaste do trabalhador. Há, todavia, uma ausência de maiores detalhes sobre como a superexploração se articula com a categoria do valor trabalho e com o valor da força de trabalho.

Essa lacuna tem ensejado calorosos debates desde a publicação de “*Dialéctica de la dependencia*”. Alguns autores têm afirmado que a superexploração refere-se a um tipo de mais-valor diferente daquele obtido pela exploração capitalista; outros afirmam que se trata de uma forma de ampliar a taxa de exploração. Há ainda quem sustente que exploração e superexploração são termos que se referem ao mesmo fenômeno, ou então, que a superexploração não é uma categoria adequada dentro da teoria marxista do valor trabalho.

Com o intuito de contribuir para a solução dessas controvérsias, apresentamos a seguir uma análise detalhada dos fundamentos teóricos da superexploração do trabalho. Mas antes, é preciso ter claro alguns princípios básicos da teoria marxista relacionados com o significado de valor, grandeza do valor, valor de troca e sua relação com os preços das mercadorias. Apenas após esclarecermos as possibilidades de distanciamento entre valores e preços de todas as mercadorias, poderemos analisar os desvios entre salários e o valor dessa mercadoria peculiar que é a força de trabalho.

2.3.4.2.1 Divergência entre preços e valores

Elemento central da teoria econômica marxista, o valor consiste em uma forma de relação social na qual os indivíduos se socializam por meio da troca dos produtos de seus trabalhos. O valor, propriedade desses produtos, possui uma dimensão qualitativa e outra quantitativa. Como qualidade, ele evidencia que uma mercadoria é fruto de trabalho humano abstrato. O adjetivo “abstrato” deixa claro que não nos interessa a forma concreta do trabalho individual que resulta na mercadoria, mas a forma social, ou seja, o fato desse trabalho constituir atividade humana que se reconhece como produtora de valor de uso.

Como quantidade, o valor aparece como um *quantum* de trabalho, mas um *quantum* no qual também se faz presente o caráter social. A grandeza do valor consiste no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, ou seja, tempo que a sociedade como um todo dispense, em média, na produção da referida mercadoria. Como expressão concreta do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, a grandeza de valor não é representação da capacidade máxima ou ideal da produtividade do trabalho, mas a

média real do tempo de trabalho dispendido por todos os produtores individuais que lançaram determinado produto em um determinado mercado¹¹⁸. Desse modo, podemos representar o tempo de trabalho socialmente necessário (*TTSN*) para a produção de uma mercadoria conforme a equação que segue:

$$TTSN = \frac{\Sigma(\text{Tempo de trabalho individual das mercadorias do mesmo tipo lançadas no mercado})}{\Sigma(\text{Quantidade de mercadorias do mesmo tipo lançadas no mercado})} \quad (2.1)$$

Sempre haverá um grupo de produtores individuais cuja produtividade estará acima da média da sociedade, do mesmo modo que haverá um grupo abaixo da mesma. Mas, independente de sua situação individual, os produtores trocam suas mercadorias como se estas contivessem o tempo de trabalho médio. A diferença entre o trabalho individual dispendido na produção de uma mercadoria e o trabalho socialmente necessário faz com que os trabalhadores mais produtivos¹¹⁹ “absorvam” parcela do trabalho dos menos produtivos.

Na troca, a grandeza de valor se expressa como valor de troca, ou seja, como proporção em que as mercadorias se intercambiam. O que aparece, portanto, não é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, mas um quanto de outra mercadoria que possui a mesma grandeza de trabalho social. A forma preço de uma mercadoria é a expressão do valor de troca dada em termos de um equivalente universal.

$$\text{Preço} = \frac{TTSN_{(\text{mercadoria})}}{TTSN_{(\text{equivalente geral})}} \quad (2.2)$$

Entretanto, o preço que atende a essa igualdade não é o preço individual da mercadoria, mas o seu preço médio, ou seja, a média na qual a mercadoria, em determinado período, é intercambiada por uma quantidade de equivalente universal. Sempre haverá transações realizadas tanto com preço de mercado acima quanto abaixo desse preço médio¹²⁰. Nesse sentido, pode-se dizer que aquele que vende uma mercadoria com um preço individual acima do preço médio, se apropria de parcela do valor cedida por aquele que a vende a preço

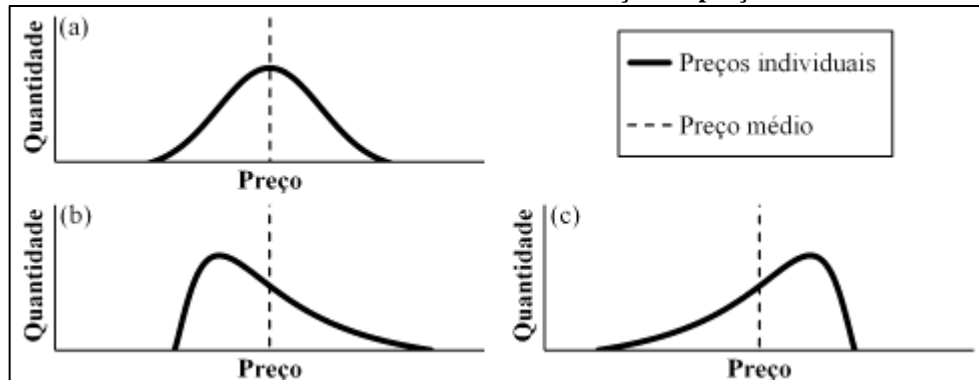
¹¹⁸ Isso evidencia que o valor possui uma determinação que se relaciona tanto com o âmbito da produção quanto com o da circulação. Afinal, aqueles produtores que não lançam seus produtos no mercado – ou seja, que não os transformam em mercadorias – não contribuem para a formação do valor social.

¹¹⁹ Ou seja, aqueles que produzem uma quantidade maior de valor de uso por tempo de trabalho do que a média da sociedade.

¹²⁰ Afinal, como afirma Marx (2013, p. 177): “[...] a possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside [...] na própria forma-preço. Isso não é nenhum defeito dessa forma, mas, ao contrário, aquilo que faz dela a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente”.

inferior. Esses desvios se compensam de modo que a média dos preços sempre representa o valor da mercadoria.

Gráfico 2.1 – Formas de distribuição do preço



Fonte: elaboração própria.

É interessante notar, contudo, que pode ocorrer do montante de mercadorias que se vendem abaixo do valor ser maior do que as que se vendem acima – no caso em que dizemos que a distribuição dos preços é assimétrica –, e mesmo assim a média continua a representar o valor. Ilustramos no Gráfico 2.1 acima duas possibilidades de distribuições assimétricas dos preços em um dado momento do tempo. O Gráfico 2.1(a) apresenta o caso que podemos chamar de típico ou normal, no qual o preço médio divide a massa de mercadorias vendidas ao meio. Já no Gráfico 2.1(b), ilustramos um caso no qual a maioria das mercadorias se vende por um preço individual abaixo do preço médio – representado pela linha tracejada vertical. O caso oposto é apresentado no Gráfico 2.1(c), no qual a maior massa de mercadorias apresenta preços individuais acima da média. Podemos dizer que no caso 2.1(b) as mercadorias estão em sua maioria “subvalorizadas”, enquanto que no caso 2.1(c) elas estão “sobrevalorizadas”.

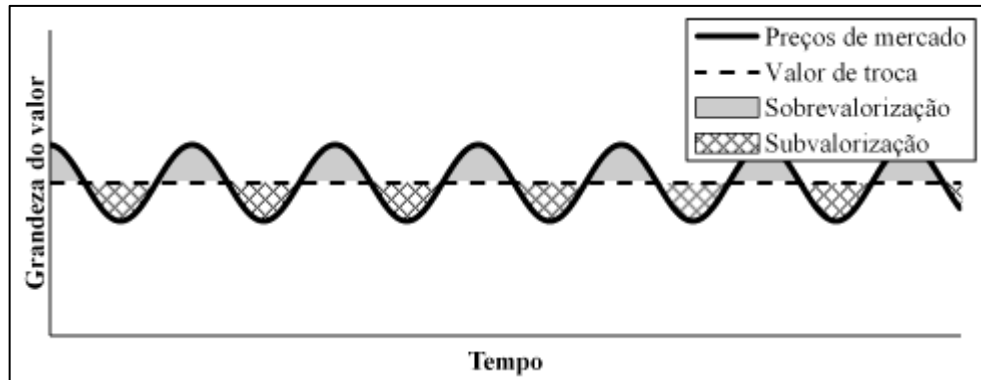
Contudo, para um dado momento, o montante de recursos que alguns consumidores economizam ao comprar as mercadorias subvalorizadas, os outros gastam em excesso com a aquisição da parcela supervalorizada, em qualquer uma das três situações indicadas. Por isso, podemos dizer que o preço médio é o preço social, ou seja, o preço de mercado que a sociedade em conjunto paga por unidade da referida mercadoria.

Se ignorarmos todos os fatores perturbadores do processo de formação dos preços¹²¹, teremos como resultado um formato da distribuição cuja determinação repousa sobre causas fortuitas. Independente se a forma dessa distribuição aloca tal ou qual parcela a preços superiores ou inferiores, o fato é que aqueles produtores que vendem mercadorias abaixo do preço médio – e que recebem, portanto, remuneração inferior à média do setor – desejarão

¹²¹ Tais como poder de monopólio, distribuição geográfica, etc.

alterar sua posição, seja transferindo sua capacidade produtiva para outro setor, seja tentando ampliar os preços de suas mercadorias.

Gráfico 2.2 – Preços de mercado variáveis com valor de troca constante



Fonte: elaboração própria.

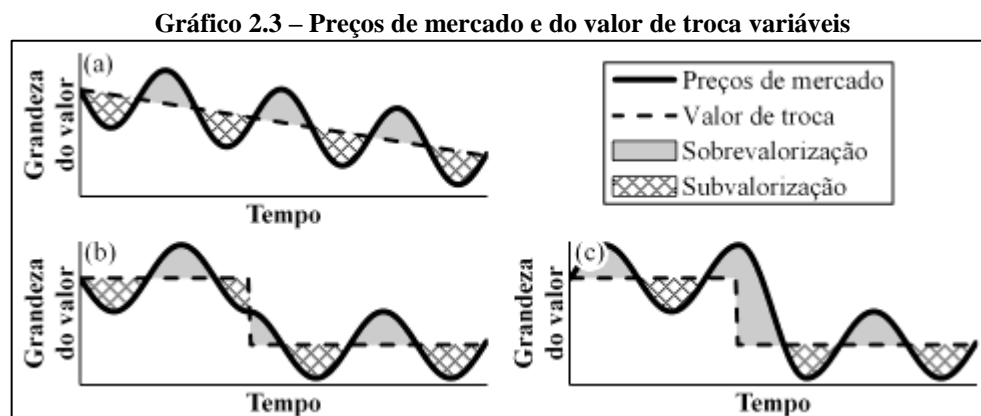
O resultado desse movimento é uma alteração não só na forma com que os preços se distribuem, mas também no próprio preço médio pelo qual as mercadorias se vendem. Assim, o preço de mercado é grandeza sempre flutuante, conforme variem a oferta e a demanda da referida mercadoria. Contudo, enquanto se mantiver constante a relação entre o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da referida mercadoria e do equivalente universal, os preços de mercado gravitarão continuamente em torno de um mesmo ponto – do valor de troca da mercadoria –, tal como expresso pelo Gráfico 2.2 acima. Nos momentos em que o preço de mercado supera o valor de troca, há uma espécie de ganho extra para o vendedor. Entretanto, esse ganho extra é totalmente compensando quando os produtores vendem suas mercadorias por um preço de mercado abaixo do valor de troca na fase seguinte do ciclo de preços.

O que garante que os preços mantenham-se oscilando em torno do valor de troca são os próprios mecanismos da concorrência. Caso os preços de uma mercadoria se elevem de forma contínua acima do valor de troca, isso atrairá para esse setor outros produtores desejosos em aumentar o retorno sobre seu trabalho, causando uma ampliação da oferta com concomitante redução do nível de preços. Se, ao contrário, os preços permanecerem inferiores ao valor por um período significativo, os produtores se sentirão forçados a abandonar o mercado, direcionando-se para setores mais rentáveis e reduzindo a oferta da referida mercadoria.

Todavia, ainda é preciso lembrar que o valor de troca também pode sofrer alterações tanto devido à variação da grandeza do valor do equivalente universal, quanto à modificação

no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria resultante do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. O Gráfico 2.3 ilustra alguns exemplos de como a alteração do valor de troca pode mudar o centro de gravitação dos preços de mercado.

É interessante observar que, dependendo de quão abrupta é a alteração no valor de troca, do momento do ciclo em que os preços se encontram e de outros elementos tais como a mobilidade dos fatores de produção, é possível que haja um excedente de mercadorias vendidas a preços sobrevalorizados/subvalorizados. Desse modo, os produtores poderiam se apropriar de um ganho adicional por um período limitado de tempo, quando as condições se mostrarem favoráveis.



Podemos concluir que a existência de preços de mercado divergentes dos valores das mercadorias é condição necessária para a existência do próprio valor, mas sua significância é reduzida na medida em que as variações se compensam mutuamente, exceto em condições excepcionais e por um curto período de tempo. Com isso, aparece como corolário da teoria marxista que os preços médios coincidem com o valor de troca das mercadorias, ou seja, com a relação entre o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção e para a produção do equivalente universal. Vejamos agora como essa perspectiva se altera ao se analisar o modo de produção capitalista.

Preços e valores no modo de produção capitalista

Marx desenvolve a categoria de valor como resultado da circulação simples de mercadorias, esta entendida como uma sociedade hipotética formada por produtores individuais (proprietários de seus meios de produção) organizados por meio de uma divisão social do trabalho. Chega, então, à conclusão de que os preços giram em torno do valor de

troca determinado pela grandeza dos valores das mercadorias, ou seja, de que o preço médio tende a se igualar ao valor. Esse resultado é alcançado já que, em dita sociedade, a busca de cada produtor por obter o máximo de retorno possível sobre seu trabalho leva a oferta e a demanda a atingirem o equilíbrio nesse ponto em que os valores se igualam aos preços.

A partir dessa igualdade entre preços e valores é que Marx desenvolve a categoria de capital, pois “a transformação do dinheiro em capital tem de ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida [...]” (MARX, 2013, p. 240–241). O autor utiliza tal procedimento com o intuito de evidenciar que o lucro não resulta do simples fato de se vender uma mercadoria por um preço mais caro do que se compra. Em suas palavras: “[...] a formação do capital tem de ser possível mesmo que o preço e o valor de uma mercadoria sejam iguais. Sua formação não pode ser atribuída a um desvio do preço em relação ao valor das mercadorias [...]” (MARX, 2013, p. 241).

Assim, evitando considerar como causas da acumulação as circunstâncias secundárias ao processo propriamente dito, Marx alcança a conclusão de que o excedente gerado pelo capital resulta de trabalho não pago. Mostra, portanto, que na circulação simples de mercadorias já se encontram as bases para a acumulação capitalista. É necessário, no entanto, uma transformação essencial: para que o mundo dos produtores individuais se transforme em um modo de produção capitalista é preciso que esses produtores sejam desapropriados de seus meios de produção e, assim, ofereçam não seus produtos, mas sua força de trabalho como mercadoria.

A partir daí, o modo de produção capitalista lança em movimento forças geradoras de perturbações nos processos de troca que, por mais que sejam estranhas ao verdadeiro decurso da formação dos preços, são intrínsecas à forma capital. Enquanto que na circulação simples os produtores individuais buscavam ampliar o retorno sobre o seu trabalho, no modo de produção capitalista é o proprietário dos meios de produção – o capitalista, propriamente dito – quem procura ampliar o retorno sobre sua propriedade, isto é, procura ampliar sua taxa de lucro.

Por isso, o capital se mantém em constante movimento, abandonando setores com taxa de lucro abaixo da taxa média geral e se dirigindo para os setores mais rentáveis. Esse movimento faz com que a oferta setorial diminua naqueles e aumente nestes, de modo que a demanda e a oferta dos diversos setores se equilibram quando as taxas de lucro se equalizam. Os preços que se observam nesse ponto de equilíbrio são os que Marx chama de preços de produção.

Assim, com a difusão do modo de produção capitalista, toma espaço o processo de equalização das taxas setoriais de lucro, e a transformação dos valores em preços de produção, de modo que preços médios distintos da grandeza do valor das mercadorias constituem a regra do modo de produção capitalista¹²². Entretanto, podemos dizer que a “a lei do valor regula os preços de produção” (MARX, 1986b, p. 140) por dois motivos: primeiro, a soma destes é igual à soma dos valores de todas as mercadorias; segundo os desvios entre os preços e valores se anulam mutuamente, de modo que o mais-valor, “quando entra numa mercadoria a mais, em outra entra a menos” (MARX, 1986b, p. 126), fazendo com que a soma dos lucros dos capitalistas seja igual à soma de todo o mais-valor expropriado da classe trabalhadora.

Concluimos, portanto, que a transformação dos valores em preços de produção não muda em nada a origem do capital, pois enquanto este se explica a partir do valor das mercadorias, os preços de produção se explicam como resultado da acumulação do capital. O contraste entre a forma valor e a forma preço, ou seja, a constatação de que as mercadorias se trocam por preços distintos dos valores, evidenciam as transferências de valor entre setores. Desse modo, ao desmistificar as relações por trás da mercadoria, do dinheiro e do capital a partir da categoria de valor, é possível captar tanto o processo de geração quanto o de apropriação de trabalho não-pago.

2.3.4.2.2 Divergência entre salários e valor da força de trabalho

Vimos que, para a teoria marxista, os preços médios das mercadorias são divergentes dos valores das mercadorias em uma sociedade onde impera o modo de produção capitalista. Podemos agora analisar essa distinção tal como ocorre para a força de trabalho e, para isso, iniciaremos pela investigação de como se determina o valor de troca dessa mercadoria peculiar.

Conforme afirma Marx (2013, p. 245), “O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico [...]”. Podemos dividir

¹²² Essa constatação, Marx já adianta no Livro I de “O capital”. Afirma: “[...] os preços médios não coincidem diretamente com as grandezas de valor das mercadorias, conforme acreditam A. Smith, Ricardo etc.” (MARX, 2013, p. 241). Ou ainda, quando demonstra a forma de se calcular a taxa de mais-valor, acrescenta: “os cálculos aqui apresentados servem apenas como ilustração. Neles, pressupomos que preços = valores. No Livro III desta obra, veremos que essa equiparação não pode ser feita dessa forma simples, nem mesmo no caso de preços médios” (MARX, 2013, p. 296).

o processo de produção e reprodução da força de trabalho em três etapas distintas, que resultam nos três componentes distintos de seu valor¹²³.

A *primeira etapa* consiste na produção propriamente dita, ou seja, nos custos necessários para fazer crescer e se desenvolver um ser humano com as qualidades e aptidões médias de um trabalhador. Entram nesse componente tanto a soma da grandeza de valor de todas as mercadorias que um indivíduo mediano consome até atingir a idade apta ao trabalho quanto os custos de aprendizagem, necessários para dotar o trabalhador dos conhecimentos e habilidades médios¹²⁴.

Devemos ressaltar que esses custos de produção são determinados não conforme as condições de criação da força de trabalho que atualmente se encontra no mercado, mas de acordo com as condições em que a próxima geração de trabalhadores está sendo atualmente criada, ou seja, o que se paga a título de custo de produção para a geração atual de trabalhadores se gasta na produção da próxima geração. Como indica Marx:

[...] A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado (MARX, 2013, p. 246).

A *segunda etapa* consiste no período de vida útil do trabalhador, durante o qual é imprescindível que ele consuma diariamente um montante de meios de subsistência necessários à sua manutenção. Marx (2013, p. 245–246) argumenta: “[...] se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força [...]”. Para isso, o trabalhador deve ter acesso a uma cesta de consumo compatível com o desgaste que sofre no processo produtivo. O autor continua: “[...] a quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida [...]” (MARX, 2013, p. 246). Essa “condição normal” a que alude Marx consiste na condição de saúde média da classe trabalhadora atual, suficiente para que o trabalhador “médio” tenha a capacidade física e mental de executar suas atividades com a mesma qualidade que a média de todos os trabalhadores.

Para calcular a grandeza do valor do total de meios de subsistência que um trabalhador deverá consumir nessa etapa, é preciso considerar o consumo diário dessas mercadorias pelo

¹²³ Devemos ressaltar que os valores aqui considerados devem ser calculados para cada grau de complexidade da força de trabalho. Para simplificar a exposição, consideraremos apenas a força de trabalho simples.

¹²⁴ “[...] os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção” (MARX, 2013, p. 247).

número de dias que correspondem ao tempo esperado de vida útil dos novos ingressantes no mercado de trabalho¹²⁵. Esse período será tanto mais longo quanto mais desenvolvida for a tecnologia, sobretudo à relacionada com a área da saúde, e tanto mais curto quanto menor for o acesso dos trabalhadores aos bens de subsistência¹²⁶ e/ou mais desgastante for o uso de suas capacidades físicas¹²⁷.

A *terceira etapa* do processo de produção da força de trabalho refere-se aos gastos advindos do processo de descarte dessa mercadoria. Toda a mercadoria que necessita de um processo especial para o descarte de seus resíduos deve levar em conta na determinação da grandeza de seu valor o trabalho requerido para sua adequada destinação final. Após o fim de sua vida útil, o trabalhador é o único responsável pelo adequado descarte de sua força de trabalho, mas os meios necessários para isso devem lhe ser garantidos no momento da venda de sua mercadoria. Desse modo, a grandeza do valor da força de trabalho deve conter também o suficiente para a manutenção diária de um indivíduo pelo número esperado de dias que viverá em aposentadoria¹²⁸. Tal nível de consumo deve permitir ao trabalhador médio aposentado alcançar as condições médias de saúde que se observa nesse grupo populacional.

Devemos ressaltar que em todas essas três etapas há um elemento físico e outro histórico-social¹²⁹. O elemento físico refere-se a todo o consumo necessário para dotar a classe trabalhadora da qualidade média observada pelo período equivalente à expectativa de vida atual¹³⁰. Consiste, assim, em um *limite mínimo* para o valor da força de trabalho – mesmo que elástico, pois, como resalta Marx (1982, p. 181), “[...] uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem como uma série de gerações robustas e de vida longa”.

¹²⁵ O tempo esperado de vida útil dos novos ingressantes corresponde ao número de dias de trabalho esperados para aqueles que acabam de ingressar no mercado, supondo-se que as taxas atuais de egressos por faixa etária permaneçam constantes. Ele representa, desse modo, a média hipotética de vida útil compatível com as condições atuais observadas no mercado. O tempo “esperado” de vida útil é um dado mais fidedigno para ser utilizado como medida do que o tempo “médio” de vida útil dos atuais egressos, pois esse último é influenciado pelas taxas de egressos prevaletentes em períodos anteriores, que não refletem o desenvolvimento atual e concreto das forças produtivas.

¹²⁶ Que incluem os produtos e serviços das áreas de saúde, saneamento, *etc.*

¹²⁷ Do mesmo modo que o valor da força de trabalho é diferente conforme o grau de complexidade do trabalho que a mesma é capaz de realizar – pois maiores são os custos para gerar e manter um trabalhador com tal proeza – também é distinta a duração de vida de cada classe devido, sobretudo, ao uso que dela se faz. Sobre esse aspecto, Marx (2013, p. 717) observa: “[...] é justamente entre os trabalhadores da grande indústria que nos deparamos com a duração mais curta de vida”.

¹²⁸ Cf. nota de rodapé 125 para a diferença entre tempo “esperado” de vida em aposentadoria e tempo “médio” de vida em aposentadoria.

¹²⁹ “[...] O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social” (MARX, 1982, p. 181).

¹³⁰ Vale ressaltar que esse elemento “físico” também se refere às necessidades mentais do trabalhador.

Em contraposição, todo o consumo que não influencia as qualidades físicas e mentais da classe trabalhadora, ou seja, tudo aquilo que poderíamos chamar de supérfluo, compõe o elemento histórico-social. Referem-se eles à “[...] satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens [...]” (MARX, 1982, p. 182). Apesar de ser supérfluo para a reprodução física da classe trabalhadora, é considerado como parte integrante do tempo de trabalho necessário para a reprodução do trabalhador por ser resultado de necessidade social, estabelecida pelo costume e condizente com o comportamento médio do trabalhador.

A partir da soma de todos esses componentes, podemos calcular a grandeza de valor total da força de trabalho. Chamando de P a grandeza do valor necessário para a produção de um trabalhador em idade apta ao trabalho, M os custos de manutenção diários durante sua vida útil, U a duração esperada em dias dessa mesma vida útil, D os custos diários de descarte dessa mercadoria e A o tempo esperado de aposentadoria de um trabalhador em dias, podemos expressar a grandeza total de seu valor (V) conforme a seguinte equação:

$$V = P + (M \cdot U) + (D \cdot A) \quad (2.3)$$

Se o trabalhador vendesse sua força de trabalho de uma só vez, deveria obter em troca um montante de equivalente universal que contivesse essa mesma grandeza de valor¹³¹. Mas ao invés disso, o trabalhador aluga sua força de trabalho para o capitalista por um período determinado conforme o costume de cada mercado. Se, por exemplo, a aluga em base diária, deve receber em troca apenas a parcela de equivalente universal que corresponde àquele dia de trabalho. Para usar o exemplo de Marx (2013, p. 308), se 30 são os anos de vida útil de um trabalhador, então $30 \times 365 = 10.950$ é o número de dias que um trabalhador médio pode trabalhar. Assim, para cada dia de trabalho, deve receber $\frac{1}{10.950}$ do valor total de sua força de trabalho. A grandeza diária do valor da força de trabalho (V_d) é dada por:

$$V_d = M + \frac{P+(D \cdot A)}{U} \quad (2.4)$$

¹³¹ Embora, como ressalta Marx (1982, p. 159), “[...] se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravatura”.

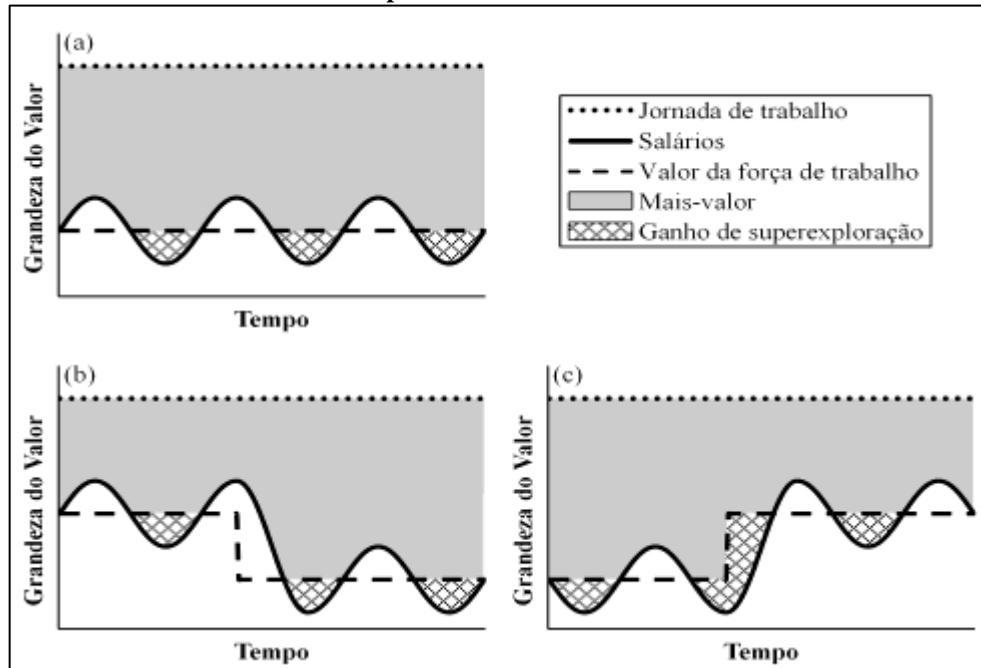
Já o salário, em termos diários, é determinado pela relação entre essa grandeza diária e o tempo de trabalho necessário para produzir uma unidade do equivalente universal, de modo similar à equação 2.2 (p. 82):

$$\text{Salario} = \frac{V_d}{TTSN_{(\text{equivalente geral})}} \quad (2.5)$$

É preciso lembrar que esse é o salário médio, de modo que sempre haverá trabalhadores recebendo salários maiores e menores do que a média. Mas, o que uns trabalhadores recebem a mais, outros recebem a menos. Cabe observar ainda que a distribuição dos salários pode ser assimétrica, similar aos exemplos apresentados no Gráfico 2.1. Poderíamos falar, nos casos em que a maior parcela dos trabalhadores recebesse salários inferiores à média – tal como no Gráfico 2.1(b) –, que predomina uma situação de superexploração. Entretanto, incorreríamos em certa imprecisão quanto ao conceito, pois essa superexploração não seria apropriada pelo capitalista, mas pelos trabalhadores “subexplorados”.

Além disso, os salários médios também devem apresentar um comportamento cíclico ligado ao ciclo econômico. Entretanto, do mesmo modo que sucede com as demais mercadorias, os salários mais baixos dos períodos de recessão seriam compensados pelos salários mais elevados dos momentos de prosperidade. Apresentamos a seguir o Gráfico 2.4(a) que ilustra esse comportamento. Nele, podemos observar que a massa de mais-valor é a mesma tanto se essa for considerada como a diferença entre a grandeza de valor da jornada e do valor da força de trabalho quanto como a diferença entre a grandeza de valor da jornada e dos salários – pois, nesse segundo caso, os períodos nos quais o capitalista ganha a menos são compensados pelos períodos que obtém um “ganho de superexploração”, ou seja, pela parcela adicional de mais-valor que absorve por pagar salários inferiores aos valores da força de trabalho.

Gráfico 2.4 – Comportamento cíclico dos salários médios



Fonte: elaboração própria.

Se ignorarmos quaisquer perturbações estranhas ao processo de fixação dos salários, esses irão gravitar continuamente em torno do valor da força de trabalho. Assim, poderão sofrer influências das variações deste último, do mesmo modo que os preços de mercado das mercadorias são influenciados pelas variações em seus valores de troca (Gráfico 2.3). Exemplificamos, no Gráfico 2.4(b), como uma redução do valor da força de trabalho – ou seja, uma ampliação relativa do mais-valor – poderia ocasionar, dependendo das condições na qual se dê, uma preponderância temporária de uma situação de “subexploração”. Inversamente, apresentamos em 2.4(c) um caso hipotético de uma elevação do valor da força de trabalho – que poderia derivar da ampliação do tempo de trabalho necessário para a produção de alguma mercadoria que compõe a cesta de consumo dos trabalhadores – responsável pela predominância provisória da superexploração.

Até aqui, a força de trabalho se comportou exatamente como todas as outras mercadorias. Analisaremos agora se, assim como as demais mercadorias, a força de trabalho pode apresentar salários médios inferiores a seu valor, ou seja, aquilo que Marini denomina de superexploração, e qual a dinâmica que se desenvolve quando tal situação se estende por períodos consideráveis.

Como ressaltamos anteriormente, com a difusão do modo de produção capitalista, os preços médios das mercadorias são iguais aos seus preços de produção, determinados pelo processo que equaliza as taxas setoriais de lucro. Cabe observar, primeiramente, que esse

processo de transformação dos valores em preços de produção não se aplica à força de trabalho, uma vez que não há taxa de lucro no “setor” que produz mão de obra. Entretanto, como o setor produtor de bens de subsistência vende suas mercadorias pelos preços de produção, o que os trabalhadores recebem a título de salários, em uma sociedade capitalista, é um montante de recursos monetários equivalentes à soma dos preços de produção de todas as mercadorias que compõe a cesta de consumo dos trabalhadores.

Por outro lado, o preço de mercado da força de trabalho é passível de sofrer influências das variações de oferta e demanda, assim como o preço de todas as outras mercadorias. Entretanto, diferente da situação dos produtores individuais, que podem migrar para setores mais rentáveis quando aqueles em que atuam se mostram desfavoráveis, os trabalhadores só possuem a alternativa de vender a sua força de trabalho – já que são privados dos meios de produção.

É, portanto, possível que os salários médios sejam mantidos “artificialmente” em um patamar insuficiente para adquirir, pelos preços de produção, a cesta de consumo diária estabelecida na equação 2.4. É essa situação, resultante do poder de monopólio que decorre da apropriação privada dos meios de produção pela classe capitalista, que é compatível com aquilo que Marini entende por “superexploração”.

Como já indicamos, Marini aponta que a superexploração é resultado de três distintos processos: a redução do consumo do operário além do seu limite normal; o aumento da intensidade do trabalho; e o prolongamento da jornada de trabalho. No primeiro desses processos, o trabalhador deixa de ser capaz de se conservar em seu estado “normal”; enquanto que nos dois últimos, o desgaste excessivo gera um esgotamento prematuro da força de trabalho, levando o salário a se tornar inferior ao valor. Vejamos a coisa mais de perto.

Redução do consumo da classe trabalhadora

A redução forçada do consumo dos trabalhadores consiste em um método de se ampliar a taxa de mais-valor de forma relativa, ou seja, uma alteração no modo como uma extensão constante da jornada de trabalho se reparte em parcela de trabalho necessário e trabalho excedente¹³². Nessa forma, o trabalho não pago se excede para além de seu limite

¹³² Conforme descreve Marx (2013, p. 390): “o mais-valor que [...] deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo”. Ao contrário de Marx, Marini considera a redução do consumo do trabalhador uma forma “análoga” ao mais-valor absoluto, pois não a compreende como uma redução do tempo de trabalho necessário. Cf. Marini (1977, p. 115, 148, 1981, p. 92).

normal, “mediante a invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário” para a reprodução do trabalhador (MARX, 2013, p. 388).

É preciso lembrar que a cesta de consumo dos trabalhadores possui um elemento físico (e mental), relacionado com as necessidades básicas de reprodução da força de trabalho, e outro elemento histórico-social, estabelecido pelo costume de cada sociedade. A redução forçada do consumo dos trabalhadores pode atuar de duas formas: primeiro, reduzindo apenas o elemento histórico-social de seu valor – caso em que não produziria nenhum impacto na qualidade média da força de trabalho e na expectativa de vida da classe trabalhadora –; segundo, eliminando por completo esse elemento e, além disso, reduzindo o que se destina à manutenção física da força de trabalho, levando o salário abaixo de seu limite mínimo – caso em que a classe trabalhadora se atrofia, vegeta e morre precocemente.

Nesses dois casos, é preciso observar uma das peculiaridades da força de trabalho: ao contrário das demais mercadorias, o constante pagamento de salários em desacordo com o valor influencia as próprias condições de reprodução do trabalhador. Quando atua apenas sobre o elemento histórico-social, na medida em que uma redução dos salários médios se mostra persistente, ela transforma o próprio costume e comportamento médio dos trabalhadores. Quando a redução dos salários leva-os abaixo do limite mínimo, as consequências são mais drásticas: uma remuneração insuficiente reduz a capacidade da classe trabalhadora de consumir os produtos necessários para a realização das três etapas de produção da força de trabalho. Vejamos os efeitos gerados em cada uma delas.

No que tange à primeira etapa da produção da força de trabalho, com a redução dos salários se reduzem os gastos relativos à alimentação, educação e formação dos filhos dos trabalhadores atuais. Gera-se, com isso, uma mão de obra de qualidade inferior, constituída de trabalhadores desnutridos e destreinados, que são lançados mais cedo ao mercado para garantirem o próprio sustento.

Todavia, a redução dos salários também afeta a etapa de manutenção da força de trabalho. Como não recebem o suficiente, os trabalhadores não podem adquirir a totalidade dos bens necessários para sua adequada reprodução normal. Assim, a deterioração diária que cada trabalhador observa colabora para a redução da qualidade média de vida da população, além de gerar impactos significativos na capacidade de trabalho média¹³³.

A fase da aposentadoria, última etapa da produção da força de trabalho, se vê três vezes prejudicadas. Os anos de vida que um trabalhador mediano espera viver em

¹³³ Soma-se a esses efeitos a redução da vida útil esperada, cujas consequências serão analisadas com mais detalhes a seguir.

aposentadoria se reduzem devido: às deterioradas condições de saúde e alimentação que observam em sua infância; à incapacidade de repor o desgaste diário durante sua vida útil; e à redução do nível de consumo adequado à vida em aposentadoria.

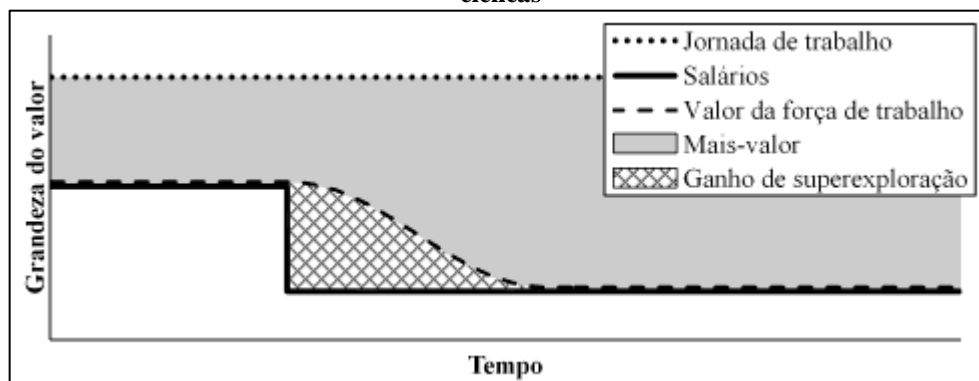
Com isso, produz-se uma força de trabalho desnutrida, desqualificada e pouco produtiva, composta de trabalhadores acostumados com o pauperismo, com a vida curta e com a penúria em período de aposentadoria. Para se produzir esse tipo de trabalhador, se gasta menos tempo de trabalho. Por isso, à medida que esses pobres diabos, desvios no processo de produção da classe trabalhadora, aumentam em número e passam a constituir o caso padrão – a qualidade média da mercadoria que se lança no mercado – o próprio valor da força de trabalho diminui.

Do ponto de vista mercantil, o capitalista de hoje deve pagar aos trabalhadores aquilo que estes gastam para se reproduzir em tão baixa qualidade, mesmo que esses trabalhadores tenham atingido esse nível devido às reduções pretéritas nos salários. Troca-se equivalente por equivalente, e quem comercializa hoje não deve ser punido pelas fraudes que outros realizaram no passado.

Entretanto, como a redução do valor só se concretiza quando a baixa remuneração influencia o costume e as estatísticas dos componentes da força de trabalho, há um período no qual a classe capitalista se apropria “indevidamente” de um mais-valor adicional. Esse é o excedente da superexploração do trabalho.

O Gráfico 2.5 ilustra a dinâmica dessa forma de mais-valor relativo, evidenciando o ganho efêmero da superexploração. Nele, representamos o salário médio sem suas variações cíclicas, com o intuito de evidenciar a natureza do fenômeno. Assim, a redução dos salários aparece de forma abrupta e é seguida por uma gradual redução do valor da força de trabalho, até o momento que a igualdade entre salários e valor é restabelecida.

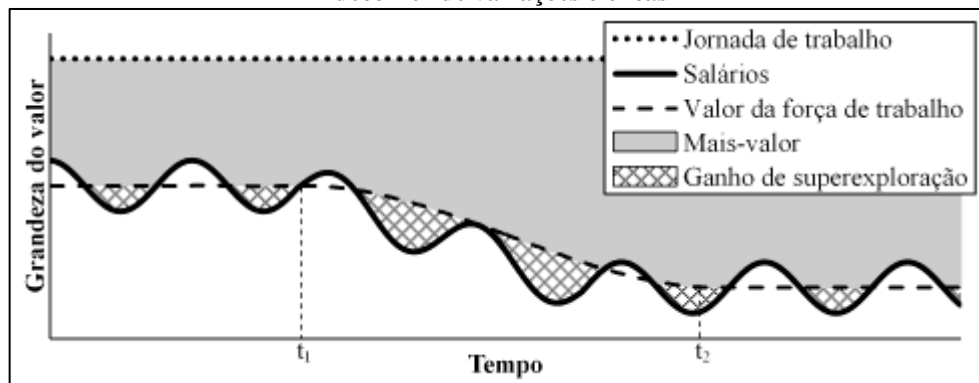
Gráfico 2.5 – Ampliação relativa do mais-valor por meio da redução de salários sem variações cíclicas



Fonte: elaboração própria.

Normalmente, esse processo de redução do salário médio deve ocorrer ao longo dos ciclos econômicos. No Gráfico 2.6, ilustramos como um mais-valor adicional a título de superexploração é absorvido pelo capitalista nessa situação. Como a redução dos salários antecipa a redução do valor da força de trabalho, há um período de preponderância da superexploração, que se inicia quando os salários passam a apresentar uma tendência decrescente (t_1) e se estende até o momento em que o valor da força de trabalho se adequa à nova média de remuneração (t_2).

Gráfico 2.6 – Ampliação relativa do mais-valor por meio da redução de salários no decorrer de variações cíclicas



Fonte: elaboração própria.

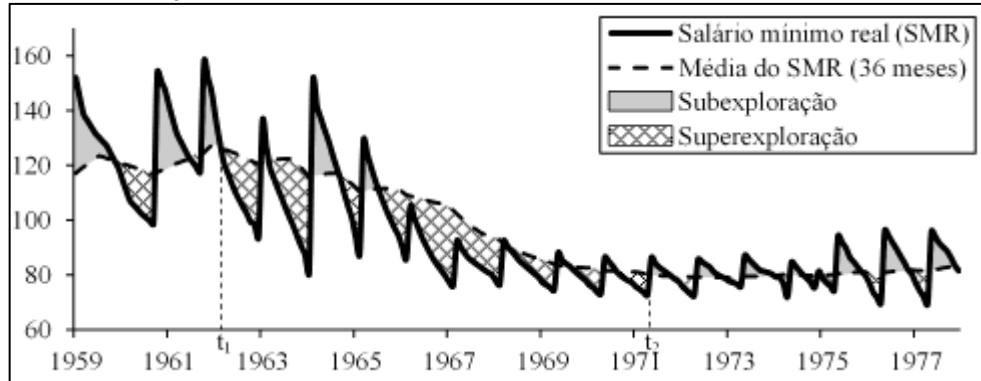
A afirmação de Marini de que a superexploração do trabalho é o fundamento da economia dependente implica dizer que elas se encontrariam em uma situação permanente de queda dos salários médios, ou seja, que se encontraria constantemente na área entre os períodos t_1 e t_2 do Gráfico 2.6. Apenas nessa circunstância, seria adequado falarmos de um persistente ganho de superexploração e afirmarmos que nessas economias os trabalhadores recebem salários inferiores ao valor da força de trabalho.

Para analisar a ocorrência da superexploração do trabalho na economia brasileira, Marini (1978) observou o movimento do salário mínimo real durante o período que vai de 1959 a 1977. Constatou, então, que houve uma queda acentuada do mesmo entre 1964 e 1970, o que poderia sugerir uma absorção por parte dos capitalistas de um mais-valor adicional proveniente da superexploração.

Apresentamos no Gráfico 2.7 o comportamento do salário mínimo real no período analisado por Marini, juntamente com a média do salário mínimo real dos últimos 36 meses (medida que tomaremos como referência para o valor da força de trabalho). É possível observar que há um período de predominância da superexploração que inicia-se em janeiro de 1962 e termina por volta de dezembro de 1969. Entretanto, é preciso observar que de 1970 até

o fim do período observado há certa estabilidade no salário mínimo real, indicando o restabelecimento da igualdade entre este e o valor da força de trabalho.

**Gráfico 2.7 – Salário mínimo real no Brasil,
de janeiro de 1959 a dezembro de 1977 (outubro de 1965 = 100)**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Cálculo próprio.

Essa análise que apresentamos tem como intuito apenas ilustrar o fenômeno tal como observado por Marini à época em que elaborou seus ensaios. Escrito no início de 1972, a *Dialéctica de la dependencia* nasceu no fim de um período de queda significativa do salário mínimo real no Brasil. Mas é preciso ressaltar as imprecisões desse exemplo. Em primeiro lugar, o salário mínimo não é a medida adequada para se avaliar a remuneração da classe trabalhadora. Uma análise mais rigorosa deveria se ater ao salário médio real e, mesmo assim, teria de analisá-lo conforme os estratos de complexidade da força de trabalho. Em segundo lugar, o impacto dos salários no valor da força de trabalho não deve ser calculado como média móvel dos mesmos, mas deve ser observado conforme a redução da renda influencia nos indicadores de qualidade de vida da classe trabalhadora. Em terceiro lugar, para uma completa verificação da superexploração, deveríamos levar em consideração os efeitos que descreveremos a seguir, relacionados com a magnitude extensiva e intensiva da jornada de trabalho.

Ampliação da jornada/intensidade do trabalho

O prolongamento da jornada de trabalho ou a ampliação de sua intensidade são formas de ampliar a taxa de mais-valor que em si não possuem relação direta com o fenômeno da superexploração. Contudo, ambas podem causar o efeito indireto de ampliar o desgaste do trabalhador, elevando o valor da força de trabalho. Vejamos.

Marx (2013, p. 306) afirma: “[...] a jornada de trabalho é [...] determinável, mas é, em verdade, indeterminada”, ou seja, apesar da jornada se referir a um número de horas estabelecido, não existe nenhuma lei econômica que permita-nos calculá-lo. Há, entretanto, limites mínimo e máximo dentro dos quais deve ser fixada. Como limite máximo, o número de horas trabalhadas por dia deve: reservar um período dentro do qual o ser humano irá descansar e satisfazer suas necessidades físicas¹³⁴; além do tempo para “[...] satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época [...]” (MARX, 2013, p. 306).

Ao pressionar pelo aumento da jornada, os capitalistas comprimem inicialmente o tempo necessário para fazer frente às necessidades histórico-sociais, processo que não afeta em nada o desgaste da força de trabalho. Entretanto, após eliminarem por completo esse período, podem fazer a jornada de trabalho avançar para além dos limites físicos (e mentais), comprometendo sua manutenção e encerrando de modo precoce sua vida útil¹³⁵.

Algo similar ocorre com a intensidade do trabalho, que normalmente está em relação inversa com a extensão da jornada de trabalho¹³⁶. Mesmo quando não varia a magnitude da jornada de trabalho, a classe trabalhadora pode ver a intensidade do trabalho ampliada acima do que se considera normal sem observar uma redução de sua vida útil, caso que ocorre quando o maior desgaste da força de trabalho ainda pode ser dissolvido pelo tempo de descanso e pela manutenção corrente da força de trabalho. Entretanto, há um limite a partir do qual a ampliação da intensidade a uma jornada constante implica redução da vida útil do trabalhador, quando o desgaste excessivo de nervos e músculos no processo de trabalho é tão profundo que sua repetição diária impede sua regeneração física e mental.

Existe, portanto, a possibilidade de que, ao ampliar a taxa de mais-valor por meio da extensão da jornada e/ou intensificação do trabalho, a classe capitalista provoque um desgaste do trabalhador maior do que o observado até então. Esse desgaste pode apresentar três efeitos distintos sobre a grandeza de valor diário da força de trabalho, como se observa pela análise dos componentes da equação 2.4 (p. 90).

Primeiramente, um consumo mais elevado de bens de subsistência pode ser necessário para que esse desgaste seja completamente revertido, de modo a preservar a qualidade média

¹³⁴ Também deve ser considerado dentro desse período o tempo necessário para restabelecer as condições psíquicas do trabalhador, evitando que a elevação do nível de estresse do mesmo comprometa a qualidade da força de trabalho.

¹³⁵ “[...] A produção capitalista, [...] com o prolongamento da jornada de trabalho, [...] produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida” (MARX, 2013, p. 338).

¹³⁶ “[...] a eficiência da força de trabalho é inversamente proporcional a seu tempo de operação [...]” (MARX, 2013, p. 482).

do trabalhador. Nesse caso, os custos de manutenção diários – a variável M da equação 2.4 – se elevam, juntamente com o valor diário da força de trabalho¹³⁷.

Alternativamente, o maior desgaste – se não for equacionado pelo aumento do consumo de bens de subsistência – pode implicar uma redução da vida útil do trabalhador (U). Com isso, os custos relativos à produção da força de trabalho e ao descarte dessa mercadoria – $P + (D \cdot A)$ – deverão ser diluídos em uma quantidade menor de dias, ampliando a grandeza diária do valor que deve ser repassado ao trabalhador.

Devemos observar que a ampliação dos custos de manutenção e a redução da vida útil podem ainda atuar em conjunto em duas situações: quando o desgaste maior tiver seu efeito dividido entre essas duas variáveis; ou então, quando esse desgaste for tão significativo que uma ampliação da cesta de consumo não seja capaz de reverter todos os seus efeitos.

Por fim, no que tange ao período de aposentadoria, o maior desgaste da força de trabalho gera dois efeitos contrários. Primeiro, eleva o custo com o consumo diário de bens de subsistência necessários para que o trabalhador aposentado alcance as condições médias até então vigentes de saúde desse grupo populacional (D), algo que tem claro efeito de elevar o valor da força de trabalho. Segundo, o próprio tempo de vida em aposentadoria (A) se reduz devido à morte prematura do trabalhador, o que causa queda no valor da força de trabalho. É provável que a elevação dos demais componentes do valor da força de trabalho supere os efeitos da redução da vida em aposentadoria, mas vale ressaltar a possibilidade de que o valor diário da força de trabalho se reduza com a ampliação da jornada/intensidade de trabalho¹³⁸.

Contudo, quando o valor da força de trabalho se eleva como consequência do maior desgaste do trabalhador no processo produtivo, é necessário que ela seja acompanhada por uma elevação dos salários. Caso essa elevação salarial não se observe, começa a ter efeito o mesmo processo descrito anteriormente, em que salários inferiores geram a redução do valor da força de trabalho. Segue-se, portanto, uma nova ampliação do mais-valor, dessa vez de forma relativa, após a qual ressurge a igualdade entre valores e salários.

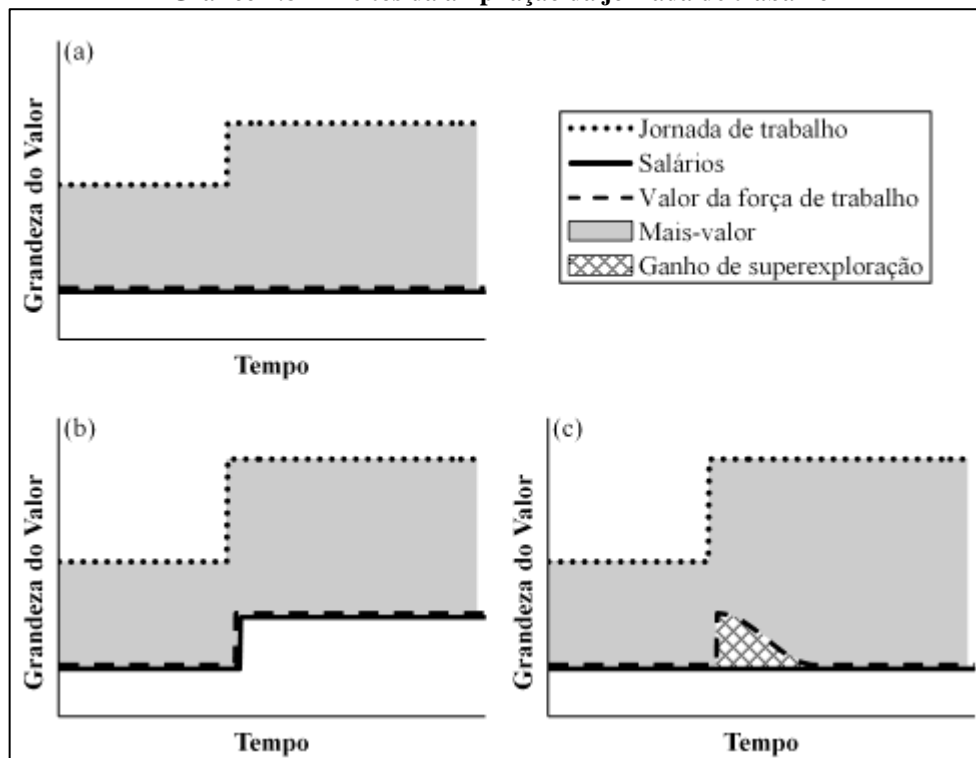
Ilustramos no Gráfico 2.8 os possíveis efeitos de uma ampliação da jornada de trabalho e a ocorrência da superexploração. O Gráfico 2.8(a) exemplifica uma situação em

¹³⁷ “[...] se o prolongamento antinatural da [jornada] de trabalho [...] encurta o tempo de vida do trabalhador singular [...], torna-se necessária [...] a inclusão de custos de depreciação maiores na reprodução da força de trabalho, do mesmo modo que a parte do valor a ser diariamente reproduzida de uma máquina é tanto maior quanto mais rapidamente ela se desgaste [...]” (MARX, 2013, p. 338).

¹³⁸ Marini indica por vezes e de modo equivocado que toda variação na intensidade e na jornada de trabalho resulta em elevação do valor da força de trabalho: “[...] sabemos, con Marx, que cualquier variación en la magnitud extensiva o intensiva del trabajo hace variar en el mismo sentido el valor de la fuerza de trabajo [...]” (MARINI, 1978, p. 98) (“[...] sabemos, com Marx, que qualquer variação na magnitude extensiva ou intensiva do trabalho faz variar no mesmo sentido o valor da força de trabalho [...]”).

que a ampliação da jornada ocorre em magnitude que não gera um maior desgaste da força de trabalho, tendo como único resultado a ampliação absoluta do mais-valor.

Gráfico 2.8 – Efeitos da ampliação da jornada de trabalho



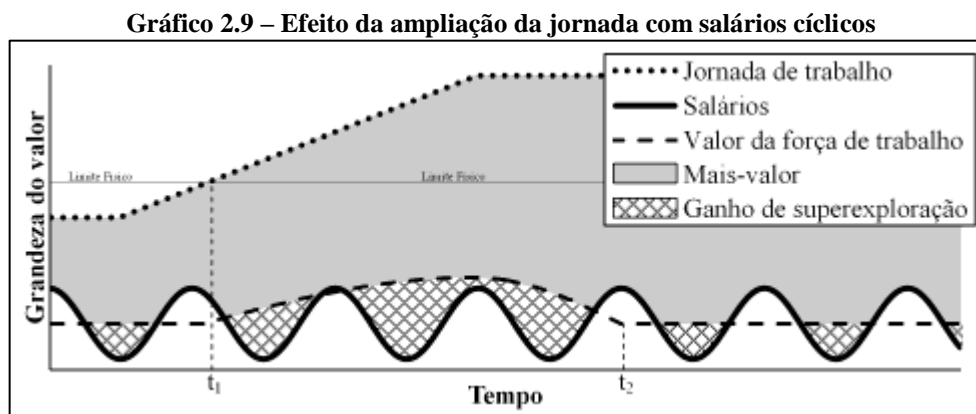
Fonte: elaboração própria.

Já os Gráficos 2.8(b) e 2.8(c) apresentam situações nas quais a ampliação da jornada compromete a reprodução da força de trabalho de modo a determinar o aumento de seu valor. Assim, no caso em que o salário médio se eleva para acompanhar o aumento do valor da força de trabalho – Gráfico 2.8(b) –, há uma ampliação do mais-valor pela via absoluta limitada pela elevação do valor da força de trabalho. Mas se os salários não se elevam, como ocorre no Gráfico 2.8(c), inicia-se um processo de ampliação relativa do mais-valor, além de um ganho de superexploração que desaparece à medida que os salários insuficientes alteram a qualidade média da força de trabalho.

Como o objetivo do Gráfico 2.8 é o de evidenciar a natureza do fenômeno, eliminamos os efeitos das variações cíclicas dos salários médios e apresentamos uma ampliação brusca da jornada de trabalho. Entretanto, no mundo concreto, a dinâmica da ampliação absoluta do mais-valor se dá de uma forma que é ao mesmo tempo mais complexa e mais sutil.

No Gráfico 2.9 ilustramos como o fenômeno seria observado considerando esses outros dois elementos. Nesse exemplo, o impacto da elevação da jornada no valor da força de trabalho só tem início a partir do momento em que a extensão da jornada ultrapassa o limite

máximo determinado pelas necessidades físicas dos trabalhadores, o que ocorre no período t_1 indicado no Gráfico. O valor da força de trabalho só inicia seu retorno ao nível do salário médio com o fim da ampliação da jornada, e só alcança esse patamar após o tempo necessário para que a não variação dos salários reduza a qualidade de vida média da classe operária.



Marini (1978) tributa à ampliação da jornada/intensidade de trabalho (e sua conseqüente elevação do valor da força de trabalho) a superexploração ocorrida no Brasil mesmo nos períodos em que se observou um leve assenso do salário mínimo real. Entretanto, para uma análise da superexploração pelo aumento da jornada/intensidade do trabalho, não se deve considerar somente a ocorrência desse último fenômeno, pois elas só geram a ampliação do valor da força de trabalho a partir do momento em que ultrapassam o limite físico e não são adequadamente compensadas por uma elevação de salários. O mais adequado, portanto, seria relacionar a variação da jornada/intensidade com uma queda na qualidade de vida da classe trabalhadora que pode se expressar como: redução da vida útil e/ou da expectativa de vida; degeneração dos indicadores de saúde; redução da escolaridade média; e diminuição do consumo “supérfluo” em detrimento do consumo de bens indispensáveis à manutenção do trabalhador.

Vimos o modo pelo qual a categoria da superexploração de Marini pode ser tratada de forma condizente com a teoria do valor de Marx. Nos três casos que abordamos, o valor da força de trabalho se reduz pelo fato dos trabalhadores receberem remunerações inferiores. No primeiro caso, a diferenciação entre salário e valor se dá devido à redução daquele; enquanto que, nos últimos dois casos, essa diferença resulta da ampliação do valor da força de trabalho. No decorrer do subsequente processo que reduz o valor da força de trabalho, a classe capitalista absorve um mais-valor adicional que, com o tempo, se torna o caso normal.

Portanto, podemos afirmar que o ganho de superexploração é um subproduto da ampliação relativa de mais-valor que resulta da diferenciação entre salários e valor da força de trabalho. É um fenômeno temporário que precede a redução da qualidade de vida da classe trabalhadora, após o qual se transforma em mais-valor “normal”.

Exatamente por ser efêmero, podemos afirmar que se trata de um elemento de pouca significação para explicar a fonte do lucro capitalista¹³⁹. Por outro lado, mais significativo do que o mais-valor que se absorve a título de superexploração é a ampliação da taxa de exploração que o acompanha. Esta sim é capaz de explicar ampliações permanentes na massa do excedente produzida pela classe trabalhadora.

A tese de Marini de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho pode ser interpretada de duas formas distintas: *primeiro*, que o ganho decorrente da superexploração é a fonte do lucro da acumulação de capital nesses países – o que seria um equívoco, conforme expusemos; *segundo*, que nas economias dependentes há primazia dessas três formas de ampliar a exploração (e que geram a superexploração) sobre as demais¹⁴⁰.

Essa segunda forma de interpretar a superexploração coloca em evidência a centralidade da luta de classes na determinação do valor da força de trabalho. Ao reconhecer que a redução de salários derivada de pressões das classes capitalistas sobre as massas proletárias é capaz de reduzir o próprio tempo de trabalho necessário, corrobora-se a existência do fenômeno oposto: o de que são as vitórias dos trabalhadores nas lutas por maiores salários e menores jornadas que ocasionam as elevações do padrão de vida da população e, conseqüentemente, do valor da força de trabalho.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos as teorias marxistas sobre o mercado mundial separadas em três momentos distintos da expansão do capitalismo. Enquanto Marx se deparava com um mundo no qual amplas eram as áreas para a expansão do modo de produção capitalista, os teóricos do imperialismo encontraram um globo completamente ocupado pelo capital e dividido pelas

¹³⁹ Do mesmo modo que é pouco significativo a superexploração/“subexploração” que pode ocorrer quando a variação do valor da força de trabalho precede o movimento dos preços.

¹⁴⁰ Resta, no entanto, verificar a validade dessa suposição. Marini busca indicar a ocorrência dessas três formas de ampliar a taxa de exploração no Brasil como forma de comprovar sua hipótese. Entretanto, é preciso ainda: ampliar sua base de análise para outras economias periféricas, a fim de averiguar se se tratar de um fenômeno específico da realidade brasileira ou caso comum entre as nações dependentes; verificar a ocorrência também das outras formas de ampliar a taxa de exploração; e realizar essas mesmas análises também para os países centrais, para averiguar se o comportamento observado é exclusivo da periferia ou se é o caso padrão das economias capitalistas. Apresentamos tal análise na seção 4.4, p. 256 *et seq.*

maiores potências econômicas. Já os autores da teoria da dependência, por sua vez, observavam um mundo quase plenamente industrializado e sem a dominação política do imperialismo, mas formado ainda pelo antagonismo entre nações centrais e periféricas.

Essa distinção nos mostra que, a despeito de se voltarem para o mesmo fenômeno – as relações econômicas do mercado mundial – seus objetos de pesquisa contêm diferenças importantes entre si. Com isso, a mudança de abordagem, que deu nome a cada uma dessas correntes, nos parece justificável.

E ainda, nossa exposição nos permite observar uma linha de “evolução” do pensamento marxista, na qual alguns elementos se preservaram, enquanto que outros foram aprimorados ou abandonados. Vemos, por exemplo, que noções fundamentais, tais como uma divisão internacional desigual do trabalho, a transferência de valor por meio das trocas internacionais e as diferenças internacionais de salários, taxa de lucro e composição orgânica já estavam presentes (como indicações) no pensamento de Marx.

Coube à teoria do imperialismo complementar o marxismo para abarcar o fenômeno com o qual se deparavam e que souberam delimitar bem: a disputa imperialista entre as nações mais avançadas. Nesse sentido, esses autores obtiveram sucesso ao traçar as causas desse acontecimento nos elementos econômicos da dinâmica do capitalismo. Além disso, projetaram acertadas previsões sobre o crescimento dos conflitos pela divisão dos territórios.

Contudo, é preciso observar que incorreram também em uma série de equívocos. Em primeiro lugar, falharam ao considerarem como definitivas as transformações que viam. Afinal, a política colonial foi colocada de lado em todos os países do mundo, mostrando que não se tratava de um elemento necessário para a continuidade da acumulação capitalista.

Um segundo equívoco foi o de terem superestimado os efeitos de alguns fatores que, inclusive, já se encontravam no pensamento de Marx. Esse é o caso do capital financeiro¹⁴¹, dos monopólios e do papel do Estado na acumulação capitalista. Por fim, podemos afirmar, especificamente para a teoria de Lênin, que o autor se precipitou ao decretar a decomposição do capitalismo nos países centrais, revelando certo voluntarismo de sua parte.

Os autores da dependência absorveram contribuições tanto de Marx quanto da teoria do imperialismo. Mas é preciso observar, primeiro, o que deixaram para trás. As categorias de capital financeiro, na acepção e com o papel central indicado pelos antecessores, não está

¹⁴¹ Sobre o capital financeiro, por mais que Marx não tenha utilizado esse termo, a indicação desse fenômeno é evidente em sua teoria. Podemos depreender isso, por exemplo, da seguinte passagem: “[...] com o desenvolvimento da grande indústria, o capital monetário, à medida que aparece no mercado, é cada vez menos representado pelo capitalista individual, pelo proprietário desta ou daquela fração do capital existente no mercado, mas surge como massa concentrada, organizada que, de maneira bem diversa da produção real, se encontra sob controle do banqueiro, que representa o capital social [...]” (MARX, 1986a, p. 276).

presente na formulação dos dependentistas. Tampouco se fala sobre etapa monopolista ou outra etapa final, *etc.* Também corrigem o voluntarismo de Lênin ao esclarecer que as economias centrais se tornam mais dinâmicas com o mercado mundial, em detrimento da periferia.

Esses autores também foram bem sucedidos ao delimitar o novo cenário com o qual se deparavam, observando que industrialização e independência formal não são suficientes para garantir a interdependência econômica no mercado mundial¹⁴². Mas por outro lado não se atentaram para o fato de que Lênin já havia alertado sobre essa questão, e nem de que a exportação de capitais já havia sido alvo de comentários tanto por parte de Marx quanto por parte da teoria do imperialismo.

Entretanto, a despeito de compreender o fenômeno sobre o qual se debruçava, a maior parte desses teóricos se voltou exclusivamente para o caso da América Latina, levando-os em muitos casos a considerarem como específico dessa região algo existente no mundo todo. Afinal, a exploração entre classes e a transferência de valor entre países é a regra da economia capitalista, de modo que pensar a dependência é pensar a característica geral da expansão do mercado mundial.

Por fim, devemos indicar ainda dois equívocos dessa última geração de pensadores que analisamos. Primeiro, nenhum desses autores conseguiu desenvolver de forma satisfatória a teoria das trocas desiguais que, inclusive, recebeu um nome não adequado ao seu conteúdo. Segundo, a categoria da superexploração elaborada por Marini se mostra irrelevante e, normalmente, aplicada de forma inadequada.

Ao concluir nossa análise a respeito das teorias marxistas sobre o mercado mundial, vemos que há ainda um vasto campo de pesquisa nessa área. Inicialmente, podemos perceber que o cenário com o qual nos deparamos já é distinto daquele observado pelos teóricos da década de 1960-1970. Talvez não se trate de uma diferença tão significativa quanto à que esses autores observaram com relação aos seus predecessores, de modo que não precisamos falar de uma outra “teoria”. Mas certamente há elementos que não foram tratados por nenhum desses autores.

Além disso, a teoria da dependência deixou algumas questões em aberto que precisam ser respondidas. Por exemplo, poucas propostas práticas foram elaboradas para guiar os movimentos sociais; e ainda, não foram formuladas as leis tendenciais necessárias para

¹⁴² Um destaque especial deve ser feito à Theotonio dos Santos, que anteviu os efeitos da propriedade intelectual na transferência de valor entre nações. Tal fenômeno, que hoje tem relevância significativa tanto para garantir o domínio tecnológico quanto para servir de fonte de apropriação de mais-valor, era muito mais sutil à época em que Santos os analisou.

compreender as transformações que as relações de dependência causarão tanto nas nações periféricas quanto nas centrais.

De todo modo, podemos perceber que a teoria da dependência é o estado da arte do debate marxista acerca da dinâmica do mercado mundial, o que quer dizer que a ampliação do nosso entendimento sobre esse fenômeno deve partir do que já se desenvolveu até então.

Não se trata de absorver de forma acrítica as elaborações anteriores, nem de descobrirmos qual desses autores estava certo e qual estava errado. Afinal, a verdadeira razão científica por trás das teorias – teorias que aparecem disfarçadas como uma leitura universal do mundo – não está em encontrar essa própria leitura – já que consiste apenas em sua aparência –, mas a de indicar caminhos para a compreensão cada vez mais abrangentes da realidade.

Portanto, cada um dos vários autores da dependência contribui de alguma forma para a consolidação do corpo teórico marxista. Contudo, essa contribuição só poderá se efetivar após a crítica impiedosa das gerações seguintes. Nesse sentido, honrar a memória e a teoria de um autor consiste exatamente em mostrar aonde ela falha, evidenciar seus equívocos e pontos fracos. Mesmo que nada sobreviva ao escrutínio, mesmo que não se encontre um átomo de acordo com a orientação teórica dos atuais revisores, as teorias passadas terão contribuído para fomentar e direcionar um debate que concederão novos frutos.

3 DEBATE ATUAL DA DEPENDÊNCIA

Hoje, se disser que sou de esquerda, as pessoas não vão acreditar. Embora seja verdade. É verdade!

Fernando Henrique Cardoso, 2014.

A teoria marxista sobre o mercado mundial constitui ainda linha de pesquisa em aberto. O debate da dependência, expressão de maior desenvolvimento desse campo do marxismo, apresenta óbvio interesse para quem pretende contribuir para o entendimento da dinâmica do capitalismo em escala global.

Nesse sentido, não é nenhum espanto que a teoria da dependência tenha ganhado novo fôlego no início dos anos 2010. Entretanto, o debate que se faz hoje aparece apenas como uma sombra daquele que ocorreu nas décadas de 1960 e 70, tal é a ausência do profícuo pluralismo que o marcou no passado. Com um foco na querela que se desenvolveu entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, o principal intuito de muitos debatedores parece ser apenas o de divulgar ideias desenvolvidas no século passado.

Todavia, o interesse sincero e a qualidade dos pesquisadores envolvidos tem feito com que novas contribuições comecem a surgir espontaneamente no meio desse estreito resgate. No presente capítulo pretendemos nos debruçar sobre as elaborações atuais, em uma tentativa de esclarecer o caminho que o atual debate tem tomado. Mesmo sabendo que nossa avaliação dificilmente poderá identificar os elementos que apresentarão um maior desenvolvimento no futuro, acreditamos que uma análise preliminar pode auxiliar os pesquisadores envolvidos nesse debate a promoverem uma correção dos rumos atualmente tomados.

Esse capítulo está dividido em três seções. Na primeira, apresentaremos a releitura que tem sido feita da obra de Fernando Henrique Cardoso, mostrando quão dura tem sido a crítica dirigida à sua teoria por conta de sua recente postura política e ideológica. Na segunda seção, mostraremos o resgate marinista, no qual praticamente se resumem as recentes contribuições para o avanço da teoria da dependência. Por fim, apresentamos nossas conclusões preliminares.

3.1 A RELEITURA DA OBRA DE CARDOSO

A verdade é que a postura de Cardoso na presidência do Brasil deixou os marxistas em uma situação constrangedora. O presidente fora outrora expoente do debate da dependência,

de viés claramente marxista. No governo da maior nação latino-americana, Cardoso – chamado pela mídia de FHC – acelerou o Programa Nacional de Desestatização, privatizando importantes parcelas do Estado e concedendo ao monopólio estrangeiro o domínio sobre setores estratégicos da indústria nacional. Ao mesmo tempo, defendeu a abertura comercial que levou à falência significativa parcela do capital produtivo brasileiro. Aproximou-se do capital financeiro internacional, obtendo vultosos empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a formação de reservas cambiais suficientes para manter a moeda nacional sobrevalorizada até sua reeleição. Ampliou a taxa de juros interna, tornando-a a mais elevada do mundo em termos reais.

Na área social, os resultados do governo FHC foram ainda mais constrangedores para os marxistas que tinham respeito por sua posição enquanto teórico: o salário mínimo real se manteve em patamar inferior ao período da ditadura militar, a pobreza e extrema pobreza mantiveram-se constates durante todo o seu governo¹⁴³ e houve ampliação do desemprego¹⁴⁴. Tais políticas contrariaram o processo de industrialização que dominou a nação até meados da década de 1980 e aprofundaram claramente a perspectiva dependente do capitalismo nacional. Além disso, iam ao encontro da pauta definida pelo Consenso de Washington. Não havia como negar, o Cardoso da década de 1990 era um neoliberal.

A primeira reação de seus críticos foi difundir a hipótese de que Cardoso teria mudado de ideia. “Esqueçam o que escrevi”, essa frase se tornou famosa por ter saído supostamente dos lábios de FHC¹⁴⁵. A teoria da dependência poderia ser, então, absolvida da acusação de servir de base para um conjunto de políticas neoliberais, e Cardoso não passaria de um cínico ou de um marxista arrependido.

De todo modo, a ascensão de Cardoso à presidência reacendeu o interesse em sua obra, que inclui um acalorado debate entre ele e Ruy Mauro Marini, um dos tantos autores que trabalharam com o tema da dependência. A partir daí, essa releitura passou a trilhar dois

¹⁴³ Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o percentual da população pobre e extremamente pobre no Brasil era de 35,08% e 15,19% em 1995 respectivamente. Para o ano de 2003 os valores são de 35,79% e 15,20%.

¹⁴⁴ De 6,7% em 1995 para 10,5% em 2003, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁴⁵ “Ah, não, essa eu nunca disse”, foi a resposta que Cardoso deu a Toledo (1998, p. 172) quando este o questionou sobre a autoria dessa frase. O então presidente ainda completou: “alguém achou que eu havia mudado de posição e que deveria ser criticado por isso, e então inventou essa frase. Quem? Não sei. Foi [no jornal] *Folha [de S. Paulo]*. O [Otávio] Frias [Filho, diretor de redação do jornal,] gostou da frase – ele me disse que gostou. Ele disse que achava fantástico alguém dizer isso. Pode até ser, só que eu não disse. Nem penso assim. Isso derivou de um encontro em São Paulo, num restaurante, quando eu era ministro do Exterior. Havia vários empresários. [...] O Celso Lafer fez uma pergunta e eu disse: ‘Celso, você, que escreveu tanto, sabe que, muitas vezes, quando se está numa função pública e vai se ver o que escreveu, conclui-se que não era bem assim’. A frase foi essa. Contada por terceiros, virou uma frase forte contra mim”.

caminhos: primeiro, surgiram aqueles que, em defesa de Marini, buscaram desqualificar Cardoso, expurgando-o das fileiras marxistas; segundo, apareceram aqueles que tentaram ver nas obras escritas nas décadas de 1960 e 70 o germe das políticas neoliberais implantadas por FHC.

A presente seção se dedica a análise dessas duas vertentes da releitura de Cardoso. Embora conte com algumas proveitosas contribuições, buscaremos mostrar que o debate atual da dependência é marcado por um viés ideológico muito forte e pouco rigor científico e comprometimento com a realidade. Mas antes de iniciarmos essa tarefa, é importante fazer um alerta: não estamos apresentando aqui uma defesa seja da teoria de Cardoso ou das políticas de FHC. Nosso intuito é apenas evidenciar os equívocos que aparecem de forma similar no resgate acríptico e com forte caráter ideológico que se faz de Ruy Mauro Marini.

3.1.1 Seria Cardoso um weberiano?

Por muitos anos, a concepção que rondava tanto a academia brasileira quanto os círculos intelectuais não hispânicos era a de que o maior expoente da vertente latino-americana da teoria da dependência seria Fernando Henrique Cardoso. Uma vez que essa abordagem era considerada como subordinada à teoria do imperialismo, seu principal autor era visto como um autêntico representante do marxismo brasileiro. Ruy Mauro Marini, por sua vez, era tido injustamente por um insignificante teórico que teria perdido um caloroso debate com Cardoso¹⁴⁶.

Hoje, ganhou prestígio uma tese que se aproxima do exato oposto desse cenário. Por alguns autores, a teoria da dependência é tributada quase que exclusivamente à Marini. Outros nomes, como Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank, também são citados, mas seus textos são pouco explorados.

Elemento fundamental dessa interpretação é a hipótese de que *Cardoso não teria nada de marxismo*, por mais que em algum momento o autor possa ter dado a entender o contrário. Seria, na verdade, um pensador weberiano que atuou com o intuito de minar a difusão da versão marxista da teoria da dependência. Atualmente, talvez pelo amplo desconhecimento de sua obra, há praticamente um consenso sobre esse ponto entre os autores alinhados ao resgate marinista. Vejamos, agora, as formas que assumem esses argumentos.

¹⁴⁶ Para mais detalhes dessa história, cf. Prado (2011).

3.1.1.1 Hipótese de Ouriques

A primeira hipótese nesse sentido foi levantada por Nildo Domingos Ouriques em sua tese de doutorado, apresentada em 1995 à *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). Nela, Marini vence o debate da teoria *marxista* da dependência devido a uma nova descoberta: seu principal contendor (*i.e.*, Fernando Henrique Cardoso) nunca foi um marxista. Ouriques afirma:

*La respuesta metodológica de Cardoso será dada, como sabemos, en términos de un “método” que él llama “histórico-estructural” que no tiene relación alguna con el método marxista, [...] aproximándose mucho más a una visión historicista e incluso weberiana sobre la dependencia, particularmente cuando establece su tipología para analizar el fenómeno*¹⁴⁷ (OURIQUES, 1995, p. 66)¹⁴⁸.

Mas, quais são as falhas de Cardoso que lhe rendem o “vergonhoso” rótulo de weberiano? Ouriques nos esclarece:

*Es evidente el peso de lo fenoménico en la construcción del método por ellos [Cardoso e Faletto] defendido y también el sesgo sociológico, presentado bajo el manto de la “dominación”, a lo largo de su estudio. Y, naturalmente, caen por tierra todas las afirmaciones sobre el carácter necesariamente ambiguo o impreciso del concepto. La ambigüedad o confusión está en el método*¹⁴⁹ (OURIQUES, 1995, p. 75).

A inclinação sociológica de Cardoso e Faletto¹⁵⁰ os levariam a abordar “[...] *la articulación entre lo nacional y mundial a través de un análisis de las clases y del estado en la periferia. En términos weberianos es lo que podríamos llamar la ‘valorización de la acción política’*”¹⁵¹ (OURIQUES, 1995, p. 84). Por esses motivos, “[...] *la dependencia es un*

¹⁴⁷ “A resposta metodológica de Cardoso será dada, como sabemos, em termos de um ‘método’ que ele chama ‘histórico-estrutural’ que não tem relação alguma com o método marxista, [...] aproximando-se muito mais de uma visão historicista e, inclusive, weberiana sobre a dependência, particularmente quando estabelece sua tipologia para analisar o fenômeno”.

¹⁴⁸ Sobre esse método “histórico-estrutural”, Theotonio dos Santos viria a dizer que constituía em um dos pontos de concordância entre ele e Cardoso: “Eles [os pontos de concordância] se extendiam [*sic*] a outros problemas de maior interesse teórico como: [...] a importância de uma metodologia dialética, *histórico-estrutural*, que resgatasse a concretude dos processos sociais” (SANTOS, THEOTONIO DOS, 1996, p. 4–5 grifo nosso). Portanto, se devêssemos considerar Cardoso um weberiano por adotar esse método, talvez Ouriques deveria estender essa alcunha também para Santos.

¹⁴⁹ “É evidente o peso do fenomênico na construção do método por eles [Cardoso e Faletto] definido e também o viés sociológico, apresentado sob o manto da ‘dominação’, ao largo de seu estudo. E, naturalmente, caem por terra todas as afirmações sobre o caráter necessariamente ambíguo ou impreciso do conceito. A ambigüidade ou confusão está no método”.

¹⁵⁰ O sociólogo chileno Enzo Faletto, mesmo tendo sido um crítico das políticas de FHC, não foi poupado de ser arrastado para esse debate. No Chile, onde atuou na academia até seus últimos dias, Faletto e sua teoria da dependência continuam contando com o respeito dos grupos intelectuais progressistas. Cf. Yocelvezky (2004).

¹⁵¹ “a articulação entre o nacional e mundial através de uma análise de classes e do estado na periferia. Em termos weberianos, é o que poderíamos chamar a ‘valorização da ação política’”.

*elemento que ahí [na obra de Cardoso e Faletto] aparece involucrada en un cascarón weberiano en que lo importante son las situaciones de dependencia, o, el ‘análisis concreto’ de la dependencia”*¹⁵² (OURIQUES, 1995, p. 96, grifos do autor).

Em síntese, Ouriques classificou o pensamento cardosiano como “weberiano” baseado em dois elementos: a valorização da dimensão política em detrimento da econômica; e o foco da análise em situações concretas, a partir das quais formularia sua tipologia.

A tese de Ouriques ganhou adeptos e, em 1998, Adrián Sotelo Valencia (também da UNAM) e Carlos Eduardo Martins publicaram um artigo no qual também classificam a teoria da dependência de Cardoso e Faletto como weberiana. Os autores argumentam: “O weberianismo dependentista de Cardoso e Falleto [*sic*] se apresenta, muito claramente, no capítulo 2 de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que concentra as reflexões teórico-metodológicas dos autores” (MARTINS; VALENCIA, 1998, p. 418). Em seguida, citam o seguinte trecho do referido capítulo: “[...] De acôrdo com o enfoque até agora descrito, o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe [...]” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 22)

Novamente, a tese está centrada na valorização do político diante do econômico. Martins continuou desenvolvendo tal perspectiva, e em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 2003¹⁵³, afirma:

Cardoso e Faletto constroem um verdadeiro tipo ideal da dependência. Embora utilizem categorias marxistas em vários trabalhos, esses conceitos são claramente subordinados ao uso abrangente do instrumental weberiano e perdem o vigor original. O conceito que situam como fundamental para a interpretação da dependência é o de estruturas de dominação, dentro da quais deveriam ser inseridas as relações de classes (MARTINS, 2011, p. 232).

A preponderância do político aparece no centro da “crítica”, enquanto que a “tipologia” de Cardoso e Faletto é identificada com o “tipo ideal” weberiano, desenvolvendo o argumento de Ouriques que a “análise do concreto” é expressão de sua inadequação ao marxismo¹⁵⁴.

Vale ainda ressaltar a argumentação de Marisa Silva Amaral que, além de citar Martins e Valencia, afirma:

¹⁵² “[...] a dependência é um elemento que aí [na obra de Cardoso e Faletto] aparece envolvida em uma *casca weberiana*, na qual o importante são as *situações de dependência*, ou, a ‘análise concreta’ da dependência”.

¹⁵³ A tese de Martins foi publicada na forma de livro em 2011, obra que citaremos aqui.

¹⁵⁴ Entretanto, é preciso lembrar que Cardoso e Faletto não foram os únicos a elaborarem tipologias da dependência. Cf. Bambirra (2013).

Embora Fernando Henrique Cardoso reivindique o marxismo como sua principal fonte teórica, denominamos como weberiana esta vertente da teoria da dependência. Primeiro em função de que os weberianos acusam os marxistas de serem economicistas, tal como Weber fez em relação a Marx e o próprio Cardoso faz em relação a Marini e Dos Santos. Em segundo lugar está a exasperação da autonomia do político, própria dos weberianos, que se repete na vertente dependentista de Cardoso e Faletto (AMARAL, 2006, p. 22, 2012, p. 33).

Em síntese, Amaral ainda acrescenta aos dois elementos indicados pelos outros autores a crítica ao economicismo direcionada aos demais dependentistas. Vejamos agora quais são os equívocos presentes nos argumentos desse grupo de autores.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a “análise de situações concretas” não é elemento incompatível com o marxismo, como crê Ouriques. Antes ao contrário: explicar o concreto é o fim último da teoria. Tanto é assim que esse tem sido o foco de muitos dos autores envolvidos com a teoria “marxista” da dependência¹⁵⁵.

Segundo, a tipologia elaborada por Cardoso e Faletto não são equivalentes teóricos dos tipos ideais weberianos. Em Weber, esses são tipos puros, conceitos abstratos criados para explicar cada uma das várias dimensões de um mesmo fenômeno histórico, e que não existem isolados na realidade. Eles estão presentes em diferentes proporções na realidade concreta, de modo que esta pode estar mais próxima de um ou de outro desses tipos. Esclarece Weber (1978, p. 20):

*[...] For example, the same historical phenomenon may be in one aspect feudal, in another patrimonial, in another bureaucratic, and in still another charismatic. In order to give a precise meaning to these terms, it is necessary for the sociologist to formulate pure ideal types of the corresponding forms of action which in each case involve the highest possible degree of logical integration by virtue of their complete adequacy on the level of meaning. But precisely because this is true, it is probably seldom if ever that a real phenomenon can be found which corresponds exactly to one of these ideally constructed pure types [...]*¹⁵⁶.

E ainda, exemplifica para o caso da teoria econômica:

[...] The ideal types of social action which [...] are used in economic theory are [...] unrealistic or abstract in that they always ask what course of action would take place if it were purely rational and oriented to economic ends alone. This

¹⁵⁵ Como ressaltam, por exemplo, Prado e Castelo (2013, p. 17) ao tratar das recentes contribuições dos próprios Adrián Sotelo Valencia e Carlos Eduardo Martins. Carcanholo (2013b, p. 201) também ressalta a importância dessa análise no resgate atual: “[...] o resgate feito hoje em dia da teoria marxista da dependência passa também, para o entendimento de situações concretas, pela recuperação de algumas [...] categorias [elaboradas por Marini] [...]”.

¹⁵⁶ “[...] Por exemplo, um mesmo fenômeno histórico pode ter uma parte de aspecto feudal, outra patrimonial, outra burocrática, e ainda outra carismática. Com o intuito de dar um sentido preciso a esses termos, é necessário para o sociólogo formular tipos ideais puros de formas de ação correspondente que, em cada caso, implicam no mais alto grau de integração lógica em virtude de sua completa adequação em nível de sentido. Mas, precisamente por isso, é extremamente improvável que algum fenômeno real, correspondente exatamente a um desses tipos puros idealmente construídos, possa ser encontrado [...]”.

*construction can be used to aid in the understanding of action not purely economically determined but which involves deviations arising from traditional restraints, affects, errors, and the intrusion of other than economic purposes or considerations [...]*¹⁵⁷ (WEBER, 1978, p. 21).

Já as tipologias de Cardoso e Faletto possuem existência na realidade concreta e não se misturam para explicar um mesmo fenômeno histórico. Para cada situação específica, os autores constroem uma categoria que se encaixa unicamente naquela realidade. Por exemplo, ao analisar o período de desenvolvimento econômico marcado pela “expansão para fora”, os autores dividem os países da América Latina em dois grupos: aqueles que mantiveram o “controle nacional do sistema produtivo” e as “economias de enclave”. Colocam no primeiro grupo países como Argentina, Brasil, Uruguai e Colômbia, enquanto que no segundo se encaixam México, Bolívia, Venezuela, Chile, Peru e os países da América Central.

Vemos, portanto, que os tipos de Cardoso e Faletto são características mutuamente excludentes, que não estão presentes em diferentes proporcionalidades em um mesmo fenômeno, como é o caso da tipologia weberiana. Ou uma economia é de enclave, ou preserva o controle nacional do sistema produtivo.

Em terceiro lugar, a analogia que Ouriques e demais fazem entre Cardoso e Weber não é suficiente para classificá-lo como weberiano. Mesmo se concordássemos com a tese da preponderância do político sobre o econômico¹⁵⁸, é preciso reconhecer que ela não representa elemento suficiente para classificar um pensador em tal escola do pensamento.

Não são todos os pensadores que sobrevalorizam a esfera política perante a econômica que se encaixam nessa vertente sociológica. Tal postura também pode ser observada em muitos autores idealistas – para os quais uma mudança na consciência e na organização política da sociedade precede e transforma sua organização econômica –, tais como Platão, Hobbes, Locke, Rousseau e Hegel, todos esses anteriores a Weber.

Do mesmo modo, não é pelo fato de Weber ter criticado o economicismo em Marx que toda crítica da mesma natureza direcionada a um autor marxista torna seu formulador um weberiano. Autores como Antonio Gramsci, György Lukács, Edward Palmer Thompson e até mesmo o estruturalista Louis Althusser – todos inegáveis adeptos do marxismo – criticaram

¹⁵⁷ “[...] Os tipos ideais de ação social que [...] são usados na teoria econômica são [...] irrealis ou abstratos, a partir dos quais sempre perguntam que curso da ação aconteceria se ela fosse puramente racional e orientada somente para fins econômicos. Essa construção pode ser usada para auxiliar na compreensão da ação que não seja de determinação puramente econômica, mas que envolva desvios decorrentes de restrições tradicionais, afetivas, erros, e a intrusão de propósitos e considerações outras que não econômicas [...]”.

¹⁵⁸ Essa tese será analisada com mais detalhes adiante. Cf. p. 118.

muitos dos marxistas de seu tempo por terem realizado leituras economicistas da obra de Marx.

Para que um autor seja considerado como um weberiano, é preciso que apresente uma série de outros elementos que não se observam no pensamento de Cardoso. Por exemplo, quando analisam a estrutura de dominação, Cardoso e Faletto voltam-se unicamente para estruturas sociais que possuem determinação econômica: as classes sociais. Mesmo quando analisam a burocracia estatal, subjugam-na à classe capitalista. Do ponto de vista weberiano, esses dois autores, ao darem demasiada importância à “luta de classes”, ignoram elementos fundamentais tais como os “estamentos” e os “partidos”¹⁵⁹.

Outro exemplo, e de importância mais fundamental, refere-se ao individualismo metodológico. Em Weber, é a consciência individual que dá sentido à ação social, de modo que o interesse de uma coletividade não se superpõe aos dos sujeitos que a compõem. Explica:

*[...] The [...] collectivities must be treated as solely the resultants and modes of organization of the particular acts of individual persons, since these alone can be treated as agents in a course of subjectively understandable action. [...] For sociological purposes there is no such thing as a collective personality which "acts". when reference is made in a sociological context to [...] collectivities, what it meant is [...] only a certain kind of development of actual or possible social actions of individual persons [...]*¹⁶⁰ (WEBER, 1978, p. 13–14, grifos do autor).

Entretanto, para Cardoso, as motivações dos indivíduos se encontram subordinadas à posição que ocupam nos processos produtivos. Portanto, as motivações que buscam esclarecer não são de indivíduos, mas de classes.

Poderíamos listar uma série de elementos fundamentais para que Cardoso fosse considerado um weberiano, mas que não se fazem presentes em seu pensamento. Contudo, acreditamos já ter demonstrado a insuficiência de classificar o pensamento de um autor pautado em um único elemento. Tal argumento seria similar a uma tentativa de classificar Ruy Mauro Marini em uma espécie de teoria “keynesiana” da dependência pelo simples fato desse autor se preocupar com o problema da realização do produto, do mesmo modo que Keynes se preocupa com a insuficiência da demanda efetiva.

¹⁵⁹ Como Weber (1982, p. 212) ressalta: “[...] ‘classes’, ‘estamentos’ e ‘partidos’ são fenômenos da distribuição do poder dentro de uma comunidade”.

¹⁶⁰ “[...] As [...] coletividades devem ser tratadas *unicamente* como resultantes e modos de organização dos atos particulares de pessoas individuais, uma vez que apenas estes podem ser tratados como agentes no curso de uma ação subjetivamente compreensível [...] Para os propósitos sociológicos, não existe algo como uma personalidade coletiva que ‘age’. Quando é feita referência, em um contexto sociológico, às [...] coletividades, está-se referindo na verdade a [...] *apenas* certo tipo de desenvolvimento de reais ou possíveis ações sociais de pessoas individuais [...]”.

3.1.1.2 Hipótese de Cotrim

Partindo de outra linha de análise, Ivan Cotrim, em sua dissertação de mestrado intitulada “O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso” e apresentada à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2001, chega à mesma conclusão de Ouriques, embora como resultado de argumentação completamente distinta. O autor afirma que a base teórica para a construção da teoria da dependência de Cardoso seria Max Weber, e seria um equívoco a interpretação hegemônica de que ele se pautara na dialética de Karl Marx. Cotrim argumenta:

Não há dúvida de que Cardoso indique, no longo de sua produção, a utilização de conceitos tirados de *O Capital*, de maneira mais explícita, mas também se valha no conjunto analítico de referências conceituais de Marx e autores que se colocam como marxistas [...] (COTRIM, 2001, p. 310).

Por outro lado, a análise de Cardoso, que, como indicamos, tenta afirmar-se na utilização indiferenciada de “paradigmas” excludentes como Marx e Weber, resulta, na verdade, no uso e abuso das concepções weberianas de ação social determinada pelos valores subjetivos, de estado moderno como burocracia racional, de patrimonialismo como estado tradicional, da postura carismática das lideranças geradoras de formas populistas etc. [...] (COTRIM, 2001, p. 320).

Vejamos como Cotrim reconstrói os argumentos de Cardoso para demonstrar como este chega a Weber partindo de uma análise de Marx. Para esse autor, a confusão de Cardoso teria como fundamento uma falha em sua formação marxista, derivada de sua participação nos seminários de estudo de “O capital” ocorridos na USP ao fim da década de 1950. Cotrim resgata a crítica de José Chasin (2001) ao que este chamou de Analítica Paulista: em suma, essa corrente do pensamento (da qual Cardoso faz parte), ao se fundar nos estudos exclusivos de “O capital”, ignora importantes textos elaborados por Marx em sua juventude, pondo de lado questões ontológicas essenciais¹⁶¹.

Partindo desse equívoco fundamental, a dialética elaborada erroneamente por Cardoso consistiria, como se expressa na introdução de sua obra “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional”, em um modelo, um instrumento cognitivo cujo objetivo último é a transformação do concreto (do real) por meio do “movimento da razão”. Afirma Cotrim (2001, p. 312), “[...] aquele ‘circuito no qual se desenvolve uma dialética entre o abstrato e o concreto’ promove uma desidentificação do real, o que implica dizer que antes como depois a totalidade concreta (o real) se altera [...]”. Com isso, conclui que, para Cardoso, “[...] [o objeto

¹⁶¹ Contudo, é interessante ressaltar que o próprio Chasin nunca se referiu a Cardoso como um weberiano.

real para o pensamento] deixa de ser o que é pela análise ou pela mediação da teoria [...], desidentificando-se, pois, seu ser, antes e depois da análise [...]" (COTRIM, 2001, p. 313).

Por fim, Cardoso teria se apoiado em Sartre para concluir que o esforço analítico de investigação poderia ser pautado tanto pelo paradigma marxista quanto pelo weberiano. Essa leitura metodológica viesada que Cardoso apresenta em "Capitalismo e escravidão..." é transportada para a obra que escreveu com Faletto. "Dessa forma", afirma Cotrim (2001, p. 317):

A "totalidade concreta" como referência metodológica não estará mais a cargo de Marx, e será expressa como um composto de níveis, os quais a análise se encarregará de vincular. Os níveis serão sempre sociais, políticos e econômicos, e serão postos em dinâmica tendo como referência e orientação um quadro de valores subjetivamente definidos [...].

Essa divisão da realidade em níveis é que estará por trás da "análise integrada" proposta em "Desenvolvimento e dependência na América Latina". Esta consistiria em uma tentativa de integrar o sistema econômico, que Cardoso interpretaria a partir de Marx, com o sistema social, cuja compreensão se dará por meio das categorias weberianas tais como o "patrimonialismo". Explica Cotrim (2001, p. 225): "[...] [Cardoso] separa na realidade o nível econômico e o político-social, aplicando tratamento metodológico distintos: Marx se torna referência para a economia (o que obviamente não nos parece adequado), enquanto Weber serve para a política". No entanto, alerta:

[...] Aquela prévia separação *entre sistemas sociais e econômico* cumpre teleologicamente uma função em Cardoso, a de depositar seu esforço analítico numa das áreas, a político-social, mantendo o campo econômico distanciado de sua abordagem [...] Dessa forma, [...] ele opera uma inversão, retirando a objetividade e determinação da economia sobre a esfera política (COTRIM, 2001, p. 318–319, grifos do autor).

E como o político é tributário de Weber, este se revela como a verdadeira influência teórica do pensamento cardosiano.

Esse argumento de Cotrim pode ser sumarizado por meio das seguintes proposições: 1) Cardoso inverte onexo causal entre a realidade e a representação; 2) o que o leva a concluir pela equivalência entre os paradigmas de Marx e Weber; 3) por isso, se utiliza do marxismo para a análise dos processos econômicos e do weberianismo (por meio do uso do conceito de patrimonialismo) para a análise do político; 4) entretanto, como Cardoso subjuga o econômico ao político, submete a interpretação de Marx às concepções que possui de Weber. Logo, Cardoso é um weberiano.

O problema da argumentação de Cotrim está no fato de que suas premissas são falsas em quase todos os aspectos. Vejamos uma a uma.

Primeiro: *Cardoso inverte o nexo causal entre a realidade e a representação.*

Cotrim só alcança a assertiva acima por meio de uma leitura da obra de Cardoso marcada por descontextualizações recorrentes com o intuito de criar uma falsa oposição a Marx. Cotrim chega ao ponto de adulterar uma frase de Cardoso para que ela se encaixe melhor em sua crítica. Vejamos como as palavras de Cardoso ficam na pena de Cotrim:

“[...] [Em Marx] o concreto aparece como ponto de partida [...]” (CARDOSO apud COTRIM, 2001, p. 312).

Entretanto, no original encontramos:

“[...] Marx diz que o concreto aparece como o ponto de chegada quando é o verdadeiro ponto de partida [...]” (CARDOSO, 1962, p. 17).

E, como diz Marx?

“[...] O concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo [...]” (MARX, 2011, p. 54).

Vemos que, tanto para Marx quanto para Cardoso, o caminho do conhecimento é o que se eleva do concreto para o abstrato e, depois, retorna ao concreto, formando o que se chama de concreto pensado: a reprodução do concreto no pensamento. Para ambos, o que se tem no ponto de chegada é a desmistificação do que havia no ponto de partida, a negação das representações e intuições presentes *a priori* na mente do pesquisador.

No entanto, Cotrim transforma as palavras de Cardoso (e de Marx) para criar uma oposição entre ambos: em Marx, o conhecimento se daria do abstrato ao concreto; em Cardoso, do concreto ao abstrato. Onde deveria entender “desmistificação do real” entende “desidentificação do real”; onde aparece o termo “redefine-se”, interpreta-o como “deixa de ser o que é”¹⁶²; e o “concreto pensado” pode significar para Cotrim tanto “real” como “representação”, ao gosto da conveniência.

¹⁶² Cardoso (1962, p. 17) afirma que, como resultado do processo do conhecimento, “[...] a mercadoria redefine-se como categoria histórico-social, nega a forma inicial que assumira e se revela depois de explicitados os elos que a vinculam à totalidade do sistema, como uma forma de manifestação da mais-valia”. Cotrim (2001, p. 313) compreende assim: “[...] a mercadoria (como objeto real para o pensamento) permanece não como tal, ou seja, ela deixa de ser o que é pela análise [...], desidentificando-se, pois, seu ser, antes e depois da análise”. Cardoso fala claramente a respeito da representação que se faz da mercadoria. Cotrim quer entender que, para Cardoso, o processo do pensamento transforma o objeto real.

Ao fim, Cardoso parece afirmar que o processo do conhecimento transforma a própria realidade, ou seja, que a ideia precede e determina a matéria. Mas, na realidade, é Cotrim quem quer transformar os textos de Cardoso por meio do seu pensamento e de sua análise.

Cotrim conclui que Cardoso distancia-se do empírico¹⁶³. Para isso, retira de suas citações todas as referências que Cardoso faz a esse termo¹⁶⁴. Entretanto, o próprio Cardoso (1962, p. 30) afirma (em um trecho ignorado três vezes por Cotrim¹⁶⁵): “[...] sem sólida base empírica a análise dialética na sociologia desfaz-se enquanto análise criadora, num formalismo abstrato tão lastimável quanto qualquer tipo de escolástica, e acaba por transformar ‘a significação em intenção, o resultado em objetivo realmente visado’”¹⁶⁶.

Só mesmo por meio de tanta descontextualização e citações equivocadas é que Cotrim consegue concluir uma oposição entre o materialismo dialético de Marx e o que Cardoso expõe na Introdução de “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional”.

Segundo: *Cardoso conclui que os paradigmas de Marx e Weber são equivalentes.*

Essa afirmação de Cotrim se baseia em uma frase de Cardoso, na qual diz: “Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” (CARDOSO, 1962, p. 30). Cotrim cita essa passagem três vezes em sua dissertação (COTRIM, 2001, p. 58, 226, 317), entretanto, afirma equivocadamente que a expressão “nesse ponto” se refere ao “procedimento metodológico”. Vejamos a passagem de Cardoso por completo:

Com isso [com o uso do método dialético de forma heurística] evita-se a criação de novos *Franksteins* que, em caso contrário, acabariam sendo criados, como muitas vezes foram, em nome de um método que desejava acabar com eles. Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Em qualquer um dos dois o método não é empiricista, mas em ambos a interpretação prende-se a um momento analítico, que condiciona as possibilidades de globalização [...] (CARDOSO, 1962, p. 30).

¹⁶³ “[...] Ao afastar o empírico, [Cardoso] afastou, em verdade, a própria realidade concreta [...]” (COTRIM, 2001, p. 315).

¹⁶⁴ Por exemplo, Cotrim (2001, p. 313–314) cita Cardoso: “[...] [a] interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos de fatores histórico-sociais efetivos de sua produção [...] e de categorias não definidas empiricamente [...]”. Qual foi o trecho suprimido por Cotrim? Vejamos: “[...] (e, neste sentido, categorias ‘saturadas historicamente’, empíricas) [...]” (CARDOSO, 1962, p. 14). Uma supressão muito conveniente.

¹⁶⁵ Cf. p. 116.

¹⁶⁶ Claro que uma pessoa não é aquilo que ela julga de si mesma, mas aquilo que ela se faz. Por isso, não devemos julgar Cardoso pelo método que ele descreve, mas pelo que efetivamente usa. Assim, vemos que Cardoso não só diz que sua análise possui forte base empírica, como é possível constatar esse fato em todo o seu “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional”. Por exemplo, inúmeras são as referências aos dados e relatos históricos apresentados com o intuito de desmistificar a posição do negro na sociedade sul-rio-grandense. Todavia, o mesmo não pode ser dito de “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, cujo caráter ensaístico reduziu a preocupação dos autores em buscar informações para embasar suas propostas. Entretanto, Cardoso resgata a preocupação com o concreto em “Política e desenvolvimento em sociedades dependentes”.

Vemos que o termo “nesse ponto” está relacionado com “um método que deseja acabar com os *Frankensteins*, mas termina por cria-los”. A *passagem na qual Cotrim imputa certo apreço de Cardoso por Weber significa, na verdade, o exato oposto: uma crítica tanto a certo uso que se faz de Marx quanto à obra de Weber*. Expliquemos melhor: para Cardoso, a dialética heurística é capaz de explicar a realidade imediata (visível, cotidiana, sensível) por meio de significações que só fazem sentido para quem observa o fenômeno como um *todo*, ou seja, para o pesquisador que leva em consideração elementos que não estão presentes apenas no fragmento da realidade que observa¹⁶⁷.

A tentativa de perfazer uma análise (não-heurística) que se restrinja apenas às relações presentes na observação imediata (que se prenda a um momento analítico) e que busque reconstruir o *todo* a partir dessa observação particular, resultará em uma totalidade deformada, que exagera a importância do “pedaço” a partir do qual foi construída. Ou seja, ao se prender a um momento analítico, a totalidade que se constrói é limitada (condicionada) por esse momento. A visão do *todo* fica incompleta e a análise perde seu sentido, se torna um constructo que não obedece aos anseios originais de seu criador (daí a alusão ao romance *Frankenstein*).

Todavia, se Cardoso é marxista, porque ele critica tanto Marx quanto Weber na referida passagem? A crítica de Cardoso não é ao uso que Karl Marx fez da dialética, mas ao uso que “alguns marxistas” fazem desse paradigma. Esse tom da crítica fica claro quando o autor continua:

Fica patente portanto que, se por um lado a interpretação dialética na sociologia parte de uma atitude totalizadora e universalizante, por outro lado, em nome desses princípios nada justifica as tentativas de muitos marxistas de transformar o processo de conhecimento em mera procura de fatos e situações empíricas capazes de provar a *verdade* contida nos esquemas abstratos de determinações gerais [nos *Frankensteins*] [...] (CARDOSO, 1962, p. 30–31).

Portanto, Cardoso nunca afirmou a equivalência dos paradigmas de Marx e Weber, como faz crer Cotrim.

Terceiro: *Cardoso utiliza Marx para analisar o econômico e Weber para o político*.

Cotrim acredita que a divisão da totalidade entre econômico, político e social, tal como apresentada por Cardoso, resulta de seu distanciamento do marxismo enquanto referencial metodológico. Todavia, essa divisão resulta da famosa passagem de Marx, na qual afirma:

¹⁶⁷ Devemos lembrar que Weber jamais trabalha com a totalidade dos fatos históricos, considerando-a como algo inalcançável para o pensamento sociológico.

[...] Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual [...] (MARX, 1982, p. 25)

Vê-se, de início, que o uso de Marx vai muito além do econômico, pois deriva dele a própria forma de Cardoso conceber e fragmentar a totalidade concreta. Além disso, a dimensão política tal como trabalhada por Cardoso é também marxista, pois consiste na dinâmica da luta de classes.

Não estamos negando o uso que o autor faz de categorias weberianas, tal como é o caso do patrimonialismo. Contudo, a utilização de conceitos estranhos ao pensamento marxista é feito de forma subordinada aos elementos metodológicos do materialismo dialético, e se restringem aos fenômenos que não foram desenvolvidos plenamente por Marx.

Quarto: *Cardoso subjuga o econômico ao político.*

Em Marx, há uma determinação recíproca entre a estrutura e a superestrutura, sendo que o econômico aparece como condicionante último dos processos históricos. Ou seja, a despeito de se influenciarem mutuamente, as transformações da superestrutura (a dimensão política, cultura, jurídica, social, *etc.*), deve ser mediada pelas mudanças que sua dinâmica gera na organização econômica da sociedade, responsável por garantir as condições materiais a partir das quais aquela se expressa.

A crítica de Cardoso e Faletto ao economicismo é uma tentativa de resgatar o papel da luta de classes como um determinante do processo de transformação social. O método de análise integrada, a despeito de ter sido elaborado como uma crítica ao estruturalismo cepalino, deixa claro a relação dialética entre estrutura e superestrutura.

Para esses autores, “[...] os modos de relação econômica [...] delimitam os marcos em que se dá a ação política” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 23). Ou seja, é o grau de desenvolvimento das forças produtivas que delimita tanto as possibilidades das alianças de classes quanto as opções de política econômica capazes de transformar essas próprias forças produtivas. Isso quer dizer que o econômico condiciona o social, e o social transforma o econômico. Não há em Cardoso e Faletto a subjugação do econômico ao político, como afirma Cotrim. Entretanto, esses autores de fato se equivocam ao ignorar a dinâmica própria

dos processos econômicos, dinâmica que resulta de leis tendenciais e incrementais, e que podem ser fontes de transformações sociais¹⁶⁸.

3.1.1.3 O marxismo eclético

É importante ressaltar que, mesmo tendo se tornado tese dominante entre aqueles que se alinham ao pensamento weberiano, a classificação de Cardoso como pertencente à corrente weberiana está longe de ser consensual na academia. Podemos citar alguns textos que filiam o autor ao marxismo, de modo explícito ou por meio de indicações quanto sua metodologia: Dias (2012), Limongi (2012, p. 194), Laporta (2010), Goertzel (2010), Prone (2010), Watanabe (2010), Kolling (2007), Bentes (2006, p. 59), Pato (2004), Sorj (2001), Batista Jr (1999), Lahuerta (1999, p. 93), Goto (1998) e Fiori (1995). Inclusive, essa posição é encontrada até mesmo entre seus críticos, tais como Traspadini (1999, p. 115–117), Teixeira (2007) e Katz (2011).

Há também aqueles que fazem alguma ressalva, como é o caso de Hage (2014, p. 131), que atribui a Cardoso um “marxismo analítico”, e de Bianchi (2010), para quem esse seria um marxismo “limitado”. Além desses, ainda encontramos posicionamentos como o de José Carlos Reis que, mesmo admitindo grande influência das ideias de Weber, considera que “F. H. Cardoso seria um marxista que aplica à realidade latino-americana o método dialético e não o força a concluir pelo socialismo [...]” (REIS, 1999, p. 268).

Reis lembra que o ecletismo não é uma característica exclusiva desse autor. Afirma: “F. H. Cardoso aplicará bem o materialismo dialético. [...] Entretanto, [...] é também associado a Weber. Ele esteve tão próximo de Weber como F. Fernandes, talvez até mais próximo” (REIS, 1999, p. 245). Mas ressalta que “em *Dependência* [e desenvolvimento na América Latina] ele se afastou mais de Weber e se aproximou mais de Marx. [...] Seu marxismo é, portanto, eclético, ou melhor, ‘sintético’, assim como o de F. Fernandes”. (REIS, 1999, p. 246).

O ecletismo é uma característica comum entre as elaborações marxistas tanto de economistas quanto de sociólogos brasileiros, e não é suficiente para desqualificar a obra de um autor. Veja-se, por exemplo, o caso de Florestan Fernandes, citado por Reis: mesmo aqueles que insistem em classificar Cardoso como weberiano, associam Fernandes ao

¹⁶⁸ Já apresentamos essa falha de Cardoso em outro momento. Cf. seção 2.3.2.

marxismo¹⁶⁹ e reconhecem sua importância para a formação de um pensamento sobre o capitalismo brasileiro.

O contraste entre o marxismo e outras correntes teóricas é útil para demonstrar os elementos que se encontram pouco desenvolvidos naquele, o que não resulta, necessariamente, em um ecletismo acrítico. Ao contrário, esse contraste pode se mostrar como uma importante fonte de aprimoramento teórico. Os próprios conceitos de “dependência” e “imperialismo”, por exemplo, surgiram no seio de teorias burguesas e foram incorporados ao marxismo. A teoria da “deterioração dos termos de troca” foi apropriada por Marini (1981)¹⁷⁰, que “desenvolveu” a partir dela sua proposta sobre a “troca desigual”.

Outra interessante observação a ser feita trata-se do fato de que não há nenhum texto que classifique Cardoso como weberiano antes de 1995. A maioria das citações que se faz de Cardoso se abstém de apresentar qualquer forma de classificação, mas as que apresentam, colocam-no por vezes como estruturalista¹⁷¹, reformista ou marxista.

Kay (1991, p. 45), por exemplo, afirma que Cardoso apresenta uma perspectiva marxista, mas o classifica juntamente com Furtado e outros na corrente “reformista” da teoria da dependência, em oposição aos marxistas (ou neomarxistas), tais como Frank, Santos e Marini (KAY, 1991, p. 46).

Jorge Larraín (1989) afirma Cardoso como um marxista que reconhecia a possibilidade de desenvolvimento¹⁷². Lehmann (1986, p. 32), por sua vez, ressalta o marxismo eclético em Cardoso: “[...] talvez se pudesse dizer que seu marxismo prefigurava algumas das versões mais ecléticas hoje correntes na Europa Ocidental, que encontram expressão política no PCI [Partido Comunista Italiano] ou no periódico britânico *Marxism Today*”.

¹⁶⁹ É o que faz, por exemplo, Martins, que afirma: “[...] apesar de sua maior proximidade institucional e pessoal a Fernando Henrique Cardoso, Florestan se aproximará muito mais da versão marxista da dependência [...]” (MARTINS, 2011, p. 258). Ou ainda: “[...] nos anos 1960 e 1970, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Florestan Fernandes se esforçaram em mostrar o caráter superexplorador do capitalismo latino-americano [...]” (MARTINS, 2011, p. 293).

¹⁷⁰ E por Emmanuel (1969) antes dele.

¹⁷¹ Esse posicionamento é muito comum entre os autores de língua inglesa que desconhecem as contribuições de Cardoso para além do livro escrito com Faletto. Já discutimos em outro momento os motivos que levam os autores se absterem de fazer referências explícitas ao pensamento marxista nesse texto. Cf. p. 62.

¹⁷² Ao falar do conjunto de autores que considera como um segundo grupo de dependentistas, o autor afirma: “[...] *They could be stagnationist (Sunkel, Furtado, Hinkelammert) or allow for development (Cardoso, Faletto, Pinto), they could be Marxist (Cardoso, Faletto, Hinkelammert) or non-Marxist (Pinto, Sunkel, Furtado) [...]*” (LARRAÍN, 1989, p. 146–147) (“[...] Eles podem ser estagnacionistas (Sunkel, Furtado, Hinkelammert) ou permitir o desenvolvimento (Cardoso, Faletto, Pinto), eles podem ser marxistas (Cardoso, Faletto, Hinkelammert) ou não marxistas (Pinto, Sunkel, Furtado) [...]”).

Para Smith (1981, p. 761), Cardoso e Faletto “[...] *freely admit their debt to Marx, and the kinds of debate one finds in this literature [...] are certainly common fare in Marxist circles in the west today*”¹⁷³.

Merece destaque a posição de Vânia Bambirra, considerada hoje uma das mais importantes autoras da teoria da dependência. Em seu texto intitulado *Teoría de la dependencia: una anticrítica* (“Teoria da dependência: uma anticrítica”), ao falar sobre Aníbal Quijano e Fernando Henrique Cardoso, afirma: “[...] *que pese a sus sólidas formaciones marxistas, y la utilización de sus categorías y su metodología, son heterodoxos*”¹⁷⁴ (BAMBIRRA, 1978, p. 12).

Além disso, antes de 1995, sempre que um autor ressaltava sua influência weberiana, isso nunca era feito sem lembrar também de sua raiz marxista – esta última normalmente colocada como influência principal. Nesses termos, Packenham (1992, p. 82), afirma: “*Cardoso is intellectually eclectic. He mixes elements of the social science of Max Weber and other non-Marxist with the Marxist thought (on classes) and the Leninist thought (on imperialism) that are the main foundations of his approach [...]*”¹⁷⁵. Esse autor ainda questiona o posicionamento daqueles que ignoravam a preponderância da influência marxista em Cardoso¹⁷⁶:

[...] *Supporters of Cardoso's work, who are much more numerous than critics, have also failed to perceive that although Cardoso is eclectic, ambiguous, and contradictory, he is much more faithful to Marxist postulates and criteria than to non-Marxist ideas [...]*¹⁷⁷ (PACKENHAM, 1992, p. 83).

Kahl (1988, p. 129) afirma que os principais modelos de Cardoso são Marx e Weber, mas lembra, também, a importância de tantos outros autores para a formação de seu pensamento. Já para Halperin-Donghi, além de Marx e Weber, a obra de Cardoso e Faletto teria forte influência da CEPAL. Afirma (HALPERIN-DONGHI, 1982, p. 116):

Their terms of reference are provided, on the one hand, by an image of Latin America's economic evolution as outlined by ECLA and, on the other, by an image of Latin American society that is more their own and reflects the legacy of both

¹⁷³ “[...] admitem abertamente sua dívida com Marx, e os tipos de debate que se encontram nessa literatura [...] são certamente lugar comum nos círculos marxistas ocidentais da atualidade”.

¹⁷⁴ “[...] que pese suas sólidas formações marxistas, e a utilização de suas categorias e sua metodologia, são heterodoxos”.

¹⁷⁵ “Cardoso é intelectualmente eclético. Ele mistura elementos das ciências sociais de Max Weber e outros não marxistas com o pensamento marxista (sobre as classes) e o pensamento leninista (sobre o imperialismo) que são os principais fundamentos de sua abordagem”.

¹⁷⁶ Em um comentário que se voltava para o público de língua inglesa. Cf. nota de rodapé 171, p. 120.

¹⁷⁷ “[...] Os defensores do trabalho de Cardoso, que são muito mais numerosos que seus críticos, também falharam em perceber que, embora Cardoso seja eclético, ambíguo e contraditório, ele é muito mais fiel aos postulados e critérios marxistas do que às ideias não marxistas [...]”.

*Marx and Weber. The two perspectives are integrated through the concrete historical analysis that is the main concern of the book*¹⁷⁸.

Esse mesmo posicionamento de Halperin-Donghi apareceu antes em Paz (1981, p. 74), para quem Cardoso e Faletto “[...] remiten a la CEPAL en lo económico y a Weber y Marx en lo sociopolítico [...]”¹⁷⁹. Paz associa os autores da dependência¹⁸⁰ ao pensamento marxista, ao mesmo tempo em que ressalta suas insuficiências de enfoque no plano teórico.

Por fim, acreditamos que antes de lançar mão de um argumento que tenta desqualificar o oponente ao classificá-lo como pertencente a tal ou qual corrente teórica, é preciso saber a opinião do autor sobre si mesmo. Nesse sentido, notamos que sobram indicações de que tanto Cardoso como Faletto se consideravam filiados ao pensamento marxista. Vejamos.

No prefácio à edição inglesa de “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, escrito em 1976, os autores afirmam que seguem uma tradição metodológica que encontra sua expressão máxima em Marx e que adotam uma abordagem dialética (CARDOSO; FALETTTO, 1979, p. ix). Cardoso retorna a esse mesmo assunto no prefácio à nova edição, escrito em 2004: “[...] para que [...] não nos jogassem, como diziam, ao ‘lixo da história’ [...], na vala comum do método funcionalista ou do ‘weberianismo’ dos tipos ideais, tínhamos que reafirmar nossa visão como sendo dialética, histórico-estrutural”. E, com isso, explica “[...] o resgate do marxismo e de sua versão vulgar [que] se fez [no prefácio à edição inglesa] saturando os conceitos de historicidade” (CARDOSO; FALETTTO, 2004, p. 9–10).

Além disso, os textos de Cardoso sobre a dependência são impregnados de referências a Marx, Lênin e outros autores marxistas, enquanto são escassas as citações de Weber. Esse mesmo panorama pode ser observado nas obras “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional” e “Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil”, por exemplo.

¹⁷⁸ “Seus termos de referências são fornecidos, por um lado, por uma imagem da evolução econômica da América Latina tal como descrita pela CEPAL e, por outro lado, por uma imagem da sociedade latino-americana que é mais deles mesmos e reflete o legado tanto de Marx quanto Weber. As duas perspectivas são integradas através da análise histórica concreta que é a principal preocupação do livro”.

¹⁷⁹ Esse comentário de Paz levou Osorio a afirmar, em artigo publicado em 1984, que a obra de Cardoso e Faletto “no se trata de un trabajo propiamente marxista, por la combinación teórica enmarcada aún en la matriz de la CEPAL en lo económico y en enfoques weberianos en el tratamiento de las clases” (OSORIO, 1984, p. 43) (“não se trata de um trabalho propriamente marxista, pela combinação teórica enquadrada na matriz da CEPAL no econômico e em enfoques weberianos no tratamento das classes”). Na opinião de Osorio (1984, p. 55), isso provavelmente seria devido à influência de Faletto, para quem “[...] el peso de las concepciones weberianas en sus estudios impide con rigor ubicarlo plenamente en el campo del marxismo [...]” (“[...] o peso das concepções weberianas em seus estudos impedem com rigor classificá-lo plenamente no campo do marxismo [...]”), já que, ainda para Osorio (1984, p. 44), Cardoso seria dono de uma “*rigurosa conceptualización marxista*” (“rigorosa conceitualização marxista”). Curiosamente, nas seguintes reedições desse mesmo texto (OSORIO, 1997, 2004), o autor suprimiu esses comentários. Posteriormente, Osorio (2009, p. 80) voltaria a destacar a perspicácia de Paz.

¹⁸⁰ Dentre os quais excluí os estruturalistas cepalinos.

E ainda, quando questionados sobre suas influências teóricas, os autores nunca deixam de mencionar a importância do pensamento de Karl Marx. Enzo Faletto, por exemplo, afirmou em entrevista recente:

[...] Creio que éramos mais sensíveis à dimensão do histórico, ou seja, à compreensão do processo histórico, o que, obviamente, nos vinculava bastante a certa leitura historicizante, digamos de Marx, leitura que depois voltou a ser feita por alguns, com a difusão de Gramsci (REGO, 2007, p. 205).

Em entrevista concedida a Pedro Luiz Lima em 2013, Cardoso teve a oportunidade de se expressar quanto à sua polêmica classificação:

Pedro Luiz Lima: Muita gente lê sua obra e estabelece uma distinção, talvez também por questões de preconceito político, entre um momento marxiano e um momento weberiano que, a partir da década de 1970, suplantaria aquele momento anterior. Como o senhor avalia essa distinção?

Fernando Henrique Cardoso: Ela é totalmente equivocada.

Pedro Luiz Lima: Sim, porque parece-me que o senhor sempre esteve produzindo textos com uma referência muito forte no Marx, mesmo nos anos 70, seja nas polêmicas com Poulantzas e Althusser, seja no texto sobre o Marini. Até mesmo em “A Soma e o Resto”, de 2012, o Marx é o autor mais citado do livro, o que eu achei curioso...

Fernando Henrique Cardoso: Sim, porque minha formação foi muito fortemente influenciada por Marx. Nesse sentido, de vez em quando converso com o Roberto [Schwarz]... Ele é totalmente marxista, ou quer ser; eu não quero ser marxista tanto assim, mas sou. O fundamento da minha visão do mundo, minha visão do capitalismo, é aquele... Agora, eu não sou politicamente marxista (LIMA, 2013, p. 18–19).

Em outra entrevista, concedida a Sorj e Fausto em 2010, Cardoso explica essa sua recusa em ser “politicamente marxista”:

Embora eu tivesse tido uma forte influência marxista e da dialética, nunca me identifiquei com a filosofia da história marxista. Eu sempre achei que a parte mais débil do marxismo era a política. A incompreensão do jogo de poder e uma visão idealista de que é um sujeito social privilegiado, o proletariado, que vai substituir tudo e resolver as questões. Eu nunca tive essa visão teológica [*sic*] da sociedade, de um destino final, eu nunca acreditei muito nisso de existir uma marcha inexorável para um destino qualquer. [...] Não há o inevitável nem o predestinado na História (SORJ; FAUSTO, 2010, p. 60).

O que podemos concluir de nossa exposição é que, por mais que se façam ressalvas quanto ao seu rigor teórico, à sua apreensão da dialética e das categorias do marxismo, às suas posições políticas e, principalmente, à sua atuação enquanto presidente do Brasil, deve-se reconhecer que a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso filia-se ao pensamento marxista. É óbvio que isso não implica concordar com essa teoria, mas significa simplesmente

que as avaliações e críticas internas a ela dirigidas devem ser feitas tendo como principal referência o paradigma fundado por Karl Marx.

3.1.2 Cardoso e FHC: continuidade ou ruptura?

Como o intuito de denunciar as políticas neoliberais praticadas pelo governo FHC, alguns teóricos se propuseram a buscar nas teorias elaboradas por Cardoso durante a década de 1960 e 70 os fundamentos de suas práticas políticas. Esse é o caso de Roberta Traspadini, que em 1999 publicou o livro intitulado “A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso”, resultado de sua dissertação apresentada na Universidade Federal de Uberlândia no ano anterior.

Apesar de ter tido pouca penetração em seus anos iniciais de divulgação, o interesse sobre sua obra tem aumentado com a ampliação das publicações sobre a vertente marinista da dependência. Em 2014, seu livro foi relançado, o que deve representar uma difusão maior de suas ideias em um futuro próximo. Por esse motivo, acreditamos ser necessário dedicar algum momento para uma apreciação de seus argumentos.

Em sua obra, Traspadini apresenta, a partir de uma perspectiva cepalina, uma leitura peculiar da obra de Cardoso. Para a autora, FHC teria elaborado uma teoria que postulava o desenvolvimento dependente e associado como única alternativa para os países periféricos como os latino-americanos. E, além disso, afirma que esse desenvolvimento converter-se-ia em uma interdependência¹⁸¹.

Cabe-nos perguntar, então, o que seria essa interdependência denunciada pela autora. Entretanto, o leitor que buscar uma explicação sobre essa categoria no livro de Traspadini ficará decepcionado, pois a autora não se atenta em apresentar qualquer definição. Ainda assim, podemos captar algumas pistas sobre seu significado.

Por exemplo, na apresentação de seu livro, Traspadini (1999, p. 22 grifo da autora) afirma: “[...] a teoria da dependência, na versão elaborada por Cardoso e por Enzo Faletto, está na realidade comprometida com uma relação de *interdependência* com o capital internacional que, na prática, significa uma relação de subordinação [...]”. Em outro momento, sugere: “[...] a partir de meados dos anos 40 desenvolve-se uma tendência a um espaço

¹⁸¹ “[...] Para Fernando Henrique Cardoso, desenvolvimento dependente e associado, num primeiro momento, e a tendência gradativa à interdependência, são as diretrizes que deveriam ser perseguidas pelos países latino-americanos para que estes conseguissem se inserir de maneira dinâmica na economia capitalista mundial [...]” (TRASPADINI, 1999, p. 24).

unificado nas relações econômicas internacionais, pressupondo um certo tipo de *(inter)dependência*” (TRASPADINI, 1999, p. 71, grifo da autora).

A partir dessas duas citações, podemos concluir que a interdependência é uma relação econômica que se desenvolve em um espaço internacional unificado e que, na prática, significa uma subordinação das economias periféricas ao capital internacional. Essa conceituação merece algumas observações.

Em primeiro lugar, não é clara a distinção entre interdependência e dependência para o pensamento de Traspadini. É ponto pacífico que esta última inclui em seu significado uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes. Todavia, para a autora, a subordinação é elemento constitutivo da interdependência.

Em segundo lugar, a etimologia da palavra não parece condizente com o significado a que lhe atribui Traspadini. Se dependência denota uma relação que opera em um único sentido, ou seja, de um país em situação dominadora que exerce efeito sobre os países subordinados, o termo “interdependência” deveria exprimir uma relação de duas vias, na qual as duas partes necessitam uma da outra e se influenciam mutuamente.

Em terceiro lugar, a concepção de Traspadini sobre interdependência não parece ser condizente com o mesmo tratamento que Cardoso dá ao termo. Para este, a interdependência expressa a relação necessária das economias modernas – incluindo nessas os países centrais – com o mercado mundial¹⁸², ou seja, implica a ideia de que o isolamento não é compatível com o desenvolvimento do capitalismo.

Feitas essas breves ressalvas, retornemos ao texto de Traspadini. Podemos resumir o argumento da autora como segue:

Cardoso parte de uma crítica inadequada ao estruturalismo cepalino, acusando-o de ter ignorado a esfera política e apresentado uma proposta inadequada de desenvolvimento nacional. A partir daí, elabora uma teoria que expressaria sua perspectiva supranacional e favorável ao capital internacional, na qual afirma o desenvolvimento dependente associado como o único caminho para a industrialização da América Latina. Por fim, Cardoso põe em prática sua construção teórica por meio da implantação do Plano Real¹⁸³. Afirma:

¹⁸² “[...] nas economias modernas [...] sempre há interdependência” (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 128).

¹⁸³ Que, inclusive, seria expressão do seu método de “análise integrada”. Afirma Traspadini (1999, p. 167): “[...] supondo estar implicitamente contido no Real os três âmbitos de análise do desenvolvimento – político, econômico e social – o autor acredita que sua perspectiva ao ser efetivada via Plano Real, abrangeria todas as áreas, sendo uma evolução teórica e prática de tudo que foi dito e feito anteriormente no continente latino-americano”.

Acreditamos que o Plano Real – implementado em 94, quando o atual presidente era então ministro da Fazenda e levado adiante após sua reeleição em 98 – sustenta um projeto de desenvolvimento que vem sendo elaborado há anos por Cardoso, encontrando estreita consonância em alguns economistas de destaque formados posteriormente, nos anos 80 (TRASPADINI, 1999, p. 154).

O Plano Real teria, assim, um projeto subjacente de desenvolvimento centrado na interdependência. Fazendo uma leitura da gestão de Cardoso, Traspadini identifica três práticas fundamentais: 1) a diminuição do papel do Estado na economia; 2) a parceria entre capital produtivo nacional e internacional; 3) a continuidade da estabilidade econômica.

No entanto, a autora adverte que o modelo de desenvolvimento de Cardoso estaria fadado ao fracasso, pois:

[...] Ao não enfatizarmos a prioridade a ser dada ao nosso sistema nacional de inovações, mas sim ressaltarmos a relevância da associação com o capital internacional, como faz a equipe de governo de FHC, perpetuamos a continuidade do desenvolvimento desigual, ficando a variável autóctone do desenvolvimento – investimento – nas economias centrais (TRASPADINI, 1999, p. 164).

E conclui: “[...] O desenvolvimento dependente e associado que avançou para o supranacionalismo e a interdependência não permitiu que o capital global resolvesse os problemas das economias periféricas, ao contrário, os acentuou” (TRASPADINI, 1999, p. 169).

Vemos que a argumentação de Traspadini constitui uma sucessão de equívocos, cujas conclusões nunca são confirmadas com citações de Cardoso. Buscaremos esclarecer alguns elementos¹⁸⁴.

Primeiro, a autora não compreende o cerne da crítica de Cardoso e Faletto sobre as elaborações cepalinas. Quando afirmam que falta ao estruturalismo uma análise dos fatores políticos, querem dizer que enquanto esses economistas se dedicaram a esclarecer as medidas econômicas necessárias para pôr em marcha o processo de desenvolvimento, esqueceram de averiguar a viabilidade política para sua execução. Por exemplo, mesmo nos países em que foram executadas algumas das propostas cepalinas, a distribuição de renda e a reforma agrária foram deixadas de lado. O motivo para isso estaria no fato de que tais políticas contrariavam os interesses dos grupos de classe que dominavam os processos de tomada de decisão – e não por um mero desconhecimento ou incompetência dos formuladores de política econômica,

¹⁸⁴ Outra análise crítica do texto de Traspadini é apresentada por Carmo Sobrinho, que afirma: “a postura de Traspadini é um exemplo típico de crítica equivocada que lê em Fernando Henrique Cardoso, nos anos 60, o plano de governo apresentado nos anos 90 [...]” (DO CARMO SOBRINHO, 2001, p. 55). Para o autor, “[...] no Fernando Henrique Cardoso dos anos 60 não se encontram nenhuma das propostas que Traspadini afirma [...]” (DO CARMO SOBRINHO, 2001, p. 57).

como quer crer Traspadini¹⁸⁵. Nesse sentido, afirmar que devem ser estudadas as estruturas de dominação não implica se colocar ao lado da classe dominante¹⁸⁶.

Segundo, Traspadini confunde a crítica ao desenvolvimento nacional-burguês com uma proposta de submissão ao capital internacional. A crítica de Cardoso se dirige nesse aspecto tanto ao desenvolvimentismo cepalino quanto à ortodoxia marxista que previa a aliança entre burguesia nacional e o proletariado contra o capital internacional e o latifúndio. Entretanto, se posicionar contra a viabilidade dessa aliança não implica se posicionar a favor desses dois últimos.

Terceiro, a autora confunde uma interpretação sobre um fenômeno em curso com uma proposta de ação. A obra de Cardoso e Faletto apresenta uma leitura de que estava ocorrendo um processo de desenvolvimento – compreendido, naquela época, como diferenciação da estrutura produtiva, *i.e.*, industrialização – mas que nem por isso as economias latino-americanas deixavam de ser dependentes do capital externo. Concluir que, por isso, esses autores propunham o desenvolvimento dependente e associado como única forma de industrialização é similar a afirmar que Marx propõe a exploração de mais-valor por meio da troca de equivalentes.

É preciso ressaltar que Cardoso e Faletto apontam para várias outras possibilidades de industrialização que não a dependente e associada, como quando citam os casos da URSS, China e Japão para indicar situações nas quais houve ao mesmo tempo desenvolvimento e autonomia (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 120).

Quarto, a relação que Traspadini estabelece entre o Plano Real e a teoria da dependência de Cardoso carece de fundamento lógico. A base teórica desse plano de estabilização remete às teorias sobre a inflação desenvolvida no correr da década de 1980 por uma série de economistas brasileiros, dentre as quais se destacam as contribuições de Pérsio Arida e André Lara Resende. Apesar de ter reunido a equipe econômica que elaborou o Plano Real enquanto era Ministro da Fazenda, não se deve tributar a Cardoso a autoria do mesmo.

Além do mais, analisando as três práticas fundamentais da gestão de Cardoso, indicadas pela própria Traspadini, vemos que pouco tem a ver com o desenvolvimento

¹⁸⁵ Traspadini (1999, p. 72) afirma: “Acreditamos que o diagnóstico estruturalista do desenvolvimento latino-americano estava correto em sua análise essencial. O que ocorreu foi que os formuladores de política econômica do período de substituição de importações, não souberam como lidar com esta problemática. Assim, objetivaram endogeneizar o progresso técnico, via processo de industrialização substitutiva, mas não resolveram o problema da concentração de renda”.

¹⁸⁶ Na opinião de Traspadini (1999, p. 148), Cardoso defende que “[...] deve ser investigada, prioritariamente, a forma como as classes dominantes não só influenciam mas têm seus interesses refletidos na própria atuação do Estado, salvaguardando, assim, sua hegemonia”.

dependente e associado. Devemos lembrar que o tripé do desenvolvimento dependente e associado consistia na aliança entre o capital internacional, a burguesia de Estado e, *como sócio menor*, a burguesia nacional. Desse modo, o desmonte do Estado, propiciado pelas privatizações de FHC, vai no sentido contrário do desenvolvimento expresso em suas obras.

E ainda, seus textos não tratam da estabilização econômica como elemento necessário para a industrialização e nem da aliança com o capital especulativo internacional, este último forte cliente da política de juros elevados praticada pela gestão de FHC.

Vemos, assim, que no afã de condenar as práticas políticas de FHC, Traspadini acaba por direcionar um ataque infundado à teoria da dependência de Cardoso. Devemos insistir que não queremos, com isso, defender a perspectiva de Cardoso, mas apenas evitar que o discurso científico perca a sua objetividade e se torna apenas peça de retórica em um embate ideológico.

3.2 RESGATES MARINISTAS

Ao tratar o resgate da teoria de Ruy Mauro Marini, temos que responder inicialmente duas questões. Primeiro, há evidências suficientes para afirmar a existência de um processo de *resgate* das elaborações de Marini? Segundo, é possível afirmar, também, que está em curso uma *nova fase* da teoria da dependência? Nossos indícios apontam para uma resposta afirmativa a essas duas questões. Vejamos.

Depois de um período sem muitas novidades no âmbito acadêmico, a teoria da dependência começou a ser resgatada por meio da releitura da obra de Cardoso, como indicamos na seção anterior. Paralelamente a essa nova leitura, os olhares começaram a se voltar para aquilo que passou a ser chamado de teoria “marxista” da dependência – em oposição à suposta teoria weberiana de Cardoso.

Certo é que o espectro da teoria da dependência nunca abandonou os recintos da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), que sempre contou com pesquisas e publicações referentes ao pensamento de Marini. Mas, a partir de 1998, esse mesmo espectro começa a rondar também o Brasil, graças aos trabalhos de Carlos Eduardo Martins (então doutorando da USP) e Adrián Sotelo Valencia (UNAM). Em um trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Economia Política, organizado pela Sociedade Brasileira de Economia

Política (SEP)¹⁸⁷, esses dois autores rebatem as recentes leituras divulgadas por Luiz Carlos Bresser-Pereira (1997) e Guido Mantega (1997) a respeito da teoria da dependência, nas quais afirmavam Cardoso como o “verdadeiro” dependentista, e quase que ignoravam as contribuições de Marini, entre outros.

Após evidenciar os equívocos de Bresser-Pereira e Mantega, os autores finalizam seu artigo com os seguintes dizeres: “A teoria da dependência, nas mãos e na cabeça da inteligência marxista e crítica tem futuro para século XXI, porque ela faz da ciência e do conhecimento a melhor arma para transcender a ordem capitalista e encontra um novo sendero para a humanidade” (MARTINS; VALENCIA, 1998, p. 429). As palavras de Martins e Valencia não poderiam ter sido mais certeiras, pois a teoria da dependência na versão de Marini teria ainda de aguardar a entrada da segunda década do século XXI para reaparecer com fôlego¹⁸⁸.

Os anos 2000 foram marcados pela publicação em português de várias obras de Marini, inéditas no Brasil. Mas, essa difusão dos textos clássicos foi acompanhada por tímidas produções sobre o assunto, normalmente desarticuladas entre si. Essa falta de articulação em torno de um novo debate fica clara quando se analisa, por exemplo, o artigo de Niemeyer Almeida Filho (2005) intitulado O debate atual sobre a dependência. Nele, o autor, que naquela época preferia o termo “Aporte” ao invés de “teoria” para qualificar essa área de estudo, se referiu apenas ao período do debate clássico, analisando a polaridade Cardoso vs. Marini. Nenhum dos autores contemporâneos foi citado.

De fato, pequeno era o número de acadêmicos dedicados ao tema até aquela data, dentre os quais podemos citar, além do próprio Niemeyer, Carlos Eduardo Martins, Adrián Sotelo Valencia, Jaime Osorio e Marcelo Carcanholo. Martins já havia dado um passo importante em 1999, quando publicara o primeiro trabalho que tinha por objetivo não só resgatar o antigo debate, mas avançar em aspectos teóricos da dependência¹⁸⁹. Osorio publicara em 2004 a obra na qual apresenta sua proposta da “teoria da violação”¹⁹⁰. Valencia publicara dois livros, um em 2004 e outro em 2005, nos quais abordava a necessidade de

¹⁸⁷ Trata-se do texto já citado em que Martins e Valência rerepresentam a hipótese de Ouriques de que Cardoso seria um weberiano. Cf. Martins e Valencia (1998).

¹⁸⁸ Ao menos foi o que ocorreu no âmbito acadêmico de língua latina. Para as publicações em língua inglesa, a retomada do debate ainda passa despercebida. Nos raros trabalhos divulgados sobre a dependência em inglês, Cardoso continua aparecendo como seu principal teórico, rivalizando com a versão formulada por Gunder Frank. Cf. Topik (1998), Velasco (2002), Conway e Heynen (2008), Kelly (2008) e Vliegthart (2010).

¹⁸⁹ Referimo-nos à tentativa de formalizar matematicamente a superexploração do trabalho, tema que será analisado em detalhe na próxima seção. Além do referido artigo, Martins já havia também defendido sua tese de doutorado, mas que só seria publicada como livro oito anos mais tarde.

¹⁹⁰ Que será analisada na seção 3.2.2.

retomar o antigo debate e introduzia a questão do neoliberalismo como uma nova fase da dependência, enquanto Marcelo Carcanholo ainda estava apenas se aproximando do tema.

Ao fim daquela década, o cenário já seria diferente. Em um capítulo de livro publicado em 2010, ao propor o resgate da teoria “marxista” da dependência como forma de contrapor a crescente ideologia novo-desenvolvimentista, Prado e Meireles afirmam:

[...] A revisão das origens, das principais teses e das diferentes correntes das teorias da dependência não é tarefa solitária; pelo contrário, esse esforço está dentro de um contexto de crescente recuperação do pensamento crítico latino-americano dos anos 1960-1970 [...] (PRADO; MEIRELES, 2010, p. 170)

Em seguida, citam autores como Martins, Osorio e Valencia, evidenciando já haver uma percepção do resgate em curso.

Todavia, a consolidação dessa retomada ainda estava por vir. Nos quatro anos seguintes, a quantidade de publicações sobre o tema, entre artigos, livros, teses e dissertações, superou o que havia sido produzido nos vinte anos anteriores. Vários acadêmicos ingressaram nesse debate, dentre os quais podemos destacar Marisa Silva Amaral e Mathias Seibel Luce.

Surgiram, ainda, grupos voltados para o estudo da teoria da dependência e da obra de Ruy Mauro Marini em diversas localidades, tais como o Núcleo de História da Dependência Latino-Americana (HEDLA) na UFRGS, coordenado por Mathias Luce, e o Grupo de Trabalho da Teoria Marxista da Dependência (GT-TMD) da SEP, criado na gestão de Niemeyer Almeida Filho e sob a coordenação de Fernando Prado. O HEDLA tem tido um significativo papel, em parceria com a UNAM, na publicação de textos raros e inéditos de Ruy Mauro Marini. O GT-TMD ainda funciona apenas como uma rede de contatos para os pesquisadores da dependência, mas seus membros já externam a preocupação em utilizar esse espaço para a construção de proposições teóricas.

Além do aumento do número de pesquisadores que se dedicam ao tema, percebe-se que a teoria da dependência se tornou referência indispensável no ensino do marxismo em várias universidades brasileiras. Termos como “superexploração” e “subimperialismo” começaram a aparecer até mesmo em artigos não vinculados à Marini. Enfim, podemos dizer que teoria da dependência está viva novamente, e seu desenvolvimento não depende mais dos esforços individuais de um ou outro pesquisador.

Prado e Castelo (2013, p. 11), fazendo um apanhado dessa retomada que aqui expusemos brevemente, afirmaram: “[...] é possível perceber o surgimento de uma nova

geração da TMD, que busca resgatar a tradição marxista para a interpretação da nova etapa do imperialismo e para a transformação da realidade do capitalismo dependente”.

Do ponto de vista teórico, a nova fase do debate sobre a teoria da dependência é marcada pela formação de uma interpretação hegemônica da obra de Marini, assim como pela indicação de uma pauta de pesquisa em aberto. Quanto à interpretação hegemônica, podemos indicar:

Primeiro, há uma aceitação quase geral de que há certas imprecisões em Marini ao tratar da categoria “superexploração”. Em muitas passagens, o autor demonstra confundir o valor da força de trabalho com o valor do próprio trabalho¹⁹¹. Desse modo, muitos autores atuais têm preferido utilizar o termo “superexploração da força de trabalho” ao invés de “superexploração do trabalho”.

Segundo, além dos três mecanismos expostos em “*Dialéctica de la dependencia*” como causadores da superexploração – aumento da intensidade do trabalho, prolongação da jornada e redução do consumo dos trabalhadores além do limite normal –, é amplamente aceito que se inclua ainda um quarto – o aumento do valor da força de trabalho que não é acompanhado por aumento de salário – que Marini apresentou em sua resposta às críticas de Cardoso e Serra¹⁹².

¹⁹¹ Como, por exemplo, quando afirma: “[...] *En términos capitalistas, estos mecanismos [...] significan que el trabajo se remunera por debajo de su valor, y corresponden, pues, a una superexplotación del trabajo*” (MARINI, 1981, p. 42) (“[...] Em termos capitalistas, estes mecanismos [...] significam que o trabalho se remunera abaixo de seu valor, e correspondem, pois, a uma superexploração do trabalho”).

¹⁹² Trata-se de um equívoco, pois, como vimos, a única forma do valor da força de trabalho se elevar antes de um aumento generalizado nos salários é a que resulta da ampliação de seu uso intensivo/extensivo. A raiz desse engano está em uma interpretação incompleta da seguinte passagem de Marini (1978, p. 92 grifos do autor) que resulta de sua análise sobre o comportamento do salário mínimo real no período que vai de 1958 a 1969: “[...] *es posible afirmar que, pese al deterioro del salario real, el obrero ha visto aumentar el valor de su fuerza de trabajo, haciendo aún más dramática la brecha creciente entre dicho valor y el ingreso real que percibe [...]*” (“[...] é possível afirmar que, em que pese a deterioração do salário real, o trabalhador observou um aumento do valor de sua força de trabalho, fazendo ainda mais dramática a brecha crescente entre dito valor e a renda real que recebe [...]”). Os marinistas atuais creditam essa ampliação do valor da força de trabalho à elevação do nível desejado de qualidade de vida que deriva do desenvolvimento das forças produtivas que, como veremos mais adiante em Osorio, se trata de uma perspectiva idealista de se conceber o “valor”. Mas essa não é a posição de Marini. Para esse autor, o valor da força de trabalho se elevou no referido período como consequência da ampliação da extensão e da intensidade da jornada de trabalho. Vejamos os termos com que o próprio Marini (1978, p. 98 grifo do autor) explica a conclusão anterior: “[...] *sabemos, con Marx, que cualquier variación en la magnitud extensiva o intensiva del trabajo hace variar en el mismo sentido el valor de la fuerza de trabajo. La prolongación de la jornada y el aumento de la intensidad del trabajo acarrear un mayor gasto de fuerza física y, pues, un desgaste mayor, que, dentro de ciertos límites, incrementa la masa de medios de vida necesarios a su reposición. Los métodos de superexplotación arriba mencionados [...] implican, pues, una elevación del valor de la fuerza de trabajo, reforzando la conclusión a que habíamos llegado anteriormente [...]*” (“[...] sabemos, com Max, que qualquer variação na magnitude extensiva ou intensiva do trabalho faz variar no mesmo sentido o valor da força de trabalho. A prolongação da jornada e o aumento da intensidade do trabalho acarretam um maior gasto de força física e, assim, um desgaste maior, que, dentro de certos limites, incrementa a massa de meios de vida necessários para sua reposição. Os métodos de superexploração acima mencionados [...] implicam, pois, uma elevação do valor da força de trabalho, reforçando a conclusão a que havíamos chegado anteriormente [...]).

Por outro lado, há dois pontos em torno dos quais tem havido certa polarização entre os debatedores atuais. O primeiro diz respeito à compreensão da superexploração ou como forma de ampliar a taxa de mais-valor¹⁹³, ou como um tipo distinto de exploração, que gera um tipo de mais-valor qualitativamente diferente do tradicional¹⁹⁴. O segundo refere-se ao debate, animado pelos últimos escritos de Marini, sobre a existência de superexploração nos países centrais¹⁹⁵.

Com relação à pauta de pesquisa, tem se destacado quase que por unanimidade a necessidade de pensar teoricamente os novos mecanismos da dependência que derivam da aplicação de políticas neoliberais e das novas formas de transferência de mais-valor entre as nações.

A seguir, apresentaremos algumas considerações sobre aquelas que consideramos as mais significativas produções bibliográficas dessa nova fase, no sentido de serem aquelas que apresentaram elementos novos, indo além de um mero resgate do debate clássico sobre a dependência. Iniciaremos pela análise da contribuição de Martins, que inaugurou o novo debate, seguido da apreciação sobre as elaborações de Osorio, considerado por muitos como o maior expoente da nova geração de dependentistas. Prosseguimos com o tema que se considera o mais promissor dessa nova etapa, expondo principalmente as contribuições de Amaral. Por fim, daremos voz para alguns acadêmicos destoantes que, como marxistas críticos das proposições de Marini, acabam sendo ignorados por seus discípulos.

3.2.1 A pretensa formalização da superexploração

O sociólogo Carlos Eduardo da Rosa Martins tem se tornado uma referência no debate atual da dependência, sobretudo no que se refere ao estabelecimento de uma conceituação teórica sobre a superexploração. Martins foi muito influenciado em sua formação intelectual tanto por Theotônio dos Santos quanto por Ruy Mauro Marini, tendo contato com este último no decorrer da década de 1990. Analisando o todo de sua obra, percebe-se que Carlos Eduardo Martins se insere de forma majoritária no debate com os teóricos dos sistemas mundo quanto ao significado e destino da globalização, da hegemonia política e econômica

¹⁹³ Para Carcanholo (2013a, b), a superexploração não seria apenas uma forma de ampliar a taxa de mais-valor, mas uma categoria (no sentido de que seria elemento fundante das economias dependentes).

¹⁹⁴ O maior expoente dessa interpretação é Osorio (2013b). Uma solução para esse debate foi apresentada aqui na seção 2.3.4.2.

¹⁹⁵ Esse debate é muito bem apresentado por Massa (2013).

dos Estados Unidos, e no combate às práticas neoliberais que dominaram o cenário latino-americano dos últimos 20 anos.

No âmbito da teoria da dependência, sua contribuição para “o avanço do estado da arte” consiste na “formalização matemática e quantitativa” do conceito de superexploração (MARTINS, 2011, p. 276). Esse modelo veio a público pela primeira vez em um artigo publicado na Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em 1999. Desde então, reapareceu complementado em sua tese de doutorado, defendida em 2003 – e publicada como livro em 2011 – e também como um capítulo na obra “A América Latina e os desafios da globalização”, organizada por Martins em conjunto Adrián Sotelo Valencia, Emir Sader e Theotonio dos Santos e publicada em 2009.

Sua formalização da superexploração tem sido amplamente citada como referência para a discussão do conceito de superexploração do trabalho em diversos textos que tratam a atualidade da teoria da dependência. Entretanto, quase todas as referências são feitas sem qualquer tipo de aprofundamento nas formulações do autor¹⁹⁶, de modo que seu texto tem se difundido sem contar com uma avaliação crítica adequada.

3.2.1.1 O modelo

O objetivo da formalização elaborada por Martins, que passamos a apresentar aqui, consiste em demonstrar “[...] que a teoria da superexploração do trabalho, elaborada por Ruy Mauro Marini, não apenas é compatível, mas exige, para o seu pleno desenvolvimento, a introdução do progresso técnico e do dinamismo tecnológico nas sociedades capitalistas [...]” (MARTINS, 2011, p. 292). Nesse sentido, o autor busca formalizar a superexploração a partir das indicações teóricas presentes em *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (“Mais-valor adicional e acumulação de capital”), de Marini (1979). Nesse texto, Marini apresenta a ideia de que a transferência de mais-valor extra entre setores produtivos leva as economias capitalistas a se concentrarem na produção de bens suntuários. A partir daí, Martins constrói um modelo com quatro equações principais no qual destaca a transferência de mais-valor entre os setores de produção conforme o grau de produtividade.

A primeira equação do modelo de Martins (2011, p. 288) “[...] descreve o preço de produção de um capital que produz nas condições médias e que, portanto, não sofre de perda

¹⁹⁶ A única análise detalhada de seu modelo feita até hoje apareceu na dissertação de mestrado de Pedro Henrique Evangelista Duarte, apresentada em 2010 na Universidade Federal de Uberlândia. Entretanto, Duarte (2010, p. 58–63), apenas apresenta o modelo de Martins, sem proceder qualquer tipo de avaliação.

de mais-valia para a concorrência [...]”. Sendo c e v respectivamente o capital constante e variável, m o mais-valor criado “[...] por um determinado capital e que se reflete em sua estrutura de preços [...]”, e p a “[...] massa de valor expressa sob a forma preço” (MARTINS, 2011, p. 288–289), temos:

$$c + v + m = p \quad (3.1)$$

Já a segunda equação “[...] descreve uma situação na qual a perda da massa de mais-valia de um determinado capital é função da variação da composição técnica média em relação a sua produtividade [...]” (MARTINS, 2011, p. 288), ou seja, é função da elevação da produtividade em outro setor, e é dada por:

$$(c + v + m) - y = \frac{p}{x} \quad (3.2)$$

Nessa equação, a variável y expressa o montante de mais-valor que esse referido capital transfere para aquele mais produtivo ou, nas palavras de Martins (2011, p. 288), a “[...] depreciação que incide sobre determinado capital”. Já o denominador x busca expressar a diferença entre a produtividade interna desse capital e a produtividade externa (ou seja, do capital que se apropria de y), tal como estabelecido pela seguinte equação:

$$x = \lambda - w + 1 \quad (3.3)$$

Onde λ refere-se à “produtividade externa acrescentada de sua variação” e w (sempre igual a 1) representa a produtividade interna constante do setor expropriado. Sobre a equação 3.2 e sua “evidente e absoluta” determinação da compensação à perda de mais-valor, Martins (2011, p. 289) comenta:

[...] Aqui, a introdução de progresso técnico no espaço de circulação das mercadorias dos países dependentes, através do investimento direto, da importação de tecnologia ou da mera concorrência internacional, cria uma depreciação no valor da grande massa de trabalho desses países. Nessa equação, demonstra-se como o diferencial de produtividade entre estruturas de produção capitalistas significa, para o capital desfavorecido, uma perda de mais-valia.

A terceira equação de seu modelo demonstra o que ocorre com o capital que observa uma elevação de sua produtividade, ou seja, com o capital que absorve um mais-valor adicional advindo daquele indicado pela equação 3.2.

$$(c + v + m)z = p + m' \quad (3.4)$$

A variável z presente na equação 3.4 equivale ao λ da equação 3.3 (ou seja, equivale a x), uma vez que representa a ampliação da produtividade observada por esse setor. Já m' refere-se, nas palavras de Martins (2011, p. 289) à “[...] mais-valia criada com a variação da produtividade interna”.

A quarta e última equação “[...] indica a tentativa do capital expropriado de reagir à perda de mais-valia [...]” (MARTINS, 2011, p. 288), e evidencia “[...] a compatibilidade do progresso técnico pelas estruturas capitalistas desfavorecidas no processo de concorrência capitalista [...]”:

$$(c + v + m)z - y = \frac{pz}{x'} \quad (3.5)$$

Ou, na forma alternativa apresentada pelo autor¹⁹⁷:

$$(c + v + m)z - y = \frac{p+m'}{x'}$$

Nessa equação, o capital até então expropriado gera uma elevação de sua produtividade correspondente à variável z , que o autor limita a 50% da elevação da produtividade observada no setor representado pela equação 3.4. De modo similar a x , a variável x' expressa a relação entre as produtividades interna e externa:

$$x' = \lambda - z + 1$$

Das equações 3.2 e 3.4, Martins desvenda a magnitude do mais-valor que é expropriado do setor menos produtivo (y) e o mais-valor produzido com a variação da produtividade (m'), respectivamente:

$$y = p - \frac{p}{x} \quad (3.6)$$

$$m' = pz - p \quad (3.7)$$

¹⁹⁷ Conforme versão original apresentada por Martins (1999).

E a partir da análise da equação 3.5, Martins (2011, p. 289–290) conclui que “[...] os capitais, que sofrem depreciação de sua mercadoria, somente conseguem neutralizar a perda de mais-valia quando conseguem elevar sua composição técnica do capital em pelo menos 50% do aumento ocorrido no capital concorrente [...]”. Chega a essa conclusão ao constatar que “[...] a partir de qualquer exemplo numérico, verifica-se que m' e y equivalem-se, resultando em anulação mútua da depreciação sofrida e da mais-valia gerada pelo capital em questão [...]” (MARTINS, 2011, p. 290).

E onde entra a superexploração? Para Martins, essa situação descrita na equação 3.5 constitui “[...] o limite técnico a partir do qual atua a superexploração e a *articula organicamente com a situação de dependência* [...]” (MARTINS, 2011, p. 290 grifo do autor). Em um caso no qual essa elevação da produtividade interna (suposta em 50%) cause uma ampliação da composição orgânica do capital expropriado, parte do mais-valor adicional gerado (m') seria convertido em capital constante (c), tornado $y > m'$, processo que “[...] ativaria as condições de atuação da superexploração do trabalho” (MARTINS, 2011, p. 291). Compreendemos assim que, pelo argumento de Martins, nessa situação a superexploração complementar o mais-valor adicional para restabelecer a igualdade $y = m'$.

Martins lança mão de um exemplo numérico para as equações 3.2 e 3.5 com o intuito de exemplificar o funcionamento de seu modelo. Para a equação 3.5, explica:

Numa primeira situação, um capital A e um capital B partem das condições médias de produtividade em um momento (t_1). Supõe-se que, uma vez decorrido um período (Δt), o capital B não gere qualquer dinâmica tecnológica e apenas mantenha a sua produtividade anterior; e que o capital A aumente a sua produtividade em 100% em exata equivalência com a variação das condições médias de produtividade que determinam o valor. Dessa forma: $w = u = 1$. Sabendo-se que $c = 500$; $v = 200$; $m = 300$; $p = 1.000$, teríamos ainda que: $\lambda = 1 + 100\% = 2$; $x = 2$. Portanto, neste caso, utilizando-se a equação [3.2], teríamos que $y = 500$, o que representa a perda líquida de mais-valia do capital B, já que essa não seria compensada por nenhuma geração interna de mais-valia (m'), pois a variação endógena em z equivale a zero e torna $z = w$ (MARTINS, 2011, p. 290).

Para a equação 3.5, apresenta:

Numa segunda situação, um capital A e um capital B partem também das condições médias de produtividade, em um momento (t_1). Entretanto, supõe-se que uma vez decorrido um período (Δt), o capital B gere uma dinâmica tecnológica própria, equivalente a 50% do aumento de produtividade do capital A, que, por sua vez, aumenta a sua produtividade em 100%, em exata equivalência à variação das condições médias de produtividade que determinam o valor. Tomando-se os mesmos valores para c , v , m , p , teríamos que: $x = 2$; $\lambda = 2$; $z = 1 + 50\% = 1,5$; $x' = 1,5$. Assim, o capital B geraria internamente um acréscimo em mais-valia (m') através da elevação de sua produtividade, de tal forma que $m' = 500$ – aceitando-se a suposição de que não haveria alteração do valor em c . Todavia, ao situar-se abaixo

das condições médias de produção do valor, o capital B sofreria uma perda de mais-valia (y), calculada na equação [3.5], onde $y = 500 = m'$, neutralizando a geração do acréscimo de mais-valia (MARTINS, 2011, p. 290–291).

Usando as palavras de Duarte (2010, p. 62–63), “[...] fica, então, demonstrada formalmente a ocorrência da superexploração [...]”.

3.2.1.2 Os equívocos do modelo

Após apresentar o modelo de Martins, é necessário procedermos a uma avaliação crítica. Percebemos que seu modelo consiste em um acúmulo de equívocos tão amplos que dificulta sua análise. Apresentaremos os mais relevantes desses equívocos dividindo-os em dois grupos. Primeiro, os equívocos formais, consistem em problemas de especificação, inconsistências e demais erros resultados de uma inadequada aplicação da linguagem matemática. O segundo grupo consiste nos equívocos de fundamento, relacionados com uma compreensão inadequada dos princípios teóricos que o autor tenta utilizar ao criar seu modelo. Começamos apresentando os equívocos formais.

Primeiro, apesar de afirmar que seu modelo consiste na formalização matemática do conceito de superexploração, o autor nos apresenta uma elaboração que exclui as variáveis “valor da força de trabalho” e “salário”¹⁹⁸. Por ignorar as variáveis mais significativas do fenômeno, seu modelo não poderia atingir o objetivo ao qual se propôs.

Segundo, seu modelo também não é adequado para evidenciar a transferência de mais-valor entre os setores produtivos que ocorre com a formação dos preços de produção, pois, ao contrário do que afirma Martins (2011, p. 288), o autor não trabalha com as fórmulas dos preços de produção de Marx. A equação $c + v + m$ refere-se ao valor das mercadorias, enquanto que o preço de produção de um determinado setor deveria ser expresso por uma das seguintes equações¹⁹⁹:

$$k + l = p$$

$$k + rk = p$$

$$k \cdot (1 + r) = p$$

$$c + v + l = p$$

$$c + v + r(c + v) = p$$

¹⁹⁸ Por outro lado, seu modelo inclui o capital variável, o que poderia indicar que o autor pretende tratar do valor da força de trabalho em um nível agregado. Mas, ainda assim, faltaria incluir a massa de salários paga aos trabalhadores.

¹⁹⁹ Para simplificar, estamos considerando todo o capital constante como circulante.

$$(c + v) \cdot (1 + r) = p$$

Nessas equações, o preço de produção de um setor é determinado acrescentando-se ao preço de custo (k ou $c + v$) uma massa de lucro (l) que corresponde à aplicação da taxa média de lucro (r) sobre o capital adiantado. A diferença entre o preço de produção e o valor da mercadoria – que se resume a: $(m - rk)$ – expressa o montante de mais-valor que um determinado setor envia/recebe para os demais.

Portanto, para observar a transferência de mais-valor via preços de produção seria necessário incluir no modelo uma variável referente à taxa de lucro ou massa de lucro, ambas ausentes da formulação de Martins.

Terceiro, a equação 3.2 apresentada por Martins permite que a massa de mais-valor transferida para outros setores seja maior do que a massa gerada pelo próprio setor, evidenciando um erro de especificação. No próprio exemplo numérico dado pelo autor, o referido setor gera um mais-valor de 300, enquanto envia 500 para o setor mais produtivo, levando-o a uma taxa de lucro negativa de -28,57%.

Quarto, a massa de mais-valor adicional recebida pelo setor da equação 3.4 (m') não coincide com a massa de mais-valor deduzida do setor da equação 3.2 (y), indicando uma inconsistência interna do modelo. Na formalização de Martins, a ampliação da produtividade gera para o setor inovador um mais-valor adicional diferente daquele que absorve do setor expropriado. Vejamos.

Para a equação 3.2 temos:

$$(c + v + m) = \frac{p}{x} + y$$

Enquanto que para 3.4, temos:

$$(c + v + m) = \frac{p+m'}{z}$$

Igualando as duas equações e considerando que tanto o x quanto z são iguais a λ , temos:

$$\frac{p}{\lambda} + y = \frac{p+m'}{\lambda}$$

Portanto:

$$y = \frac{m'}{\lambda}$$

Ou seja, o mais-valor transferido (y) corresponde apenas a uma parcela do mais-valor gerado pela ampliação da produtividade (m'), parcela tão menor quanto maior for a ampliação da produtividade do setor mais avançado (λ).

Quinto, a equação 3.5 não expressa uma igualdade, ou seja, seus dois termos não são equivalentes. Isso pode ser verificado por um exemplo numérico distinto do utilizado por Martins. Considerando a variação da produtividade externa em 300%, a variação da produtividade interna conforme estabelecida pelo autor (50% da ampliação da produtividade externa, ou seja, 150%), e mantendo os mesmos dados para c , v e m , temos $\lambda = 4$, $z = 2,5$, $x' = 2,5$ e $y = 750$. Substituindo esses dados na equação 3.5, temos:

$$(500 + 200 + 300) \cdot 2,5 - 750 = \frac{1.000 \cdot 2,5}{2,5}$$

O resultado é $1.750 = 1.000$, um claro equívoco. Para que essa equação expresse uma igualdade, deve ser apresentada como segue:

$$(c + v + m)z - y = \frac{p}{\lambda} + m'$$

Sexto, a conclusão que Martins chega resulta primordialmente do exemplo numérico que ele utiliza. A principal conclusão de Martins é que um setor expropriado deve ampliar sua produtividade em 50% da variação da produtividade do setor expropriador para anular o efeito de transferência de mais-valor. Isso significa $m' = y$ sempre que a seguinte condição for respeitada:

$$\frac{(z-1)}{(\lambda-1)} = 50\%$$

De tal modo que:

$$z = \frac{\lambda+1}{2}$$

Entretanto, partindo das equações 3.6 e 3.7, vemos que a condição de igualdade entre y e m' é dada por:

$$\begin{aligned} p - \frac{p}{\lambda} &= pz - p \\ 1 - \frac{1}{\lambda} &= z - 1 \\ z &= 2 - \frac{1}{\lambda} \end{aligned} \tag{3.8}$$

Resgatando o exemplo numérico que propusemos, vemos que, respeitando a condição de elevação da produtividade interna imposta por Martins, os valores de m' e y não são equivalentes:

$$\begin{aligned} y &= 1.000 - \frac{1.000}{4} = 750 \\ m' &= 1.000 \cdot 2,5 - 1.000 = 1.500 \end{aligned}$$

Contudo, supondo uma elevação da produtividade interna conforme a equação 3.8, teríamos $z = 1,75$ e, conseqüentemente:

$$m' = 1.000 \cdot 1,75 - 1.000 = 750$$

Diante do que foi exposto, podemos concluir que, do ponto de vista formal, a falta de sentido nas elaborações matemáticas de Martins só o leva a concluir alguma coisa devido aos exemplos numéricos que emprega.

Passemos agora aos equívocos teóricos fundamentais. Esses derivam, sobretudo, da aceitação acrítica da teoria exposta por Marini em “*Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*”, tornando a interpretação de Martins um contrassenso teórico tanto quanto o é aquela.

Martins parte da ideia, difundida por Marini, de que o mais-valor adicional (ou extra) consiste na apropriação de valor entre setores conforme seu grau de produtividade. Como o próprio Martins (2011, p. 286–287) afirma: “[...] nosso modelo partirá da situação mais avançada descrita por Marini, referente à ação da mais-valia extraordinária entre setores produtivos [...]”. Martins explica o que compreende pela transferência de mais-valor adicional entre setores:

[...] é necessário mencionar que a mais-valia extraordinária pode se fixar no âmbito de um ramo produtivo ou entre os ramos produtivos. Quando se fixa no ramo, ela significa um diferencial de produtividade que favorece um grupo de capitais particulares que possuem uma produtividade superior à sua média. Quando se fixa entre os ramos, significa que um determinado ramo possui um nível de produtividade superior à média da economia e se beneficia em detrimento dos demais.

Contudo, o mais-valor adicional é fenômeno que existe somente dentro de um mesmo setor produtivo e deriva das peculiaridades da formação de um valor social. A grandeza do valor de uma mercadoria, seu valor social ou de mercado, consiste no tempo de trabalho que em média é dispendido em sua produção, de modo que sempre haverá aquelas produzidas em tempo maior e menor do que a média. Nesse sentido, o mais-valor adicional é o fundamento do lucro adicional que resulta para o capital mais produtivo, que dispende tempo de trabalho menor do que a média social.

Dizer que um determinado capital A é mais produtivo do que um capital B significa dizer que A produz uma maior massa de produtos para uma dada unidade de tempo do que o faz B. Tal comparação, que se feita dentro de um mesmo setor produtivo serve para evidenciar o mais-valor adicional, ao se aplicar a distintos ramos da produção é completamente exaurida de sentido.

A quantidade de mercadorias que se produz por unidade de tempo em cada ramo é magnitude ligada às propriedades físicas inerentes de cada tipo de produto. São essas propriedades físicas que fazem com que, por exemplo, o setor produtor de alfinetes seja mais produtivo – ou seja, gere uma quantidade maior de mercadorias por unidade de tempo – do que o setor automotivo. O tempo que se dispende na produção de um único automóvel popular é suficiente para que se produza mais de quatro milhões de alfinetes niquelados de qualidade superior. Essa maior produtividade da indústria de alfinetes não lhe permite se apropriar de mais-valor adicional da indústria de automóveis, mas apenas se patenteia no fato de que o valor de um automóvel é cerca de 4 milhões de vezes maior do que o valor de um alfinete.

Essa interpretação de Martins sobre a transferência de mais-valor adicional entre setores evidencia sua incompreensão quanto ao significado do próprio conceito de valor. Para o autor, o valor social de uma mercadoria possui determinações que extrapolam o próprio setor, de modo que assume a possibilidade de que em determinado setor o valor individual de

todas as mercadorias seja inferior ao seu valor social²⁰⁰. Com isso, os setores “mais produtivos” seriam capazes de manter taxas de lucro mais elevadas do que a média, mesmo após a formação dos preços de produção, determinando toda a dinâmica que culminaria na superexploração do trabalho.

A partir de tudo que expusemos, podemos concluir que, mesmo que Martins não houvesse incorrido nos numerosos erros em sua formulação algébrica, não seria possível elaborar um modelo matemático para demonstrar sua argumentação, pois ela parte de uma compreensão equivocada da teoria marxista. Martins quer demonstrar que, com a redução da taxa de lucro, os capitalistas dos países dependentes possuem um motivo a mais para buscar a superexploração do trabalho. Entretanto, a transferência de mais-valor descrita ocorre devido ao processo que equaliza as taxas setoriais de lucro, de modo que a remuneração do capital tanto no centro quanto na periferia seria dado em uma mesma medida.

3.2.2 A teoria da violação

Dentro do panorama atual do debate da dependência, Jaime Sebatían Osorio Urbina é um autor que ocupa lugar de destaque pela proximidade que teve de Ruy Mauro Marini nos períodos de seu exílio tanto no Chile quanto no México, durante os quais recebeu orientação parcial de Marini em sua tese de doutorado apresentada em 1985 e o auxiliou na construção da abordagem chamada de “padrão de reprodução do capital”²⁰¹.

A obra de Osorio possui conteúdo muito vasto, tratando de assuntos que vão de abstrações sobre questões epistemológicas e metodológicas a análises de conjuntura. A sua relação com a teoria da dependência, que data desde o momento de sua formação acadêmica, sempre esteve presente em suas obras. Entretanto, foi apenas em anos recentes que Osorio voltou sua atenção aos aspectos teóricos da dependência, sobretudo no que diz respeito aos fundamentos da categoria de superexploração.

A primeira de suas obras que merece destaque por apresentar novas contribuições para a abordagem da dependência é *Crítica de la economía vulgar* (“Crítica da economia vulgar”), publicada em 2004, na qual o autor desenvolve sua concepção de que a superexploração do trabalho consiste na violação do valor da força de trabalho. No capítulo 2 da referida obra²⁰²,

²⁰⁰ Por exemplo, quando afirma que “[...] as mercadorias constituídas de bens-salários, ao manterem o seu valor social apesar da redução do valor individual, não encontram demanda para sua realização, pois expressam-se em uma maior massa física de produtos” (MARTINS, 2011, p. 279).

²⁰¹ Cf. Marini (2005) e Ferreira e Luce (2012)

²⁰² Esse capítulo foi traduzido para o português em 2012. Cf. Osorio (2012).

Osorio apresenta a proposta de análise que denomina de “padrão de reprodução do capital”, cujo objetivo é estabelecer uma mediação entre as categorias mais abstratas da teoria marxista com aquelas mais concretas, tais como “formação econômico-social” e “conjuntura”. A partir dessa proposta, evidencia sua concepção de que a reprodução da dependência consiste na sistemática violação da lei do valor, tanto nas relações entre centro e periferia, quanto entre o capital e trabalho nas economias dependentes. Especial atenção é dada à superexploração, de modo que o autor demonstra a forma como pretende calcular o valor da força de trabalho e os mecanismos que geram sua a violação.

No capítulo 3 da mesma obra, Osorio (2004)²⁰³ complementa sua visão acerca da superexploração. Nele, o autor tenta mostrar que essa categoria só não foi desenvolvida por Marx pelo fato dele ter se debruçado sobre questões mais abstratas²⁰⁴, argumenta que a noção de superexploração não deve ser compreendida como “maior exploração”, e ainda, apresenta sua visão acerca do modo como a luta de classes se relaciona com o valor da força de trabalho.

Todos esses elementos elaborados por Osorio reaparecem atualizados em sua obra posterior *Explotación redoblada y actualidad de la revolución* (“Exploração redobrada e atualidade da revolução”), publicada em 2009²⁰⁵, na qual apresenta sua leitura de como a superexploração aparece também nos países centrais do mercado mundial, sem descaracterizar a distinção entre economia imperialista e economia dependente.

Além dessas duas obras, há também dois artigos recentes – *Fundamentos de la superexplotación* (“Fundamentos da superexploração”)²⁰⁶ e *Sobre dialéctica, superexplotación y dependencia: notas acerca de Dialéctica de la dependencia* (“Sobre dialéctica, superexploração e dependência: notas acerca da Dialéctica da dependência”), ambos

²⁰³ Traduzido para o português em 2013. Cf. Osorio (2013a)

²⁰⁴ Afirma: “[...] *el hecho que por el nivel de abstracción en que se mueve el análisis en El capital no se aborde el tema de la violación del valor de la fuerza de trabajo, ello no significa que el fenómeno fuese desconocido por Marx o que lo considerara un asunto irrelevante. Muy al contrario, los límites que se autoimpone por razones de método, a fin de desentrañar la lógica que organiza, articula y reproduce la economía burguesa, lo llevan a no analizar el problema*” (OSORIO, 2004, p. 92) (“[...] o fato de que, pelo nível de abstração em que se move a análise em O Capital, não se aborde o tema da violação do valor da força de trabalho, não significa que o fenômeno fosse desconhecido por Marx ou que o considerara um assunto irrelevante. Muito pelo contrário, os limites que se auto impõem, por razões de método, a fim de desentranhar a lógica que organiza, articula e reproduz a economia burguesa, o levam a não analisar o problema”). Discordamos dessa argumentação de Osorio, pois: em primeiro lugar, o fato de Marx não tratar de uma categoria por ela se referir a um fenômeno sobre o qual ele não se debruçou não significa que a usaria se tivesse se debruçado; em segundo lugar, sua análise desde o Livro 1 de “O capital” (e em várias outras obras) volta-se ao mundo concreto constantemente (portanto, não se move em um nível de abstração diferente daquele no qual pode-se observar a superexploração). Em vários momentos, Marx analisa a redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho, e em nenhum deles desenvolve uma categoria como a superexploração.

²⁰⁵ Cf. em especial a terceira parte (capítulo IV, V e *Addendum*) de Osorio (2009).

²⁰⁶ Publicado também em português. Cf. Osorio (2013a)

publicados em 2013 –, nos quais Osorio apresenta a defesa mais sistematizada de sua teoria da violação. Neles, o autor se contrapõe a autores contemporâneos, tanto no que diz respeito à sua visão de que a superexploração é um “tipo” de exploração (ao invés de uma forma de ampliar a exploração), quanto no que se refere à leitura do modo como a superexploração ocorre nos países centrais.

3.2.2.1 Dependência e violação

Partindo da obra de Marini, Osorio argumenta que o desenvolvimento histórico do mercado mundial gerou duas modalidades de capitalismo, com distintos padrões de reprodução do capital. Primeiro, aquele que ocorre nas economias centrais, produtoras de bens manufaturados, nas quais o lucro possui dupla fonte: o mais-valor que se expande de forma relativa²⁰⁷; e a violação do valor das mercadorias que exportam para os países dependentes²⁰⁸. Mas o elemento fundamental desse tipo particular de capitalismo recai sobre a primeira fonte de lucro, pois graças a ela é que essas economias centrais incorporam o trabalhador na realização do mais-valor, fazendo dessa “[...] *una modalidad de capitalismo donde parte sustantiva de su producción se dirige al mercado interno y en donde los asalariados juegan un papel relevante [...]*”²⁰⁹ (OSORIO, 2004, p. 95).

A segunda modalidade de capitalismo, ou a segunda forma particular da reprodução do capital, desenvolve-se nas economias dependentes, produtoras de matérias-primas e alimentos, e é “[...] sustentada en la superexplotación, forma que reproduce a su vez la subordinación de estas economías a los centros imperialistas [...]”²¹⁰ (OSORIO, 2013b, p. 30 grifos do autor). Nas economias dependentes, “[...] *los trabajadores importan entonces como*

²⁰⁷ Como resultado dessa nova divisão internacional do trabalho, afirma Osorio (2013b, p. 28), as economias centrais “*pasan de la plusvalía absoluta como forma predominante, a una economía sustentada en la plusvalía relativa*” (“passam do mais-valor absoluto como forma predominante, a uma economia sustentada no mais-valor relativo”).

²⁰⁸ “[...] *Al contar con mayores niveles de productividad, producción de bienes industriales y conocimientos en condiciones monopólicas, las economías centrales pudieron fijar precios que violaban la ley del valor (y con ello los precios de producción y de mercado de sus productos), logrando apropiarse de esta manera de valor y trabajo de las economías no industriales [sic] por la vía del intercambio desigual [...]*” (OSORIO, 2013b, p. 28) (“[...] Ao contar com maiores níveis de produtividade, produção de bens industriais e conhecimentos em condições monopólicas, as economias centrais puderam fixar preços que violavam a lei do valor (e com ela os preços de produção e de mercado de seus produtos), conseguindo se apropriar, desta maneira, de valor e trabalho das economias não industriais [sic] pela via do intercâmbio desigual [...]).”

²⁰⁹ “[...] uma modalidade de capitalismo onde parte substantiva de sua produção se dirige ao mercado interno e onde os assalariados desempenham um papel relevante [...]”.

²¹⁰ “[...] *sustentada na superexploração*, forma que reproduz, por sua vez, a subordinação destas economias aos centros imperialistas [...]”.

*geradores de plusvalor, más no como realizadores de dicho plusvalor*²¹¹ (OSORIO, 2013b, p. 34).

Do mesmo modo que o capitalismo dependente é uma forma particular do capitalismo, *“la superexplotación es una forma particular de explotación y esa particularidad reside en que es una explotación en que se viola el valor de la fuerza de trabajo”*²¹² (OSORIO, 2013b, p. 10 grifos do autor). Em outras palavras, enquanto a exploração consiste na apropriação da diferença entre o valor gerado na produção e o valor da força de trabalho, a superexploração consiste na apropriação da diferença entre este e o salário, isto é, na absorção de uma parcela do próprio valor da força de trabalho.

A noção de que o mais-valor obtido pela exploração e o excedente que se absorve pela superexploração são coisas distintas se reforça quando Osorio passa a denominar a violação do valor da força de trabalho de exploração redobrada (OSORIO, 2009)²¹³. Ou seja, enquanto nas economias imperialistas o capital se apropria apenas do mais-valor, nos países dependentes apropria-se do mais-valor e de uma parcela do próprio valor da força de trabalho.

Essa superexploração pode ocorrer de duas formas distintas. A primeira, que deriva da redução dos salários (ou da “apropriação do fundo de consumo”), consiste na violação do valor diário da força de trabalho. A segunda, resultado da intensificação do trabalho e/ou ampliação da jornada cujos efeitos sobre a saúde do trabalhador não são anulados por uma elevação em seus salários, consiste na violação do valor total da força de trabalho, ou no que Osorio (2013b, p. 34) chama de “apropriação do fundo de vida”.

Osorio afirma que a primeira dessas duas formas é a mais importante tanto para o pensamento de Marini quanto para a compreensão da reprodução do capital nas economias dependentes (OSORIO, 2009, p. 140, 2013c, p. 64). O motivo para isso é que enquanto a ampliação da intensidade/extensão da jornada de trabalho não reduzem a participação dos trabalhadores no consumo²¹⁴, o pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho

²¹¹ “[...] os trabalhadores importam, então, como geradores de mais-valor, mas não como realizadores de dito mais-valor”.

²¹² “a superexploração é uma *forma particular de exploração* e essa particularidade reside em que é uma exploração na qual se *viola o valor da força de trabalho*”.

²¹³ Osorio afirma que o próprio Marx utilizou ao menos em três ocasiões o termo “exploração redobrada” para tratar do fenômeno da superexploração. Entretanto, os termos utilizados por Marx nas três ocasiões citadas por Osorio, (MARX, 1973, p. 505, 511 e 540), são “*erhöhte Exploitation*” (MARX, 1872, p. 622, 663) e “*gesteigerter Exploitation*” (MARX, 1872, p. 629), que significam simplesmente “exploração crescente”. Portanto, a concepção de exploração redobrada de Osorio baseia-se em um equívoco de tradução.

²¹⁴ Afirma Osorio (2009, p. 141) que, nessa modalidade de superexploração, o papel dos trabalhadores no mercado interno “*se ve incluso fortalecido por los bonos de productividad y el pago de horas extras que van asociados a la intensificación y a la prolongación de la jornada laboral*” (“se vê inclusive fortalecido pelos bônus de produtividade e pelo pagamento de horas extras que são associados à intensificação e à prolongação da jornada de trabalho”).

levam a uma incapacidade por parte da classe trabalhadora de participar do mercado interno, distanciando a produção dependente dos interesses das massas e voltando-a para o mercado externo.

Nesse sentido, mesmo reconhecendo a existência de superexploração também nos países imperialistas – sobretudo em momentos de crise –, Osorio afirma que a diferença entre centro e periferia na atual fase do capitalismo está no fato de que, neste último, ela ocorre, sobretudo, em sua forma mais significativa – como apropriação do fundo de consumo dos trabalhadores. Por isso, afirma o autor (OSORIO, 2013c, p. 66 grifo do autor): “[...] *la superexplotación es el fundamento de la dependencia y sólo del capitalismo dependiente* [...]”²¹⁵.

Em suma, para Osorio o capitalismo contemporâneo viola a lei do valor duplamente: uma vez nas trocas internacionais, e outra vez com a superexploração. Afirma o autor que é o próprio desenvolvimento do valor que alimenta as tendências a violentá-lo (OSORIO, 2013c), no sentido de que a expansão histórica do mercado mundial (pautada na lei do valor) pôs em marcha processos que levaram à especialização produtiva e à formação de dois distintos padrões de reprodução do capital.

3.2.2.2 *Fundamentos idealistas da teoria da violação*

Essa concepção quanto à violação do valor no capitalismo contemporâneo abre espaço para a interpretação de que o capital obtém seu excedente da troca de não-equivalentes, ou seja, como resultado do processo de vender caro e comprar barato. Os países imperialistas vendem mais caro do que compram quando comercializam com os países dependentes. E nestes últimos, os capitalistas vendem mais caro (os produtos de subsistência) do que compram (a força de trabalho) quando comercializam com os trabalhadores. A violação da lei do valor constitui, assim, a violação da própria teoria marxista, de modo que o valor-trabalho já não serve para explicar a dinâmica do mundo contemporâneo.

Acreditamos que essa concepção de Osorio se pauta em dois equívocos fundamentais acerca da obra de Marx. Vejamos.

Primeiro: Osorio confunde fenômenos da circulação simples de mercadorias com fenômenos do modo de produção capitalista. O autor afirma:

²¹⁵ “[...] a superexploração é o fundamento da dependência e só do capitalismo dependente [...]”.

*El valor [...] es en definitiva una relación social que toma forma como valor en un mundo particular, el capitalismo, allí en donde la producción de mercancías se ha generalizado y se realiza por productores independientes que sólo validan sus trabajos individuales, como parte alícuota del trabajo social*²¹⁶ (OSORIO, 2013b, p. 13–14, grifo nosso).

Esse mundo particular a que se refere Osorio não é o capitalismo, mas um mundo em que os produtores autônomos são os proprietários dos próprios meios de produção, em que seus produtos aparecem como mercadorias, enfim, um mundo em que impera a circulação simples de mercadorias e a divisão social do trabalho. Como diria Marx (2013, p. 430): “[...] a divisão social do trabalho confronta produtores autônomos de mercadorias, que não reconhecem outra autoridade senão a da concorrência, da coerção que sobre eles é exercida pela pressão de seus interesses recíprocos [...]”. Esse é o mundo no qual os preços de mercado gravitam em torno do valor das mercadorias.

Já o mundo capitalista é formado por trabalhadores parciais, desapropriados dos meios de produção e que produzem coletivamente. Não é o produto de seu trabalho que o trabalhador parcial vende como mercadoria²¹⁷, mas sua própria força de trabalho. A divisão manufatureira do trabalho, imperante nesse mundo capitalista, “[...] supõe a autoridade incondicional do capitalista sobre homens que constituem meras engrenagens de um mecanismo total que a ele pertence [...]” (MARX, 2013, p. 430). E por força dessa autoridade absoluta e da ânsia por maiores lucros, é que os preços de mercado gravitam em torno dos preços de produção em um mundo capitalista.

Por não compreender as diferenças entre esses dois mundos, Osorio afirma:

*Marx sostiene que mientras más se desarrollen las relaciones mercantiles capitalistas, la ley del valor alcanzará a su vez mayor consistencia, constituyéndose de esta manera en un centro gravitacional en la determinación y fluctuaciones de los precios [...]*²¹⁸ (OSORIO, 2013b, p. 15–16).

Contudo, Marx afirma o exato oposto. Vejamos:

O intercâmbio de mercadorias por seus valores, ou aproximadamente por seus valores, exige, pois, um grau muito mais baixo de desenvolvimento do que o

²¹⁶ “O valor [...] é, em última instância, uma relação social que toma forma como valor em um mundo particular, o capitalismo, ali onde a produção de mercadorias se generalizou e se realiza por *produtores independientes* que só validam seus trabalhos individuais, como parte alícuota do trabalho social”.

²¹⁷ “[...] o trabalhador parcial não produz mercadoria. Apenas o produto comum dos trabalhadores parciais converte-se em mercadoria” (MARX, 2013, p. 429).

²¹⁸ “Marx sustenta que, quanto mais se desenvolvem as relações mercantis capitalistas, a lei do valor alcançará a sua maior consistência, constituindo-se desta maneira em um centro gravitacional na determinação e flutuação dos preços [...]”.

intercâmbio aos preços de produção, para o qual determinado nível de desenvolvimento capitalista é necessário (MARX, 1986b, p. 138).

Por isso, Osorio, ao constatar que o valor trabalho não serve de medida para determinar as proporções em que as mercadorias se trocam, declara a violação do valor quando deveria concluir o exato oposto.

Segundo: Osorio constrói a categoria de “valor da força de trabalho” pautado em um padrão de vida desejado, resultado da potencialidade determinada pelo nível de desenvolvimento de uma sociedade. Ou seja, é um valor idealizado, uma representação de uma vida de qualidade “justa” e “moral”.

O idealismo na determinação dessa categoria aparece, primeiro, ao tentar determinar o tempo de vida útil de um trabalhador. Afirma o autor que tanto o tempo de vida útil quanto o tempo de vida total é determinado “*de acuerdo con las condiciones médico-sociales imperantes*”²¹⁹ (OSORIO, 2009, p. 112). Entretanto, a duração da vida do trabalhador depende não só do desenvolvimento das condições médico-sociais, mas também do acesso que tem aos bens de saúde e do consumo que se faz de sua força de trabalho. Assim como o padrão de vida da classe trabalhadora, a forma como se consome a força de trabalho possui determinação histórica, de modo que seu uso “normal” consiste nas condições médias de desgaste da força de trabalho que exerce uma jornada de trabalho *média* com intensidade *média*. Desse modo, o uso da força de trabalho e a expectativa de vida da classe trabalhadora são duas variáveis que se determinam conjuntamente.

Todavia, Osorio considera o consumo que o capitalista faz da força de trabalho como algo estranho à determinação do tempo de vida, de modo que, ao se deparar com circunstâncias (teóricas) em que a ampliação da intensidade e/ou da jornada de trabalho causa necessária redução do tempo de vida – redução que não pode ser revertida por uma ampliação do consumo – compreende esse processo não como a determinação de uma nova duração média da vida do trabalhador, mas como uma apropriação do que chama de “fundo de vida” do trabalhador. Esse “fundo de vida” expressa a ideia de que os trabalhadores teriam direito, em condições “ideais”, a viver e trabalhar por um determinado número de anos e que, ao ampliar o desgaste da força de trabalho, os capitalistas estariam se apropriando desses anos de vida futuros²²⁰.

²¹⁹ “de acordo com as condições médico-sociais imperantes”.

²²⁰ Tal posição resulta, também, da confusão quanto ao que seria o valor total da força de trabalho e qual seria sua relação com o valor diário. Para Osorio, o valor total da força de trabalho consiste no tempo de vida útil e tempo de vida em aposentadoria do trabalhador, ou seja, o autor não vê o valor como relação social, como cristalização de trabalho abstrato, mas como “tempo de vida”. A partir daí, estabelece o valor diário como o

Entretanto, o desgaste maior não implica que o novo valor gerado pelo trabalhador será da mesma magnitude dos dias de vida que “perde”. Podemos ilustrar essa situação por meio de um exemplo. Suponhamos que em determinado país, no qual a expectativa de vida útil da classe trabalhadora seja de 30 anos, a jornada de trabalho de 14 horas por dia se encontra próxima a seu limite máximo do ponto de vista da reprodução física do trabalhador²²¹. Diante de uma ampliação dessa jornada em, digamos, duas horas diárias, seria observada uma redução da expectativa de vida da classe trabalhadora.

Caso essa redução seja, por exemplo, de uma magnitude de 10 anos, isso implicaria que o trabalhador médio geraria em seus 20 anos de trabalho uma grandeza total de $20 \cdot 365 \cdot 16 = 116.800$ horas de trabalho, o que representa 14.600 horas a mais do que gerava nesse mesmo período antes da ampliação da jornada de trabalho ($20 \cdot 365 \cdot 14 = 102.200$ horas). Entretanto, devido ao fim prematuro de sua vida útil, o trabalhador médio deixa de gerar uma grandeza de valor de $10 \cdot 365 \cdot 14 = 51.100$ horas. Nesse exemplo, o total de valor que o trabalhador deixa de gerar é superior ao proporcionado pela elevação da jornada de trabalho, de modo que não há apropriação por parte do capitalista dessas horas “perdidas”. Em outras palavras, por mais que se observe uma redução da vida do trabalhador em comparação com o seu período de vida potencial, isso não implica que o capital absorva a grandeza do valor desses dias.

A situação torna-se mais incoerente ainda se supormos que a redução da vida útil fosse de 3 anos para o mesmo exemplo. Nesse caso, o valor gerado pelo trabalhador médio nos 27 anos de sua vida útil seria 19.710 horas maior do que antes da ampliação da jornada. Entretanto, esse mesmo trabalhador deixaria de gerar 15.330 horas devido ao fim prematuro de sua vida útil. Assim, o capitalista teria se apropriado de uma magnitude de valor maior do que a que representaria a redução do “fundo de vida” do trabalhador. De onde viria esse valor, para Osorio²²²?

A perspectiva idealista se faz presente, em segundo lugar, no momento em que Osorio busca determinar a composição da cesta de consumo “normal” do trabalhador. O autor indica por diversas vezes que esse consumo refere-se à observação do nível médio, mas a confusão se estabelece quando trata do modo como se acrescentam novos elementos a essa cesta.

nível de consumo que permitiria ao trabalhador viver esse tempo de vida. Para a adequada relação entre valor total e valor diário da força de trabalho, *cf.* seção 2.3.4.2.2, p. 87 *et seq.*

²²¹ Para simplificar nosso exemplo, vamos supor que não exista período de aposentadoria, ou seja, que os trabalhadores trabalham até o fim de suas vidas.

²²² Para nós, essa parcela do valor, assim como todas as outras, não viria do futuro, mas do presente. Afinal, a grandeza do valor consiste no tempo de trabalho efetivamente realizado (conforme a média da produtividade social), e não o montante de trabalho que deveria ser realizado.

Para Osorio, o que determina a ampliação dessa cesta de consumo (e, portanto, do valor da força de trabalho) não é a luta de classes, mas o próprio “desenvolvimento produtivo”²²³. Ou seja, desde que seja possível, do ponto de vista tecnológico, o acréscimo de uma determinada mercadoria na cesta de consumo dos trabalhadores, ela deve ser considerada enquanto tal. Vejamos como ele mesmo define: “[...] *debe considerarse que el desarrollo productivo de una sociedad va convirtiendo ciertos productos suntuarios en bienes salarios, los cuales se integran a los medios de vida necesarios de la población trabajadora [...]*”²²⁴ (OSORIO, 2013b, p. 22). Ainda: “[...] *el incremento del número y la diversidad de bienes necesarios que propicia el desarrollo histórico presiona hacia la elevación del valor de la fuerza de trabajo [...]*”²²⁵ (OSORIO, 2009, p. 113).

Para Osorio, é a potência de consumo que determina o valor da força de trabalho, um consumo desejável diante do desenvolvimento das forças produtivas, e não o consumo médio concreto e observado da classe trabalhadora²²⁶. Ignora o papel da luta de classes na determinação do valor da força de trabalho, de modo que poderia até mesmo considerar injusto (ou seja, uma violação da lei do valor) se os trabalhadores pressionassem para elevar os salários para além dessa dada necessidade de consumo.

Por fim, o caráter idealista da determinação do valor da força de trabalho se faz presente, em terceiro lugar e de modo mais evidente, no momento em que debate a questão da reprodução da família do operário. Afirma que “[...] *la definición de la edad para trabajar es un producto histórico y cultural, pero en ningún caso puede contemplar la incorporación de niños a los procesos de trabajo, ni tampoco de adolescentes [...]. Puede operar realmente, eso no está a discusión, pero no puede asumirse como un procedimiento para definir el valor de la fuerza de trabajo [...]*”²²⁷ (OSORIO, 2013b, p. 23–24, grifos do autor).

²²³ Afinal: “[...] *en definitiva, no es la lucha de clases la que determina el valor [da força de trabalho] sino que éste define el eje en torno al cual se desarrolla la lucha de clases*” (OSORIO, 2009, p. 134) (“[...] em última instância, não é a luta de classes que determina o valor [da força de trabalho], mas este que define o eixo em torno do qual se desenvolve a luta de classes”).

²²⁴ “[...] deve-se considerar que o desenvolvimento produtivo de uma sociedade vá convertendo certos produtos suntuários em bens salários, os quais se integram aos meios de vida necessários da população trabalhadora [...]”.

²²⁵ “o incremento do número e da diversidade de bens necessários, que o desenvolvimento histórico propicia, pressiona para uma elevação do valor da força de trabalho [...]”.

²²⁶ Interessante observar que essa percepção é contrária à concepção de Marx do mais-valor relativo que resulta da elevação da produtividade do trabalho. Para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas reduz o valor da força de trabalho ao permitir que, com um salário menor, o trabalhador obtenha a mesma cesta de consumo de antes. Para Osorio, o desenvolvimento das forças produtivas amplia o valor da força de trabalho ao permitir que, com o mesmo salário, o trabalhador obtenha uma cesta de consumo maior que antes.

²²⁷ “[...] a definição da idade para trabalhar é um produto histórico e cultura, mas em nenhuma caso pode contemplar a incorporação de crianças aos processos de trabalho, nem tampouco de adolescentes [...]. Pode acontecer realmente, isso não está em discussão, mas *no se pode assumir* como um procedimento para definir o valor da força de trabalho [...]”.

Estarrecido pela brutalidade com que o capital assola a vida de crianças e adolescentes, o trabalho infantil aparece para Osorio como algo imoral, inadmissível em uma sociedade capitalista. Não percebe que sua visão moral se circunscreve a um determinado estágio do desenvolvimento histórico, que o capitalismo é insensível a essas questões, que é a luta de classes que torna tal ou qual prática imoral, que no passado, à época de Marx, o trabalho infantil era aceitável²²⁸, e que, no futuro, talvez qualquer forma de trabalho assalariado, para qualquer idade, seja considerada ultrajante.

Percebemos, assim, que o valor da força de trabalho construído por Osorio consiste em uma projeção dos desejos do autor quanto ao nível de consumo e civilidade adequados para a classe trabalhadora. E ao verificar que no mundo concreto os trabalhadores estão muito distantes de sua condição ideal, declara que esse valor está sendo violado.

Essa violação pode ocorrer mesmo que não haja redução dos salários ou ampliação da jornada/intensidade do trabalho se, por exemplo, o desenvolvimento das forças produtivas tornarem acessíveis bens que até então eram reservados para o consumo de luxo. Ao surgir um novo desejo de consumo, o valor ideal de Osorio ultrapassa os salários e a classe trabalhadora se vê usurpada daquele direito que ainda não adquiriu²²⁹.

Diante de tudo que foi exposto, podemos concluir que tanto no que tange à violação do valor nas trocas internacionais quanto à violação da força de trabalho, a posição de Osorio deriva de uma leitura idealista acerca do capitalismo. Uma leitura que, ao reafirmar o pressuposto de que o capitalismo é irremediavelmente mais selvagem na América Latina como resultado de sua espoliação histórica pelas potências europeias, mina a luta de classes e as possibilidades de ação da classe trabalhadora no sentido de resistir à (e reverter a) exploração.

3.2.3 Financeirização: nova fase da dependência

Dentro das contribuições que buscam resgatar a obra de Marini, há uma linha que propõe reavaliar os fundamentos da teoria da dependência diante das transformações sofridas no cenário internacional nos últimos 40 anos. Nesse sentido, podemos destacar a tese de Marisa Silva Amaral, intitulada “Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização

²²⁸ Cf. Marx (2001).

²²⁹ Como indicamos em p. 131, essa quarta forma de superexploração passou a ser amplamente aceita entre os teóricos atuais da dependência.

necessária ante a financeirização do capitalismo” e defendida na Universidade de São Paulo em 2012.

Derivada de um trabalho iniciado em 2004, a tese de Amaral conta com influências marcantes de Marcelo Carcanholo, Leda Maria Paulani e Costas Lapavitsas, constituindo-se em um verdadeiro amálgama entre as linhas de pesquisa desses três autores. A contribuição de Amaral para o campo da teoria da dependência inclui também artigos escritos em coautoria com Carcanholo e também com Pedro Henrique Evangelista Duarte. Entretanto, esses artigos não apresentam os elementos originais de sua tese, motivo pelo qual nos restringiremos somente a essa última, na presente seção.

O ponto inicial do argumento de Amaral é que o capitalismo passa atualmente por uma nova etapa, marcada pela crescente participação da esfera financeira no processo de acumulação. A autora parte das contribuições de Lapavitsas (2011), Chesnais (2003) e Duménil e Lévy (2003, 2004) e Brenner (2003) para afirmar que o papel desempenhado pelas finanças no período atual é estruturalmente distinto de fases anteriores. Afirma: “[...] de fato, processos de financeirização já marcaram outras conjunturas que não a atual, mas o que se apresenta no quesito das práticas, orientações e tamanho da esfera financeira no período recente é absolutamente inédito na história do capitalismo mundial [...]” (AMARAL, 2012, p. 89). Além disso, considera a financeirização como o elemento marcante dessa fase devido ao grau de autonomização atingido pelo capital financeiro:

[...] A nova fase do capitalismo envolve necessariamente e em grande medida o desenvolvimento e autonomização sem precedentes da esfera financeira, de modo que ambos os movimentos podem ser compreendidos como sendo um só, ambos se confundem em termos de sua consolidação histórica e, portanto, se determinam mutuamente (AMARAL, 2012, p. 90).

Considerando que uma nova fase do capitalismo implica uma nova fase do imperialismo e da dependência, Amaral indica a necessidade de se atualizar a teoria a respeito desta última categoria, sobretudo na versão desenvolvidas por Santos e Marini. Para tanto, parte da análise da economia brasileira como realidade representativa dos países periféricos.

O que a autora percebe é que a financeirização que se observa nos países periféricos apresenta características distintas do modo como se desenvolve nos países centrais. Nestes, a autonomização exacerbada do setor financeiro, que teve início no decorrer da década de 1970, se desenvolveu juntamente com a ampliação da acumulação do capital produtivo²³⁰.

²³⁰ Embora, com indica Amaral, o capital produtivo tenha adotado uma posição subordinada nesse processo.

Já a dinâmica da acumulação que se observava nos países periféricos àquela época era bem distinta. Entretanto, o transbordamento do capital financeiro do centro para as periferias alterou essa situação de forma unilateral, de modo que a vinculação dessas economias à financeirização foi quase que absolutamente determinada por fatores externos. Amaral conclui que:

[...] A natureza do processo de financeirização é absolutamente diversa entre os países do centro do sistema e os países periféricos [...]. No caso dos países dependentes, embora seu envolvimento no movimento de financeirização não deixe de ser algo sistêmico e estrutural, apresenta-se, sim, como resultado da sobreacumulação [de capital] no centro (AMARAL, 2012, p. 121).

A autora compreende que passa a haver nas economias dependentes, a partir da década de 1970, um excedente de capital (proveniente dos países centrais) que não pode ser absorvido pela esfera produtiva, buscando sua valorização fictícia na esfera financeira. Esse mesmo processo passa a dilapidar a autonomia política desses países, que se veem obrigados a acatar as decisões derivadas de consensos estabelecidos pelos países centrais.

Diante dessa compreensão e inspirada nas obras de Santos (1970) e Paulani (2012a), Amaral estabelece uma nova tipologia (periodização) da dependência, cujo objetivo é o de “[...] demarcar com a maior clareza possível qual o mecanismo de transferência de excedentes que rege as relações centro-periferia com maior vigor em cada momento de tempo [...]” (AMARAL, 2012, p. 123). Separa a história do desenvolvimento capitalista no Brasil (estendendo-a para toda a periferia) em duas fases: a primeira, a da “[...] dependência clássica, na qual a extração do excedente deriva predominantemente da relação de preços, isto é, de termos de troca desfavoráveis [...]” (AMARAL, 2012, p. 123); a segunda, a da financeirização, que se consubstancia em uma “[...] situação na qual ganham importância relativa os tipos de extração de excedentes concentrados na Balança de Rendas [...]” (AMARAL, 2012, p. 123), ou seja, nas “despesas decorrentes de investimentos externos diretos, despesas decorrentes de investimentos em carteira e despesas decorrentes de empréstimos convencionais” (AMARAL, 2012, p. 124) e também as despesas a título de “renda do conhecimento” (AMARAL, 2012, p. 136).

Na etapa da financeirização, perde importância a transferência de mais-valor pela via comercial, uma vez que os termos de troca passam a ser mais favoráveis para as economias dependentes. Em seu lugar, surgem os instrumentos fictícios de geração de riqueza, que vão promover uma ampla gama de mudanças nas economias dependentes.

[A exportação do capital financeiro] impõe aos territórios receptores do capital exportado uma espécie de adaptação de toda a sua estrutura produtiva, econômica, política, social e cultural interna às exigências dos territórios exportadores. Nesses termos, constitui-se nestas nações dependentes um *modus operandi* do capitalismo (e da vida social em geral) que é completamente funcional às regras de lucratividade das nações capitalistas ditas avançadas (AMARAL, 2012, p. 128).

Esse *modus operandi* inclui elementos como a redução da autonomia política e a ampliação da vulnerabilidade externa e da fragilidade financeira. Contudo, a autora ressalta que não se deve buscar nessa categoria de fenômenos a caracterização da nova dependência, e nem nos mecanismos que a geram (exportação do capital financeiro). É preciso observar as transformações que essa nova fase gera na estrutura interna dos países periféricos.

Na fase da “dependência clássica”, o fator estrutural fundante da condição dependente consistia na superexploração do trabalho. Todavia, Amaral ressalta que “[...] o consumo dos trabalhadores hoje incorpora os bens suntuários [...]”, de modo que “[...] não temos mais superexploração [...]” (AMARAL, 2012, p. 132–133) nos termos apontados por Marini. Conclui: “podemos então, ao que tudo indica, afirmar que, se a dependência ainda existe, ela certamente não tem a mesma cara e deve passar por outros caminhos [...]” (AMARAL, 2012, p. 133).

É nesse sentido que a superexploração reaparece, para Amaral, carregada de traços do momento atual. Alega: “[...] seria perfeitamente cabível denominar de superexploração do trabalho a expropriação financeira fruto da inserção das famílias e indivíduos em atividades financeiras, como devedores ou como detentores de ativos” (AMARAL, 2012, p. 134). Ainda assim, a autora não vê nessa nova superexploração o fator estrutural da dependência.

[...] [A condição dependente] não passa mais pela superexploração como traço distintivo, ainda que a superexploração esteja mais do que presente, mas passa pela nossa inferioridade tecnológica, que nos faz apenas reproduzir, sem autonomia na criação, os padrões cada vez mais efêmeros de produção e consumo que o desenvolvimento tecnológico autônomo dos países centrais vai impondo ao resto do planeta (AMARAL, 2012, p. 135).

Ou seja, a financeirização, ao conduzir os processos produtivos nas nações dependentes, promove uma alteração no padrão de acumulação de capital, levando essas economias a se reprimarizarem. Com a reprimarização, vem também a ampliação da distância tecnológica entre países e a transformação da tecnologia em outra fonte de renda, tal como o capital financeiro.

A argumentação de Amaral, que expusemos aqui de modo sucinto, pode dar início a uma profícua produção entre os adeptos de Marini. Nada mais natural que as relações

estudadas em períodos anteriores sejam transformadas e necessitem de revisões, atualizações, *etc.* É nesse sentido que a proposta de Amaral, ao evidenciar o papel crescente do capital financeiro na dinâmica do mercado mundial, apresenta contribuição significativa diante do resgate acrítico que se tem feito de Ruy Mauro Marini.

Apesar disso, a tese de Amaral apresenta fragilidades significativas. A principal delas é a leitura equivocada das categorias de Marini, sobretudo na compreensão da superexploração do trabalho (ou da força de trabalho, como prefere) – que compreende como uma ausência de consumo de bens suntuários – e da troca desigual – que resume à deterioração dos termos de troca. Por outro lado, a autora já demonstrou em outros trabalhos ter atingido uma compreensão mais adequada sobre essas categorias²³¹. Resta-lhe, ainda, demonstrar se os resultados alcançados em sua tese são compatíveis com a nova leitura que faz de Marini.

3.2.4 Os críticos ignorados (ou, o novo não-debate)

Em 1981, Pedro Paz publicou um artigo no qual se referiu ao então recente debate entre Cardoso-Serra e Marini:

*Ciertas polémicas recientes entre dependentistas van conduciendo al enfoque de la dependencia hacia un callejón sin salida; son exteriorizaciones de diferencias ideológicas que pretenden resolverse en el plano de las puras abstracciones, y a veces a través de veladas acusaciones y el uso de una ironía vacía de argumentación sustantiva [...]*²³² (PAZ, 1981, p. 63)

De fato, essa conversa de surdos levou a teoria da dependência a um beco sem saída: o debate clássico da dependência que, como buscamos demonstrar no capítulo anterior, contou com contribuições tão ricas e diversas, hoje aparece como uma escolha maniqueísta entre Cardoso e Weber de um lado, e Marini e Marx de outro. Toda a referência que se faz a críticas sobre a obra de Marini nos remete à conhecida querela entre esses dois autores, e cada nova sugestão sobre seus possíveis equívocos é respondida associando quem levanta o questionamento à vertente cardosiana.

²³¹ Cf. Amaral e Carcanholo (2008, 2009, 2012), e Amaral e Duarte (2013). Apesar de apresentar um viés mais crítico do que a maioria daqueles que buscam resgatar a obra de Marini, Amaral não demonstra perceber os reais equívocos de Marini por trás da categoria da superexploração.

²³² “Certas polémicas recientes entre dependentistas están conduciendo o enfoque da dependência para um beco sem saída; são exteriorizações de diferenças ideológicas que pretendem se resolver no plano das puras abstrações, e as vezes, através de veladas acusações e do uso de uma ironia vazia de argumentações substantiva [...]”.

Com o intuito de mostrar que a posição quanto à adequação da obra de Marini não é consenso entre os economistas marxistas, apresentaremos aqui algumas posições discordantes. Iniciemos pelo já citado artigo de Pedro Paz, no qual comenta:

*En general, los autores del enfoque de la dependencia dicen apoyarse en el pensamiento marxista, como marco teórico metodológico. Sin embargo, al examinar el contenido conceptual de buena parte de ellos, se aprecian ciertas insuficiencias en el manejo de las categorías marxistas. [...] Esto, obviamente, es más válido para algunos autores que para otros. Pero, en síntesis, esta es una de las insuficiencias del enfoque en el plano teórico*²³³ (PAZ, 1981, p. 73).

Essa crítica seria válida também para Marini²³⁴, que na opinião de Paz (1981, p. 74) “[...] busca explicar el subdesarrollo y la dependencia en una particular utilización de las categorías de la Economía Política [...]”²³⁵. Paz, ao mesmo tempo em que buscou resgatar as diversas contribuições do debate, demonstrou não considerar a categoria superexploração como significativa para a delimitação do conceito de dependência²³⁶.

Como os teóricos marinistas têm suas visões ofuscadas quando se trata de críticas, as indicações de Paz passaram por despercebido. Esse é o caso, por exemplo, de Osorio que, a despeito de considerar Paz “*un lector atento*” ao tratar das críticas a Cardoso²³⁷, o ignora completamente no que diz respeito a Marini.

Outra crítica de destaque foi aquela elaborada por José Valenzuela Feijóo que, na esteira do resgate da teoria da dependência, publicou em 1997 o artigo “*Sobreexplotación y dependencia*” (“Superexploração e dependência”), no qual faz uma avaliação da obra de Marini com um rigor teórico até então inédito. Feijóo constata inicialmente que “[...] en la obra de este autor encontramos muy serias insuficiencias analíticas y un apoyo factual que casi siempre es bastante débil [...]”²³⁸ (FEIJÓO, 1997, p. 108), e no fim de sua análise se questiona: “[...] ¿cómo es posible que un texto tan aplaudido y de tan vasta influencia arrastre tantas insuficiencias analíticas?”²³⁹ (FEIJÓO, 1997, p. 125–126).

²³³ “Em geral, os autores do enfoque da dependência dizem apoiar-se no pensamento marxista como marco teórico-metodológico. No entanto, ao examinar o conteúdo conceitual de boa parte deles, se observam certas insuficiências no manejo das categorias marxistas. [...] Isso, obviamente, é mais válido para alguns autores que para outros. Mas, em síntese, esta é uma das insuficiências do enfoque no plano teórico”.

²³⁴ E, como já indicamos, também seria válida para Cardoso e Faletto. Cf. p. 122.

²³⁵ “[...] busca explicar o subdesenvolvimento e a dependência com uma particular utilização das categorias da Economia Política [...]”.

²³⁶ Referimo-nos ao fato de que, ao apresentar tanto o conceito em si quanto os fenômenos que a dependência tentou explicar, o autor não ter nem citado a superexploração.

²³⁷ Cf. p. 122.

²³⁸ “[...] na obra deste autor, encontramos insuficiências analíticas muito sérias e um apoio factual que é quase sempre bastante débil [...]”.

²³⁹ “[...] como é possível que um texto tão aplaudido e de tão vasta influência arraste tantas insuficiências analíticas?”.

O foco da análise de Feijóo recai sobre a superexploração e o problema da realização. O autor se abstém de analisar os outros aspectos de “*Dialéctica de la dependencia*” por considerá-los demasiadamente equivocados. A respeito das elaborações sobre o período pré-capitalista (o período colonial), Feijóo acusa Marini de ter aplicado de forma inapropriada as categorias próprias do capitalismo, de modo que muito pouco do que escreveu pode ser resgatado. Quanto ao intercâmbio desigual, afirma o autor que “[...] *Marini arma un follón teórico descomunal que es prácticamente imposible de desenredar [...]*”²⁴⁰ (FEIJÓO, 1997, p. 109).

Atentar-nos-emos aqui às críticas que Feijóo faz à superexploração, cuja mais contundente refere-se à sua inadequação conceitual. O autor lembra aos seus leitores que o “valor” é o trabalho social tal como ocorre nas condições médias de uma economia, sendo que:

- a) funciona como uma *magnitude média*, ou seja, como uma média ponderada dos diversos custos de produção particulares;
- b) refere-se a uma *magnitude objetiva* e socialmente determinada, em outras palavras, não é algo que o pesquisador deve fixar *a priori*, impondo-a perante a realidade, mas deve obtê-la a partir das observações sobre as atividades dos múltiplos agentes que participam no processo espontâneo de sua constituição.

Observa ainda que é peculiaridade dos salários enquanto uma *magnitude média e objetiva* apresentar:

- a) ao longo de um período de tempo, flutuações sazonais, levando os salários a se fixarem acima da média em dado período e abaixo média em outros, mas que se anulam necessariamente;
- b) em um momento dado do tempo, valores que se encontram acima e abaixo do nível médio, de modo que o que aparece para uns como superexploração, aparece para outros como *subexploração*.

Após esses breves esclarecimentos, Feijóo (1997, p. 113, grifos do autor) se questiona:

[...] ¿*Qué sucede cuando vg. el salario real de tendencia [isto é, o salário médio] se cae? [...] ¿Tenemos que hablar aquí de sobreexplotación? En nuestra opinión, no lo debemos hacer. Lo que sí corresponde es hablar de un descenso en el valor de la fuerza de trabajo, de una redefinición hacia abajo y por la vía de la reducción*

²⁴⁰ “[...] Marini arma uma confusão teórica descomunal que é praticamente impossível de desembaraçar [...]”.

salarial, de ese valor. Esto es lo que la realidad – a partir de tales o cuales determinantes – nos muestra. Y nosotros, como intérpretes, en vez de predeterminarla, debemos aceptar y recoger [...]”²⁴¹

E como foi a recepção desses argumentos pelos marinistas? Ao contrário do que faz com Paz, Osorio não se furta de observar alguns aspectos da crítica de Feijóo. Mas com exceção das três notas de rodapé que Osorio lhe dedica como resposta, nenhuma outra palavra foi escrita. Vejamos a essência da anticrítica:

El camino de Marx va en la dirección contraria a la que postula Valenzuela Feijóo. No es el salario el criterio para determinar el valor. Si así fuese, no se entiende todo el esfuerzo de Marx para ir más allá del mundo inmediato donde los valores se trasfiguran en precios y el valor de la fuerza de trabajo en salario y porqué es necesario incluso construir una teoría del valor”²⁴² (OSORIO, 2009, p. 135).

Contudo, o caminho de Marx, tal como ele mesmo explica, vai do concreto ao abstrato para depois proceder ao caminho inverso (MARX, 2011). Ou seja, parte das observações do mundo real (preços médios e salários médios) para construir as categorias abstratas (valor e valor da força de trabalho) e, depois, utiliza essas mesmas categorias para desmistificar as relações que se desenrolam no concreto (vendo o mais-valor como a fonte do lucro).

Porém, Osorio não vê nada de marxismo nos argumentos de Feijóo: “[...] *aquello no sólo no tiene nada que ver con Marx, sino que ni siquiera con la economía clásica premarxista*”²⁴³ (OSORIO, 2009, p. 135). Osorio tenta resolver a querela colocando Feijóo fora do campo teórico ao qual pertence. Poderia ter, ao menos, o qualificado como weberiano e, assim, estaria de acordo com a mais moderna tendência do debate dependentistas.

Contudo, para Osorio é Feijóo quem lança mão de desqualificações quando, por exemplo, afirma que a “troca desigual” de Marini é um “*follón teórico descomunal*”.

[...] El recurso a las descalificaciones de Valenzuela Feijóo se comprende cuando vemos que para éste el investigador sólo debe “recoger” datos, establecer “promedios ponderados”, constatar la caída de los salarios y con ellos dar por sentado el descenso del valor de la fuerza de trabajo. Los datos están ahí, sólo basta “recogerlos”. Además, los problemas quedan resueltos mediante algunas

²⁴¹ “O que se sucede quando, por exemplo, o salário real de *tendência* [isto é, o salário médio] cai? [...] Temos que falar aqui de superexploração? Em nossa opinião, não o devemos fazer. O adequado é falar de um *descenso do valor da força de trabalho*, de uma *redefinição para baixo*, e pela via da redução salarial, desse valor. Isso é o que a realidade – a partir de tais ou quais determinantes – nos mostra. E nós, como intérpretes, em vez de predeterminá-la, devemos aceitar e registrar [...]”.

²⁴² “O caminho de Marx vai em direção contrária ao que postula Valenzuela Feijóo. Não é o salário o critério para determinar o valor. Se assim fosse, não se entenderia todo o esforço de Marx para ir além do mundo imediato onde os valores se transfiguram em preços e o valor da força de trabalho em salário e por que é necessário, inclusive, construir uma teoria do valor”.

²⁴³ “[...] aquilo não só não tem nada a ver com Marx, mas nem sequer com a economia clássica pré-marxista”.

*s sofisticaciones estadísticas. Este empirismo de ingenuidad extrema es extraño en un investigador que pretende teorizar y que cuenta con una formación sólida no sólo en economía política*²⁴⁴ (OSORIO, 2009, p. 138).

Se é a ingenuidade que leva Feijóo a se apoiar no mundo concreto para construir suas teorias, talvez seja a malícia que faz Osorio ignorar por completo esse mesmo mundo²⁴⁵ e as sugestões do primeiro quanto às possíveis verificações factuais da superexploração.

Como, por exemplo, quando Osorio ignora a proposta de Feijóo para análise da relação entre os fatores de ampliação da taxa de mais-valor e a dependência, que merece receber nossa atenção. Denotando o salário real anual por SRa , a jornada de trabalho anual como JTa , a produtividade do trabalho nos ramos produtores de bens salários por F e a intensidade média do trabalho por I , Feijóo (1997, p. 115) apresenta-nos a determinação da taxa de mais-valor (p) como se segue:

$$p = \frac{JTa * F * I}{SRa} - 1$$

Essa equação evidencia que a taxa de mais-valor é tanto maior quanto menor for o valor da força de trabalho e que, portanto, os fatores que são responsáveis por ampliá-la são: a elevação da jornada de trabalho, da produtividade dos setores produtores de bens salários e da intensidade média da força de trabalho; e a redução do o salário real anual.

Feijóo sugere, então, que o estudo da dependência deva passar pela verificação de quais desses quatro fatores são mais significativos para a dinâmica da taxa de mais-valor nos países dependentes e centrais. Ainda, elabora a hipótese de que:

- a) sendo a ampliação da produtividade e da intensidade do trabalho funções da composição orgânica do capital, esses dois fatores exerceriam o papel principal na elevação da taxa de mais-valor dos países centrais (que concentram uma maior magnitude do capital por trabalhador);

²⁴⁴ “[...] O recurso a desqualificações de Valenzuela Feijóo se compreende quando vemos que, para este, o investigador só deve ‘registrar’ dados, estabelecer ‘médias ponderadas’, constatar a queda dos salários e com eles dar por certo o descenso do valor da força de trabalho. Os dados estão aí, só basta ‘coletá-los’. Ademais, os problemas ficam resolvidos mediante algumas sofisticações estatísticas. Este empirismo de ingenuidade extrema é estranho em um investigador que pretende teorizar e que conta com uma formação sólida não só em economia política”.

²⁴⁵ É importante ressaltar o quase “desprezo” pela realidade e pela verificação empírica do qual se imbuem muitos autores marxistas. Alguns chegam até mesmo a afirmar que “[...] os conceitos e categorias marxistas, ainda que pensados a partir das observações de fatos concretos, foram elaborados em um plano puramente teórico-abstrato, o que impede – mas não invalida – sua comprovação empírica em diversos aspectos [...]” (DUARTE, 2010, p. 58).

- b) enquanto que os países dependentes (ou subdesenvolvidos) observariam maior incidência do controle salarial e do alargamento da jornada de trabalho.

A despeito de apresentar pequenas confusões na compreensão da intensidade do trabalho, a hipótese de Feijóo precisa ser levada adiante no estudo da dinâmica do mercado mundial. Apresentamos em outro momento desta tese uma análise similar à proposta por esse autor²⁴⁶. Mas aqui resta ainda ressaltar aquele que consideramos o maior mérito de Feijóo: propor um justo resgate do papel que a luta de classes desempenha na determinação dos níveis salariais. Com isso, o autor contorna o que, a nosso ver, é um dos maiores malefícios da teoria marinista da dependência: ao colocar a superexploração como uma determinação insuperável da dinâmica capitalista na periferia, ela acaba por afastar a luta da classe trabalhadora das tentativas de obter ganhos imediatos tais como a redução das jornadas ou o aumento dos salários.

O debate contemporâneo da dependência conta ainda com algumas outras poucas obras críticas à Marini²⁴⁷. Podemos citar dois trabalhos que, por serem recentes, ainda não tiveram tempo de se difundir na academia²⁴⁸: primeiro, um artigo publicado por Nascimento, Dillenburg e Sobral como capítulo no livro *Dependência e desenvolvimento: cátedra Ruy Mauro Marini*; segundo, a tese de João Paulo de Toledo Camargo Hadler apresentada à Universidade Estadual de Campinas.

Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013) analisam a relação entre as categorias exploração e superexploração em Marx e Marini, e buscam demonstrar que “[...] os graus da superexploração que se diferenciam de uma economia para outra dependem fundamentalmente da capacidade de luta de suas respectivas classes trabalhadoras – e de como se formaram estas classes em cada país” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 99). Os autores concluem que:

[...] o que Marini chama de superexploração é o mesmo que Marx chama de exploração, e que, em ambos os casos, trata-se de aumento no grau de exploração da força de trabalho – não pelo rebaixamento do valor da força de trabalho, mas pelo encolhimento do preço desta abaixo do seu valor –, particularmente pelos capitais em risco de sucumbirem no processo de concorrência [...] (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 115).

²⁴⁶ Cf. p. 256 *et seq.*

²⁴⁷ Cf. também Carmo Sobrinho (2001) e Fontes (2010).

²⁴⁸ Apesar de que é nosso palpite de que esses trabalhos, como os dois anteriormente citados, não terão penetração no meio da teoria da dependência.

Esse posicionamento lança de imediato a questão sobre a pertinência de se falar de superexploração quando há outra categoria (exploração) que apresenta o exato mesmo significado. Mas, além disso, os autores ressaltam outro problema da abordagem de Marini:

Marini se refere ao mesmo fenômeno [...] analisado por Marx em vários capítulos do livro I de O Capital, mas, ao contrário de Marx, o autor da Dialética da Dependência parte de uma particularidade – causas específicas da superexploração dos trabalhadores latino-americanos –, enquanto Marx parte da totalidade, da influência exercida pela concorrência intercapitalista, e pelo exército industrial de reserva, sobre o rebaixamento dos salários, um fenômeno existente em escala mundial (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 120).

Como consequência do tratamento particular dado por Marini ao caso da América Latina, sua teoria da dependência acaba por fragmentar a luta do proletariado. Enquanto a teoria marxista busca unir os proletários de todo o mundo na luta contra o domínio do capital e da classe dos capitalistas, a abordagem de Marini ignora a situação dos trabalhadores tanto dos países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos que se localizam em outros continentes (como África, Ásia e Europa)²⁴⁹. E os autores alertam que:

[...] Programas que fragmentam a luta do proletariado mundial contradizem profundamente o projeto revolucionário de Marx e de Engels que, desde o Manifesto Comunista, defendem a unidade dos trabalhadores do mundo inteiro, unidade esta que é estimulada pelo próprio sistema capitalista que, desde a sua origem, tem uma abrangência mundial (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 120).

A tese de João Paulo Hadler, intitulada “Dependência e superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente”, apresenta, como o próprio título indica, uma crítica às duas vertentes atualmente debatidas. Hadler considera positivas as contribuições de Marini no “[...] apontamento da superexploração do trabalho como elemento estrutural da dependência [...]” (HADLER, 2013, p. 142), mas ressalta:

[...] os procedimentos e o método empregados por Marini se revelam inadequados [...] à medida que deixam de lado o que é substancial na problemática do desenvolvimento em sociedades de origem colonial. O cerne do problema está na ausência de interpretação histórica para a perenidade da dependência e para a necessidade da superexploração [...] (HADLER, 2013, p. 143).

²⁴⁹ É preciso lembrar que, para Marini, a dependência surge de um processo histórico que envolve os Estados Unidos e os países da Europa e da América Latina. Em nenhum momento o autor inclui na categoria de nações dependentes os países subdesenvolvidos de outros continentes.

Hadler afirma que Marini não toma o histórico como ponto de partida da investigação e propicia uma inversão metodológica ao subordinar a história à teoria.

[...] ao invés de partir da interpretação histórica e da luta de classes para explicar o capitalismo dependente e seus dilemas, procura tal explicação na generalização da lei do valor e nas leis imanentes do modo de produção capitalista, insistindo no caráter especificamente capitalista de nossa realidade. Na verdade, Marini transforma a leitura de *O capital* em chave de explicação para a instauração e desenvolvimento do modo de produção capitalista nas sociedades de origem colonial e que ficam presas aos nexos da dependência, como se aquelas leis e categorias dessem uma chave universal para compreender a expansão do capitalismo em quaisquer circunstâncias, como se na aplicação das categorias correspondentes se encontrasse o verdadeiro rigor marxista [...] (HADLER, 2013, p. 163).

Por fim, o autor expressa a mesma preocupação que ressaltamos em Feijóo de resgatar a luta de classes que se perde na teoria marinista. Afirma:

Marini concebe a luta de classes como sendo regida por “leis de ferro”, por uma “lógica implacável”, derivadas daquele antagonismo de base das relações de produção com base na superexploração do trabalho pelo capital [...] Sua abordagem da luta de classes é também abstrata, pois seu conteúdo e dinâmica são definidos em termos muito gerais, descolados da análise histórica, como se as classes, suas relações e seu caráter, sua consciência e psicologia, o conteúdo do conflito de classes, fossem plasmados em abstrato pelo capital e pelas forças produtivas [...] (HADLER, 2013, p. 161–162).

Em suma, essa visão, que deriva da teoria de Marini, de que a luta de classes se explica pela dinâmica econômica, acaba por reduzir a capacidade da teoria em oferecer respostas aos dilemas do desenvolvimento brasileiro. Ao resumir o problema à necessidade de uma revolução socialista para superar as mazelas da dependência, Marini não oferece critérios para a orientação de práticas capazes de estabelecer o caminho para a construção dessa alternativa.

Devemos acrescentar que tampouco os discípulos de Marini parecem preocupados em responder a essa questão.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate atual sobre a dependência está longe de ter um fim, de modo que não podemos fazer uma avaliação definitiva sobre as mudanças que propiciou para esse ramo da teoria marxista. Mas, um balanço preliminar, com o intuito de indicar tanto os caminhos que parecem mais promissores como os pontos que precisam ser mais bem trabalhados, pode se mostrar frutífero.

Nesse sentido, vemos que o debate atual está sendo marcado por um resgate parcial dos desenvolvimentos teóricos da década de 1960 e 70. Centrado na controvérsia entre Marini e Cardoso, os dependentistas de hoje têm deixado de lado os trabalhos teóricos deste último em nome de uma crítica ideológica que deveria ser direcionada às políticas do governo FHC.

Enquanto isso, a obra de Marini tem sido a única resgatada nesse retorno à teoria da dependência. Suas elaborações têm sido difundidas, como diria Feijóo (1997), mais pela paixão dos seus receptores do que pela verdade *per se* que nelas se podem encontrar. É preciso destacar atitudes como as de Marisa Silva Amaral e Marcelo Carcanholo, que demonstram uma postura mais crítica ao indicar algumas insuficiências nas elaborações originais do autor.

Contudo, é preciso ir além, pois os equívocos de Marini remontam aos aspectos fundamentais de seu pensamento. Sua teoria, como indicado por seus críticos, é confusa e carece de comprovação factual. A categoria da superexploração, fundamento último de sua teoria, não pode ser absolvida sem uma crítica teórica radical e um estudo de sua incidência nas economias periféricas.

Além disso, é preciso resgatar a teoria da dependência na vertente dada por outros autores além de Marini. Como pudemos ver²⁵⁰, autores como Theotonio dos Santos, Samir Amin e Ernest Mandel, entre outros, conseguiram construir uma estrutura de análise muito mais coerente com a dialética marxista, sem as falhas da troca desigual ou da centralidade da superexploração presentes nos escritos de Marini.

A despeito das dificuldades que encontramos nos textos mais difundidos da atualidade sobre a dependência, vemos que existem contribuições significativas para o avanço da consolidação dessa teoria. É o caso, por exemplo, das elaborações de Amaral, que buscam atualizar esse paradigma frente às recentes transformações do capitalismo, da qual se destaca a crescente participação da esfera financeira como fonte autônoma de valorização do capital.

Assim, a partir de uma análise do debate contemporâneo, vemos que os estudos sobre o mercado mundial precisam contar com um conjunto de elaborações teóricas que consigam ao mesmo tempo: indicar as dinâmicas econômicas das relações de dependência; resgatar o papel da luta de classes na transformação das sociedades dependentes; e incluir as determinações mais atuais do capitalismo contemporâneo, tanto com relação à financeirização quanto com relação à propriedade intelectual. A essa tarefa que nos dedicaremos no próximo capítulo.

²⁵⁰ Cf. capítulo 2.

4 CATEGORIAS ABSTRATAS PARA UMA ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA

La división internacional del trabajo consiste en que unos países se especializan en ganar y otros en perder. Nuestra comarca del mundo, que hoy llamamos América Latina, fue precoz: se especializó en perder desde los remotos tiempos en que los europeos del Renacimiento se abalanzaron a través del mar y le hundieron los dientes en la garganta [...]²⁵¹.

Eduardo Galeano, 1971.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar uma contribuição à construção de um arcabouço metodológico para a análise do mercado mundial. Iniciaremos essa tarefa tratando de nossa compreensão sobre o que consiste esse objeto de pesquisa.

O mercado mundial é o todo concreto sempre presente como pressuposto para o pesquisador das ciências sociais, é a totalidade das relações econômicas estabelecidas entre todos os indivíduos vivos. Por um lado, como intercâmbio universal entre todos os povos, ele é o elemento fundante da sociedade humana universal. Por outro, como expressão do todo concreto, o mercado mundial é a união aparentemente caótica de todos os elementos contraditórios presentes nas relações sociais de produção e distribuição. Síntese de múltiplas determinações, o mercado mundial é a máxima unidade do diverso.

Nosso objeto de estudo é, então, uma unidade, mas uma unidade divisível em outros elementos contraditórios e que se relacionam. Desse modo, o que devemos analisar são as relações entre as partes constituintes do mercado mundial, e como cada uma delas se relaciona com o todo²⁵². Isso nos leva a duas questões: primeiro, quais são essas partes; e, segundo, como analisar a relação entre elas?

Inicialmente, a resposta para primeira questão parece óbvia: o mercado mundial, como união das relações comerciais entre todas as nações, é constituído por todos os países do mundo. O “país” seria, então, nossa unidade básica de análise. Entretanto, uma nação não é mais do que uma abstração que não carrega em si as propriedades necessárias para ser considerado como elemento indivisível do mercado mundial, isto é, ela também pode ser dividida em partes que apresentarão os mesmos comportamentos, as mesmas relações, que se observam na análise de um nível mais agregado.

²⁵¹ “A divisão internacional do trabalho consiste em que uns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa região do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento lançaram-se através do mar e lhe cravaram os dentes na garganta [...]”.

²⁵² Afinal, como indica Corazza (1996, p. 36): “[...] as determinações recíprocas entre o todo e as partes constituem a essência do [...] método dialético [de Marx] [...]”.

O átomo de nossa análise consiste na união mínima de todos os elementos contraditórios necessários para caracterizar um sistema econômico. No mundo contemporâneo, isso significa uma *região espacial* que contém dentro de si a união mínima entre trabalho e capital, formando um sistema capitalista parcial²⁵³.

Claro que podemos determinar o nível de agregação de nossa análise como melhor convir aos objetivos específicos de cada estudo. Um pesquisador pode restringir sua análise à determinada região do globo, buscando compreender as relações que se desenvolvem entre as partes constituintes de um único país, por exemplo. Ou então, pode estudar a relação existente entre dois agrupamentos distantes, que aparecem contrapostos como elementos contraditórios, tais como, por exemplo, dois países distintos. Mas o nível máximo de agregação, aquele que revelará as leis tendenciais do modo capitalista de produção em escala global, será sempre o conjunto de todas as relações econômicas, a totalidade do mercado mundial.

O estudo do mercado mundial é, portanto, o estudo das relações econômicas que se desenvolvem espacialmente entre agrupamentos que constituem modos de produção capitalista. Em outras palavras, é a adição da dimensão espacial ao estudo do capital. Isso nos leva a nossa segunda questão: como analisar as relações existentes entre as partes constituintes do mercado mundial?

Ao analisar as relações entre diferentes regiões do mercado mundial, parece adequado começarmos pela mensuração de seu produto anual, diferenciando-o entre tudo que é produzido internamente (Produto Interno Bruto) e aquilo que foi gerado pelos fatores de produção nacionais (Produto Nacional Bruto). Em seguida, voltar-nos-íamos para o comércio exterior, para a divisão internacional do trabalho – separando o mercado mundial entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas por meio da análise de seu produto per capita –, e para o comportamento dos preços das mercadorias produzidas por cada sociedade, a partir da qual derivaríamos a dinâmica econômica interna.

Parece correto começarmos pelo real e pelo concreto, que nesse caso se apresenta para nós como a produção anual de cada sociedade. “[...] Considerando de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso [...]” (MARX, 2011, p. 54). A produção anual, seja ela considerada em sua dimensão interna ou nacional, é apenas uma abstração, uma representação caótica do todo que deixa de fora, por exemplo, a distinção fundamental entre trabalho produtivo e improdutivo, entre setores que produzem riqueza e aqueles que se apropriam do

²⁵³ Afinal, todo sistema capitalista menor que o mercado mundial é um sistema parcial.

valor gerado alhures. Se iniciarmos por esse caminho, chegaremos a resultados mistificados, por vezes contrários ao movimento do real.

Para dotar de sentido o todo caótico (mundo concreto) com o qual nos deparamos ao analisar o mercado mundial, é preciso, antes, partir de pressupostos reais²⁵⁴, do concreto imediatamente representado (mundo sensível), para construirmos conceitos analiticamente mais simples, categorias abstratas (mundo suprassensível) capazes de esclarecer cada uma de suas múltiplas determinações. Em seguida, é preciso realizar a “viagem de retorno”, partir das categorias abstratas para retornar à realidade concreta, reproduzindo-a no pensamento (mundo concreto reproduzido no pensamento, ou, “mundo concreto” pensado)²⁵⁵, de modo a evidenciar seus movimentos e suas leis tendenciais²⁵⁶. Esse segundo caminho, essa viagem de retorno, “[...] é manifestamente o método cientificamente correto [...]” (MARX, 2011, p. 54).

Portanto, a análise do mercado mundial deve ser pautada por um conjunto de categorias abstratas articuladas hierarquicamente, criadas a partir de pressupostos reais e capazes de desmistificar, por meio da constatação empírica, as leis de seu desenvolvimento²⁵⁷. O que pretendemos construir aqui são justamente essas categorias abstratas, a partir das quais o pesquisador poderá interpretar o caso concreto de cada parte constituinte do mercado mundial, analisando sua relação com o todo, e permitindo-o divisar os caminhos para a transformação do atual modo de produção.

Contudo, por quais categorias deveríamos começar? Será que o conhecimento deve ser construído partindo do que há de mais simples e indo ao mais complexo? É certo que os

²⁵⁴ “Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86–87).

²⁵⁵ “[...] O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível [...]” (MARX, 2011, p. 55).

²⁵⁶ “Trata-se, portanto, de descobrir a lei econômica dos fenômenos e, mais, a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, ou seja, a transição de uma forma de relações econômicas para outra, pois o desenvolvimento da sociedade é visto como um processo histórico, dirigido por leis que se sobrepõem e determinam a vontade, consciência e intenção dos homens [...]” (CORAZZA, 1996, p. 37)

²⁵⁷ Lembra-nos Corazza (1996, p. 38): “[...] a abstração é apenas um meio, não o fim do conhecimento. O conhecimento concreto da realidade só é possível se as partes, abstraídas do todo pelo pensamento, forem rearticuladas ao todo concreto”. O concreto é o objeto do materialismo dialético. Dessa forma, ele aparece, ao mesmo tempo, como ponto de partida e de chegada na construção do conhecimento. Por um lado, isso significa que as categorias abstratas devem ser construídas a partir das observações do mundo real, e não como desdobramentos de conceitos (de outras categorias abstratas) que existem apenas no pensamento. Por outro lado, significa também que essas mesmas categorias devem ser utilizadas para explicar algo real, para observar o mundo concreto. Se uma categoria abstrata não pode ser observada empiricamente, não é possível saber se ela representa um fenômeno real ou se é algo puramente imaginário, que existe apenas na cabeça do pesquisador. Tomemos o exemplo da categoria “mais-valor”. Sua construção resultou das observações empíricas sobre o ciclo do capital e da constatação de que a contratação da mão de obra é o elemento fundante do lucro capitalista. Mas, além disso, ela precisa ser um elemento verificável, ou seja, deve ser possível observar como a jornada de um trabalhador se divide entre trabalho necessário e mais trabalho, mesmo quando a remuneração do trabalhador assume formas mais mistificadas como o salário por peça ou salário por tempo.

conceitos abstratos se diferenciam conforme seus níveis de complexidade. Mas, por vezes, uma categoria mais complexa encontra-se subordinada a outra menos desenvolvida, de modo que a última só poderia ser plenamente compreendida após um detalhamento da primeira. Nesse sentido, nos esclarece Corazza (1996, p. 42):

[...] Isto implica que a ordenação lógica das categorias, isto é, seu grau de importância, sua hierarquia e subordinação, não necessariamente devam obedecer à ordem de seu aparecimento histórico. O lógico é a disposição das categorias, não segundo sua história, mas segundo a lógica de seu desenvolvimento.

Para não correr o risco de deixar de fora relações determinantes para a compreensão dos fenômenos analisados, a pesquisa deve começar pela categoria mais elementar para explicar o modo de produção capitalista, e seguir uma hierarquia determinada pela forma como elas se estruturam no interior da moderna sociedade burguesa.

Assim, podemos partir dos elementos abstratos já trabalhados por outros autores, articulando-os em um único corpo teórico conforme o espaço que ocupam na explicação da sociedade contemporânea. Iniciamos, assim, pelo trabalho, elemento fundamental presente em todas as formas de sociedade; acrescentamos as determinações presentes na sociedade burguesa e que a fundamentam: capital e trabalho assalariado, concorrência intra e intersetorial, propriedade fundiária, formas autonomizadas do capital, *etc.*; chegamos, por fim, às relações internacionais de produção e ao mercado mundial: as relações de dependência, o comércio exterior e a divisão internacional do trabalho.

Agregando todos esses elementos apresentados, a “dependência” aparece com a categoria abstrata mais complexa e que servirá de base para tratarmos das relações econômicas no mercado mundial, motivo pelo qual será alvo de desenvolvimento no decorrer desse capítulo. Como exposto nos capítulos anteriores, a “dependência” foi profundamente desenvolvida por vários autores marxistas. Para fundamentar nossa exposição, resgataremos mais uma vez as definições apresentadas pelos seus teóricos mais consagrados.

Iniciemos por Marini (1981, p. 18), que aponta a dependência como: “[...] *una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia [...]*”²⁵⁸. A “subordinação”, que consiste na capacidade das classes hegemônicas das regiões dominantes de transformarem a

²⁵⁸ “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência [...]”.

realidade econômica interna das regiões dominadas, aparece aqui como elemento central da dependência, em uma lógica que se reforça, ou seja, que gera a “reprodução ampliada” da mesma.

Por sua vez, Cardoso e Faletto, com a preocupação que lhes é característica, buscam evidenciar a importância da luta de classes em situações de dependência. Afirmam: “[...] a dependência [é] um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação com o exterior” (CARDOSO; FALETTI, 1970, p. 31). Esses autores apontam a importância de se observar que a situação de dependência é perpetuada e reproduzida por uma estrutura (econômica e social) que só se sustenta em razão das alianças estabelecidas entre as classes dominantes. Em outras palavras, que a análise da “subordinação econômica” se completa com a análise da “subordinação política”.

Tais definições são reveladoras: a dependência é uma forma de relação entre regiões na qual uma se apresenta como dominante e outra como subordinada/dependente. Isto é, mesmo que uma determinada nação tenha conquistado formalmente sua independência política, ela pode ser controlada por uma potência estrangeira pela via econômica. No entanto, essas definições deixam importantes elementos de fora da análise.

A conceituação mais completa sobre a categoria “dependência” foi apresentada por Theotonio dos Santos, que afirma:

La dependencia es una situación en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida. La relación de interdependencia entre dos o más economías, y entre estas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros países (los dependientes) solo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo inmediato. De cualquier forma, la situación de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa en retraso y bajo la explotación de los países dominantes²⁵⁹ (SANTOS, 2011, p. 361).

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que Santos deposita maior ênfase no caráter condicionante da “dependência”, ou seja, na influência das relações entre nações de delimitar as possibilidades de transformação da realidade interna dos países dominados – característica

²⁵⁹ “A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e se autoimpulsionar, enquanto que outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes”.

similar ao que Marini chamou de “subordinação”. Não obstante, é preciso observar também que a definição de Santos apresenta ainda, além da “subordinação”, outros dois elementos.

Como uma segunda relação integrante desse fenômeno, ao afirmar que na dependência uma nação vê sua expansão “vinculada” ao desenvolvimento e expansão de outra, o autor evidencia que essa dominação aparece, por vezes, como uma benesse para a própria nação dependente. Ou seja, a dependência é uma relação que não só limita o desenvolvimento da região dominada, mas que se mostra como o caminho pelo qual essa mesma região pode encontrar um positivo desenvolvimento “imediato”.

Em terceiro lugar, Santos observa que o fim último da relação de dominação/dependência repousa na constituição de uma relação de “exploração” entre países. Contudo, é preciso esclarecer que o autor não recai no equívoco de substituir a categoria de “classes” pela de “nações”²⁶⁰. Toda a análise que faz sobre esse processo de exploração a que alude deixa claro que se trata, para Santos, de uma apropriação, pelas classes hegemônicas das nações dominantes, do mais-valor gerado pelos trabalhadores da periferia, uma transferência de valor via mercado mundial que não deixa de favorecer também as classes hegemônicas das próprias regiões dependentes.

Desse modo, compreendemos a dependência como uma forma de relação que se estabelece entre distintas unidades espaciais do modo de produção capitalista e que se constitui na síntese de três relações: a *apropriação de mais-valor* através do mercado mundial, a *subordinação* entre localidades formalmente independentes e a *vinculação* do crescimento e desenvolvimento econômicos de diferentes regiões. O presente capítulo apresenta uma proposta para a análise de cada uma dessas três dimensões da dependência, com a preocupação de discutir não só como essas categorias podem ser pensadas teoricamente, mas como o pesquisador poderá, a partir delas, realizar o retorno ao concreto em futuras pesquisas sobre a dependência.

Além das três seções que detalham o conteúdo de cada uma dessas categorias, complementamos a exposição com mais duas. Na quarta seção, discutiremos o modo como pode ser investigada a existência ou não de formas de exploração características de situações de dependência, com o intuito de evidenciar que a análise concreta deve servir de guia para as conclusões alcançadas pelo pesquisador. Por fim, na quinta seção apresentaremos breves considerações sobre a proposta levantada, indicando elementos que devem ser alvo de desenvolvimentos futuros.

²⁶⁰ Não incorrendo no equívoco apontado por Weffort (1971).

4.1 APROPRIAÇÃO DE MAIS-VALOR

A apropriação de mais-valor através do mercado mundial é o elemento que dá sentido à relação de dependência. Reconhecer que algumas regiões transferem gratuitamente parcela do valor que produzem para outra é necessário para compreender o papel funcional que a dependência exerce para aqueles que ocupam a posição de dominantes: o de contrariar a lei tendencial da queda da taxa de lucro.

Do contrário, a dependência seria compreendida como um “subdesenvolvimento” e acabaria por se resumir a um desvio no processo de desenvolvimento capitalista que legaria a algumas localidades uma lógica de acumulação sub-ótimas. Um mero acaso que poderia ser resolvido com a boa-vontade dos grupos dirigentes em aplicar um conjunto de políticas econômicas e de reformas estruturais.

Todavia, antes de adentrarmos nos detalhes desse fenômeno, é preciso deixar claro, mais uma vez, que essa transferência de valor não alude a uma exploração entre países, embora por vezes apareça como tal. O fato desse valor que se transfere ser produzido pela classe trabalhadora das regiões exploradas e sempre apropriada pelos capitalistas das regiões dominantes evidencia que estamos diante de um fenômeno de exploração entre classes, mas classes que se encontram separadas uma da outra pela distância do mercado mundial.

A mistificação da exploração no mercado mundial, que a faz aparecer como exploração entre países, cumpre um papel significativo para a luta de classes e, portanto, para a lógica de acumulação. Ela leva o proletariado da nação dependente a reivindicar o monopólio de sua própria exploração para sua classe capitalista nacional, transformando a luta entre capital e trabalho em um conflito hipotético entre o capital internacional e nacional – este último considerado elevado a uma condição de benfeitor, ao qual se imputa preocupações relacionadas com o bem-estar e justiça social.

Entretanto, do mesmo modo que o capitalista não se importa com a nacionalidade da força de trabalho a que explora, para o trabalhador tanto faz se o capitalista ao qual se subjugava é seu conterrâneo ou um estrangeiro. A oposição artificial entre nações se fundamenta em um discurso que acaba por opor classes homônimas de diferentes localidades. Vejamos.

Primeiro, o fato de se tratar de um excedente que seria apropriado pela classe capitalista local caso não fosse transferido para o exterior traz a noção de que existiria uma espécie de “exploração entre capitalistas”, no sentido que o ganho de uns estaria condicionado pela perda de outras. Contudo, devemos observar que os interesses entre esses dois grupos são

antes complementares do que contraditórios²⁶¹, afinal, essa transferência de valor resulta de um estímulo, proveniente do exterior, à acumulação capitalista. E, ainda, em muitas das formas que veremos a seguir, uma parcela do mais-valor gerado com a aplicação do capital de origem estrangeira é normalmente absorvida por grupos da própria região explorada.

Segundo, a distinção entre o padrão de vida da classe trabalhadora de diferentes regiões pode levar à ideia de que a situação mais favorável de uns está baseada em uma exploração mais elevada de outros – indicando uma espécie de exploração entre trabalhadores de diferentes países²⁶². Esse é um perigoso equívoco que tem por resultado a segmentação da luta do proletariado mundial. Como veremos mais adiante²⁶³, a classe trabalhadora é explorada em todas as regiões, isto é, recebe como remuneração uma magnitude de valor inferior à extensão normal da jornada de trabalho, e a distinção entre as taxas de exploração de diferentes regiões deve ser buscada não na relação de dependência, mas no grau de organização classes trabalhadora de cada localidade – este sim influenciada pelo grau de acumulação do capital e pelo exército industrial de reserva.

Por fim, notemos que não seria possível haver essa transferência de valor entre regiões se não houvesse exploração de classes dentro de cada região. Além de corroborar a interpretação de que ela se pauta pela exploração entre capital e trabalho, tal visão deixa claro, inclusive, que essa transferência resulta de formas já conhecidas de exploração e apropriação de mais-valor, mas aplicadas espacialmente no mercado mundial. E quais seriam esses mecanismos de exploração e apropriação?

Como indicamos anteriormente²⁶⁴, Santos (2011, cap. 17) aponta, em seus estudos sobre a dependência, quatro fontes distintas para o mais-valor que se direciona ao exterior: 1) a exploração direta da força de trabalho internacional; 2) os monopólios internacionais que fundam uma “troca desigual”; 3) os serviços relacionados com custos de circulação e com a venda de conhecimento; e 4) o pagamento de juros resultante das “ajudas” internacionais – dos empréstimos destinados a equilibrar o balanço de pagamento das nações dependentes.

A contribuição de Santos sobre a forma de se compreender essa transferência de mais-valor precisa ser, ao mesmo tempo, aprofundada, complementada e atualizada. Aprofundada pois esse autor pouco desenvolve com relação ao método de observação empírica de cada categoria; complementada pois apresenta uma leitura parcial de alguns fenômenos – como é o caso, por exemplo, de sua visão sobre a “troca desigual”, que deixa de fora elementos

²⁶¹ Tal como indicam Santos (2011) e Cardoso e Faletto (1970).

²⁶² Como é o caso, por exemplo, de Emmanuel (1973).

²⁶³ Cf. seção 4.4, p. 256 *et seq.*

²⁶⁴ Cf. seção 2.3.3, p. 67 *et seq.*

significativos relacionados com a distinção entre o tempo de trabalho concreto dispendido na produção de uma mercadoria e a grandeza do valor que se obtém com sua venda²⁶⁵ –; e atualizada pois os fenômenos por ele apontados sofreram transformações significativas nos últimos trinta anos – como é o caso da produção de conhecimento e da venda de patentes²⁶⁶. Vejamos, a seguir, cada uma dessas categorias com mais detalhes.

4.1.1 Extração direta de mais-valor por capital estrangeiro

A forma mais elementar de transferência de trabalho não pago entre nações capitalistas – e, por isso, a primeira que abordaremos – deriva da relação básica desse modo de produção: a exploração do trabalho pelo capital. Em termos gerais, pode-se dizer que resulta do desmembramento espacial do processo de valorização do capital, $D - M - D'$, tal como pode ser expresso pelo circuito 4.1:

$$\overset{A}{\tilde{D}} \rightarrow D - M \underbrace{\left\{ \begin{array}{c} FT \\ MP \end{array} \right\} \dots P \dots M' - D' \left\{ \begin{array}{c} D \\ \Delta D \end{array} \right\}}_B \rightarrow \overset{A}{\tilde{D}'} \quad (4.1)$$

Aqui, o processo de acumulação capitalista é executado por inteiro no interior de um país “hospedeiro” (B), mas com recursos provenientes de um país “emissor” (A). Nessas circunstâncias, o primeiro passo do processo de acumulação ($D \rightarrow D$) não denota troca, transferência de propriedade e nem tampouco consiste em etapa da reprodução do capital. Significa apenas o deslocamento espacial do montante de dinheiro de um país para o outro, operação que representa a aproximação com certo mercado, transposição de barreiras alfandegárias, metamorfose da nacionalidade da moeda, *etc.* Não implica dispêndio necessário de trabalho, uma vez que pode ser realizado por simples registro contábil da informação sobre um débito em determinado banco contra um crédito em outro alhures.

Após o deslocamento espacial de uma magnitude de valor para o país hospedeiro, ele passa a funcionar efetivamente como capital, realizando todo o movimento $D - M - D'$. Na primeira etapa desse processo ($D - M$), o capital-dinheiro passa para as mãos dos residentes

²⁶⁵ Tais elementos foram um pouco mais trabalhados por Cooney (2004), em sua contribuição para o debate sobre a mensuração empírica da transferência de valor através do mercado mundial, a partir do debate sobre a troca desigual que se desenvolveu entre Emmanuel, Amin e Mandel.

²⁶⁶ Esse aspecto específico tem sido alvo de várias contribuições no âmbito teórico do marxismo, contribuições que tomaremos aqui como base. Cf. Teixeira (2009), Paulani (2012b) e Moura (2014, 2015).

dessa região, os quais cedem em troca tanto os meios de produção quanto a força de trabalho nas quantidades e qualidades requeridas para a realização do processo produtivo. Portanto, um pressuposto para que ocorra a internacionalização do capital produtivo é a existência das pré-condições do modo de produção capitalista no país de destino do investimento.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, isso implica dizer, primeiramente, que a força de trabalho esteja disponível na forma de mercadoria, ou seja, que os trabalhadores sejam livres (proprietários de suas próprias forças de trabalho e não-proprietários dos meios de produção) e dispostos ao trabalho. Além disso, é preciso que haja trabalhadores na quantidade e com as qualificações necessárias para a realização do consumo produtivo dos meios de produção, de modo que não é possível internacionalizar um processo produtivo que requer trabalho complexo em grau mais elevado do que o existente no país hospedeiro²⁶⁷. Com relação ao mercado de meios de produção, é necessário que essas mercadorias já tenham sido produzidas em período anterior ao início do processo de valorização, de modo que um capital estrangeiro só pode se instalar em um país no qual já se poderia iniciar o mesmo ciclo de acumulação.

Após a transformação do capital dinheiro em capital produtivo nas proporções adequadas, inicia-se o processo de produção (P), que se executa seguindo os costumes e as leis locais, já que a forma da relação que se estabelece entre capital e trabalho é condicionada pelo país hospedeiro. A duração normal da jornada de trabalho, seu grau de intensidade e a remuneração dos trabalhadores são estabelecidos conforme as vicissitudes do mercado local, de forma que o capital estrangeiro valoriza-se por uma taxa de exploração potencialmente distinta do seu país de origem. Além disso, o modo como se consomem os meios de produção, assim como a forma de eliminação de seus resíduos, também são determinadas por regras que podem diferir das existentes no país de origem, fazendo antever uma potencial redução de custos por meio da redução do volume de capital constante.

O resultado do processo produtivo, que é ao mesmo tempo processo de trabalho e processo de valorização, é um capital-mercadoria (M') que se diferencia da massa de valor do capital produtivo não apenas por ser valor de uso distinto, mas por conter uma quantidade maior de trabalho. Para realizar esse mais-valor, no entanto, é preciso lançar novamente essa mercadoria no mercado. Se tal mercadoria encontra compradores no país em que é confeccionada, tanto melhor, mas se há necessidade de buscar mercados longínquos, basta

²⁶⁷ Ao menos, é claro, que a nação hospedeira também receba parcela da força de trabalho vinda do exterior.

somar-se a seu valor final o trabalho dispendido em seu transporte, e em nada se altera a questão.

Após a venda, o capitalista estrangeiro possui D' , capital dinheiro. Retorna para o mesmo ponto em que estava no início do ciclo de acumulação, mas com duas diferenças: em primeiro lugar, seu dinheiro não é apenas capital em potencial, mas um capital que já se realizou, um valor que se valorizou, valor e mais-valor; em segundo lugar, esse capital encontra-se, ainda, em solo estranho a seu país de origem, embora continue como propriedade de seu possuidor.

Resta, portanto, um passo final: o deslocamento desse resultado para o país de origem ($D' \rightarrow D'$). Esse retorno é realizado nos mesmos termos da fase inicial: sem a intermediação necessária do trabalho, por meio de um mero registro contábil. O que se observa com a conclusão do processo é que o país hospedeiro permanece com a mesma magnitude de valor com a qual o iniciou. Os antigos proprietários dos meios de produção e da força de trabalho possuem agora uma quantidade de dinheiro equivalente às mercadorias que venderam para o capitalista estrangeiro. Do mesmo modo, aqueles que compraram os produtos resultantes do processo de produção também deram em troca dinheiro na mesma magnitude do valor das mercadorias adquiridas. *No território que hospeda o processo de produção não há acréscimo ou redução de riqueza.*

Por outro lado, o país estrangeiro (na figura do capitalista ali radicado) recebe, além do que lançou no processo de valorização, um mais-valor. Mas, de onde provém esse valor excedente? Consiste na parcela não paga do trabalho executado pelos trabalhadores do país hospedeiro, com meios de produção que já existiam naquele país. Mesmo sem a intervenção do capital estrangeiro, os trabalhadores poderiam ter utilizado os meios de produção e gerado um valor excedente que permaneceria em seu país. Portanto, mesmo não tendo se tornado mais pobre, a nação que recebe o investimento estrangeiro deixa de se tornar mais rica. Essa forma de produção é uma relação social que mistifica o fato de que o país estrangeiro se apropria de um excedente sem ceder nada em troca, pois o dinheiro que cedeu no início do processo recupera todo ao final, e ainda acrescido de mais-valor²⁶⁸.

Tal como expusemos, o processo $D \rightarrow D - M - D' \rightarrow D'$ expressa a exploração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro em sua forma mais elementar. No entanto, em sua

²⁶⁸ Do mesmo modo que a relação de produção capitalista mistifica o fato de que o proprietário enriquece à custa do trabalhador. No entanto, enquanto o trabalhador não pode sozinho produzir, pois lhe faltam os meios de produção, o mesmo não pode se dizer do processo visto do ponto da nação – onde existem tanto os trabalhadores quanto os meios de produção.

manifestação concreta, pode ocorrer com inúmeras diferenciações, dentre as quais podemos destacar:

A) o deslocamento inicial que indicamos ocorrer exclusivamente na forma de capital dinheiro (D), pode transcorrer também por meio de uma combinação deste com a forma capital produtivo (M), caso no qual uma parcela da metamorfose $D - M$ se daria em solo do próprio país de origem;

B) Ao realizar a metamorfose $D - M$ no país hospedeiro, uma parcela do capital dinheiro pode ser trocado por força de trabalho e meios de produção importados de outras regiões do mundo, por não existirem no mercado local;

Nessas duas situações (A e B), é preciso observar que a parcela importada do capital produtivo, por mais que não existisse no país hospedeiro, poderia ser ali adquirida através do comércio internacional. No entanto, para que essa sociedade tente iniciar esse processo de valorização sem contar com o capital estrangeiro, haveria também que possuir, além dos meios de produção nacionais, uma quantia de valor na forma de equivalente universal para que fosse trocada no mercado internacional. De todo modo, ambas as situações evidenciam a possibilidade de que a grandeza do valor envolvida no processo de valorização seja mais elevada do que aquela existente de antemão no país hospedeiro, cenário no qual as condições para o início desse ciclo não estariam plenamente dadas nessa nação.

C) O capitalista estrangeiro pode vender as mercadorias resultantes do processo de produção em outros mercados que não o do país hospedeiro – inclusive no mercado do próprio país de origem do capital, situação na qual fica ainda mais evidente que o capital se desloca para se aproveitar de taxas de exploração mais favoráveis ou de reduções de custos (*i.e.*, redução do capital constante) derivadas de exigências mais flexíveis da legislação;

D) Após o fim de um ciclo de acumulação, o que o capitalista do país estrangeiro fará com o capital que lhe retornou? Poderá, por exemplo, lançá-lo em circulação novamente em seu país de origem. No entanto, as condições que o impeliram a buscar outros mercados provavelmente o levarão a internacionalizar seu capital novamente²⁶⁹. Assim, desloca mais uma vez o dinheiro para o país hospedeiro ($D \rightarrow D$), e inicia novamente o processo de valorização. A repetição contínua desse ciclo de acumulação leva o capitalista a manter constantemente nesse país o montante de valor D a funcionar como capital, sendo que só precisa repatriar a parcela do valor excedente que se gera. Ao final de cada ciclo, ao invés de

²⁶⁹ Além de que um elevado coeficiente de capital fixo dificultaria a própria retirada de todo o capital do país hospedeiro.

se observar o deslocamento do valor velho acrescido de valor novo ($D' \rightarrow D'$), observa-se apenas um fluxo de mais-valor ($\Delta D \rightarrow \Delta D$).

Há, portanto, dois tipos de fluxos entre os países envolvidos no processo. Em um primeiro momento, há um fluxo de capital que se transfere do país estrangeiro para o país hospedeiro para dar início ao processo de acumulação. Em um segundo momento, então, há fluxos de lucro consecutivos ao final de cada ciclo de valorização, fluxos que consistem de mais-valor, trabalho não pago e realizado pelos trabalhadores do país hospedeiro. São esses dois fenômenos que podem ser observados concretamente.

E) Parcela do mais-valor gerado no país hospedeiro pode ser retida nessa região na forma de impostos, royalties sobre exploração de recursos naturais, renda diferencial e absoluta derivada da propriedade da terra, *etc.* A proporção na qual o mais-valor se divide entre lucro e outras formas de apropriação, tais como as sugeridas aqui, depende da disputa entre os capitalistas estrangeiros e os demais setores da sociedade. De todo modo, nessa situação tanto a nação exportadora quanto a hospedeira observam, ao fim do processo de acumulação, uma ampliação da riqueza total. Contudo, é preciso observar que a parcela retida no país no qual se realiza o processo de valorização será apropriada por certo grupo ou classe conforme as condições determinadas pela luta de classes em seu interior.

Todas essas cinco variações do processo $D \rightarrow D - M - D' \rightarrow D'$ em nada alteram o cerne desse fenômeno: o fato do mais-valor dos trabalhadores da nação hospedeira ser extraído por capital pertencente a não residentes.

Resta-nos, ainda, indagar sobre o motivo que leva o capital a se deslocar para outro mercado. Para o capitalista individual, o processo de valorização resume-se em $D - D'$, não importando o caminho que o valor percorre entre esses dois pontos. A única coisa que lhe interessa é a proporção em que D' se diferencia de D , ou seja, a taxa de lucro. Se não lançasse seu capital em país estrangeiro, daria início a um ciclo de acumulação em seu próprio país, de modo que o que ganha de fato com a internacionalização do processo produtivo é a diferença entre a taxa de lucro obtida em seu país e a que se obtém no exterior. Assim, todos os elementos que concorrem para aumentar a massa de mais-valor e/ou reduzir o capital necessário são fontes de ampliação da taxa de lucro e, portanto, motivos para a busca de novos sítios produtivos. Enumeremos:

1) Ampliação da taxa de exploração. Como indicamos anteriormente, o modo como se dá a relação entre capital e trabalho está relacionado com os costumes locais de onde se realiza a produção. O valor da força de trabalho de um mesmo grau de complexidade pode variar conforme cada sociedade devido a fatores históricos e morais. Por exemplo, enquanto a

principal fonte de proteína na dieta da população dos Estados Unidos é de origem animal (65%), na China ela é primordialmente vegetal (61%), de modo que a reprodução de um indivíduo estadunidense consome mais horas de trabalho do que um chinês que mantenha o mesmo nível de consumo²⁷⁰. A utilização de força de trabalho de menor valor apresenta um duplo impacto na taxa de lucro: reduz a quantidade do capital variável (e, portanto, do capital total) necessário para pôr em marcha o processo de valorização; e ainda amplia a quantidade de trabalho não pago que será absorvida pelo capitalista.

Além disso, a própria duração e intensidade da jornada são determinadas também por fatores de mesma natureza. Por exemplo, enquanto na França o limite para a jornada de trabalho semanal é de 35 horas, os trabalhadores industriais de países como Peru, Paraguai, El Salvador, Turquia, Costa Rica e Singapura trabalham usualmente mais de 50 horas por semana²⁷¹. Maior jornada de trabalho implica maior tempo de trabalho não pago e, portanto, maior taxa de lucro.

A luta de classes tem papel fundamental na determinação desses dois elementos. Os capitalistas sempre pressionam no sentido de reduzir o valor da força de trabalho e ampliar a duração da jornada, e o grau com que os trabalhadores conseguem resistir a essa pressão – e até mesmo inverter esse processo – varia de região para região. Uma característica fundamental para que o capital possa se aproveitar da melhor forma possível de elevadas taxas de exploração diz respeito à dimensão física das mercadorias produzidas em contraposição a seu valor²⁷². Por esse motivo, é comum observar esse tipo de descentralização nas indústrias de maior coeficiente tecnológico e cuja dimensão física de seus produtos é reduzida, tal como a fabricação de componentes eletrônicos.

Um exemplo característico desse processo pode ser observado na cadeia de suprimentos controlada pela bilionária empresa estadunidense de tecnologia Apple Inc. Cerca de 90% dos componentes do seu principal produto, o aparelho celular iPhone, é produzido em países estrangeiros. Muitos de seus fornecedores são, na realidade, empresas conterrâneas e tecnológico-intensivas, que mantêm instalações produtivas em países onde custo da mão de obra é baixo e a jornada de trabalho é elevada. Esses são os casos, por exemplo, da Cirrus Logic Inc., fornecedora de componentes de áudio para o iPhone, que possui instalações na China; da TriQuint Semiconductors, responsável pelo fornecimento de parte dos módulos de

²⁷⁰ Dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2015).

²⁷¹ Dados da Organização Internacional do Trabalho (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2015).

²⁷² Afinal, quanto menor o volume e o peso de uma mercadoria, menos custoso é seu transporte para o mercado onde será vendida.

transmissão, com fábricas na Costa Rica; da produtora do Gorilla Glass, vidro altamente resistente que reveste esse aparelho celular, a Corning Inc., atuando em Taiwan; e da Broadcom Corporation, que fornece o controlador da tela sensível ao toque, presente na China, Taiwan, Singapura e Malásia.

Além desses, podemos destacar os seguintes fornecedores da Apple Inc. de origem estadunidense com instalações no estrangeiro: Texas Instruments Inc., presente na Malásia, Filipinas, México; Fairchild Semiconductor International, Inc., com fábricas na China, Malásia, Filipinas; Maxim Integrated Products, Inc., na Tailândia, Filipinas; Skyworks Solutions, Inc., com instalações no México; entre tantas outras. Uma característica de seus produtos semiacabados é que, a despeito do elevado custo dispendido em pesquisa e desenvolvimento, seus processos produtivos necessitam de elevada composição orgânica do capital, mas de mão de obra com baixa qualificação. E ainda, as dimensões dos componentes tornam seu transporte rentável diante dos ganhos com as elevadas taxas de exploração.

2) Redução do capital constante. O processo de produção também está sujeito a determinações sociais que se modificam conforme a localidade. Por exemplo, em determinada sociedade, é aceito que o processo produtivo gere resíduos que são considerados inaceitáveis em outras regiões. Para manter a produção em países que apresentam elevadas exigências ambientais, é preciso dispêndio adicional de capital em comparação com nações onde há legislação mais flexível. Essa redução de capital constante que se observa ao deslocar o processo produtivo para essas regiões colabora para ampliar a taxa de lucro mesmo se mantendo constante a massa de mais-valor gerada.

Podemos recorrer novamente ao exemplo da cadeia produtiva do iPhone para demonstrar como esse ponto é importante para a elevação da taxa de lucro. Devido ao grau de mobilização da classe trabalhadora, a Apple “expressa grande preocupação com a saúde de seus funcionários” localizados nos Estados Unidos da América. Entretanto, não aplica a mesma política com aqueles que se localizam em outras nações, sobretudo na China. Nessas localidades, a empresa utiliza uma ampla gama de produtos químicos nocivos para a saúde dos trabalhadores, tais como o cancerígeno benzeno e a neurotoxina n-hexano. A substituição desses elementos no decorrer do processo produtivo é custosa e desnecessária, diante da reduzida pressão que sofre no mercado chinês. O exemplo da Apple, que apresentamos aqui apenas por sua escala colossal, é similar ao de todas as empresas do setor de telefonia móvel e de produtos eletrônicos em geral.

3) Redução dos custos de circulação e transporte. A aproximação do processo produtivo com certos mercados pode gerar economias com a redução do tempo de circulação

das mercadorias, tanto na etapa $D - M$ quanto na $M' - D'$. Com a redução desse tempo de circulação, diminui os gastos com estocagens e com os trabalhadores que atuam no comércio. Além disso, as mercadorias não precisam mais atravessar a mesma distância que antes para atingir o mercado consumidor, reduzindo assim os custos com transporte.

Esse é o caso notável da indústria automobilística. O elevado custo de transporte do produto acabado levou as produtoras de automóveis a instalarem montadoras em países próximos aos maiores mercados. Esse tipo de investimento se elevou consideravelmente em países como o Brasil e Argentina – que, além de constituírem em grandes mercados consumidores, distribuem sua produção para todas as nações do Mercosul –, e também da Índia e China – nações que observaram elevado crescimento na venda de automóveis durante as últimas décadas.

4) Alteração da forma como se divide o mais-valor. O lucro do capitalista consiste apenas em uma parcela do mais-valor gerado por seus trabalhadores, sendo o restante direcionado para pagamentos de juros, impostos, renda da terra, *etc.* Enquanto a magnitude que se destina ao pagamento de juros e impostos depende principalmente da disputa intercapitalista pela apropriação do excedente, a renda da terra é determinada por fatores econômicos, relacionados com a fertilidade do solo e com o poder de monopólio de seus proprietários.

A localização de um empreendimento produtivo pode permitir a redução da parcela do mais-valor que se destina a esses fatores, especialmente no que se refere à eliminação de barreiras alfandegárias. Essa última, inclusive, potencializa os efeitos da proximidade com os mercados consumidores, tal como descrito acima.

As empresas maquiladoras – indústrias que adquirem equipamentos e matérias-primas importados e produzem para exportação – também constituem um exemplo desse processo. Embora o principal motivo que leva uma multinacional a implantar uma fábrica maquiladora em uma região continua sendo a elevada taxa de exploração, o estabelecimento de áreas de livre comércio é fundamental para atrair esse tipo de capital²⁷³. A economia mexicana foi fortemente caracterizada pelo crescimento de indústrias dessa natureza no período entre a década de 1970 e o início dos anos 2000, momento a partir do qual o benefício dos baixos salários dos trabalhadores asiáticos superou aquele derivado da ausência de taxaço naquele país.

²⁷³ Cf. seção 4.2.1, p. 233 *et seq.*

5) Apropriação ou controle de fontes de matérias-primas. Com o intuito tanto de garantir a continuidade do fornecimento de produtos estratégicos para a realização do processo produtivo, quanto para se aproveitar dos preços de monopólio observados em alguns setores de atividade extrativa, o capital estrangeiro pode se estabelecer em uma nação hospedeira para realizar, ele mesmo, a produção dessas mercadorias.

Esse é o caso notável, por exemplo, da indústria extrativa do petróleo. O nível de produção mundial tem sido fortemente influenciado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que desde a década de 1960 busca ampliar o preço do produto por meio da redução de sua oferta. A despeito de muitos países terem nacionalizado suas reservas de petróleo no decorrer do século XX, levando as companhias nacionais a controlarem, no ano de 2012, 78% das reservas comprovadas em todo o mundo, as empresas petrolíferas internacionais de capital privado foram responsáveis por 42% da produção de petróleo nesse mesmo período. Empresas como Exxon Mobil Corp., BP plc., Royal Dutch Shell plc e Chevron Corp., atuam em vários países do mundo, aproveitando-se dos preços elevados resultantes do controle da oferta realizado pelos países da OPEP. É preciso ressaltar que tais empresas não se apropriam apenas do mais-valor gerado pelos trabalhadores dos países hospedeiros, mas também da renda de monopólio, que será analisada mais adiante.

Enfim, a soma desses cinco aspectos, que deve ser suficiente para sobrepujar os eventuais gastos com transporte e com tributação especial, gera para o capitalista individual uma expectativa de lucro mais elevada do que observaria em seu país de origem. É interessante notar que o país hospedeiro não deve, necessariamente, apresentar maior taxa de exploração, desde que a soma dos outros elementos sejam suficientes para resultarem em maior taxa de lucro.

Por outro lado, as contínuas revoluções dos meios de transporte e da tecnologia de comunicação e informação favorecem de tal modo o parcelamento do processo produtivo e a ampliação tanto da divisão social quanto manufatureira do trabalho, que as parcelas do capital são impulsionadas para cada canto onde possam se aproveitar da vantagem que mais lhes convém. Assim, as etapas de produção que necessitam do trabalho em sua forma mais simples são transferidas para as localidades onde o valor da força de trabalho é o menor possível. Os processos que causam maior impacto ambiental são direcionados para os países onde a legislação é mais flexível e se exige menor gasto com medidas mitigadoras. A montagem final das mercadorias é realizada próxima ao mercado consumidor, fugindo tanto das despesas aduaneiras quanto dos custos relativos ao transporte dos produtos acabados. Enquanto que o faturamento é, quando possível, concentrado em regiões com baixa incidência de impostos.

Ainda hoje um parcelamento muito significativo do processo de produção sob o domínio de um mesmo capitalista apresenta desafios significativos. Com isso, esse parcelamento é, em muitos casos, acompanhado de uma autonomização da etapa produtiva, que pode ser realizada tanto por capitais nacionais dos países onde ela se realiza²⁷⁴, ou por investidores estrangeiros que atuam como fornecedores em uma ampla cadeia de produção²⁷⁵. Entretanto, a “manufatura descentralizada” pode ser apontada como uma tendência crescente do capitalismo contemporâneo²⁷⁶.

Para uma análise de casos concretos de dependência, a exploração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro pode ser observada empiricamente por meio dos dois tipos de fluxos de valor que resultam do seu ciclo de acumulação: a transferência de investimento estrangeiro direto (IED) e dos lucros líquidos enviados ao exterior como remuneração desse capital.

Comumente, é caracterizado como IED todo o investimento para implantação de novos empreendimentos, aquisição de empresas e ações ordinárias (com direito a voto) que representem pelo menos 10% do valor total da empresa local. Os dados levantados pelos países hospedeiros sobre o estoque de investimento estrangeiro direto assim como sobre os fluxos do balanço de pagamentos – dos quais se extraem as informações sobre o lucro líquido enviado para remuneração de IED – são compilados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), por meio da *Balance of Payments and International Investment Position Statistics* (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014a) e também da *Coordinated Direct Investment Survey* (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014b), que apresenta informações mais detalhadas sobre a origem e destino do capital internacional, porém com menor abrangência de países e territórios.

Contudo, é preciso ressaltar que os dados de IED e lucro líquido enviado/recebido do exterior apresentam ao menos duas dificuldades fundamentais para a análise da categoria aqui apresentada. Em primeiro lugar, devemos nos questionar até que ponto deve-se considerar a propriedade parcial do capital como um modo de exploração direta, e não apenas uma forma aparente do capital portador de juros (que será abordado a seguir). Acreditamos que a subsunção formal do processo produtivo deve ser o elemento determinante para diferenciar

²⁷⁴ Nesses casos, a força de trabalho não é explorada diretamente pelo capital estrangeiro, mas o mais-valor continua sendo repassado por meio de uma estrutura de preços favorável a este. Cf. seção 4.1.2.

²⁷⁵ É o caso, por exemplo, da já citada cadeia de produção do iPhone, da Apple Inc.

²⁷⁶ Em março de 2015, o Meta-Conselho de Tecnologia Emergente do Fórum Econômico Mundial apontou a “manufatura descentralizada” como uma das 10 tecnologias com mais potencial para mudar o mundo.

essas duas formas de exploração, mas trata-se de uma característica de difícil apreensão por meio desses dados.

Uma segunda questão consiste no fato de que o único investimento capaz de gerar mais-valor é aquele aplicado nos setores produtivos da economia. A parcela do IED que se direciona para os setores improdutivos obtém seu lucro por meio da apropriação de um mais-valor cuja origem provavelmente repousa na economia do país hospedeiro – formas que serão analisadas em maiores detalhes mais adiante.

A despeito de dados desagregados sobre investimento direto serem de difícil obtenção a partir de fontes que abordem uma maior amplitude de países, as informações sobre os setores de destino do capital podem ser obtidas com maior facilidade nos órgãos oficiais de estatística de cada nação em particular. No caso do Brasil, por exemplo, dados detalhados são fornecidos pelo Censo de Capitais Estrangeiros no País – para aqueles nos quais essa nação é a hospedeira – e também pelas estatísticas de Capitais Brasileiros no Exterior – para os casos em que o capital nacional explora o mais-valor dos trabalhadores de outras nações –, ambos fornecidos pelo Banco Central do Brasil.

Apenas para revelar o alcance de uma análise que parte do estoque de IED e do fluxo de lucro, podemos observar o comportamento dos fluxos de investimento e lucro no Brasil. Notamos, em primeiro lugar, que cerca de 45% do estoque do capital exportado por esse país havia sido direcionado para investimentos produtivos em economias estrangeiras no ano de 2012 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015b), enquanto que com relação ao investimento estrangeiro na economia brasileira, esse percentual era de 70% para o mesmo período (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015c). Já quanto ao lucro remetido para o exterior como remuneração do IED, vemos que 72% teve sua origem em setores produtivos e podem, portanto, ser considerados como extração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015d).

Voltando para os dados compilados pelo FMI (2014a), os mesmos revelam que o estoque de capital atuando como IED em todo o mundo era de cerca de US\$ 24 trilhões em 2012, uma magnitude que correspondia a aproximadamente 33% do produto bruto mundial daquele ano. É interessante observar que os principais países exportadores líquidos de capital estão também entre os que mais recebem investimento estrangeiro (Tabela 4.2, adiante). Podemos captar duas explicações para esse comportamento.

**Tabela 4.1 – Estoque de investimento estrangeiro direto em 2012
(US\$ bilhões) – países selecionados**

País	Estoque de IED			PIB*
	Enviado	Recebido	Líquido	
Luxemburgo	2.943	2.440	502	21
Suíça	1.443	1.045	399	378
Países Baixos	1.030	656	373	439
Irlanda	766	726	40	133

Fonte: International Monetary Fund (2014a) e World Bank (2015).

Nota: cálculo próprio. * Apenas setores produtivos.

Em *primeiro* lugar, devemos observar que importante parcela do fluxo de IED tem o objetivo de retornar para o próprio país de origem. É o que fica claro ao observarmos as relações estabelecidas com as nações listadas na Tabela 4.1. Esses quatro países chamam a atenção por serem reconhecidos paraísos fiscais – economias nas quais a existência de sigilo bancário ou a baixa incidência de impostos atrai a aplicação de capitais estrangeiros – e pelo fato do capital exportado ser significativamente elevado em comparação com seu PIB. No ano de 2012, os estoques de capital tanto enviado quanto recebido por esses países representavam quase metade do IED de todo o mundo. Se descontarmos as transações entre os países desse grupo, vemos que os Estados Unidos da América e o Reino Unido, além de serem as origens da maior parcela desses recursos (cerca de 60%), recebem como IED dessas regiões uma magnitude de 99,4% do montante do capital que enviam (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014b).

Ao que tudo indica, grande parcela dos recursos recebidos por esses quatro países retorna para sua nação de origem como se fosse investimento estrangeiro. O motivo para o capital percorrer tal caminho, de modo a mistificar sua nacionalidade, pode ser tanto o de se aproveitar de incentivos fornecido por governos aos investimentos estrangeiros, reduzindo a carga tributária com a qual arcam, como o de fugir de restrições legais, entre outros. De todo modo, esse fenômeno não constitui uma forma de extrair mais-valor dos trabalhadores do país hospedeiro.

Em *segundo* lugar, nos parece que o objetivo fundamental do capital produtivo que se direciona para os principais países emissores é o de se aproximar do mercado consumidor dos mesmos. É o que percebemos ao analisar o caso particular dos Estados Unidos, por exemplo. Se ignorarmos o fluxo de IED proveniente de paraísos fiscais, vemos que cerca de 80% do capital recebido pelos EUA são provenientes dos seguintes países: Reino Unido, Japão, Canadá, França e Alemanha. Levando em consideração que a taxa de exploração entre essas nações não apresenta discrepâncias significativas, que o volume das transações de bens e

serviços provenientes dessas nações gira em torno de 30% de todas as importações realizadas pelos Estados Unidos, e que cerca de 90% da produção de empresas multinacionais em seu território são transacionados no mercado interno, podemos concluir que essa exportação de capital é motivada pela ampliação da competitividade resultante da redução dos custos de transporte e circulação de mercadorias.

Outro fato notável que os dados do FMI nos revelam é que apenas um pequeno conjunto de países aparece, em termos líquidos, como receptores de lucro e origem do capital exportado. Enquanto 19 nações receberam mais lucro do que enviaram ao exterior nos últimos 8 anos, um total de 143 países aparecem na situação oposta²⁷⁷. A Tabela 4.2, a seguir, apresenta a situação dos principais países emissores e hospedeiros para o ano de 2012.

Podemos observar que os principais países hospedeiros do capital internacional também remetem quantias significativas de investimentos para o exterior. Isso se deve ao fato de que tais nações apresentam um considerável desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo esperado que uma parcela de seu capital busque remuneração mais elevada em outros mercados²⁷⁸. Com relação ao Brasil, por exemplo, os capitais brasileiros enviados ao exterior e destinados a setores produtivos direcionam-se para nações como Áustria, Países Baixos (para ambos, com foco na indústria extrativa), Luxemburgo, Espanha, Argentina, Peru, Canadá (nesses cinco, voltados para a indústria de transformação), entre outros.

²⁷⁷ Não há dados disponíveis para remessa/recepção de lucro líquido para os 33 países restantes.

²⁷⁸ Contudo, é lícito levantar a hipótese, como fazem Santos e Milan (2014), da existência de fatores extraeconômicos na determinação dos seus investimentos diretos no exterior para o caso particular da China. Como a maior parcela do IED de origem chinesa é realizada por empresas estatais, é possível que elas sejam movidas por interesses geopolíticos, e não com o fim único de obter uma maior taxa de lucro em outras regiões.

Tabela 4.2 – Estoque de investimento estrangeiro direto e lucro líquido recebido em 2012 (US\$ bilhões) – principais países

País	Estoque de IED			Fluxo de Lucro		PIB*	PIB* per capita (US\$)
	Enviado	Recebido	Líquido	Líquido	% PIB*		
EUA	5.813	3.793	2.020	293	5,0%	5.903	18.566
Japão	1.054	222	832	53	1,8%	2.925	22.928
Alemanha	1.830	1.294	536	37	2,0%	1.794	21.910
Reino Unido	1.669	1.218	452	59	4,5%	1.307	20.599
França	1.535	1.133	402	41	3,2%	1.295	19.547
Itália	648	476	171	14	1,3%	1.089	17.874
Dinamarca	249	146	103	6	4,0%	158	27.773
Áustria	326	265	61	4	1,7%	225	26.609
Finlândia	192	137	55	4	2,4%	160	29.517
Suécia	531	500	31	13	3,7%	355	37.350
Noruega	285	260	25	12	3,7%	321	63.877
Índia	118	225	-107	-14	-1,2%	1.145	925
Chile	97	207	-109	-12	-7,8%	158	9.064
Rússia	387	498	-111	-42	-3,2%	1.320	9.194
Tchéquia	15	136	-121	-14	-11,1%	129	12.241
Tailândia	56	186	-130	-17	-7,8%	213	3.191
Turquia	30	188	-158	-3	-0,5%	488	6.595
Arábia Saudita	34	199	-165	-8	-2,6%	303	10.722
Polônia	71	249	-178	-16	-5,9%	276	7.159
Austrália	424	604	-180	-14	-2,0%	730	32.161
Indonésia	28	227	-200	-17	-2,8%	606	2.455
México	131	403	-272	-6	-1,0%	641	5.308
Singapura	417	741	-324	**	**	141	26.458
Brasil	272	719	-446	-20	-1,7%	1.154	5.808
China	353	2.123	-1.769	-184	-3,2%	5.792	4.264

Fonte: International Monetary Fund (2014a) e World Bank (2015).

Nota: Cálculo próprio. * Apenas setores produtivos. ** Dados não disponíveis.

Analisando ainda a Tabela 4.2, podemos constatar que o impacto da transferência de lucro para o exterior varia significativamente entre os países hospedeiros. Destacam-se nesse ponto Tchêquia, Chile, Tailândia e Polônia pela magnitude que esses fluxos representam do Produto Interno Bruto anual de seus setores produtivos (11,1%, 7,8%, 7,8% e 5,9% respectivamente). Tal fato deve implicar em uma desaceleração do desenvolvimento da acumulação capitalista nessas regiões.

Entretanto, esses países hospedeiros não são os que mais sofrem influencia do IED. Há uma ampla gama de pequenas economias receptoras de investimento estrangeiro que não exportam quantidades significativas de capital – o que revela o baixo nível de desenvolvimento econômico em seu interior. Para algumas dessas nações, o capital

internacional representa uma significativa parcela de todo o seu estoque de capital em funcionamento.

Ilustramos na Tabela 4.3 a situação de alguns países selecionados. Podemos observar que são economias pequenas e com elevado grau de pobreza. Nelas, chama a atenção o fato dos estoques de IED serem elevados em proporção do PIB dos setores produtivos, o que demonstra a expressiva influência do capital internacional no “desenvolvimento” dessas regiões.

Tabela 4.3 – Estoque de investimento estrangeiro direto e lucro líquido recebido em 2012 (US\$ bilhões) – países selecionados

País	Estoque de IED			Fluxo de Lucro		PIB*	PIB* per capita (US\$)
	Enviado	Recebido	Líquido	Líquido	% PIB*		
Jordânia	0,509	24,9	-24,4	-0,821	-6,8%	12,1	1.913
Moçambique	0,005	13,1	-13,1	-0,050	-0,8%	6,2	248
Jamaica	0,402	11,3	-10,9	**	**	5,9	2.181
Honduras	0,112	9,1	-8,9	-1,220	-15,7%	7,8	981
Camboja	0,423	8,4	-8,0	-0,699	-11,9%	5,9	396
Nicarágua	0,176	6,5	-6,3	-0,157	-3,5%	4,5	746
Armênia	0,307	5,2	-4,9	-0,339	-6,5%	5,2	1.755
Moldávia	0,141	3,5	-3,3	-0,112	-3,1%	3,6	1.003
Fiji	0,050	3,3	-3,2	-0,171	-10,9%	1,6	1.801
Cabo Verde	0,004	1,5	-1,5	-0,023	-3,3%	0,7	1.418

Fonte: International Monetary Fund (2014a) e World Bank (2015).

Nota: Cálculo próprio. * Apenas setores produtivos. ** Dados não disponíveis.

4.1.2 Comércio internacional e contradições espaciais do valor trabalho

Embora seja no mercado mundial que a dimensão qualitativa do trabalho abstrato encontre sua expressão máxima como atividade humana universal, é nesse mesmo espaço que se dá a maior amplitude de suas contradições quantitativas²⁷⁹, em outras palavras, é nele em que há maior variância entre o tempo de um trabalho concreto qualquer (individual) e o tempo de trabalho abstrato (socialmente necessário); e entre a proporção de troca de mercadorias determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e aquela determinada pelos preços de mercado (*i.e.*, divergência entre preços e valores).

Tais discrepâncias quantitativas anulam-se mutuamente quando se analisa o modo de produção capitalista em sua globalidade, evidenciando que o valor é uma regra que se exerce

²⁷⁹ Cf. seção 2.1.2, p. 30 *et seq.*

como média. Apesar disso, quando os elementos que determinam essas divergências concentram-se distribuídos de forma desigual em diferentes regiões econômicas, temos como resultado que os produtos dessas localidades se trocam por quantidades distintas de trabalho concreto.

A partir do momento em que se percebe que os capitalistas de determinada região estão fadados a receber como retorno pelo *tempo de trabalho* de seus trabalhadores um montante de *lucro* inferior ao que se recebe em outras localidades, as trocas internacionais – que aparecem como fluxos monetários que se compensam mutuamente – revelam-se como um fenômeno de apropriação de mais-valor, ou seja, como um fluxo de horas de trabalho não pagas entre nações capitalistas. Vejamos os motivos por trás desse fenômeno.

4.1.2.1 Intensidade média do trabalho nacional

Um trabalho mais intenso produz uma maior quantidade de valor em um mesmo tempo do que um de menor intensidade. Do mesmo modo, um setor produtivo no qual o trabalho se realize com uma intensidade média maior do que a média social produzirá mais valor por hora trabalhada do que o restante da sociedade.

É preciso lembrar, contudo, que a possibilidade de intensificação do trabalho é delimitada pelas características concretas de sua realização. Por exemplo, enquanto na produção fabril a atividade produtiva encontra a possibilidade máxima de intensificação do trabalho – dado sua cadência, regularidade e baixo grau de destreza necessário para o trabalhador –, nas produções tipicamente agrícolas essa intensificação esbarra em limites estabelecidos por fenômenos naturais, como o ciclo dos dias, as estações, o tempo necessário para o crescimento das plantas, extensão da área cultivada, *etc.*

É nesse sentido que uma nação especializada em uma atividade produtiva naturalmente menos intensa recebe em retorno ao total de horas trabalhadas nos produtos de exportação uma quantidade menor de mercadorias do que aquelas nações especializadas em atividades potencialmente mais intensivas. Por mais que essa troca aparentemente desigual entre quantidades distintas de horas de trabalho seja a expressão pura e simples da lei do valor em pleno funcionamento – em outras palavras, por mais que ela represente a igualdade entre as quantidades de trabalho socialmente necessário efetivamente contidas nos produtos –, a especialização produtiva, ao negar a possibilidade de uma aplicação mais intensiva do

trabalho para um determinado grupo de nações, destina-lhes os ramos da produção que menos remuneram o capital para um dado emprego de trabalhadores.

4.1.2.2 *Produtividade do trabalho, mais-valor adicional e concorrência intrassetorial*

O grau de produtividade do trabalho refere-se à quantidade de valores de uso que o mesmo é capaz de gerar em um dado período de tempo. Por ser atributo do trabalho concreto, o aumento da produtividade não é capaz de gerar valor adicional, mas apenas de aumentar a unidade das mercadorias produzidas, ao mesmo tempo em que diminui o valor individual de cada uma delas. Como já argumentamos, o grau de produtividade do trabalho varia entre os produtores de um mesmo tipo de mercadoria, de tal modo que aqueles mais produtivos absorvem uma parcela do valor gerado pelos menos produtivos²⁸⁰. Isso se dá devido ao fato de que o mais-valor adicional obtido por aqueles é de mesma magnitude do valor a menos recebido por estes.

Como as diferenças de produtividade possuem seus efeitos restritos a cada setor, é provável que, quando se trata do comércio internacional, cada região econômica observará produtividade mais elevada em um ou outro setor, compensando seu ganho por uma produtividade mais baixa que apresenta em outros. Contudo, se uma determinada localidade apresenta produtividade sistematicamente inferior do que as demais, ela se tornará uma fonte de valor para outras regiões, ou seja, nela será produzido um mais-valor que não será apropriado pelos capitalistas residentes. Analisemos como se dá essa transferência de valor.

Como já indicamos, a grandeza do valor de uma mercadoria é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) para sua produção – ou seja, pela média do tempo efetivamente dispendido para a produção das mercadorias transacionadas no mercado, tal como expresso pela equação 2.1 (p. 82), aqui reproduzida:

$$TTSN = \frac{\sum(\text{Tempo de trabalho individual das mercadorias do mesmo tipo lançadas no mercado})}{\sum(\text{Quantidade de mercadorias do mesmo tipo lançadas no mercado})}$$

Como entram no cômputo dessa média apenas as mercadorias transacionadas no mercado, cada produtor influencia o TTSN à medida que participa do processo das trocas com os seus produtos²⁸¹. É nesse sentido que a concorrência mundial entre produtores com

²⁸⁰ Cf. seção 2.3.4.2.1.

²⁸¹ Ao contrário do que, por exemplo, sugerem Amaral e Carcanholo (2009).

diferentes graus de produtividade influenciará na determinação da grandeza do valor em cada mercado em particular. Vejamos.

Antes da penetração de produtores estrangeiros em um mercado local, a grandeza do valor de um dado tipo de mercadoria é determinada exclusivamente pelo tempo de trabalho dispendido pelos produtores locais na produção das mercadorias por eles vendidas. A diferença de produtividade existente entre eles determina um lucro suplementar – uma apropriação de mais-valor adicional – para os capitalistas que dominam os métodos de produção que dispendem menos tempo de trabalho para a obtenção de cada mercadoria individual do que a média do setor. Esse lucro suplementar é da mesma magnitude, por outro lado, do valor que absorvem a menos os produtores com produtividade inferior.

À medida que mercadorias estrangeiras, produzidas em condições de produtividade superiores à média local, adentram o mercado daquela região, seus produtores influenciam para baixo a média do tempo de trabalho socialmente necessário. Ao reduzir a grandeza do valor desse tipo de mercadoria, a inserção dos capitalistas estrangeiros gera benefícios para os consumidores locais, que dispendem menos recursos para a obtenção de cada unidade da mercadoria²⁸², ao mesmo tempo em que penaliza a classe capitalista que atua nesse setor, ao reduzir o lucro médio por eles obtido.

A dinâmica desse processo pode ser explicitada de forma mais clara por meio da apresentação de um exemplo. Suponhamos um determinado setor de um mercado nacional composto por três capitalistas – “A”, “B” e “C” – que transacionam todas as mercadorias por eles produzidas, tal como expresso pela Tabela 4.4, abaixo.

Tabela 4.4 – Distribuição do valor em um mercado nacional conforme o grau de produtividade individual

	A	B	C	Social
Trabalho total dispendido (horas)	10	12	8	30
Quantidade de mercadorias produzidas	10	10	20	40
Tempo de trabalho por mercadoria	1,00	1,20	0,40	0,75
Mais-valor adicional	-2,50	-4,50	7,00	-

O tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma única mercadoria é determinado pela produtividade média de todos os produtores em conjunto. Com isso, em nosso exemplo, uma vez que todas as mercadorias são vendidas pelo valor social, os

²⁸² É preciso lembrar que, no caso desses consumidores serem a própria classe trabalhadora local, deve-se analisar o efeito dessa redução do valor das mercadorias consumidas no próprio valor da força de trabalho local. Caso os salários se reduzam na mesma medida dessa queda do valor dos bens de consumo, o benefício para esse grupo de consumidores será nulo.

produtores “A” e “B” observam uma redução de seus lucros de igual magnitude do mais-valor adicional obtido por “C”²⁸³.

Suponhamos, agora, que um quarto produtor “D*”, de origem estrangeira e com grau de produtividade mais elevado que a média dessa sociedade, lance uma parcela de seus produtos nesse mercado local²⁸⁴. Podemos observar que o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria se reduziu, em nosso exemplo, de 0,75 para 0,7 horas de trabalho. Com isso, há uma redução do lucro suplementar de todos os produtores internos, em um montante exatamente equivalente ao lucro suplementar obtido pelo produtor estrangeiro.

Tabela 4.5 – Distribuição do valor em um mercado nacional após a inserção de um capitalista estrangeiro com produtividade maior que a média nacional

	A	B	C	D*	Social
Trabalho total dispendido (horas)	10	12	8	5	35
Quantidade de mercadorias produzidas	10	10	20	10	50
Tempo de trabalho por mercadoria	1,00	1,20	0,40	0,50	0,70
Mais-valor adicional	-3,00	-5,00	6,00	2,00	-

Enquanto que, por um lado, os consumidores locais passam a contar com uma quantidade maior de mercadorias vendidas a um preço mais baixo do que antes, por outro, a absorção de mais-valor adicional por parte do capital estrangeiro revela uma transferência de valor entre regiões econômicas – afinal, enquanto o produtor D* dispendeu efetivamente 5 horas de trabalho na produção, o mesmo recebeu em troca, na forma de equivalente universal, um montante de produto resultado de 7 horas de trabalho socialmente necessário. É interessante observar que essa redução do lucro suplementar afeta até mesmo o capital local que possui produtividade mais elevada do que os produtores estrangeiros, como no caso do capitalista “C” em nosso exemplo. Isso se dá pelo fato de que toda inclusão de novos concorrentes com produtividade maior do que a média colabora para aproximar o TTSN do tempo de trabalho individual dos trabalhadores até então considerados mais produtivos, reduzindo sua capacidade de absorver mais-valor gerado pelos demais produtores.

²⁸³ O mais-valor adicional é calculado pela diferença entre a venda das mercadorias pelo TTSN e a venda das mesmas pelo tempo de trabalho dispendido pelo produtor individual. Por exemplo, para o caso do produtor “C” teríamos: $(20 \cdot 0,75) - (20 \cdot 0,4) = 7$.

²⁸⁴ É claro que o tempo de trabalho dispendido por D* também deve contar aquele relacionado com o transporte das mercadorias produzidas para a localidade onde se dará seu consumo.

4.1.2.3 Concorrência intersetorial e os efeitos da tendência a igualar a taxa de lucro

Em uma sociedade na qual reina o modo de produção capitalista, a busca pela ampliação da taxa de lucro acirra a concorrência intersetorial do capital. Tal processo tem por efeito tanto uma tendência à equiparação da taxa média de lucro dos diferentes setores – formando uma única taxa geral para a sociedade em seu conjunto – quanto a transformação dos valores em preços de produção, em torno dos quais passam a gravitar os preços de mercado.

No mercado mundial, esse fenômeno pode derivar, *primeiro*, de uma concorrência intersetorial do capital internacional, resultando em uma única taxa geral de lucro para o capitalismo global; ou, *segundo*, pode ocorrer quando dita concorrência se circunscreve a distintas regiões, cada qual formando sua própria taxa geral de lucro e relacionando-se exclusivamente por meio de um intercâmbio limitado de mercadorias. De todo modo, tais dinâmicas determinam uma transferência de valor entre regiões componentes do mercado mundial que se distingue das duas formas anteriormente discutidas por atuar entre capitalistas de distintos setores da produção mesmo quando realizam um trabalho com o mesmo grau de intensidade. Vejamos cada um desses dois casos.

Primeiro, em um cenário no qual a mobilidade do capital e/ou mercadorias entre regiões é livre, os capitalistas de uma determinada região concorrem não apenas com seus análogos estrangeiros do mesmo ramo de produção, mas também com o capital internacional que atua em outros setores. Assim, no caso de o referido setor da economia local apresentar uma taxa de lucro mais elevada do que a taxa geral da economia mundial, o mesmo se tornará destino de uma migração dos capitais internacionais. Como resultado, a ampliação da oferta de mercadorias impulsionará seus preços relativos para baixo, até que as diversas taxas médias de lucro se equalizem e se encerre a migração.

Nesse ponto, é indiferente que a divergência inicial entre as taxas de lucro fosse originada de características peculiares da composição orgânica do capital naquele determinado setor, ou resultasse das distinções entre as taxas de exploração regional e internacional. Ilustremos com alguns exemplos.

Suponhamos um cenário internacional composto por duas nações especializadas em ramos distintos da produção capitalista. O setor no qual se especializa cada país não gera implicações significativas para nosso tópico de discussão, de modo que iremos considerar uma região “A” especializada na produção de meios de produção (setor I), e outra região “B” voltada para a produção de bens de consumo finais (setor II). Podemos averiguar, com isso, os

resultados em termos de transferência de valor observados quando tanto a composição orgânica do capital quanto a taxa de exploração da força de trabalho são distintas em cada economia.

Exemplo 1: composições orgânicas distintas:

Considerando que a nação “A” possua uma composição orgânica média de seu capital (c/v) superior àquela observada por “B”, a mesma deverá, naturalmente, apresentar uma taxa de lucro em termos de valor ($\frac{m}{c+v}$) inferior à economia concorrente. Com efeito, uma parcela do capital originalmente presente no setor I deslocar-se-á para o setor II, alterando os preços médios pelos quais as mercadorias são vendidas, gerando como resultado uma redução da taxa média de lucro previamente existente em “B” com concomitante elevação daquela observada no país “A”, de modo que ambos apresentem ao final uma única taxa geral de lucro, como o exposto no exemplo da Tabela 4.6, abaixo²⁸⁵.

Tabela 4.6 – Preços de produção nas trocas internacionais com mobilidade internacional de capital – diferenças na composição orgânica setorial

País/ Setor	Grandeza do valor (horas de trabalho)					Preços de Produção (\$)					Taxa de Lucro
	c	v	m	(c+v+m)	m/(c+v)	Preço/h	c	v	Lucro	Receita	
A I	100	50	50	200	33%	1,15	115	50	65	230	39%
B II	100	100	100	300	50%	1,00	115	100	85	300	39%
Total	200	150	150	500			230	150	150	530	

Vejamos o que esse resultado significa em termos do intercâmbio entre países. Nesse exemplo, o país “B” obtém do país “A” todo o capital constante que utiliza em sua produção (produção do setor I), cedendo-lhe, em troca, parcela de seu produto anual que será consumido pelos trabalhadores e capitalistas de “A”. Do ponto de vista da relação de preços entre os produtos exportados/importados, temos uma equivalência no processo de troca: “B” cede \$115 em mercadorias do setor II e obtém em troca \$115 de mercadorias do setor I provenientes de “A”. Contudo, ao observar esse mesmo processo do ponto de vista da magnitude do valor das mercadorias trocadas, vemos que os produtos exportados por “B” são cristalização de 115 horas de trabalho socialmente necessário, mas o que recebe em retorno

²⁸⁵ Para a construção do exemplo que se segue, utilizamos as mercadorias do setor II como equivalente geral e expressamos os preços de produção em termos de produtos gerados por hora trabalhada (preço/h). Além disso, devemos ressaltar que: ajustamos as condições de demanda de cada mercadoria para que fosse garantida a reprodução simples da sociedade como um todo; e, quando se mostrou necessário, apresentamos os valores aproximados.

totaliza apenas 100 horas trabalhadas²⁸⁶. Portanto, cede gratuitamente 15 horas do trabalho dispendido por seus trabalhadores (e que seria apropriado pelo capitalista local)²⁸⁷.

O resultado seria similar se, ao invés de exportar capital para a nação “B”, os capitalistas do setor I do país “A” migrassem para o setor II investindo em seu próprio território. Uma vez que esses últimos concorreriam com os produtores de “B” no mercado de ambos os países²⁸⁸, a variação dos preços de produção afetaria as duas nações. Tal como podemos observar no exemplo expresso pela Tabela 4.7, como a região “B” continuaria a obter a totalidade de seu capital constata de “A”, teríamos como resultado das transações econômicas internacionais uma transferência líquida de 7,5 horas de trabalho socialmente necessário.

Tabela 4.7 – Preços de produção nas trocas internacionais sem mobilidade internacional de capital – diferenças na composição orgânica setorial

País/ Setor	Grandeza do valor (horas de trabalho)					Preços de Produção (\$)					Taxa de Lucro
	c	v	m	(c+v+m)	m/(c+v)	Preço/h	c	v	Lucro	Receita	
A I	100	50	50	200	33%	1,15	115	50	65	230	39%
A II	50	50	50	150	50%	1,00	57,5	50	42,5	150	39%
B II	50	50	50	150	50%	1,00	57,5	50	42,5	150	39%
Total	200	150	150	500			230	150	150	530	

Exemplo 2: taxas de exploração distintas:

No caso da nação “B” apresentar uma taxa de exploração da força de trabalho (m/v) mais elevada do que a observada em “A”, seja pela jornada de trabalho ser mais extensa ou pelo valor da força de trabalho ser inferior, sua taxa de lucro será superior à apresentada pela economia “A”. O mesmo processo, descrito anteriormente, de equalização da taxa de lucro e formação dos preços de produção terá lugar aqui, com a diferença de que agora ele passa, necessariamente, por uma migração internacional do capital. Apresentamos na Tabela 4.8, a seguir, um exemplo²⁸⁹:

²⁸⁶ Para o cálculo da quantidade de horas presentes em cada lado da troca, basta dividir o montante monetário pelo preço do produto da hora trabalhada de cada setor. Assim, “B” importa $\frac{115}{1,15} = 100$ horas de trabalho, e exporta $\frac{115}{1} = 115$ horas de trabalho.

²⁸⁷ É preciso lembrar, ainda, que o capital estrangeiro proveniente da nação “A” e que se encontra atuando em solo do país “B” ainda remeterá os seus lucros para o exterior, tal como exposto na seção 4.1.1. Supondo que 50% do capital presente em “B” sejam de origem estrangeira, permaneceria como lucro dos capitalistas naquela nação um montante de apenas \$42,5. Nesse sentido, das 15 horas de trabalho transferidas dos capitalistas do setor II para os de I, apenas 7,5 horas seriam apropriadas pela nação B caso as mercadorias fossem trocadas por seus valores.

²⁸⁸ Uma vez que estamos ignorando a existência de custos de transporte e de barreiras ao comércio internacional de mercadorias.

²⁸⁹ Como nosso intuito é o de verificar unicamente as divergências entre as taxas de exploração, consideramos a mesma composição orgânica para os dois setores. O leitor observará, no entanto, que a relação c/v em cada

Tabela 4.8 – Preços de produção nas trocas internacionais com mobilidade internacional de capital – diferenças na taxa de exploração local

País/ Setor	Grandeza do valor (horas de trabalho)					Preços de Produção (\$)					Taxa de Lucro
	c	v	m	(c+v+m)	m/(c+v)	Preço/h	c	v	Lucro	Receita	
A I	100	50	50	200	33%	1,18	118	50	68	235	40%
B II	100	25	75	200	60%	1,00	118	25	57	200	40%
Total	200	75	125	400			235	75	125	435	

Nesse exemplo, é necessário supor a impossibilidade de realizar a produção do setor I na nação “B”, seja por depender de uma fonte específica de recursos naturais, de condições climáticas adequadas, *etc.* Caso contrário, todo o capital migraria de “A” para usufruir da taxa de exploração mais elevada em “B”.

Além disso, devemos fazer uma observação quanto à dinâmica da taxa de exploração que estamos deixando de lado em nosso exemplo. Com a migração do capital de “A” para “B”, aquela nação observaria uma ampliação de seu exército industrial de reserva, o que poderia pressionar para uma ampliação da taxa de exploração²⁹⁰. Caso isso fosse levado em consideração, uma tendência à equalização das taxas de exploração se apresentaria na medida em que a migração do capital aproximasse as economias de um equilíbrio com relação às taxas de lucro.

Feitas essas ressalvas, analisemos os resultados obtidos tais como os expusemos. Em nosso exemplo, a nação “B” deve importar um montante de \$118 de capital constante necessário para a realização do processo produtivo em seu território, em troca do qual exportará o mesmo montante de bens de consumo para o país “A”. Contudo, do ponto de vista da magnitude do valor representado por essas quantidades monetárias, temos que enquanto “B” recebe um produto que é cristalização de 100 horas de trabalho socialmente necessário, cede um montante de 118 horas trabalhadas pelos produtores locais. Essa diferença de 18 horas de TTSN consubstancia-se efetivamente em uma transferência de valor entre regiões²⁹¹, que leva a uma equiparação entre a taxa de lucro das duas nações.

Por fim, podemos dizer que, para os exemplos 1 e 2, é a transferência de valor via comércio exterior que resulta na equalização da taxa de lucro. Além disso, fica claro que tais

uma das economias é distinta ($100/50 = 2$ para a economia “A”, e $100/25 = 4$ para “B”). Entretanto, essa divergência deve-se à desvalorização da força de trabalho, ou seja, trata-se de uma variação da composição valor do capital, mas não da composição técnica e orgânica. Para compreender a diferença entre composição técnica, composição valor e composição orgânica, *cf.* Marx (2013, p. 689).

²⁹⁰ Para a relação entre a luta de classes e a taxa de exploração, *cf.* seção 2.3.4.2.2, p. 87 *et seq.*

²⁹¹ É preciso lembrar mais uma vez que os capitalistas estrangeiros atuando na nação “B” ainda deverão transferir seus lucros para seu país de origem.

efeitos atuam sempre em favor da economia com maior composição orgânica e/ou menor taxa de exploração.

Vejamos agora um *segundo* caso em que há transferência de valor via comércio internacional como resultado de processos de equalização da taxa de lucro. Em um cenário no qual não há mobilidade do capital entre regiões e o comércio internacional de mercadorias é limitado, a concorrência intersetorial se dará exclusivamente entre os capitalistas de uma mesma localidade. Nessas condições, cada região dentro da qual se limita a mobilidade do capital observará um processo de formação de uma taxa geral de lucro interna, que deverá ser distinta daquela formada nas demais localidades.

A divergência gerada entre os valores e os preços de produção em cada região levará a um fluxo de valor entre nações oculto por trás das trocas internacionais. Os efeitos desse processo serão distintos dependendo, sobretudo, da estrutura de preços relativos existente em cada região.

Para ilustrar essa questão recorreremos a alguns exemplos, supondo novamente um cenário internacional composto por duas nações especializadas em ramos distintos da produção capitalista. Nesse caso, a existência de restrições no comércio internacional exige que cada nação produza tanto os meios de produção que utiliza (setor I) quanto os bens de consumo que abastecem a classe trabalhadora e a classe capitalista (setor II)²⁹². Desse modo, podem se especializar apenas nos setores produtores de artigos de luxo – mercadorias de consumo exclusivo da classe capitalista e que, portanto, não influenciam a formação da taxa geral de lucro. Consideramos, então, que cada uma dessas nações tenha se especializado em um artigo de luxo distinto da outra, representados pelo setor III (economia “A”) e IV (economia “B”).

Exemplo 3: restrição no comércio internacional, caso 1:

Considerando que o setor produtor de meios de produção da nação “B” possua uma taxa de exploração da força de trabalho superior àquela observada pelo setor homólogo de “A”, o mesmo deverá, *coeteris paribus*, apresentar menor taxa geral de lucro após o processo de formação dos preços de produção. Apresentamos na Tabela 4.9, a seguir, um exemplo que ilustra o caso²⁹³:

²⁹² Caso elas pudessem trocar livremente os produtos desses dois setores, haveria um processo de convergência da taxa geral de lucro, tal como abordado anteriormente.

²⁹³ Para facilitar a comparação dos valores e o estabelecimento dos termos de troca entre as economias, consideramos como equivalente geral a mercadoria produzida pelo setor II, que apresenta a mesma composição orgânica, grau de produtividade e taxa de exploração da força de trabalho nas duas economias. Vale lembrar, mais uma vez, que os dados apresentados nas tabelas estão em valores aproximado para facilitar a visualização. Trabalhamos aqui com uma taxa de exploração distinta exclusivamente para o setor I da

Tabela 4.9 – Preços de produção nas trocas internacionais sem mobilidade de capital e com restrições comerciais – caso 1

País/ Setor	Grandeza do valor (horas de trabalho)					Preços de Produção (\$)					Taxa de Lucro
	c	v	m	(c+v+m)	m/(c+v)	Preço/h	c	v	Lucro	Receita	
I	100	50	50	200	33%	1,15	115	50	65	230	39%
A II	80	80	80	240	50%	1,00	92	80	68	240	39%
III	20	5	5	30	20%	1,30	23	5	11	39	39%
I	100	40	60	200	43%	1,06	106	40	66	213	45%
B II	80	80	80	240	50%	1,00	85	80	75	240	45%
IV	20	5	5	30	20%	1,27	21	5	12	38	45%

Podemos perceber que a despeito dos setores III e IV apresentarem composições orgânicas e taxas de exploração iguais, seus preços relativos tornaram-se distintos como consequência da equalização da taxa de lucro em cada região. Nesse caso, um intercâmbio internacional de mercadorias restrito a esses dois setores levaria a uma transferência de valor para a economia “A”. Supondo, por exemplo, que os capitalistas de “B” importem \$13 de mercadorias do setor III, em troca dos quais exportem \$13 do que produziu em IV, os mesmos obteriam 10 horas de trabalho socialmente necessário ($13/1,30$), mas teriam cedido 10,24 horas trabalhadas por seus próprios trabalhadores ($13/1,27$). Haveria cessão gratuita, portanto, de 0,24 horas da nação “B” para “A”.

Tal transferência de valor, no entanto, não gera qualquer impacto na taxa de lucro de qualquer das duas regiões, mas apenas redução no valor consumido pela classe capitalista de “B” em prol daqueles de “A”. Isso se dá pelo fato de que as trocas de mercadorias são realizadas, nesse caso, pelos preços que já determinavam a taxa geral de lucro em cada economia.

Exemplo 3: restrição no comércio internacional, caso 2:

A mesma estrutura do exemplo anterior poderia apresentar um resultado oposto no caso dos setores produtores de artigo de luxo (III e IV) apresentarem composições orgânicas inferiores à do setor produtor do equivalente geral, tal como apresentado na Tabela 4.10, a seguir:

economia “B” para simplificar nossa exposição. Um efeito similar ocorreria caso a taxa de exploração na nação “B” fosse única e superior à da economia “A”.

Tabela 4.10 – Preços de produção nas trocas internacionais sem mobilidade de capital e com restrições comerciais – caso 2

País/ Setor	Grandeza do valor (horas de trabalho)					Preços de Produção (\$)					Taxa de
	c	v	m	(c+v+m)	m/(c+v)	Preço/h	c	v	Lucro	Receita	Lucro
I	100	50	50	200	33%	1,15	115	50	65	230	39%
A II	80	80	80	240	50%	1,00	92	80	68	240	39%
III	20	40	40	100	67%	0,88	23	40	25	88	39%
I	100	40	60	200	43%	1,06	106	40	66	213	45%
B II	80	80	80	240	50%	1,00	85	80	75	240	45%
IV	20	40	40	100	67%	0,89	21	40	28	89	45%

Ao contrário do observado anteriormente, os preços relativos do setor III encontram-se em nível inferior aos do setor IV, mesmo tendo eles a mesma composição orgânica e taxa de exploração. Portanto, nesse caso, a transferência de valor por meio das trocas internacionais ocorreria em favor da economia “B” que dispenderia para a importação de mercadorias produzidas em 10 horas de trabalho do setor III apenas 9,87 horas do TTSN de seus trabalhadores do setor IV, o que significa uma recepção líquida de 0,13 horas trabalhadas.

Os exemplos 3 e 4 aqui apresentados teriam resultados distintos conforme fossem diferenciadas as composições orgânicas dos setores, ou se tais divergências ocorressem no setor II de cada economia. Entretanto, o ponto a ser observado aqui é que a equalização da taxa de lucro restrita em cada nação pode ter como consequência uma transferência de valor que atue em benefício até mesmo do país com a taxa geral mais elevada, ou seja, naquele que apresenta menor grau de acumulação capitalista.

4.1.2.4 Monopólios

Outro fenômeno que gera distinção entre os preços médios e os valores de troca determinados pela grandeza do valor das mercadorias consiste no exato oposto da tendência à equalização das taxas de lucro: os monopólios.

Considerando como monopólio qualquer poder de mercado, vemos que ele resulta da concentração da produção em um único produtor, ou um grupo de produtores organizados, que controlam a quantidade de mercadorias lançadas no mercado. Assim, por meio da redução das vendas e a ampliação artificial da demanda de seus produtos, esses produtores conseguem elevar os preços acima do valor e, com isso, obter um lucro suplementar.

O ponto crucial para que esse efeito possa se tornar significativo consiste na existência de barreiras à entrada de novos concorrentes nesse mercado, ou de uma lenta mobilidade de capital entre setores. Enquanto o primeiro desses fatores permitiria que os preços se

mantivessem elevados por períodos longos, o segundo tornaria o poder de monopólio suplantado em uma questão de tempo, mas não sem antes gerar um ganho significativo para seus controladores.

De modo geral, considerando a tendência de concentração e centralização de capital que resulta da dinâmica capitalista, podemos supor que os países com maior grau de acumulação de capital apresentarão, também, um maior número de empresas e setores monopolistas. Com isso, tais nações teriam maior possibilidade de elevar os preços de suas mercadorias acima dos seus valores.

A questão que resta a considerar é: de onde vem o lucro suplementar apropriado pelos capitalistas monopolistas? A renda de monopólio consiste na apropriação de parcela do mais-valor gerado em todos os demais setores da economia, subtraindo-o do processo de equalização da taxa de lucro.

Podemos exemplificar seu funcionamento no mercado mundial resgatando o primeiro exemplo que apresentamos para tratar dos preços de produção. Nele, toda a produção do capital constante (setor I) ocorre no solo da nação “A”, que transaciona uma parcela dos mesmos com o país “B”, onde se produz as mercadorias de consumo final (setor II). Supondo que o setor I se divida em dois subsectores (Ia e Ib), referentes a dois tipos complementares de meios de produção (c_a e c_b), podemos rerepresentar o referido exemplo como se segue, em termos dos valores produzidos nos dois países:

Tabela 4.11 – Esquema de produção no mercado mundial (em horas de trabalho)

Pais / Setor	c_a	c_b	v	m	$(c+v+m)$	$m/(c+v)$	
A	Ia	25	25	25	25	100	33,3%
	Ib	25	25	25	25	100	33,3%
B	II	50	50	100	100	300	50,0%
Total		100	100	150	150	500	

No caso de inexistir qualquer barreira para a mobilidade do capital entre todos os três setores (Ia, Ib e II), os preços de mercado tenderiam a girar em torno dos preços de produção, equiparando a taxa de lucro entre eles, tal como pode ser observado com mais detalhes na Tabela 4.12:

Tabela 4.12 – Esquema de produção no mercado mundial (em preços de produção)

Pais / Setor	Preço/h	c_a	c_b	v	Lucro	Receita	Tx. de lucro	
A	Ia	1,151	28,8	28,8	25,0	32,6	115,1	39,44%
	Ib	1,151	28,8	28,8	25,0	32,6	115,1	39,44%
B	II	1,000	57,6	57,6	100,0	84,9	300,0	39,44%
Total			115,1	115,1	150,0	150,0	530,3	

Nesse exemplo, a nação “B” obteria os meios de produção de que necessita ao trocar \$115,1 de mercadorias do setor II pelas mercadorias do setor Ia (\$57,6) e Ib (\$57,6)²⁹⁴. Do ponto de vista da grandeza dos valores transacionados (horas de trabalho), o país “B” cederia gratuitamente cerca de 7,6 horas do trabalho dispendido por seus trabalhadores para cada um dos dois setores da nação “A”.

Agora, supondo que o setor Ia apresente alguma barreira natural à entrada, os capitalistas nele atuantes poderiam manipular os preços com o intuito de obter um lucro suplementar²⁹⁵. Esse lucro suplementar obtido seria deduzido da massa de mais-valor gerada pela economia mundial antes da equalização da taxa de lucro dos demais setores (Ib e II). O resultado seria algo como o apresentado na Tabela 4.13.

Tabela 4.13 – Esquema de produção no mercado mundial considerando a existência de um setor monopolista (em preços de produção)

Pais / Setor	Preço/h	c_a	c_b	v	Lucro	Receita	Tx. de lucro	
A	Ia	1,300	32,5	29,1	25,0	43,4	130,0	50,12%
	Ib	1,164	32,5	29,1	25,0	29,8	116,4	34,41%
B	II	1,000	65,0	58,2	100,0	76,8	300,0	34,41%
Total			130,0	116,4	150,0	150,0	546,4	

Podemos observar que a taxa média de lucro dos setores onde reina a concorrência intersetorial do capital é inferior daquela que seria observado no caso de inexistir monopólio em Ia. Como consequência, a transferência unilateral de valor de “B” para “A” se eleva. Enquanto antes “B” cedia 15,1 horas de trabalho para “A”, agora cede 23,2 horas para a

²⁹⁴ Vale lembrar que os valores apresentados foram aproximados para facilitar a exposição. Resultados mais precisos serão obtidos ao se considerar os preços de produção dos setores Ia e Ib como sendo \$1,151387818866.

²⁹⁵ O limite de seu poder de mercado, ou seja, a medida na qual esses capitalistas poderão elevar os preços acima dos preços de produção, dependerá da eficácia de suas barreiras a entradas em manterem os competidores afastados e, ainda, dos custos e da velocidade de mobilidade do capital envolvida na criação de bens substitutos.

obtenção da mesma massa de mercadorias em termos de valores, sendo que dessas, 15 horas são direcionadas para o setor Ia e 8,2 horas para o setor Ib²⁹⁶.

4.1.2.5 *Análise de Situações Concretas*

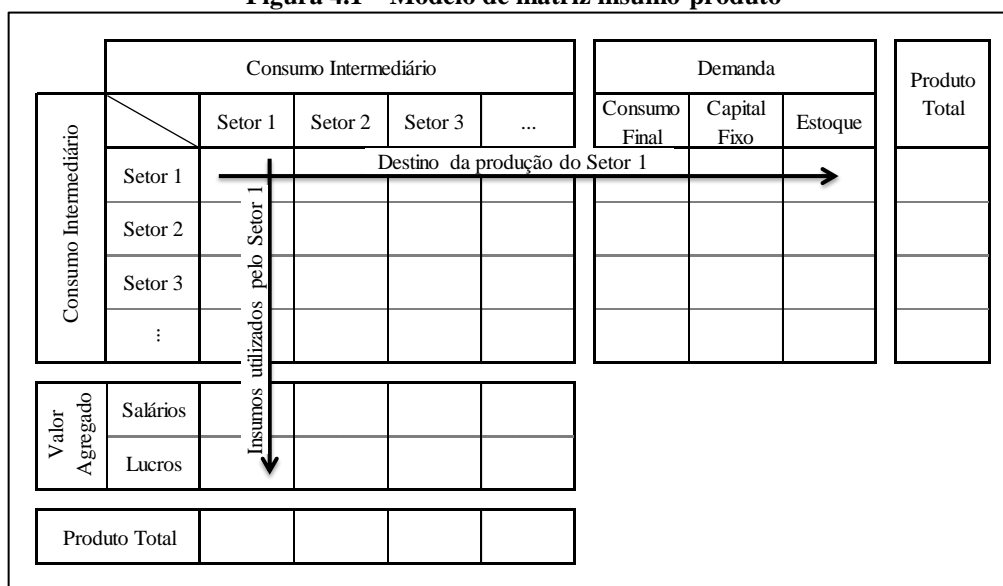
Todos os quatro fenômenos aqui descritos acontecem concomitantemente nas trocas internacionais, tornando impossível a análise isolada de cada um deles. Entretanto, podemos observá-los em conjunto ao contrastar os fluxos monetários do comércio internacional com as horas de trabalho necessárias para a produção das mercadorias exportadas/importadas pelos diversos países.

Por outro lado, enquanto os dados monetários sobre o comércio internacional são abundantes, as informações sobre as grandezas dos valores transacionados não são apresentadas pelos órgãos oficiais de estatísticas – a despeito de fornecerem os meios necessários para obtê-la. Assim, com o intuito de prover o pesquisador de um modo pelo qual possa inferir a transferência de horas de trabalho que existe por trás das trocas internacionais, expomos aqui o instrumental analítico consolidado por Wassily Wassilyovitch Leontief (1983) para aplicação sobre matrizes insumo-produto.

A matriz insumo-produto é um registro da atividade econômica de dada região em dado período de tempo que evidencia a forma como cada setor econômico transaciona com os demais para gerar o montante de mercadorias destinadas ao consumo e investimento. Como podemos observar pelo modelo de matriz insumo-produto (Figura 4.1), ela apresenta o destino da produção de cada setor (linhas), assim como os insumos necessários para a realização dessa referida produção (colunas).

²⁹⁶ Entretanto, é preciso observar que, graças ao poder de monopólio de Ia, o setor Ib também irá transferir parcela do mais-valor por ele gerado para aquele. Com isso, das 8,2 horas de trabalho que se apropriou com as transações com o setor II, apenas 4,8 horas serão efetivamente retidas por Ib.

Figura 4.1 – Modelo de matriz insumo-produto



Fonte: elaboração própria.

A área de interseção entre os destinos e os insumos de todos os setores, representada pelo quadrante superior esquerdo na Figura 4.1, apresenta o consumo intermediário do período, ou seja, o montante de mercadorias que foram produzidas com o intuito de servir de insumo para a produção de outras. À direita da área do consumo intermediário, temos o destino final encontrado pelas mercadorias produzidas no período, seja o de atender ao consumo final dos trabalhadores e capitalistas ou de servir de investimento na forma de capital fixo ou estoque.

Já a região abaixo da área de consumo intermediário apresenta o valor agregado por cada setor da produção, em outras palavras, a quantidade de valor (trabalho vivo) que cada um deles cria no decorrer do processo produtivo. Como as matrizes registram a produção em termos de preços, e não de valores, teremos na área do valor agregado a forma monetária como o trabalho vivo se divide entre os capitalistas (na forma de lucro)²⁹⁷ e trabalhadores (como salários) de cada setor.

Uma matriz insumo-produto multirregional (Figura 4.2) é capaz de mostrar essa mesma interdependência setorial tal como ocorre entre distintas regiões economicamente relacionadas. O relevante para nossa análise é que podemos observar as transações inter-regionais de mercadorias nos pontos de interseção entre as distintas regiões. Tal como indicado na Figura 4.2, a soma dos valores apresentados nas áreas da matriz indicadas por

²⁹⁷ Claro que esses lucros não passam do mais-valor apropriado pelos capitalistas do setor, o que – conforme vimos na presente seção – não é equivalente ao mais-valor gerado por seus trabalhadores.

“País A → País B” apresentamo-nos as exportações em termos monetários de A para B, enquanto que as importações referem-se às células indicadas por “País B → País A”.

Figura 4.2 – Modelo de matriz insumo-produto multirregional

		Consumo Intermediário						Demanda						Produto Total
		País A			País B			País A			País B			
		Setor 1	Setor 2	...	Setor 1	Setor 2	...	Consumo Final	Capital Fixo	Estoque	Consumo Final	Capital Fixo	Estoque	
Consumo Intermediário	País A	País A → País B			País A → País B			País A → País B			País A → País B			
	País B	País B → País A			País B → País A			País B → País A			País B → País A			
	Valor Agregado	Salários			Lucros									
Produto Total														

Fonte: elaboração própria.

Contudo, para atender ao objetivo ao qual nos propusemos na presente seção, é necessário descobrir não apenas o valor monetário das exportações e importações entre as regiões, mas também a quantidade de trabalho que está presente nessas mercadorias intercambiadas. Para tanto, precisamos adicionar ao modelo de matriz insumo-produto as informações sobre a quantidade de horas trabalhadas em cada setor de todas as economias envolvidas, e calcular as informações de que necessitamos seguindo os passos explicados a seguir.

Primeiro, calculamos a matriz de coeficientes técnicos, que representam a quantidade monetária de insumos de cada tipo que está contida em uma unidade monetária do produto final de cada setor. Denotando por M uma matriz $N \times N$ contendo todas as informações sobre o consumo intermediário dos N setores da economia, e por P um vetor de N colunas representado o produto total de cada setor, podemos calcular a matriz de coeficientes técnicos A ($N \times N$) de tal modo que:

$$a_{ij} = \frac{m_{ij}}{p_j}$$

A partir desse ponto, podemos calcular a matriz inversa de Leontief (L), tal que:

$$L = (I - A)^{-1}$$

Onde I representa uma matriz identidade $N \times N$.

A matriz inversa de Leontief nos permite calcular a quantidade horas de trabalho contida em cada unidade monetária das mercadorias produzidas por cada setor. Antes, no entanto, é preciso calcular o vetor T de N colunas, que representa o insumo “trabalho”, ou seja, a quantidade horas efetivamente trabalhadas pelos trabalhadores de cada setor na produção de uma unidade monetária de seu produto final. Tomando por h_j a quantidade de horas trabalhadas no setor j da economia, temos:

$$t_j = \frac{h_j}{p_j}$$

E então, fazemos:

$$Q = T \cdot L$$

Multiplicando os elementos de cada linha da matriz insumo-produto pela respectiva coluna do vetor Q , teremos a reprodução dessa matriz em termos de horas trabalhadas²⁹⁸. Com isso, podemos calcular, do mesmo modo que fizemos para os fluxos monetários das exportações e importações, o montante de horas de trabalho transacionadas entre países e averiguar, assim, a existência de transferências desiguais de valor trabalho no comércio internacional.

²⁹⁸ O leitor que deseje obter uma explicação mais detalhada do que foi exposto pode recorrer a Leontief (1983, p. 75–78), ou Shaikh e Tonak (1994, p. 78–86).

**Figura 4.3 – Exemplo de matriz insumo-produto multirregional
(em unidades monetárias)**

Consumo Intermediário					Demanda		Produto Total
		País A		País B	País A	País B	
		Setor Ia	Setor Ib	Setor II			
País A	Setor Ia	32,5	32,5	65,0	0,0	0,0	130,0
	Setor Ib	29,1	29,1	58,2	0,0	0,0	116,4
País B	Setor II	0,0	0,0	0,0	123,2	176,8	300,0
Valor Agregado		68,4	54,8	176,8			300,0
Salários		25,0	25,0	100,0			150,0
Lucros		43,4	29,8	76,8			150,0
Produto Total		130,0	116,4	300,0			546,4

Fonte: elaboração própria.

Para facilitar a compreensão do método exposto, podemos demonstrá-lo resgatando o exemplo hipotético apresentado na seção 4.1.2.4 (p. 200), o qual rerepresentamos na forma de uma matriz insumo-produto multirregional, conforme a Figura 4.3, acima.

Podemos identificar o montante monetário das trocas internacionais por meio das áreas correspondentes àquelas indicadas na Figura 4.2, o que nos permite observar que as exportações da nação A para B são equivalentes às suas importações provenientes daquela nação ($65 + 58,2 = 123,2$). Para descobrirmos se há transferência de valor nessa aparente troca de equivalentes, precisamos rerepresentar essa matriz insumo-produto em termos de horas trabalhadas. Para isso, nosso primeiro passo consiste em calcular a matriz de coeficientes técnicos A , de modo que teremos:

$$A = \begin{bmatrix} 32,5/130 & 32,5/116,4 & 65/300 \\ 29,1/130 & 29,1/116,4 & 58,2/300 \\ 0/130 & 0/116,4 & 0/300 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 0,25 & 0,2792 & 0,2167 \\ 0,2238 & 0,25 & 0,1940 \\ 0 & 0 & 0 \end{bmatrix}$$

A partir daí, calculamos a matriz inversa de Leontief:

$$L = \left(\begin{bmatrix} 1 & 0 & 0 \\ 0 & 1 & 0 \\ 0 & 0 & 1 \end{bmatrix} - \begin{bmatrix} 0,25 & 0,2792 & 0,2167 \\ 0,2238 & 0,25 & 0,1940 \\ 0 & 0 & 0 \end{bmatrix} \right)^{-1} = \begin{bmatrix} 1,5 & 0,5584 & 0,4333 \\ 0,4477 & 1,5 & 0,3880 \\ 0 & 0 & 1 \end{bmatrix}$$

É preciso, agora, utilizar os dados sobre a quantidade de horas trabalhadas dispendidas em cada setor. Como esses dados não estão disponíveis na maioria das matrizes insumo-produto, devemos recorrer às fontes estatísticas responsáveis pelo levantamento do nível de emprego de cada economia envolvida. Assim, para o nosso exemplo, teremos:

$$T = \left[\begin{array}{ccc} 50 & 50 & 200 \\ 130 & 116,4 & 300 \end{array} \right] = [0,3846 \quad 0,4296 \quad 0,6667]$$

Com isso, podemos calcular o vetor Q , a partir do qual poderemos converter toda a nossa matriz de insumo-produto:

$$Q = T \cdot L = [0,3846 \quad 0,4296 \quad 0,6667] \cdot \left[\begin{array}{ccc} 1,5 & 0,5584 & 0,4333 \\ 0,4477 & 1,5 & 0,3880 \\ 0 & 0 & 1 \end{array} \right]$$

De modo que:

$$Q = [0,7692 \quad 0,8591 \quad 1]$$

Multiplicando cada linha dos quadrantes de consumo intermediário, demanda e produto total pelas colunas respectivas do vetor Q , temos a matriz insumo-produto multirregional de nosso exemplo apresentada em termos de quantidade de horas de trabalho (i.e., grandeza do valor)²⁹⁹.

²⁹⁹ O valor agregado consiste, como já indicamos, no trabalho vivo dispendido em cada setor. O capital variável pode ser calculado a partir da soma das horas de trabalho contidas nas mercadorias que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores. Caso este último dado não esteja disponível, pode-se utilizar alternativamente a composição do consumo final de cada nação apresentado no quadrante da demanda. Os lucros são obtidos deduzindo-se do valor agregado tanto o capital variável quanto o montante de horas de trabalho transferidas para outros setores por meio do comércio.

Figura 4.4 – Exemplo de matriz insumo-produto multirregional (em horas trabalhadas)

Consumo Intermediário					Demanda		Produto Total
		País A		País B	País A	País B	
		Setor Ia	Setor Ib	Setor II			
País A	Setor Ia	25,0	25,0	50,0	0,0	0,0	100,0
	Setor Ib	25,0	25,0	50,0	0,0	0,0	100,0
País B	Setor II	0,0	0,0	0,0	123,2	176,8	300,0
Valor Agregado		50,0	50,0	200,0			300,0
Capital variável		25,0	25,0	100,0			150,0
Lucros		43,4	29,8	76,8			150,0
Transferências		18,4	4,8	-23,2			0,0
Produto Total		100,0	100,0	300,0			500,0

Fonte: elaboração própria.

Analisando novamente as transações internacionais, tal como sugere a Figura 4.2, é notória a desigualdade em termos de horas trabalhadas das exportações e importações dos países hipotéticos analisados. Enquanto a nação A exporta uma quantidade de mercadorias que constituem a cristalização de 100 horas de trabalho, ela importa de B um montante de 123,2 horas. Do mesmo modo que havíamos observado anteriormente³⁰⁰, temos que o país B cede gratuitamente 23,2 horas de trabalho para a nação A.

Um estudo similar ao sugerido aqui foi realizado recentemente por Alsamawi, Murray e Lenzen (2014) para um conjunto de 187 países e territórios, a partir de uma matriz de insumo-produto multirregional elaborada por Lenzen e outros (2012, 2013), e dos dados da Organização Internacional do Trabalho sobre a mão de obra empregada em cada setor e região (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2015), ambos para o período de 2010. É interessante observar que, mesmo partindo de categorias da economia burguesa de Adam Smith e adotando uma postura política conservadora, os autores concluem que seu estudo “[...] reveals exploitation through complex pathways affecting millions of people worldwide [...]”³⁰¹ (ALSAMAWI; MURRAY; LENZEN, 2014, p. 68).

Ao observarem os dados relacionados com a transferência de trabalho entre os países, os autores perceberam que diferentes países desempenham papéis distintos na dinâmica econômica mundial. Traçando uma analogia com a relação de servidão das economias feudais, os autores argumentam que, enquanto alguns países aparecem como senhores que

³⁰⁰ Cf. seção 4.1.2.4, p. 198.

³⁰¹ “[...] revela a exploração através de vias complexas que afetam milhões de pessoas em todo o mundo [...]”.

controlam o trabalho alheio, outros aparecem como países servos, responsáveis em realizar o trabalho que será usufruído pelos primeiros.

Em seus resultados, chama atenção a situação da China e Índia, que juntas são responsáveis pelo fornecimento de horas de trabalho equivalente ao emprego em tempo integral de mais de 200 milhões de trabalhadores ao resto do mundo. Por outro lado, as mercadorias importadas por esses dois países são produzidas por um total de 31,8 milhões de trabalhadores em tempo integral, o que evidencia uma cessão gratuita do trabalho de cerca de 170 milhões de trabalhadores – aproximadamente 13,5% da população empregada por ambos.

**Tabela 4.14 – Pegada de Emprego das mercadorias importadas
(em milhões de equivalentes de trabalhadores em tempo integral)**

País ou Região	Pegada de Emprego	Origem		
		China	Índia	Resto do mundo*
EUA	72,9	27,3	9,8	35,8
Japão	53,0	21,6	3,4	28,0
Alemanha	32,1	9,0	3,7	19,4
Reino Unido	28,6	7,5	4,2	16,9
Hong Kong	25,4	17,3	1,0	7,1
China	21,2	***	2,9	18,3
França	20,9	5,3	2,2	13,4
Suíça	15,2	2,2	1,1	11,9
Austrália	11,1	4,9	**	**
Índia	10,6	3,0	***	7,6
Singapura	9,5	2,6	1,2	5,7
Países Baixos	7,6	2,1	0,8	4,7
Emirados Árabes Unidos	7,5	1,5	3,6	2,4
Total	315,6	104,3	33,9	171,2

Fonte: Alsamawi, Murray e Lenzen (2014).

Notas: * cálculo próprio; ** dado não apresentado pelos autores; *** consumo interno.

A nação que absorve a maior quantidade de horas trabalhadas para a produção das mercadorias exportadas são os Estados Unidos da América (Tabela 4.14). Analisando suas relações com os dois países citados anteriormente, vemos que os EUA obtém o trabalho de 37,1 milhões de trabalhadores chineses e indianos, em troca do qual cede o trabalho de menos de 2 milhões de seus próprios trabalhadores.

Sem ignorar o mérito da contribuição do estudo citado, é preciso observar duas dificuldades que o mesmo apresenta no sentido de identificar a transferência de mais-valor tal como apontamos na presente seção. Em *primeiro* lugar, devemos ressaltar que, ao partirem dos dados da contabilidade social convencional, sua análise acaba por distorcer as informações sobre a produção e distribuição de riqueza.

Como ressaltam Shaikh e Tonak (1994), uma análise das contas nacionais a partir da categoria marxista de valor trabalho deve observar a distinção entre os trabalhos produtivos e improdutivos. Enquanto este último consiste em dispêndio de trabalho humano que não tem por objetivo a produção e/ou conservação de um valor de uso, o primeiro revela-se como a verdadeira fonte da riqueza produzida em uma sociedade³⁰². Portanto, é imperativo que apenas os setores considerados produtivos entrem no cálculo da quantidade de horas de trabalho dispendidos na produção das mercadorias³⁰³.

A *segunda* dificuldade resulta do fato de que as trocas de mercadorias são mediadas pelo dinheiro ($M - D - M$), sem a necessidade de que a primeira metamorfose ($M - D$) seja imediatamente sucedida pela segunda ($D - M$). Isso resulta, concretamente, em trocas internacionais com montantes monetários desiguais, de modo que uma determinada nação possa se encontrar em uma posição superavitária ou deficitária conforme o montante de suas exportações seja maior ou menor do que de suas importações³⁰⁴.

Conseqüentemente, o mero contraste com a quantidade de horas de trabalho transacionadas não será suficiente para determinar a transferência de mais-valor pelo comércio internacional, pois uma maior absorção de valor pode ser resultado de um superávit da balança comercial. Podemos exemplificar essa problemática resgatando mais uma vez o exemplo hipotético anterior.

Supondo que os capitalistas do setor Ia da nação A tenham decidido adiar o consumo de \$43,2 do lucro que obtiveram, destinando esses recursos para a formação de poupança, seus análogos do setor II do país B se verão forçados a estocar (i.e., investir) o mesmo montante monetário de suas mercadorias³⁰⁵. Com isso, esta última nação apresentaria saldos

³⁰² Uma vez que coexistem no interior das nações tanto o modo de produção capitalista quanto outras formas de relação de produção e distribuição de mercadorias, é preciso adotar a definição ampla de trabalho produtivo apresentada por Marx – i.e., deve-se considerar produtivo “[...] aquele trabalho que se realiza num *produto*, mais concretamente numa *mercadoria*” (MARX, 1985a, p. 109 grifos do autor) – com o intuito de determinar o montante da riqueza produzida nacionalmente, e não a definição que se circunscreve às relações capitalistas – i.e., a de que “[...] somente é produtivo aquele trabalho que [...] gera mais-valia [...]” (MARX, 1985a, p. 108).

³⁰³ Devemos ressaltar que ainda assim os dados apresentarão alguma distorção, em virtude de haver realização de trabalho improdutivo também nos setores produtivos, assim como de haver uma parcela de trabalho produtivo sendo realizado em setores majoritariamente improdutivos.

³⁰⁴ Inclusive, um caso comum das economias dependentes deve ser a necessidade de obtenção de superávits comerciais para fazer frente à necessidade de divisas para arcar com os fluxos monetários de juros, lucros, royalties, etc. E ainda, na situação em que tais nações não consigam realizar tal superávit, as mesmas observarão uma desvalorização em suas moedas que irá desequilibrar ainda mais, em favor das economias dominantes, a relação entre a quantidade de horas de trabalho presente nas mercadorias transacionadas.

³⁰⁵ Poder-se-ia argumentar que a poupança de \$43,2 formada pelos capitalistas de Ia será utilizada para a aquisição das mercadorias do setor II em um futuro e que, portanto, estariam destinadas a realizar o valor destas e concretizar a transferência de mais-valor entre setores. Todavia, é preciso lembrar que o destino dado aos recursos poupados pode ser diverso. Os capitalistas de Ia poderiam, por exemplo, adquirir produtos provenientes de uma terceira nação C; ou então, poderiam utilizar esses recursos para ampliar a acumulação

comerciais deficitários que resultariam em uma transferência de horas trabalhadas inferior da quantidade que recebe de A.

Analisando a nova situação da matriz insumo-produto em termos de horas trabalhadas (Figura 4.5), veremos que enquanto o país A destina 100 horas de sua produção para a nação B, esta lhe concede em troca apenas 80 horas. Mas essas 20 horas de trabalho obtidas a mais por B resultam de um déficit comercial de \$42,3, de modo que não constitui cessão gratuita de mais-valor por meio do comércio internacional. Ao contrário, o que se observa é que, além da venda de mercadorias que cristalizam 80 horas de trabalho pela nação B terem lhe garantido a apropriação de apenas 66,8 horas de trabalho da nação A³⁰⁶, aquela ainda teve de despende um montante monetário de \$42,3 para adquirir as 33,2 horas restantes de trabalho que lhe eram necessárias.

Figura 4.5 – Matriz insumo-produto multirregional com desequilíbrio na balança comercial (em horas trabalhadas)

		Consumo Intermediário			Demanda		Produto Total
		País A		País B	País A	País B	
		Setor Ia	Setor Ib	Setor II			
País A	Setor Ia	25,0	25,0	50,0	0,0	0,0	100,0
	Setor Ib	25,0	25,0	50,0	0,0	0,0	100,0
País B	Setor II	0,0	0,0	0,0	80,0	220,0	300,0

Fonte: elaboração própria.

O que precisamos descobrir, portanto, é quanto valor adicional a nação B transferiu para A com a aquisição extra de \$42,3 em mercadorias do setor Ia. Para observarmos esse efeito é preciso compreender que a transferência de valor ocorre nas duas etapas do processo de metamorfose das mercadorias ($M - D$ e $D - M$). Quando vendem suas mercadorias, os capitalistas do setor II obtêm em troca uma quantidade de dinheiro que expressa o preço das mesmas, mas uma grandeza de valor distinta da que possuem. Do mesmo modo, quando compram mercadorias com o dinheiro que obtiveram na venda, trocam magnitudes iguais em termos monetários, mas desiguais em termos de horas de trabalho.

É preciso, portanto, levar em consideração o valor *expresso* pelo dinheiro. Se tal empreitada se mostra difícil em um cenário no qual o dinheiro desmaterializado não assenta

capitalista, comprando mercadorias produzidas pelos setores do seu próprio país; ou destiná-los ao pagamento de juros, digamos, aos bancos da própria nação B.

³⁰⁶ 50 horas provenientes dos produtos produzidos pelo setor Ib (com um custo de \$58,2), e 16,8 horas presentes em \$21,8 de mercadorias do setor Ia.

em nenhuma mercadoria em particular, ela não se torna menos complexa quando o papel-moeda representa uma determinada quantidade de dinheiro-mercadoria. Afinal, o que se trata de determinar não é o valor do dinheiro – *i.e.*, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria que serve como equivalente geral –, mas o valor que ele expressa, ou seja, a grandeza do valor que, em média, ele permite ao seu portador obter.

Uma forma razoável de solucionar esse impasse consiste em considerar o dinheiro como expressão do poder de compra tal qual se observa nas próprias transações internacionais. Assim, teríamos em nosso exemplo que, em média, uma unidade monetária permite ao seu possuidor adquirir o montante de aproximadamente 0,8858 horas de trabalho no mercado internacional – isto é, a soma da quantidade de horas de trabalho presente nas mercadorias vendidas tanto por A quanto por B ($100 + 80 = 180$), dividida pela soma dos preços dessas mercadorias ($123,2 + 80 = 203,2$).

Com isso, podemos observar que a nação B determinaria uma transferência de valor em favor do país A tanto no momento em que vende quanto quando compra mercadorias no mercado mundial. Vejamos:

Tabela 4.15 – Saldo do comércio internacional para a nação B

	Horas cedidas	Horas recebidas	Saldo
Exportações	80	$80 \cdot 0,8858 = 70,9$	-9,1
Importações	$123,2 \cdot 0,8858 = 109,1$	100	-9,1
Total	189,1	170,9	-18,2

Portanto, mesmo tendo observado um superávit em termos de horas de trabalho cristalizadas nas mercadorias obtidas por meio do comércio internacional, podemos concluir que o país B transferiu 18,2 horas de trabalho do mais-valor gerado em seu território para os capitalistas da nação A. Além disso, esta última obteve ainda uma quantidade de divisas que, caso utilize em um futuro para adquirir mercadorias de B, poderá gerar uma nova transferência de valor.

Com o intuito de exemplificar a aplicação da metodologia aqui indicada, apresentamos os resultados obtidos por meio da análise de uma matriz insumo-produto multirregional abrangendo 39 países e a região de Taiwan para o período de 1995 a 2009. Tais dados foram levantados por Timmer e outros (2015), e também apresentam as informações relacionadas à

quantidade de horas de trabalho efetivamente dispendida em cada setor produtivo e suas respectivas regiões³⁰⁷.

Tabela 4.16 – Transferência de mais-valor via comércio internacional – países beneficiados – média anual do período entre 1995 e 2009 (em milhões de horas trabalhadas)

País e região	(A) Mais-valor obtido do exterior via comércio internacional	(B) Horas trabalhadas nos setores produtivos	(A/B) %
Estados Unidos	46,82	98,4	47,6%
Japão	43,32	60,9	71,2%
Alemanha	32,86	28,0	117,2%
Canadá	12,87	11,8	108,8%
França	10,77	17,2	62,5%
Itália	9,86	20,6	47,9%
Reino Unido	9,58	20,6	46,4%
Países Baixos	7,77	5,2	150,8%
Coreia do Sul	7,42	26,4	28,1%
Austrália	5,67	8,4	67,5%
Bélgica	4,52	2,7	169,4%
Irlanda	3,56	1,8	194,4%
Taiwan	3,09	12,0	25,8%
Suécia	2,72	4,0	68,7%
Finlândia	2,29	2,3	98,7%
Dinamarca	1,80	2,3	78,6%
Áustria	1,23	3,4	35,7%
Espanha	1,18	14,4	8,2%
Total	207,31	340,5	60,9%

Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: Cálculo próprio.

Para o conjunto de países beneficiados pelas trocas internacionais, os dados que obtivemos são significativamente similares àqueles apresentados por Alsamawi, Murray e Lenzen (2014), conforme pode ser observado na Tabela 4.16, acima. Mesmo considerando as transferências líquidas de mais-valor e restringindo a análise aos 40 países e território analisados³⁰⁸, os Estados Unidos, Japão e Alemanha continuam ocupando a posição dos principais países beneficiados pelas trocas internacionais. Por outro lado, Canadá, Itália e

³⁰⁷ Além disso, os autores também estratificam as horas trabalhadas conforme o grau de qualificação da força de trabalho, dando margem para o tratamento da diferença entre trabalho simples e complexo. Para simplificar a aplicação do método de análise proposto, tratamos todo o trabalho como se fosse simples.

³⁰⁸ Que totalizam cerca de 60% de todo o trabalho produtivo de todo o mundo. Ao incluirmos os dados relacionados às trocas internacionais entre esse grupo de países e o resto do mundo, os resultados obtidos são bem distintos, demonstrando que muitas nações cedem mais-valor no comércio com algumas nações, mas absorvem no comércio com outras, servindo como verdadeiros pontos de passagem para a transferência de valor.

Coréia do Sul – países que não apareciam em lugar de destaque no estudo anteriormente citado – mostraram-se também como nações significativamente favorecidas.

Com relação às nações desfavorecidas pelas transferências de horas de trabalho via comércio internacional (Tabela 4.17), observamos que China e Índia ocupam um lugar de destaque – de modo similar ao estudo apresentado por Alsamawi, Murray e Lenzen – constituindo-se em origem de 84% de todo o valor transferido para o primeiro grupo. Podemos observar que tal valor representa 9,7% de todo o trabalho realizado pelos trabalhadores chineses e indianos.

Tabela 4.17 – Transferência de mais-valor via comércio internacional – países desfavorecidos – média anual do período entre 1995 e 2009 (em milhões de horas trabalhadas)

País e região	(A) Mais-valor obtido do exterior via comércio internacional	(B) Horas trabalhadas nos setores produtivos	(A/B) %
China	-117,47	996,2	-11,8%
Índia	-57,25	811,0	-7,1%
Indonésia	-8,09	96,8	-8,4%
Brasil	-6,11	90,7	-6,7%
México	-5,14	50,9	-10,1%
Romênia	-2,47	13,7	-18,1%
Polônia	-1,87	18,5	-10,1%
Rússia	-1,59	98,8	-1,6%
Grécia	-1,37	4,4	-30,9%
Portugal	-1,32	5,1	-25,8%
Turquia	-1,26	28,7	-4,4%
Bulgária	-0,86	3,6	-23,7%
Hungria	-0,85	5,1	-16,8%
Tchéquia	-0,51	5,9	-8,5%
Lituânia	-0,32	1,7	-18,8%
Letônia	-0,21	0,8	-25,0%
Estônia	-0,17	0,7	-25,0%
Eslovênia	-0,16	1,1	-15,4%
Chipre	-0,13	0,3	-47,4%
Malta	-0,08	0,1	-62,5%
Eslováquia	-0,06	2,2	-9,0%
Luxemburgo	-0,03	0,2	-9,0%
Total	-207,31	2.236,7	-9,3%

Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: Cálculo próprio.

Em nossa análise, Indonésia, Brasil e México também aparecem como fornecedores de uma quantidade significativa de mais-valor para as outras nações. Contudo, essas cinco

principais nações desfavorecidas ocupam tal posição, sobretudo, devido à extensão de seu exército industrial ativo, enquanto que nações como Malta, Chipre e Grécia aparecem como aquelas que mais sofrem com tais transferências diante da quantidade que enviam ao exterior em proporção ao valor gerado em seus territórios.

Outra informação de interesse que os dados nos revelam é que, enquanto os países desfavorecidos transferem em média 9,3% do valor que geram em seu território, essa mesma magnitude representa um acréscimo de 60,9% no valor consumido pelas nações beneficiadas. Isto nos sugere que os efeitos desse fenômeno são muito mais significativos para a dinâmica econômica desses últimos do que para os primeiros.

Por fim, a análise das relações de dependência em uma nação pode utilizar-se do instrumental analítico aqui apresentado para averiguar como os diferentes setores da economia dependente se entrelaçam com aqueles das regiões dominantes, e como cada um deles influenciam essa transferência de valor pelo comércio internacional. Apresentamos, para ilustrar esse tipo de análise, o caso particular do México em contraste com a nação que mais absorve a maior parcela do seu mais-valor transferido por meio do comércio internacional: os Estados Unidos da América. Sintetizamos os dados para o ano de 2009, e apresentamos tanto os fluxos monetários (Figura 4.6) quanto em termos de horas trabalhadas (Figura 4.7).

Calculando o saldo comercial entre essas nações a partir das áreas de interseção das matrizes de insumo-produto, vemos que a economia mexicana encontra-se em posição superavitária em termos monetários, mas deficitária com relação às horas trabalhadas expressas nas mercadorias transacionadas (Tabela 4.18). Essa posição deficitária deve-se, sobretudo, ao fato do país ter vendido uma parcela de suas mercadorias ($M - D$) e não ter completado o processo de metamorfose com a compra de outras ($D - M$). Desse modo, cedeu horas de trabalho pelas quais recebeu em troca um montante de dinheiro, mas não de mercadorias.

		Consumo Intermediário											Demanda			Produto Total
		México					EUA					Resto do Mundo	México	EUA	Resto do Mundo	
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5					
México	Setor 1	6.178	19.271	40.063	61	2.342	1.575	2.299	18.431	8	3.498	4.822	31.920	1.706	598	132.772
	Setor 2	3.752	19.814	1.853	2.592	3.500	42	675	87	132	218	881	108.489	9.655	3.719	155.407
	Setor 3	5.119	5.284	19.341	12.004	31.622	494	944	5.832	3.783	3.719	10.539	52.253	6.291	2.072	159.295
	Setor 4	171	535	672	11.216	2.080	272	1.269	2.519	17.647	3.848	7.597	20.627	57.882	15.507	141.842
	Setor 5	2.855	7.153	5.846	4.103	20.495	49	196	353	207	466	2.206	278.935	5.223	2.364	330.449
EUA	Setor 1	978	3.398	85	5	136	70.343	170.473	150.990	2.420	49.303	41.788	982	191.899	8.988	691.789
	Setor 2	541	4.050	544	1.016	822	29.911	249.763	25.705	17.795	83.421	33.761	7.254	828.415	59.712	1.342.708
	Setor 3	2.337	2.394	8.674	5.913	10.225	47.640	75.642	395.027	173.808	296.498	149.183	10.210	568.766	66.456	1.812.773
	Setor 4	140	286	691	12.267	2.021	6.511	10.086	19.081	185.191	77.549	178.200	21.053	607.777	230.986	1.351.839
	Setor 5	43	74	83	336	161	31.183	65.201	80.518	30.623	152.329	43.297	898	3.637.583	57.222	4.099.551
Resto do Mundo		2.648	5.656	8.810	33.140	12.201	25.712	56.121	245.983	117.975	116.967	24.303.103	50.758	809.994	27.811.800	53.600.869
Total		24.764	67.915	86.660	82.651	85.606	213.733	632.668	944.524	549.588	787.816	24.775.377				
Valor Agregado		108.008	87.493	72.635	59.191	244.843	478.056	710.040	868.249	802.250	3.311.736	28.825.493				
Produto Total		132.772	155.407	159.295	141.842	330.449	691.789	1.342.708	1.812.773	1.351.839	4.099.551	53.600.869				

Figura 4.6 - Matriz insumo-produto multirregional evidenciando as relações entre México e Estados Unidos da América - 2009 (em US\$ milhões)

Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: setor 1 - agricultura e indústria extrativa; setor 2 - indústria de transformação com intensidade tecnológica baixa; setor 3 - indústria de transformação com intensidade tecnológica média; setor 4 - indústria de transformação com intensidade tecnológica alta; setor 5 - outros setores produtivos. Cálculo próprio.

		Consumo Intermediário											Demanda			Produto Total
		México					EUA					Resto do Mundo	México	EUA	Resto do Mundo	
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5					
México	Setor 1	1.673	6.128	437	1	91	178	735	173	0	36	272	7.296	353	188	17.561
	Setor 2	414	2.358	176	335	429	5	80	12	21	32	109	12.168	1.529	478	18.145
	Setor 3	146	212	649	566	1.106	17	49	222	162	159	415	1.543	260	88	5.595
	Setor 4	11	34	45	756	140	21	93	187	1.206	279	513	1.351	3.955	1.012	9.603
	Setor 5	164	438	327	277	1.614	4	17	35	21	43	183	28.386	564	182	32.254
EUA	Setor 1	39	137	2	0	3	2.423	6.831	1.630	25	540	1.261	36	4.167	342	17.436
	Setor 2	23	135	14	29	23	1.277	8.679	677	425	2.756	941	278	29.493	2.211	46.961
	Setor 3	40	45	151	114	201	957	1.419	7.124	3.369	6.253	2.728	210	12.111	1.267	35.988
	Setor 4	3	6	14	231	40	133	195	367	3.717	1.474	3.419	420	12.057	4.547	26.622
	Setor 5	1	1	1	6	3	555	1.028	1.267	564	2.961	830	16	75.964	1.072	84.269
Resto do Mundo		401	1.396	507	2.489	827	5.126	18.754	16.187	7.846	9.481	3.578.739	5.600	122.740	4.320.481	8.090.574
Total		2.915	10.889	2.323	4.804	4.477	10.695	37.880	27.881	17.357	24.015	3.589.409				
Valor Agregado		14.646	7.256	3.272	4.799	27.778	6.741	9.081	8.107	9.265	60.255	4.501.165				
Produto Total		17.561	18.145	5.595	9.603	32.254	17.436	46.961	35.988	26.622	84.269	8.090.574				

Figura 4.7 - Matriz insumo-produto multirregional evidenciando as relações entre México e Estados Unidos da América - 2009 (em milhões de horas trabalhadas)

Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: setor 1 - agricultura e indústria extrativa; setor 2 - indústria de transformação com intensidade tecnológica baixa; setor 3 - indústria de transformação com intensidade tecnológica média; setor 4 - indústria de transformação com intensidade tecnológica alta; setor 5 - outros setores produtivos. Cálculo próprio.

Tabela 4.18 – Balança comercial do México em relação aos Estados Unidos da América – 2009

Setor	Exportações		Importações		Saldo	
	US\$ (milhões)	Horas (milhões)	US\$ (milhões)	Horas (milhões)	US\$ (milhões)	Horas (milhões)
1	27.517	1.475	5.585	217	21.932	-1.259
2	10.808	1.679	14.227	502	-3.419	-1.177
3	21.061	869	39.752	760	-18.691	-109
4	83.438	5.741	36.458	713	46.979	-5.028
5	6.494	683	1.595	27	4.899	-656
Total	149.317	10.448	97.617	2.220	51.700	-8.228

Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: setor 1 - agricultura e indústria extrativa; setor 2 - indústria de transformação com intensidade tecnológica baixa; setor 3 - indústria de transformação com intensidade tecnológica média; setor 4 - indústria de transformação com intensidade tecnológica alta; setor 5 - outros setores produtivos. Cálculo próprio.

Para desvendar o significado por trás desses dados, é necessário averiguar a magnitude de valor (horas de trabalho) expressa pelo saldo monetário superavitário obtido por essa nação. Para tanto, podemos obter a expressão em horas de trabalho de uma unidade monetária ($\frac{H}{\$}$) contrastando o preço das mercadorias exportadas por todas as economias do mundo com as horas de trabalho dispendidas na produção das mesmas. Para os dados presentes nas Figuras 4.5 e 4.6, temos:

$$\frac{H}{\$} = \frac{\sum \text{Exportações(Horas)}}{\sum \text{Exportações(\$)}} = \frac{226.081}{2.652.796} \cong 0,0852$$

A partir daí, calculamos as transferências de mais-valor tanto nas exportações quanto nas importações mexicanas:

Tabela 4.19 – Mais-valor deduzido da economia mexicana em favor dos Estados Unidos (em milhões de horas trabalhadas)

Setor	Exportações	Importações	Saldo
1	1.003	-287	717
2	-705	-779	-1.485
3	1.028	-2.821	-1.793
4	1.775	-2.571	-796
5	-98	-117	-215
Total	3.003	-6.574	-3.571

Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: setor 1 - agricultura e indústria extrativa; setor 2 - indústria de transformação com intensidade tecnológica baixa; setor 3 - indústria de transformação com intensidade tecnológica média; setor 4 - indústria de transformação com intensidade tecnológica alta; setor 5 - outros setores produtivos. Cálculo próprio.

A Tabela 4.19 revela que o comércio internacional entre México e Estados Unidos atuou em favor desse último no ano de 2009, o que lhe permitiu se apropriar gratuitamente de 3,5 bilhões de horas dispendidas pelos trabalhadores mexicanos – o que corresponde a 6% de todo o trabalho realizado nos setores produtivos. É interessante observar que a maior parcela das mercadorias exportadas pelo México concentra-se em indústrias de elevado conteúdo tecnológico, que propiciam termos de troca favoráveis ao país em vista do que pode adquirir no comércio internacional com as divisas obtidas. Entretanto, as desvantagens nas importações proveniente dos EUA são tão pronunciadas, sobretudo nos produtos das indústrias de média e alta tecnologia, que mesmo diante de um significativo superávit monetário a nação ainda observa uma elevada transferência de mais-valor.

4.1.3 Juros, capital portador de juros e capital fictício

A autonomização das formas funcionais do capital garantem meios pelos quais um setor econômico pode se apropriar indiretamente do mais-valor gerado no processo produtivo. Uma forma significativa desse fenômeno atuar no mercado mundial consiste na transferência de juros entre diferentes economias, juros que remuneram empréstimos realizados entre residentes de distintas regiões geográficas. Vejamos.

Quando um capital tomado emprestado por capitalista estrangeiro é posto a acumular em localidade e sob domínio distintos de sua origem, trata-se de capital portador de juros atuando no mercado mundial. Se denotarmos por “A” uma determinada região “cedente” desses recursos e por “B” a região “cessionária”, onde se realiza o processo de produção de mais-valor, podemos representar esse movimento de duas formas distintas, sendo a primeira como segue:

$$\overbrace{D - D}^A \rightarrow \underbrace{D - M \dots P \dots M' - D'}_B \left\{ \begin{array}{l} D'' \\ \Delta D' \end{array} \right. \rightarrow \overbrace{D'' - D''}^A \quad (4.2)$$

Tal que:

$$D' = D + \Delta D$$

$$\Delta D = \Delta D' + \Delta D''$$

$$D'' = D + \Delta D''$$

Na equação 4.2, a primeira etapa da metamorfose do capital ($D - D$) denota transferência de propriedade de uma grandeza de valor entre prestamista e mutuário que se realiza no interior da região cedente. Entretanto, aqui essa forma de capital portador de juros já se diferencia da que se restringe ao mercado local pelo fato de que aquele que toma emprestado é capitalista industrial proveniente de região distinta da qual se origina o capital.

A cessão realizada pelo prestamista não é compensada, de imediato, pelo retorno de qualquer equivalente. Por isso, com o intuito de completar o passo inicial, é preciso que, ao final do processo de acumulação, um movimento contrário seja realizado, uma transferência do mutuário ao prestamista de outra magnitude de valor ($D'' - D''$). Para quem empresta o dinheiro, o ciclo do capital portador de juros se resume a $D - D''$, não se diferenciando em nada do capital que empresta em outras condições, a não ser pelo fato já indicado de ter conseguido valorizar seu dinheiro ao transacionar com um não-residente de seu país.

No entanto, para o mutuário a coisa toda é um pouco diferente. Antes de iniciar o processo de acumulação propriamente dito, ou seja, antes de pôr a funcionar o dinheiro adquirido em empréstimo como capital, é preciso deslocá-lo ao seu país de origem. Realiza, portanto, o segundo movimento do capital dinheiro descrito na equação 4.2 ($D \rightarrow D$), tornando-o apto a desempenhar todo o restante da metamorfose do capital: a transformação do dinheiro em meios de produção e força de trabalho, o ato da produção e a venda do capital mercadoria ao consumidor para realizar o mais-valor nela contido. Ao fim desse processo, o capitalista residente possui, além do dinheiro que tomou emprestado, um mais dinheiro ($D' = D + \Delta D$) do qual uma parcela lhe pertence por tê-lo feito funcionar como capital. Após reter para si o lucro do empresário ($\Delta D'$), é preciso deslocar os recursos devidos – o capital inicial (D) acrescido de juros ($\Delta D''$) – novamente ao seu país de origem ($D'' \rightarrow D''$). Só então é que o mutuário restitui ao prestamista a propriedade do capital ($D'' - D''$).

Uma segunda forma com a qual se dá o movimento do capital portador de juros no mercado mundial é expressa pela equação 4.3:

$$\overset{A}{\widehat{D}} \rightarrow \underbrace{D - D - M \dots P \dots M' - D'}_B \left\{ \begin{array}{l} D'' - D'' \rightarrow \overset{A}{\widehat{D}} \\ \Delta D' \end{array} \right. \quad (4.3)$$

Esse caso se diferencia do anterior por duas questões: primeiro, é o prestamista quem desloca o capital para outra localidade; segundo, as transferências de propriedade do capital dinheiro ($D - D$ e $D'' - D''$) se realizam no interior da própria região cessionária. A grandeza

de valor é exportada como capital no início do processo, e retorna apenas em seu final já sob a propriedade do residente da economia cedente. Aparece como transação internacional desde o início para seu proprietário. Já para o capitalista industrial, tudo ocorre do mesmo modo de quando toma emprestado recursos de origem interna à região “B”.

A principal diferença entre os circuitos expressos pelas equações 4.2 e 4.3 refere-se às condições que determinam a taxa de remuneração do capital de empréstimo, uma vez que ela se relaciona com a localidade na qual se realiza a transação $D - D$, tanto no que diz respeito ao patamar da taxa de juros determinado pelo mercado quanto à moeda na qual a dívida deverá ser saldada³⁰⁹.

Por outro lado, vemos que existem algumas características comuns a ambas as formas, dentre as quais podemos destacar: *primeiro*, o empréstimo se dá sempre entre residente e não residente de uma economia; *segundo*, o processo produtivo se encontra formalmente subsumido ao capitalista industrial residente da região cessionária. Esses são os elementos fundamentais do capital portador de juros aplicado ao mercado mundial. Mas além deles ainda podemos apontar outros: *terceiro*, uma parcela do mais-valor gerado na produção se mantém na própria economia cessionária e é apropriado como lucro pela classe capitalista local; *quarto*, os recursos tomados em empréstimo são utilizados para adquirir mercadorias já existentes no mercado de destino, evidenciando que sua necessidade para a acumulação capitalista deriva apenas de um desenvolvimento limitado do sistema de crédito que impede o empresário local de pôr tais mercadorias para funcionar como capital sem a utilização de material monetário.

Contudo, em suas manifestações mais concretas, o capital portador de juros pode apresentar significativas variações, dentre as quais destacamos:

A) parte do capital emprestado pode ser utilizada para adquirir meios de produção e força de trabalho proveniente de nações estrangeiras. Em outras palavras, por ser concedido na forma de moeda estrangeira, tais empréstimos podem permitir a importação de mercadorias que antes seriam inviáveis para aqueles que possuem capital apenas em moeda local³¹⁰.

B) o capital estrangeiro pode penetrar a economia cessionária na forma de Investimento Estrangeiro Direto voltado para o setor financeiro. Ao constituir um banco em

³⁰⁹ Uma vez que pode ocorrer valorização ou desvalorização cambial no decurso do ciclo de acumulação, tal efeito deve ser contabilizado como custo/lucro do mutuário ou prestamista, conforme for o caso.

³¹⁰ Claro que essa diferenciação só faz sentido a partir do momento em que os conteúdos da moeda local e daquela utilizada em transações internacionais são distintos, o que significa: que o dinheiro não possui lastro em alguma mercadoria particular (ou seja, não pode ser convertido em, por exemplo, ouro por uma cotação fixa); que o tomador de empréstimo reside em uma região que não emite moeda aceita por mercados estrangeiros.

solo do país hospedeiro e operar com capital proveniente da economia emissora, mas que aparece como filial de empresa multinacional, os empréstimos realizados manifestam-se como operações entre residentes de uma mesma nação. Os juros são absorvidos pelas instituições financeiras localizadas na mesma nação do mutuário, mas são remetidos para o exterior como se fossem lucros.

Todavia, os lucros desses bancos não possuem outra origem senão nos juros que obtém dos empréstimos cedidos ao público local. Desse modo, não se deve confundir o IED aplicado no setor financeiro com a extração direta de mais-valor por meio do capital estrangeiro.

C) o dinheiro tomado emprestado pode ser utilizado não para iniciar um ciclo de acumulação do capital, mas para financiar o consumo final ou outros consumos não produtivos. Mesmo nesse caso, deve o mutuário restituir ao prestamista o montante emprestado acrescido de juros. Afinal, tanto faz ao prestamista o uso que o mutuário fará do dinheiro emprestado – se o utilizará para iniciar o processo de valorização ou não. Uma vez que cedeu capital em potência, dinheiro que poderia ter sido usado como capital, deve ser remunerado como se tratasse de capital real.

Os juros que remuneram esse capital já não são parcela de um mais-valor gerado por capital produtivo, embora sejam valor efetivo que o mutuário, seja ele um trabalhador ou capitalista da nação cessionária, transfere ao prestamista de origem estrangeira.

Devemos destacar ainda o capital fictício como forma peculiar que assume o capital portador de juros. Quando o capital estrangeiro se direciona a uma região para adquirir títulos resultantes da capitalização de rendas periódicas, temos o desdobramento do capital fictício no mercado mundial. Esse é o caso dos dois exemplos que se seguem:

D) as ações das companhias locais de capital aberto – ações essas que são meros títulos de propriedade sobre parcela do mais-valor esperado capitalizado à taxa de juros vigente – podem ser adquiridas por investidores estrangeiros, permitindo-lhes valorizarem duplamente o dinheiro invertido. Primeiro, seu capital fictício valoriza-se ao absorver parcela do mais-valor extraído pela empresa local sob a forma de dividendos distribuídos aos acionistas.

Segundo, pode valorizar-se também com a ampliação do valor nominal da referida ação, baseada em uma elevação da expectativa quanto ao lucro futuro da empresa, em uma redução da taxa média de juros, ou em simples movimentos especulativos. Nesses casos, seu proprietário pode vendê-la no mercado em troca de mais dinheiro do que dispendeu ao comprá-la. Seu ganho fictício – fictício, pois não está ancorado em uma ampliação real da

riqueza – não consiste em absorção de mais-valor, a despeito de ser valor excedente que recebe do novo proprietário do título³¹¹.

E) os títulos da dívida pública da nação cessionária podem ser adquiridos por capitalistas não residentes. Nesse caso, como resultado de sua propriedade sobre o título da dívida “externa”, tem o prestamista um direito sobre uma parcela das receitas anuais do Estado. Tanto faz aqui se o título é emitido em moeda nacional, tendo o capitalista de converter suas divisas antes de adquiri-lo, ou como obrigação em moeda estrangeira³¹²; em ambas as situações a autoridade monetária observa uma elevação do seu estoque de divisas, e o investidor estrangeiro recebe como remuneração recursos provenientes dos contribuintes locais e que não representam necessariamente mais-valor³¹³.

Em suma, as diferentes formas que assumem o capital portador de juros no mercado mundial nos revelam que se trata de fenômeno com diferentes naturezas, podendo apresentar contrapartida produtiva ou não, e podendo ser remunerado por mais-valor ou não. Em todos os casos, contudo, são recursos que se emprestam entre residentes e não residentes, dos quais derivam transferências de valores em sua forma diretamente social (dinheiro) em benefício da região de origem do prestamista.

Tanto o capital portador de juros, quanto o crédito comercial e o capital fictício são formas de capital que rendem juros, de modo que se torna impossível distinguir concretamente cada uma delas a partir dos fluxos monetários observados no mercado mundial.

Por outro lado, podemos analisá-las em conjunto por meio dos dados sobre os movimentos do capital e dos juros no balanço de pagamentos. Já indicamos anteriormente que tais informações são compiladas para uma grande gama de países por meio da *Balance of Payments and International Investment Position Statistics*, coordenada pelo Fundo Monetário Internacional (2014a). Tal organismo também divulga informações detalhadas sobre o investimento estrangeiro em carteira, identificando seus países de origem e destino na *Coordinated Portfolio Investment Survey* (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014c).

Entretanto, essa última pesquisa é de utilidade limitada para nosso objetivo na presente seção, pois o investimento estrangeiro em carteira consiste em apenas uma parcela do capital

³¹¹ Claro que, caso o novo proprietário tenha adquirido o título com mais-valor absorvido da classe trabalhadora, esse ganho fictício será, em última instância, mais-valor.

³¹² A despeito de essa diferença ser fundamental para determinar a taxa de remuneração do possuidor do título.

³¹³ Embora parcela das receitas públicas consista em dedução dos lucros dos empresários, ou seja, mais-valor gerado no processo produtivo.

que rende juros atuando no mercado mundial. Além dele, é preciso considerar também os empréstimos internacionais, tanto governamentais quanto do setor privado, e outras duas formas concretas por meio das quais os juros mistificam sua verdadeira natureza no mercado mundial.

Primeiro, devemos lembrar que uma parcela do Investimento Estrangeiro Direto que se instala em uma nação hospedeira direciona-se aos setores financeiros, e se constitui, na realidade, em capital de empréstimo. Os juros por eles obtidos são considerados lucros das filiais dessas instituições financeiras multinacionais, e são remetidos nessa forma para seus países de origem.

Podemos ilustrar a magnitude desse fenômeno com a análise do caso brasileiro. No ano de 2012, cerca de 38% (US\$ 100,4 bilhões) do investimento direto originado desse país teve como destino o setor financeiro das economias estrangeiras (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015b), montante que representava aproximadamente 64% de todo o capital portador de juros do Brasil no exterior. Com relação ao Investimento Estrangeiro Direto recebido pela economia brasileira no mesmo ano, apenas 15% (US\$ 106,8 bilhões) voltou-se para o setor financeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015c), representando cerca de 11% de todo o capital estrangeiro de empréstimo presente na nação. Com isso, o Brasil remeteu um montante de juros ao exterior, a título de lucro desse IED, em uma magnitude de US\$ 2,8 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015d) – correspondente a 10% do total de juros remetido.

Sempre que possível, a análise de situações concretas de dependência deve levar em consideração as diversas funções exercidas pelo IED, pois cada categoria abstrata gera distintos efeitos para as relações econômicas entre os países. Na avaliação aqui apresentada, optamos por excluir o capital de empréstimo que atua como IED diante da dificuldade de obtenção de dados desagregados para uma grande quantidade de países³¹⁴.

Uma *segunda* forma concreta que mistifica a transferência de juros no mercado mundial refere-se aos fundos de reserva destinados aos seguros e pensões. A despeito de possuírem funções econômicas específicas, os estoques monetários acumulados nesses fundos são postos a render juros enquanto não encontram aplicação real. Desse modo, tanto os custos de aquisição de apólices quanto as contribuições periódicas para os seguros de vida e pensões constituem-se em formação de capital de empréstimo; enquanto que os prêmios pagos aos segurados e beneficiários não são mais do que o capital que adiantaram adicionado de uma

³¹⁴ Além disso, lembramos que esse mesmo capital foi incluindo na análise agregada do IED que realizamos quando observamos a expressão concreta da extração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro.

parcela do juro absorvido no mercado financeiro. Por fim, à administradora desses seguros e pensões cabe outra parte dos juros a título de remuneração.

Quadro 4.1 – Fluxo de juros no balanço de pagamentos

<u>Balanço de Pagamentos</u>
Transações Correntes
<u>Balança Comercial e de Serviços:</u> Serviços: - Serviços Financeiros; - Serviços de Seguros e Pensões; <u>Renda Primária:</u> Renda de Investimentos: - Renda de Investimento em Carteira; - Renda de Outros Investimentos; <u>Renda Secundária:</u> Demais setores: - Outras Transferências;

Fonte: elaboração própria

Com isso, nossa análise sobre o capital que rende juros deve levar em consideração para o cálculo dos fluxos de juros no mercado mundial os elementos do balanço de pagamentos apresentados no Quadro 4.1, acima. Quanto ao capital de empréstimo propriamente dito, seus movimentos podem ser observados na conta financeira do balanço de pagamentos, ou podemos obter seus estoques a partir das estatísticas sobre a posição do investimento internacional. Nesse sentido, devemos levar em consideração os ativos e passivos de cada país com relação às seguintes rubricas: investimento em carteira; derivativos financeiros (exceto reservas); empréstimos; crédito comercial e adiantamentos; e outras contas a pagar/receber.

Por fim, ainda é preciso lembrar que uma parcela desses capitais que se transferem no mercado mundial não passa de recurso doméstico que retorna ao seu país de origem após passar por paraísos fiscais, seja com o intuito de reduzir a incidência de impostos ou de fugir de restrições legais, entre outros. Diante da dificuldade de obtermos informações sobre a origem e destino de todo o capital envolvido nesse processo, resta-nos a alternativa de avaliar seu movimento pelo saldo líquido dos capitais que rendem juros.

Apresentamos a seguir (Tabela 4.20 e 4.21) uma visão geral sobre essa forma de apropriação de valor com base nos dados consolidados pelo FMI. É curioso observar que estão entre os principais países cessionários nações com elevado grau de acumulação de

capital e onde as taxas de juros de mercado tendem a ser baixas. Acreditamos que a causa de tal comportamento pode repousar no fato de que os capitais que se movem no mercado mundial não se motivam unicamente pela taxa de juros, mas contrabalanceiam-na pelo nível de risco do empréstimo concedido – *i.e.*, o grau de inadimplência corrente.

**Tabela 4.20 – Estoque de capita e fluxo de juros em 2012
(US\$ bilhões) – principais países**

País	Estoque de Capital a Juros			Fluxo de Juros				PIB*
	Ativo	Passivo	Líquido	Recebido	Enviado	Líquido	% PIB*	
Japão	5.102	3.859	1.243	184	70	113	3,9%	2.925
China	903	1.023	-121	157	77	80	1,4%	5.792
Alemanha	4.930	5.364	-435	231	191	40	2,2%	1.794
Arábia Saudita	176	33	143	21	4	17	5,5%	303
Singapura	1.370	499	870	20	8	12	8,7%	141
Bélgica	998	874	124	46	34	12	4,6%	259
Reino Unido	9.976	10.323	-348	210	201	10	0,7%	1.307
Brasil	56	832	-776	11	26	-14	-1,2%	1.154
México	64	528	-465	5	25	-20	-3,1%	641
Rússia	263	524	-261	18	38	-20	-1,5%	1.320
Canadá	1.102	1.369	-267	39	62	-24	-2,5%	932
Austrália	896	1.544	-648	31	55	-24	-3,3%	730
Itália	1.840	2.778	-938	55	84	-29	-2,7%	1.089
Espanha	785	1.585	-800	39	68	-29	-3,9%	753
França	4.694	5.593	-899	108	171	-63	-4,9%	1.295
EUA	13.957	19.772	-5.815	389	576	-187	-3,2%	5.903

Fonte: International Monetary Fund (2014a) e World Bank (2015).

Nota: Cálculo próprio. * Apenas setores produtivos.

Além disso, é intrigante observar que, entre os países receptores líquidos de juros do exterior, encontram-se nações com passivos significativos em termos de estoque de capital, tais como a Alemanha, Reino Unido e China. Tais observações revelam a importância de se levar em consideração na análise de situações concretas a taxa de juros praticada em cada mercado, assim como aquela obtida pelos capitais nacionais aplicados no exterior.

No caso chinês, por exemplo, os dados nos indicam que enquanto o capital estrangeiro aplicado em seu território apresenta uma remuneração média por voltar de 7,5% ao ano, o capital nacional aplicado no exterior sugere uma taxa de juros média de 17,4% ao ano. Para desvendar essa questão, é preciso observar a composição dessas dívidas, tanto em termos de prazos e taxas de juros, quanto com relação ao nível de risco de inadimplência.

Ainda analisando a Tabla 4.20, podemos observar que o Brasil e México destacam-se por serem nações que recebem uma quantidade muito maior de capital de empréstimo do que enviam ao exterior, posição semelhante a outras nações apresentadas na Tabela 4.21.

**Tabela 4.21 – Estoque de capita e fluxo de juros em 2012
(US\$ bilhões) – países selecionados**

País	Estoque de Capital a Juros			Fluxo de Juros				PIB*
	Ativo	Passivo	Líquido	Recebido	Enviado	Líquido	% PIB*	
Polônia	40,48	297,07	-256,59	2,34	13,46	-11,11	-4,0%	276
Indonésia	27,55	309,99	-282,44	3,05	13,24	-10,20	-1,7%	606
Hungria	27,91	127,57	-99,67	1,47	7,33	-5,85	-8,3%	71
Filipinas	11,64	120,92	-109,28	1,89	5,62	-3,74	-2,5%	151
Egito	5,36	33,45	-28,09	0,53	2,73	-2,20	-2,1%	104
Romênia	13,40	102,41	-89,01	3,64	5,67	-2,03	-1,8%	110
Belarus	6,25	30,73	-24,48	0,28	1,57	-1,28	-5,7%	23
Equador	2,39	18,57	-16,19	0,10	1,24	-1,14	-1,7%	66
Paraguai	1,25	14,91	-13,66	0,17	0,73	-0,55	-3,4%	16
El Salvador	1,58	12,63	-11,05	0,34	0,72	-0,38	-3,9%	10

Fonte: International Monetary Fund (2014a) e World Bank (2015).

Nota: Cálculo próprio. * Apenas setores produtivos.

Para alguns desses países, o montante de capital de empréstimo estrangeiro atuando dentro de suas fronteiras ocupa posição significativa em suas economias – como nos casos de Hungria, Belarus e El Salvador, para os quais o total líquido de capital de empréstimo supera o Produto Interno Bruto dos setores produtivos. Tais economias observam uma significativa remessa de seu produto para o exterior na forma de juros.

Contudo, é preciso observar que a participação dos juros no produto de cada nação não guarda relação estrita com o montante do capital estrangeiro presente na mesma. Analisando o caso particular dos Estados Unidos da América, que ocupam a impressionante posição do país com maior passivo de capital remunerado a juros, vemos que tal nação transfere um montante líquido de juros equivalente a apenas 3,2% do PIB de seus setores produtivos. A importância da taxa de juros se mostra, mais uma vez, fundamental para compreender a dinâmica desse fenômeno.

4.1.4 Transferências de renda diferencial e absoluta

Afora as rendas resultantes da propriedade de coisas que são valores em si – como são os casos dos lucros e dos juros, que remuneram os capitalistas pela propriedade dos meios de

produção e do dinheiro –, há também rendas que se transferem entre regiões capitalistas como remuneração de monopólios estrangeiros sobre coisas que não possuem valor, tais como os recursos naturais e a propriedade intelectual. Vejamos.

4.1.4.1 Monopólio estrangeiro sobre os recursos naturais locais

Quando um determinado capitalista obtém lucro suplementar, tal lucro pode ser apropriado por um terceiro como renda absoluta ou diferencial no caso deste possuir um monopólio sobre algum fator natural utilizado no processo de produção. Essa renda é remetida ao exterior quando o proprietário do referido monopólio é residente de região distinta de onde se dá o processo produtivo.

A forma como a magnitude dessa renda é determinada dependerá do papel que o elemento monopolizado desempenha no processo produtivo. Caso esse fator de propriedade estrangeira seja indispensável para a realização do processo produtivo, sua subtração ensejada pela cobrança de uma renda, a renda dita absoluta, reduziria a própria oferta das mercadorias produzidas por esse setor, levando seus preços de mercado a se elevarem acima dos preços de produção. Com isso, o monopólio sobre um fator de produção seria a origem do poder de mercado responsável pelo surgimento do lucro suplementar do qual o proprietário desse fator se apropria³¹⁵. E sua magnitude seria determinada pela capacidade que o controle sobre o fator monopolizado teria em retardar o nivelamento da taxa de lucro por meio da transferência intersetorial de capital³¹⁶.

O poder de monopólio do setor onde há renda absoluta permite que a classe proprietária se aproprie de parcela do mais-valor gerado nos demais ramos produtivos, subtraindo-o do processo de equalização da taxa de lucro. Desse modo, a renda absoluta, quando resulta de propriedade estrangeira dos fatores naturais, colabora para reduzir a própria taxa média de lucro do local onde se realiza a produção.

Já quando se trata de um fator dispensável ao processo produtivo, porém capaz de gerar uma considerável elevação da produtividade do trabalho por parte de quem o utiliza –

³¹⁵ O lucro suplementar gerado pelo poder de monopólio já foi discutido na seção 4.1.2. Entretanto, o que se trata de discutir aqui não é esse lucro, mas o meio pelo qual outro agente, que não o capitalista industrial, pode se apropriar desse lucro suplementar na forma de renda absoluta.

³¹⁶ Vale lembrar ainda que pode haver casos de renda absoluta nos quais o poder de monopólio deriva de outros fatores que não da propriedade sobre o recurso monopolizado e indispensável para a produção. Nessas situações, mesmo após o pagamento da renda absoluta para remunerar tais recursos, o capital desse setor observaria uma taxa de lucro mais elevada do que a média da sociedade. Contudo, características como elevada magnitude do investimento inicial, *know-how*, fatores políticos, entre outros, impediriam o influxo de capital proveniente de outros setores, evitando o nivelamento do lucro e/ou a elevação da renda absoluta.

tal como características excepcionais do solo, força natural proporcionada por queda d'água, *etc.* – o lucro suplementar obtido pelo capital beneficiado por tal fator é apropriado pelo proprietário estrangeiro deste, cabendo ao capitalista local apenas a taxa de lucro média. Nesse caso, é o fator em si, mas não o monopólio sobre ele, o responsável pela elevação da produtividade do trabalho e, portanto, do lucro suplementar. O monopólio apenas permite que o proprietário de tal fator se aproprie desse sobrelucro na forma de renda, subtraindo-o da região onde se realiza o processo produtivo. A magnitude dessa renda é determinada nesse caso pela magnitude do mais-valor adicional obtido com a utilização desse fator.

Tanto no caso da renda absoluta como da diferencial, esses fatores monopolizados aparecem para o capitalista local como se fossem meios de produção domésticos, mas de propriedade de agentes estrangeiros, embora não sejam meios de produção de fato, pois não são mercadorias reais (já que carecem de valor). Por isso, essas rendas – que são apenas um direito, derivado do monopólio dos recursos naturais, sobre parcela do mais-valor extraído – não aparecem para o capitalista industrial como “usurpação” de seu sobrelucro, mas como condição necessária para a obtenção do lucro médio.

Ao analisar como a apropriação dessa renda se dá no mercado mundial, observamos que os recursos naturais são espacialmente localizados, ou seja, são elementos que existem dentro da região econômica na qual eles são utilizados e que não podem ser transportados para outras localidades. Portanto, essa transferência de renda evidencia uma apropriação dos recursos finitos de uma região por um agente estrangeiro, apropriação essa que pode ter origem em processos históricos de desapropriação de povos originalmente proprietários desses fatores, ou pode ser resultado de transações econômicas de compra e venda dessas propriedades, caso mais comum quando as relações capitalistas já se encontram desenvolvidas no interior dessa nação.

Vemos com isso que, onde reina o modo de produção capitalista, o monopólio sobre esses fatores naturais existirá independente da intervenção de agentes externos, de modo que o fenômeno aqui analisado não consiste na origem dessa renda, mas apenas na definição de quem se apropriará da mesma, que pode ser explicado da seguinte forma: com o intuito de obter para si o direito sobre um fluxo de renda – uma parcela do mais-valor gerado na economia local que seria apropriado por um residente proprietário de recursos naturais – o agente estrangeiro deve adquirir, por meio da troca, a propriedade sobre esse fator natural escasso e monopolizável; para tanto, deve transferir para a referida região uma quantidade de dinheiro equivalente ao preço desse fator, que é determinado pela capitalização da renda pela

taxa de juros corrente; a partir daí e após a concretização da troca, pode remeter os fluxos de valor que recebe para o exterior na forma de renda.

Podemos perceber, assim, que o desenvolvimento do modo de produção capitalista torna a lógica da renda dos fatores naturais similar à dos juros do capital fictício. O capital ocioso, que se encontra aguardando o momento para retornar ao processo produtivo ou que não encontra aplicação produtiva com remuneração adequada (isto é, que proporcione pelo menos a taxa média de lucro), buscará remuneração temporária por meio da propriedade de fatores naturais baseado em dois elementos: na taxa de remuneração que pode obter com a aquisição dessa propriedade, determinada pela taxa de juros e pela expectativa quanto à valorização/desvalorização cambial, quando for o caso; e do grau de risco de inadimplência, ou seja, da probabilidade de não conseguir alugar seu fator ou desse fator se tornar invendável em um momento futuro.

4.1.4.2 *Propriedade intelectual estrangeira*

Devemos considerar, agora, a situação na qual o monopólio que permite a apropriação do sobrelucro na forma de renda não consiste em propriedade de um fator natural, mas em uma propriedade intelectual. A propriedade intelectual, ou melhor, o monopólio sobre ideias e conhecimentos, também tem sua remuneração determinada pela mesma lógica da renda absoluta e diferencial, não obstante apresente divergências significativas da propriedade fundiária e dos recursos naturais. Destaquemos algumas.

Em *primeiro* lugar, a propriedade intelectual pode ser produzida como resultado do trabalho humano, embora as ideias e as licenças de uso das mesmas não possuam valor³¹⁷. Ao contrário dos fatores naturais finitos, a variedade de ideias que a humanidade pode produzir não possui limites. Portanto, a aquisição de uma propriedade intelectual não precisa supor a troca com alguém que já a havia monopolizado, uma vez que se pode constituir nova propriedade a partir de uma nova ideia.

Para gerar uma nova ideia, é necessária a destinação de recursos para a aquisição tanto de força de trabalho capacitada para a realização de pesquisa quanto de um instrumental material que será utilizado no decorrer de seu desenvolvimento. Esse investimento consiste em uma forma particular de capital que não resulta em um produto, mas apenas um direito de

³¹⁷ Sobre esse ponto, cf. Teixeira (2009), Paulani (2012b) e Moura (2014, 2015).

se apropriar de mais-valor adicional gerado por todos que aplicarem essas ideias em algum processo produtivo.

Enquanto o valor da licença de uso da propriedade intelectual é determinado de modo similar à renda absoluta e diferencial dos fatores naturais – ou seja, pelo poder de monopólio que gera quando é elemento essencial para o processo produtivo, ou pelo mais-valor adicional propiciado quando apenas possui o efeito de elevar a produtividade do trabalho –, o seu custo de produção, em outras palavras, os recursos gastos por um capitalista para adquirir esse direito, não possui qualquer relação com a capitalização da renda que propicia.

Segundo, a natureza imaterial da propriedade intelectual permite que suas licenças de uso sejam vendidas em qualquer mercado sem que isso gere custos extras de comercialização, tal como ocorre com as mercadorias materiais que dependem de transporte, armazenamento, *etc.*, para serem transacionadas no mercado mundial. Desse modo, um capital voltado para a produção de propriedade intelectual pode ser invertido em um mercado estranho daquele em que será realizada a produção material.

Nesse caso, para o capitalista local, a propriedade intelectual aparece como meio de produção estrangeiro, embora não seja meio de produção de fato (pois não é cristalização de trabalho pretérito) e nem, tampouco, verdadeiramente estrangeiro, pois, a despeito desse direito ter origem em região estranha ao local onde se realiza a produção, a implementação da ideia que ele representa é realizada pelo próprio capital que paga a renda. De todo modo, a apropriação do mais-valor adicional gerado pelo capital se mostra como um pré-requisito para a obtenção do lucro médio.

Com isso, as regiões que adquirem as licenças de uso de propriedade intelectual produzida alhures abrem mão do lucro suplementar, do mais-valor adicional, resultante da modernização dos processos produtivos realizados em seu interior. Passam a emitir um fluxo de renda para o exterior sem haver qualquer transação de valor que o anteceda e sem receber qualquer equivalente em troca.

Entretanto, ainda é preciso observar a possibilidade de que a licença de uso da propriedade intelectual seja transacionada no interior de uma região como se fosse um fator doméstico. Com o intuito de reduzir a incidência de impostos, e tendo em vista a natureza imaterial da propriedade intelectual, os proprietários estrangeiros podem criar filiais de baixo custo nas próprias regiões onde se dão a produção material, a partir das quais transacionam suas licenças de uso. Essa renda, transformada em lucro, é remetida posteriormente para o exterior como se fosse remuneração de um investimento estrangeiro, ou seja, aparece como se fosse lucro, embora não seja diferente em nada do fenômeno aqui descrito.

E em *terceiro* lugar, também deriva de sua natureza imaterial a possibilidade de que uma mesma propriedade intelectual seja aplicada simultaneamente por um número ilimitado de processos produtivos. A taxa de lucro do capital investido no setor da produção intelectual não é limitada pela taxa de exploração da força de trabalho que utiliza, mas pelo ganho de produtividade que propicia para todo o capital produtivo e pelo alcance de seu direito de monopólio sobre a ideia que produziu. A partir daí, surgem dois fenômenos que impulsionam a importância dessa forma de renda na dinâmica do mercado mundial:

- a) a produção de propriedade intelectual mostra-se como um setor mais rentável do que os ramos da produção material, de modo que esse setor autonomizado do capital tem observado um vertiginoso crescimento à medida que tem se consolidado essa nova forma de propriedade.
- b) cresce a pressão das nações onde se concentram a produção intelectual para que as regiões de desenvolvimento tecnológico inferior reconheçam o direito daquelas sobre a propriedade das ideias por elas gerada.

O primeiro acordo internacional para o reconhecimento do direito sobre a propriedade intelectual foi estabelecido em 1883 na chamada Convenção de Paris, quando se determinou um prazo de prioridade de 12 meses para qualquer inventor que registrasse patente em algum dos países signatários do acordo. Em outras palavras, aquele que registrasse uma propriedade intelectual de aplicação industrial em seu país, por exemplo, teria o prazo de 12 meses para registrar em qualquer outra nação estrangeira. Nesse prazo, mesmo que um residente do país estrangeiro houvesse inventado e registrado o mesmo invento, os direitos sobre o monopólio da propriedade intelectual seriam exclusivamente daquele que a registrou primeiro.

Por outro lado, a Convenção de Paris permitia que cada nação estabelecesse suas próprias regras sobre a propriedade intelectual de aplicação industrial, desde que ela não fizesse distinção entre residentes e não residentes. Tal postura permitia que alguns países optassem por não manter patentes em setores considerados estratégicos, impedindo que nações mais avançadas do ponto de vista tecnológico obtivessem vantagens comerciais.

Para pressionar os países de menor desenvolvimento tecnológico a instituírem patentes em todos os setores, foi firmado o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – TRIP*). Tal tratado foi estabelecido, na Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Troca finalizada em 1994, como obrigatório para todas as nações que pretendem integrar a Organização Mundial do Comércio. É desse modo que esse tipo de propriedade

imaginária, constituída por meio de um monopólio coercitivo, conta hoje com o amplo reconhecimento de 161 países.

4.1.4.3 Análise de Situações Concretas

A transferência de renda absoluta e diferencial entre nações derivada da propriedade sobre ideias e recursos naturais pode ser observada por meio da análise de seus registros no balanço de pagamentos. Vejamos cada caso.

A propriedade intelectual é transacionada no capitalismo contemporâneo como se fosse uma mercadoria (bem ou serviço). Contudo, devido sua natureza imaterial, tal transação pode ocorrer de três modos distintos, sendo que para cada um deles os valores pagos entre residentes e não residentes devem ser registrados de formas diferentes:

A) O possuidor do direito sobre a propriedade intelectual pode vender uma licença de uso (temporária ou perpétua), a partir da qual o comprador poderia aplicar a ideia adquirida em seu processo de consumo privado. Esse tipo de licença se aplica a softwares, produções audiovisuais, direitos autorais sobre livros e outras produções culturais, *etc.*

A propriedade intelectual transacionada nessa forma entre residentes de distintos países pode ser registrada de dois modos. *Primeiro*, quando se trata de uma produção intelectual não personalizada, distribuída em meio físico e com licença de uso perpétuo – tal como livros impressos, ou CDs/DVDs/*etc.* de softwares, músicas e filmes – sua venda é contabilizada como a transação de bens na balança comercial. Se, por um lado, esses valores podem ser observados a partir dos dados desagregados do comércio entre os países, por outro, tais informações são de difícil obtenção quando analisamos, sobretudo, uma grande quantidade de países, motivo pelo qual nos absteremos de tratá-los aqui.

Segundo, em todas as demais situações – ou seja, quando se trata: ou de produção personalizada (*i.e.*, produzida para atender as necessidades de um único comprador), independente do período de uso da licença ou do meio de distribuição; ou de produção não personalizadas distribuída pela internet ou outro meio eletrônico, independente do período de uso da licença; ou de produção não personalizada distribuída em meio físico, mas com licença de uso temporária –, os valores transacionados são registrados como serviços de computação, de informação, ou audiovisuais e relacionados, conforme o caso.

B) A licença de uso sobre a propriedade intelectual pode incluir, também, o direito de reprodução e distribuição da mesma, permitindo a revenda e/ou aplicação comercial da

referida ideia. Quando transacionada nessa forma, a renda sobre a propriedade intelectual é sempre registrada como “encargos sobre o uso da propriedade intelectual”, na balança serviços.

C) Por fim, o possuidor da propriedade intelectual pode transferir para outro seu direito integral sobre a ideia em questão, e não apenas o direito sobre seu uso. Em uma situação como essa, o registro do valor transacionado dependerá da característica específica da propriedade vendida. Tratando-se de algum dos itens abordados na situação “A”, acima, ele será contabilizado como serviços de computação, de informação, ou audiovisuais e relacionados, conforme o caso. No que se refere aos resultados de pesquisa e desenvolvimento – sejam patentes, segredos comerciais, *etc.* –, tais transações são computadas como serviços de pesquisa e desenvolvimento na balança de serviços. E ainda, quando se refere à comercialização de marcas, franquias e outros ativos intangíveis, esta é registrada na conta capital, como aquisição/alienação de ativos não financeiros não produzidos.

A renda derivada da propriedade dos recursos naturais, por sua vez, apresenta dificuldades maiores de observação. Isso porque para os registros contábeis no balanço de pagamentos, considera-se como residente fictício de uma nação aquele não residente que se torna proprietário de terras ou outras fontes de recursos naturais, de modo que suas transações com os demais residentes são classificadas como internas. Nesses termos, apenas se registra a renda de aluguel/arrendamento obtida pela cessão do direito ao uso ou a renda derivada da alienação/aquisição do direito de propriedade sobre tais recursos quando essas transações envolvem ou governos estrangeiros ou organizações internacionais.

Por fim, deve-se ressaltar que a apropriação de renda proveniente da propriedade intelectual ou de recursos naturais pode ser mediada pelo Investimento Estrangeiro Direto, quando o capital estrangeiro constitui uma pessoa jurídica na nação hospedeira que atuará como proprietária do fator monopolizável. Nesse caso, a renda obtida em decorrência desses direitos de propriedade é considerada como lucro das filiais de empresas estrangeiras e remetida nessa forma para seus países de origem.

Analisando, mais uma vez, o caso brasileiro para elucidar a participação dessa forma de apropriação de mais-valor na composição do IED, podemos ver que pouco mais de 7% (US\$ 19,2 bilhões) de todo o investimento brasileiro direto feito no exterior se direcionou para esses setores (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015b). Já com relação ao Investimento Estrangeiro Direto recebido pela economia brasileira no mesmo ano, esse percentual foi de 6% (US\$ 34,9 bilhões) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015c), de modo que o Brasil remeteu um montante de renda ao exterior, a título de lucro desse IED, em

uma magnitude de US\$ 833 milhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015d) – correspondente a 8,4% do total de renda sobre propriedade de recursos naturais e intelectual remetido ao exterior. De todo modo, não levaremos em consideração aqui a renda que se transfere como lucro de IED pelo fato da mesma já ter sido abordada de modo agregado na seção 4.1.1.

Quadro 4.2 – Renda absoluta e diferencial no balanço de pagamentos

<u>Balanço de Pagamentos</u>
Transações Correntes
<u>Balança Comercial e de Serviços:</u> Serviços: ◇ Encargos sobre o uso de propriedade intelectual; Serviços de telecomunicação, computação e informação: ◇ Serviços de computação; ◇ Serviços de informação; Serviços pessoais, culturais e de recreação: ◇ Serviços audiovisuais e relacionados; Outros serviços de negócios: ◇ Serviços de pesquisa e desenvolvimento; <u>Renda Primária:</u> Outras rendas primárias: ◆ Aluguel/arrendamento;
Conta Capital
◆ <u>Aquisição e alienação de ativos não financeiros não produzidos.</u>
<u>Legenda:</u> ◇ - Registro de renda sobre propriedade intelectual; ◆ - Registro de renda sobre propriedade de recursos naturais; ◆◇ - Registro conjunto de renda sobre propriedade intelectual e de recursos naturais.

Fonte: elaboração própria.

Diante do exposto, podemos nos guiar pelo esquema sintetizado no Quadro 4.2 para ilustrar a transferência de renda diferencial e absoluta a partir da análise dos dados consolidados pelo Fundo Monetário Internacional na *Balance of Payments and International Investment Position Statistics* (2014a), cujos resultados sumarizamos na Tabela 4.22, a seguir. É possível observar que, para a maioria dos países do mundo, esse fenômeno é menos significativo que as demais formas de apropriação de mais-valor analisadas até aqui. Contudo, a situação específica de alguns países chama a atenção.

Por exemplo, para a Índia – que aparece como a segunda economia que mais absorve renda líquida proveniente dessas formas de propriedade, atrás apenas dos Estados Unidos –,

essa forma de apropriação de mais-valor representa uma ampliação de 5,2% sobre a riqueza que produz internamente. A origem dessa renda repousa quase integralmente em serviços de computação, mais especificamente em desenvolvimento e manutenção de aplicativos computacionais e outros softwares.

Tabela 4.22 – Fluxo de renda sobre propriedade intelectual e de recursos naturais em 2012 (US\$ bilhões)– principais países

País	Recebido	Enviado	Líquido	% PIB*	PIB*
EUA	171,9	93,2	78,7	1,3%	5.903
Índia	67,2	7,2	60,0	5,2%	1.145
Israel	12,6	1,1	11,6	8,8%	132
Alemanha	59,8	48,3	11,5	0,6%	1.794
Suécia	15,8	7,3	8,5	2,4%	355
Irlanda	51,2	45,4	5,8	4,3%	133
Reino Unido	17,3	11,6	5,7	0,4%	1.307
Japão	37,3	33,9	3,4	0,1%	2.925
Bélgica	14,0	12,0	2,0	0,8%	259
Filipinas	2,6	0,7	1,9	1,2%	151
Costa Rica	1,9	0,1	1,8	9,4%	19
África do Sul	0,1	2,0	-1,9	-1,1%	178
Indonésia	0,3	2,5	-2,3	-0,4%	606
Tailândia	0,2	3,6	-3,4	-1,6%	213
Espanha	4,5	8,9	-4,3	-0,6%	753
Austrália	2,9	7,3	-4,4	-0,6%	730
Coreia do Sul	5,7	11,9	-6,2	-0,8%	802
Rússia	4,8	12,0	-7,2	-0,5%	1.320
Brasil	1,8	9,1	-7,4	-0,6%	1.154
China	2,5	18,4	-15,9	-0,3%	5.792
Singapura	2,4	24,7	-22,3	-15,9%	141

Fonte: International Monetary Fund (2014a) e World Bank (2015).

Nota: Cálculo próprio. * Apenas setores produtivos.

Outro caso emblemático é o da Costa Rica, cuja renda líquida proveniente de propriedade intelectual representa um acréscimo de 9,4% no PIB dos setores produtivos. Mais uma vez, tais valores resultam do vertiginoso crescimento do setor de desenvolvimento de softwares e aplicativos computacionais, que teve início com a entrada da Intel na economia costa-riquenha em 1996 e se intensificou a partir da crise econômica internacional de 2008, quando empresas estadunidenses do setor de tecnologia intensificaram a busca por fornecedores estrangeiros como forma de reduzir custos.

Ao observarmos as nações que remetem renda líquida ao exterior, destaca-se a posição de Singapura, nação que sofreu uma redução de 15,9% do PIB de seus setores produtivos

como consequência dessa transferência de renda em 2012. Tal magnitude resulta, sobretudo, do pagamento de licenças de uso com direito de reprodução e distribuição, o que nos leva a crer que essas licenças são adquiridas para a produção dos produtos de exportação com elevado conteúdo tecnológico.

4.2 SUBORDINAÇÃO

O principal elemento que diferencia as relações de dependência e dominação daquelas do imperialismo colonial que prevaleceu até o fim da Segunda Guerra Mundial consiste no fato de que, enquanto este primava pelo controle político dos territórios subordinados, aquelas se estabelecem entre regiões formalmente independentes, ou seja, entre regiões que se contrapõem como sociedades politicamente autônomas. Contudo, essa independência política oculta uma relação de subordinação econômica que acaba por se revelar como o sustentáculo da transferência internacional de valor descrita na seção precedente.

Nesse sentido, se por um lado podemos dizer que as formas de apropriação de mais-valor entre nações continuam basicamente as mesmas que se observavam no período anterior³¹⁸, por outro, o modo como se dá a subordinação econômica que a sustenta é distinta. Vejamos.

Do ponto de vista individual, a subordinação econômica significa a cessão, por parte do trabalhador, do domínio sobre a capacidade de trabalho e do próprio ato de trabalho para um terceiro – que, no caso do modo de produção aqui discutido, é o próprio capitalista. Podemos compreender, do mesmo modo, a subordinação econômica entre diferentes regiões como a cessão do controle sobre o trabalho vivo que se realiza na região dependente em prol dos capitalistas de uma sociedade dominante. Assim, a aplicação da força de trabalho das nações dependentes passa a ser determinada pelas decisões da classe capitalistas das regiões dominantes.

É a partir desse poder de direcionar o processo produtivo que se estabelece uma estrutura econômica especializada em determinados ramos da produção complementares às cadeias produtivas presentes na região dominante, uma estrutura que leva, necessariamente, à transferência de mais-valor para o exterior. Desse modo, podemos afirmar que essa subordinação econômica é o elemento responsável pelas transformações na estrutura produtiva – até mesmo quando essa transformação inclui a completa industrialização e

³¹⁸ Acrescidas, é claro, das novas determinações do modo de produção capitalista contemporâneo derivadas da difusão da propriedade intelectual e da desmaterialização da moeda.

difusão do modo de produção capitalista na região subordinada – que aprofundam as relações de dependência³¹⁹.

Devemos observar que não se trata, é claro, de uma oposição entre uma economia subordinada, de caráter complementar, e outra autônoma, que independe de suas relações econômicas com o exterior. Como todas as economias capitalistas se inserem no mercado mundial, podemos dizer que todas elas são complementares e têm suas cadeias produtivas complementadas pela produção de outras regiões (interdependência). Entretanto, trata-se de ressaltar aqui que quando um determinado conjunto de países consegue impor ao restante a especialização produtiva que lhes convêm, as regiões subordinadas acabam por se especializar nas etapas do processo produtivo que geram menos benefícios para suas classes dominantes.

4.2.1 A subordinação política “informal”

Uma vez que na “dependência” não há necessidade de uma subordinação política formal para a apropriação do mais-valor gerado na periferia, ela se mostra como a relação internacional própria ao modo capitalista de produção, no qual as cruas relações econômicas de exploração entre capital e trabalho não dependem de determinações políticas e sociais.

Contudo, dizer que não há necessidade de uma dominação política entre nações para ocorrer “dependência” não implica dizer que não exista uma subordinação política “informal” e que essa não influencia as relações de dependência. Ao contrário, o capital sempre lança mão de todos os recursos que estão a sua disposição para garantir uma elevação de sua taxa de lucro, o que inclui o uso das mais arcaicas formas de dominação quando elas se fazem possíveis.

De todo modo, com a desintegração das políticas imperialistas após a Segunda Guerra Mundial, surgiram outras estratégias de atuação internacional que, mesmo preservando a soberania formal das nações, buscam consolidar a subordinação de uma zona periférica a um centro econômico desenvolvido.

Organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) são significativos exemplos dessa prática. A despeito de serem considerados organismos “multilaterais”, o grau de participação de cada nação na tomada de decisão é distribuído de

³¹⁹ O que é importante deixar claro é que essa especialização produtiva é fruto do desenvolvimento histórico forjado por meio de uma interação com outras nações, e não um reflexo das predisposições naturais de uma economia. Nesse sentido, as teorias que afirmam as vantagens comparativas, ou seja, as vantagens em cada país se especializar naquilo que possui maior produtividade, ignoram que essas diferenças de produtividade são frutos de um desenvolvimento histórico das forças produtivas e, portanto, são criadas.

forma desigual entre seus integrantes, de modo que um grupo de cinco países – Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido – possuem aproximadamente 40% do poder de voto em ambas as instituições. Elas se constituem, portanto, em um meio pelo qual tais nações podem impor ao restante do mundo o conjunto de políticas econômicas que as beneficiam.

Se por um lado é certo que tanto o Banco Mundial quanto o FMI cedem empréstimos aos países ditos em desenvolvimento com objetivos declarados de erradicar a pobreza, garantir a estabilidade macroeconômica global, e promover o crescimento, por outro, eles exigem que esses países adotem políticas de austeridade e realizem reformas liberalizantes. Além de essas práticas apresentarem o efeito imediato de garantir as condições necessárias para o pagamento de juros aos credores internacionais, também possuem o efeito de desacelerar o desenvolvimento econômico das nações cessionárias, minando a possibilidade de competição intercapitalista no mercado mundial, e favorecer, como consequência, a subordinação econômica entre nações.

Outro organismo multilateral que também atua nesse sentido é a Organização Mundial do Comércio (OMC). Mesmo buscando firmar acordos que sejam resultados de consensos e negociações, os tratados assinados entre os países membros acabam por reduzir a regulamentação econômica em setores nos quais a competição é favorável às nações mais ricas e ampliá-la naqueles em que em que estas se beneficiam de monopólios.

O caso do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) é emblemático nesse sentido. Enquanto todos os outros acordos econômicos realizados no âmbito da OMC possuem o claro intuito de reduzir a regulamentação dos mercados, acirrando a concorrência intercapitalista, o TRIPS tem o objetivo de dar ao monopólio tecnológico o status de um direito.

Ao consolidar a propriedade intelectual – uma forma de propriedade fundada na proibição de alguém pôr em prática um pensamento sem o consentimento de quem primeiro o pensou –, o TRIPS revela que o verdadeiro intuito desse marco jurídico não se encontra na obtenção de uma renda pela venda da ideia em si ou de sua licença de uso³²⁰. Seu real benefício consiste em ser capaz de impedir os capitalistas das nações que não dominam o desenvolvimento de novas tecnologias de competirem com seus rivais estrangeiros por meio da cópia dos novos processos e produtos.

³²⁰ Aspecto abordado na seção 4.1.4.2.

Os dados da *World Intellectual Property Organization* nos revelam, por exemplo, que, no ano de 2013, 10 nações eram possuidoras de 90% das patentes em vigor em todo o mundo (Tabela 4.23). Mais do que garantir um fluxo de renda diferencial e absoluta como resultado dessa propriedade intelectual, o objetivo do acúmulo de tais patentes revela-se como a capacidade de garantir monopólios produtivos, permitindo a fixação de preços elevados e obtenção de renda de monopólio, tal como visto na seção 4.1.2.4. Além de obstar uma transformação da estrutura produtiva nas nações subordinadas capaz de ampliar capacidade de concorrência destas, esse acordo incentiva que ela ocorra no sentido de gerar uma estrutura complementar à produção de elevado conteúdo tecnológico realizada nas nações dominantes.

Tabela 4.23 – Distribuição de patentes em vigor em 2013

País	Nº de Patentes	%	% Acumulado
Japão	2.546.917	33,0%	33,0%
EUA	1.828.519	23,7%	56,8%
Coreia do Sul	756.895	9,8%	66,6%
China	622.108	8,1%	74,6%
Alemanha	464.240	6,0%	80,7%
França	297.109	3,9%	84,5%
Rússia	139.581	1,8%	86,3%
Suíça	131.735	1,7%	88,0%
Reino Unido	118.320	1,5%	89,6%
Canadá	96.151	1,2%	90,8%
Resto do Mundo	707.063	9,2%	100,0%

Fonte: World Intellectual Property Organization (2015).

Por fim, devemos ainda observar o papel dos acordos internacionais entre duas ou mais nações que apresentam claros benefícios para apenas uma de suas partes. Esses são os casos dos Tratados de Livre Comércio (TLCs). Tais tratados possuem como objetivo a formação de áreas de livre circulação de mercadorias – podendo incluir ou não a mercadoria força de trabalho –, que acabam por beneficiar tanto os capitais com vantagens concorrenciais em determinados setores como a exploração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro. São, portanto, mecanismos políticos que buscam garantir a subordinação econômica e a intensificação das relações de dependência.

Os TLCs difundiram-se amplamente na economia mundial pós-segunda guerra, de modo que poderíamos dizer que são os substitutos atuais das políticas imperialistas do fim do séc. XIX. Atualmente, encontram-se vigente mais de uma centena de acordos dessa natureza firmados entre duas ou mais nações. Os Estados Unidos, por exemplo, mantém atualmente

Acordos de Livre Comércio com 20 nações, dentre as quais podemos citar México e Canadá (através do *North America Free Trade Agreement*, NAFTA); República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, entre outros (*Dominican Republic-Central America Free Trade Agreement*, CAFTA-DR), Colômbia (bilateral), Chile (bilateral), *etc.*

4.2.2 Subordinação econômica

A relação de subordinação econômica ocorre entre as regiões dependentes e dominantes de duas formas distintas: a subordinação direta, na qual a decisão sobre o investimento que se realiza na periferia é tomada pelos capitalistas das regiões centrais; e a subordinação indireta, que resulta no movimento do capital como fruto do processo de concorrência internacional.

A subordinação direta ocorre quando o capital se move de uma região econômica para outra com o intuito de extrair mais-valor dos trabalhadores locais, o que lhe permite moldar “diretamente” a estrutura produtiva da economia hospedeira. Esse processo de exportação de capital envolve, normalmente, a externalização de alguma etapa do processo produtivo originalmente realizado na região emissora. A depender do fator que motiva essa externalização, seja a redução de custos de circulação e transporte, a menor necessidade de capital constante, ou o intuito de se beneficiar de taxas de exploração da força de trabalho mais favoráveis ao capital, *etc.*, esse processo pode tanto resultar em uma estrutura que reforça outras formas de exploração quanto em uma que as ameniza.

De todo modo, forma-se na nação hospedeira uma estrutura econômica complementar àquela presente na região emissora por meio de uma subordinação que denominamos de “direta” por ser resultado da própria decisão de investimento dos capitalistas estrangeiros. Como vimos na seção 4.1.1, podemos divisar três grupos notáveis de nações conforme as características do investimento estrangeiro direto.

Em *primeiro* lugar, há aquelas economias responsáveis pela exportação líquida de capital, posição ocupada sistematicamente por não mais do que 20 países em todo o mundo. Tais nações utilizam-se desse processo de exportação de capitais para estabelecer unidades produtivas complementares a suas economias em todo o mundo, conforme os benefícios que podem obter de cada região.

Em *segundo*, destacam-se as principais economias receptoras líquidas do capital internacional. Se, por um lado, essas nações recebem uma magnitude de IED suficiente para

influenciar suas estruturas produtivas internas, por outro, elas também são grandes exportadoras de capital, que se direciona normalmente para seus parceiros comerciais mais pobres – situação que sugere um comportamento “subimperialista” ou “semiperiférico”. À medida que são impulsionadas para etapas complementares da produção de outros países, reposicionam-se em vista das outras nações periféricas.

Por fim, há um *terceiro* grupo composto por países de baixo grau de acumulação capitalista, nos quais o investimento estrangeiro direto desempenha um papel significativo em termos de transformação da estrutura interna. Nessas nações hospedeiras, um montante de IED que poderia ser considerado pequeno para as nações emissoras é capaz de provocar uma completa revolução em suas dinâmicas econômicas.

Já a subordinação indireta consiste na capacidade das decisões de investimento dos capitalistas em uma região moldarem a estrutura produtiva de outra, e se desenvolve por meio da competição intra e intersetorial e da incapacidade da economia subordinada de internalizar alguma etapa do processo produtivo.

Tal processo tem início quando o progresso tecnológico em um determinado país, concentrado em certos setores produtivos, gera uma desigualdade na taxa de lucro setorial, de modo que as empresas das economias com menor grau de acumulação passam a obter lucros abaixo da média do referido setor. Com isso, esses capitais se direcionam para os setores mais lucrativos (aqueles que possuem composição orgânica inferior à média). O movimento contínuo do capital em busca da maior rentabilidade, que reduz a taxa de lucro da região subordinada em prol da elevação da mesma na nação dominante, forma estruturas produtivas que se complementam, ampliando a integração econômica entre os países e definindo uma clara divisão internacional do trabalho.

É assim que os capitalistas de determinada região, ao tentarem se adaptar às transformações econômicas ocorridas em outras localidades, mesmo preservando sua autonomia perante o capital internacional, alteram as forças produtivas da sociedade para atender necessidades de outras nações. E uma vez que a nova posição na divisão internacional do trabalho deriva da competição desigual com o capital estrangeiro, ela lega às nações subordinadas as etapas do processo produtivo que se concretizam apenas com a transferência de uma parcela do mais-valor que geram para o exterior.

O elemento fundamental para que esse movimento ocorra tal como descrito, repousa na incapacidade da economia subordinada internalizar um processo produtivo nos mesmos moldes do realizado na nação estrangeira. Essa incapacidade pode tanto ser fruto de uma inviabilidade econômica de atuar em determinado setor, diante da concorrência internacional

com forças produtivas mais desenvolvidas; como pode resultar da falta de acesso a algum elemento necessário para dar início ao processo de acumulação, seja um elemento do capital constante, como máquinas de determinado padrão tecnológico ou matérias-primas escassas, ou um elemento do capital variável, como uma forma específica de trabalho complexo que o referido país não consegue reproduzir. Cabe destaque nesse aspecto ao papel que as restrições derivadas do direito sobre a propriedade intelectual jogam na formação de barreiras à internalização de certas atividades produtivas, ou ainda, na possibilidade de implantação de uma indústria competitiva apenas na medida em que ela gera apenas o lucro médio para o capital investido.

Deste modo, o país que possui o maior grau de acumulação de capital pode influenciar a estrutura produtiva dos países mais pobres simplesmente ao se especializar em determinado ramo de produção que não pode ser replicado na economia periférica. Essa subordinação pela reação da classe capitalista local mistifica o condicionamento determinado pelo capital estrangeiro, pois as mudanças nas forças produtivas do país dependente, a despeito de necessárias, aparecem como uma opção para se adaptar ao status da concorrência internacional.

Por outro lado, essa subordinação indireta se mostra mais frágil do que aquela que resulta da aplicação direta do capital estrangeiro, já que nela o controle formal do processo produtivo continua nas mãos das classes locais, que podem, a depender da dinâmica das alianças de classes e dos condicionantes políticos, redirecioná-la para outro sentido. Ou seja, é uma subordinação que abre espaço para a sua própria superação.

Para observarmos a subordinação econômica direta, devemos analisar dados sobre a participação do capital estrangeiro no interior da estrutura produtiva nacional, o que podemos realizar a partir de duas abordagens distintas. A primeira consiste no exame da magnitude monetária dos Investimentos Estrangeiros Diretos em comparação com os estoques de capital existentes no interior de uma nação, cuja dificuldade reside na obtenção de informações relacionadas com essa última variável. Muitos países não possuem estatísticas oficiais sobre o estoque interno de capital, embora o mesmo possa ser calculado a partir da informação sobre a formação bruta de capital fixo anual³²¹. Apresentamos na Tabela 4.24, a seguir, a síntese da participação do IED no estoque de capital interno das nações contempladas pelo estudo de Timmer e outros (2015).

³²¹ Uma descrição detalhada sobre o cálculo de tal variável a partir do “método do estoque perpétuo”, assim como a ilustração de sua aplicação para o caso brasileiro, pode ser obtida em Morandi e Reis (2004).

Tabela 4.24 – Participação do Investimento Estrangeiro Direto no estoque interno de capital em 2007

País Hospedeiro	Região Emissora				Total
	União Européia	Estados Unidos	Japão	Resto do Mundo	
Canadá	6,1%	11,4%	0,6%	3,0%	21,0%
Rússia	15,7%	2,8%	0,1%	2,2%	20,7%
Austrália	7,1%	4,8%	2,2%	3,7%	17,8%
China	3,8%	8,3%	1,6%	2,7%	16,4%
Turquia	10,6%	1,0%	0,1%	2,1%	13,7%
México	3,5%	6,1%	0,1%	0,7%	10,5%
Brasil	5,5%	1,7%	0,4%	1,2%	8,7%
Indonésia	2,0%	0,7%	0,9%	4,2%	7,8%
Índia	1,4%	0,7%	0,3%	1,7%	4,0%
Coreia do Sul	1,5%	0,7%	0,8%	0,5%	3,5%

Fonte: International Monetary Fund (2009, 2014b) e Timmer e outros (2015).

Nota: Cálculo próprio.

Podemos observar que a capacidade de controle estrangeiro sobre o capital disponível no interior de uma nação é elevado mesmo em países nos quais a especialização produtiva apresenta efeitos favoráveis, como nos casos do Canadá e Austrália³²². Entretanto, tal abordagem, por se voltar exclusivamente para o montante monetário de propriedade estrangeira, pode subestimar essa forma de subordinação econômica. Como explicam Vitali, Glattfelder e Battiston (2011), que realizaram um estudo abrangente sobre a rede global de controle corporativo, uma análise dessa natureza voltada apenas para o valor econômico de propriedade de cada agente ignora que a estrutura de controle pode ser muito mais complexa. Ressaltam: “[...] *firms may exert control over other firms via a web of direct and indirect ownership relations which extends over many countries* [...]”³²³ (VITALI; GLATTFELDER; BATTISTON, 2011, p. 1). Expliquemos.

Quando a análise do valor econômico dos investimentos centra sua atenção no montante monetário com o qual cada agente colabora para a formação do estoque de capital total – e, portanto, na *propriedade* desse investidor –, ela ignora a capacidade de *controle* que tal participação no capital permite ao agente que realizou o investimento³²⁴. Por exemplo, se um investidor estrangeiro “A” adquire 25% da propriedade de uma empresa nacional “B”, ele não realiza um investimento suficiente para garantir que suas decisões sejam seguidas pelos

³²² Cf. Tabela 4.16, p. 208.

³²³ “[...] empresas podem exercer controle sobre outras empresas por meio de uma rede de relações de propriedade direta e indireta que se estende por muitos países [...]”.

³²⁴ Entendendo por controle “[...] *the chances of seeing one’s own interest prevailing in the business strategy of the firm* [...]” (VITALI; GLATTFELDER; BATTISTON, 2011, p. 3) (“[...] as chances de ver o interesse próprio de alguém prevalecendo na estratégia de negócios da empresa [...]”).

demais acionistas. Por outro lado, se esse mesmo investidor utilizar a mesma magnitude de recursos para se tornar sócio majoritário (com mais de 50% do poder de voto) de outra empresa “C” e esta, por sua vez, utilizar seus recursos para adquirir 50% das ações de “B”, então o investidor estrangeiro terá sido bem sucedido em tomar o controle da empresa nacional – de modo que seu poder de decisão vai muito além da quantidade de recursos monetários aportados.

Portanto, uma segunda forma de analisar a subordinação econômica direta exercida pelas nações dominantes reside no estudo das redes de controle corporativos dominadas pelas empresas multinacionais. Os desafios de tal análise são ainda mais significativos. Por um lado, a metodologia utilizada deve ter a precaução de desconsiderar efeitos cíclicos – quando duas empresas adquirem a propriedade uma da outra –, entre outros problemas relacionados com a adequada estimação do controle acionário³²⁵. Por outro, os dados sobre a propriedade das empresas, a partir do qual se estima o controle, é ainda mais difícil de ser obtido.

Contudo, uma pesquisa que consiga superar esses desafios pode gerar profícuos resultados em uma análise de situações de dependência. Para ilustrar, podemos citar as evidências obtidas pelo estudo mencionado. Partindo de uma base de dados com informações sobre cerca de 30 milhões de agentes econômicos, dos quais identificaram a existência de 43 mil corporações multinacionais, os autores observaram que estas exercem o controle sobre um total de 600 mil empresas, sendo que um núcleo de 737 multinacionais controlam 80% desse número.

Listamos na Tabela 4.25, a seguir, as 50 principais empresas controladoras observadas no estudo em questão, responsáveis por um controle acumulado de quase 40% de toda a rede observada. Embora os autores não tenham apresentado resultados que demonstrem as relações de subordinação entre empresas localizadas em distintas regiões – isto é, não indicaram como essa rede de controle corporativo se relaciona através das fronteiras nacionais –, seus dados já são reveladores ao indicar, por exemplo, que quase todas as empresas desse núcleo de 50 principais controladoras são originárias das principais regiões emissoras de capital estrangeiro (Tabela 4.26), sendo a única exceção uma empresa chinesa que ocupa o último lugar da tabela com uma fatia de controle na ordem de 0,3% da rede global.

³²⁵ Para maiores detalhes sobre o assunto, *cf.* Vitali, Glattfelder e Battiston (2011, p. 18–20).

Tabela 4.25 – Lista das 50 maiores empresas controladoras

Pos.	Empresa	Nacionalidade	Sector	% de controle acumulado
1	Barclays PLC	Reino Unido	Financeiro	4,05
2	Capital Group Companies Inc, The	Estados Unidos	Financeiro	6,66
3	FMR Corp	Estados Unidos	Financeiro	8,94
4	AXA	França	Financeiro	11,21
5	State Street Corporation	Estados Unidos	Financeiro	13,02
6	JPMorgan Chase & Co.	Estados Unidos	Financeiro	14,55
7	Legal & General Group PLC	Reino Unido	Financeiro	16,02
8	Vanguard Group, Inc., The	Estados Unidos	Holding	17,25
9	UBS Ag	Suíça	Financeiro	18,46
10	Merrill Lynch & Co., Inc.	Estados Unidos	Financeiro	19,45
11	Wellington Management Co. L.L.P.	Estados Unidos	Financeiro	20,33
12	Deutsche Bank Ag	Alemanha	Financeiro	21,17
13	Franklin Resources, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	21,99
14	Credit Suisse Group	Suíça	Financeiro	22,81
15	Walton Enterprises LLC	Estados Unidos	Industrial	23,56
16	Bank of New York Mellon Corp.	Estados Unidos	Financeiro	24,28
17	Natixis	França	Financeiro	24,98
18	Goldman Sachs Group, Inc., The	Estados Unidos	Financeiro	25,64
19	T. Rowe Price Group, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	26,29
20	Legg Mason, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	26,92
21	Morgan Stanley	Estados Unidos	Financeiro	27,56
22	Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc.	Japão	Financeiro	28,16
23	Northern Trust Corporation	Estados Unidos	Financeiro	28,72
24	Société Générale	França	Financeiro	29,26
25	Bank of America Corporation	Estados Unidos	Financeiro	29,79
26	Lloyds TSB Group PLC	Reino Unido	Financeiro	30,30
27	Invesco PLC	Reino Unido	Financeiro	30,82
28	Allianz Se	Alemanha	Holding	31,32
29	TIAA	Estados Unidos	Financeiro	32,24
30	Old Mutual Public Limited Company	Reino Unido	Financeiro	32,69
31	Aviva PLC	Reino Unido	Financeiro	33,14
32	Schroders PLC	Reino Unido	Financeiro	33,57
33	Dodge & Cox	Estados Unidos	Holding	34,00
34	Lehman Brothers Holdings, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	34,43
35	Sun Life Financial, Inc.	Canadá	Financeiro	34,82
36	Standard Life PLC	Reino Unido	Financeiro	35,20
37	CNCE	França	Financeiro	35,57
38	Nomura Holdings, Inc.	Japão	Financeiro	35,92
39	The Depository Trust Company	Estados Unidos	Financeiro	36,28
40	Massachusetts Mutual Life Insur.	Estados Unidos	Financeiro	36,63
41	Ing Groep N.V.	Países Baixos	Financeiro	36,96
42	Brandes Investment Partners, L.P.	Estados Unidos	Financeiro	37,29
43	Unicredito Italiano Spa	Itália	Financeiro	37,61
44	Deposit Insurance Corporation of JP	Japão	Financeiro	37,93
45	Vereniging Aegon	Países Baixos	Financeiro	38,25
46	BNP Paribas	França	Financeiro	38,56
47	Affiliated Managers Group, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	38,88
48	Resona Holdings, Inc.	Japão	Financeiro	39,18
49	Capital Group International, Inc.	Estados Unidos	Holding	39,48
50	China Petrochemical Group Co.	China	Financeiro	39,78

Fonte: Vitali, Glattfelder e Battiston (2011).

Tabela 4.26 – Distribuição das 50 maiores empresas controladoras por nacionalidade

País	Quantidade de empresas	Controle acumulado
Estados Unidos	24	20,73%
Reino Unido	8	8,26%
França	5	4,19%
Suíça	2	2,03%
Japão	4	1,57%
Alemanha	2	1,34%
Países Baixos	2	0,65%
Canadá	1	0,39%
Itália	1	0,32%
China	1	0,30%
Total Geral	50	39,78%

Fonte: Vitali, Glattfelder e Battiston (2011).

Nota: cálculo próprio.

Com relação à subordinação econômica indireta, devemos analisar as condições de concorrência no mercado internacional. Uma interessante forma de mensurar tal relação consiste no índice de complexidade econômica elaborado por Simoes e Hidalgo (2011) e Hausmann e outros (2011).

Com o objetivo de mensurar a complexidade de uma economia, que os autores acreditam estar relacionada com “[...] *the multiplicity of useful knowledge embedded in it* [...]”³²⁶ (HAUSMANN *et al.*, 2011, p. 18), tal índice busca responder à seguinte questão: se um determinado país não puder mais produzir um determinado produto, em quantos outros países esse produto poderá ser feito? Então, quanto mais “insubstituível” for o papel de determinado país na produção mundial, mais “complexa” (*i.e.*, mais dotada de conhecimento) sua economia será.

A lógica determinante por trás do método adotado por esses autores é que quanto menor a quantidade de agentes capazes de fabricar um determinado produto, tanto maior a “quantidade” de conhecimento útil necessário para construí-lo. Não é preciso muita reflexão para perceber o despropósito dessa linha de raciocínio. Partindo desse princípio, os autores conseguiram considerar coisas como vidro fundido, silicone e derivados de celulose como produtos mais complexos (*i.e.*, com mais conhecimento incorporado) do que reatores nucleares, processadores de computador e tratores; e também considerar ovos com casta, leite e manteiga como coisas mais complexas que notebooks, navios e petróleo³²⁷.

³²⁶ “[...] a multiplicidade de conhecimentos úteis incorporados nela [...]”.

³²⁷ Em 2012, tais produtos obtiveram as seguintes colocações no índice de complexidade de produtos: 1º - vidro fundido, 19º - silicone, 45º - derivados de celulose, 53º - reatores nucleares, 63º - CPUs, 111º - tratores, 353º -

Tabela 4.27 – Índice de complexidade econômica em 2012 – países selecionados

País/Região	Índice de Complexidade	Posição	País/Região	Índice de Complexidade	Posição
Japão	2,235	1°	China	1,052	22°
Suíça	2,006	2°	México	0,989	25°
Alemanha	1,895	3°	Canadá	0,869	35°
Suécia	1,790	4°	Rússia	0,532	45°
Coreia do Sul	1,736	5°	Colômbia	0,412	50°
Tchéquia	1,679	6°	Índia	0,362	54°
Finlândia	1,641	7°	Uruguai	0,332	55°
Reino Unido	1,634	8°	Brasil	0,316	56°
Áustria	1,633	9°	Argentina	0,304	57°
Singapura	1,613	10°	Afeganistão	-0,610	100°
Eslovênia	1,563	11°	Etiópia	-0,942	121°
Estados Unidos	1,556	12°	Moçambique	-1,274	132°
França	1,457	13°	Guiné-Bissau	-1,693	139°
Hungria	1,422	14°	Timor-Leste	-1,924	141°
Israel	1,404	15°	Sudão do Sul	-2,906	144°

Fonte: Simoes e Hidalgo (2011) e Hausmann e outros (2011).

Por outro lado, o índice de complexidade econômica que construíram serve como uma interessante medida de competitividade internacional³²⁸. Afinal, ao constatar que a participação do Japão nas exportações mundiais de vidro fundido passou de 1,74% em 1990 para 72,54% em 2012, o que esse dado nos informa é que os capitalistas desse país foram bem sucedidos em sobrepujar a concorrência internacional, obrigando seus concorrentes estrangeiros a realocarem seu capital para outros setores³²⁹. Mensurar o quão insubstituível é a economia de um país significa mensurar a capacidade desse país de eliminar seus concorrentes.

Apresentamos na Tabela 4.27 os dados sobre o ranking do índice de complexidade econômica para o ano de 2012. Vemos que as nações mais beneficiadas pela apropriação de mais-valor via mercado mundial aparecem em posições de elevadas nessa lista, enquanto as nações mais prejudicadas ocupam o lado oposto. Além do próprio ranking em si, a pesquisa elaborada por Simoes e Hidalgo (2011) apresenta um amplo conjunto de informações referentes à composição da pauta de exportação e importação de 144 países, assim como suas origens e destinos. Tais informações são um ótimo ponto de partida para uma análise relativa

ovos com casca, 382° - leite, 402° - manteiga, 478° - notebooks, 550° - navios e barcos, e por último, na 772ª posição - petróleo bruto.

³²⁸ Muito melhor do que, por exemplo, o índice de competitividade global elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (SCHWAB, 2013), que não serve para mensurar nada.

³²⁹ E não que o vidro fundido se tornou a mercadoria com a maior quantidade de conhecimento incorporado.

às transformações causadas pela concorrência internacional na estrutura produtiva interna de uma nação subordinada.

4.3 VINCULAÇÃO

A partir das categorias abstratas de “apropriação de mais-valor” e “subordinação” elaboradas até aqui, podemos arriscar uma primeira aproximação do que pode ser entendido como “dependência”: a “dependência” consiste em uma forma de relação econômica entre regiões capitalistas na qual aquelas que apresentam uma maior concentração de capital transformam as forças produtivas das demais em um sentido que determina um fluxo de mais-valor em prol das primeiras.

Tal definição deixa de fora, contudo, o principal: na relação de dependência a exploração entre países – *i.e.*, o desdobramento da exploração de classes no mercado mundial – aparece de forma invertida, pois a interação econômica com as regiões dominantes se mostra como elemento necessário para gerar o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Não seriam os países centrais que explorariam a periferia, mas antes o contrário, eles que deverão arcar com os custos e a responsabilidade de desenvolver as regiões atrasadas. São os capitais excedentes que refluem para a periferia, os meios de produção tecnologicamente mais avançados exportados pelos países centrais, *etc.*, que parecem garantir o dinamismo das regiões dependentes. O destino econômico destas parece estar “vinculado” ao desempenho econômico daqueles.

Quando essa aparente vinculação se faz presente, a relação de exploração se “inverte” e a subordinação muda de substância. Quem depende de algo, necessita desse algo ao qual, por isso, se subjugam. O sujeito que exerce a posição dominante nessa relação, o proprietário daquilo do qual se necessita, não é necessariamente beneficiado por ela.

Dizemos, por exemplo, que as crianças são dependentes de seus pais. Uma vez que não possuem desenvolvimento intelectual suficiente para determinarem o que é melhor para si mesmas, necessitam do auxílio e supervisão de adultos, aos quais se subjugam para sobreviver. Seus responsáveis, por sua vez, arcam com os custos e dispõem seu tempo na gestão de outros indivíduos sem obter qualquer benefício material dessa relação. Se é possível falar de exploração em uma situação como essa, somos forçados a dizer que os infantes são os verdadeiros beneficiados dessa relação de dependência. Entretanto, nesse exemplo a dependência é um fenômeno real, que se mostra como verdadeiramente é.

O caso das relações econômicas internacionais se assemelha mais à relação de assalariamento que se desenvolve entre o proletário e o capitalista. O capitalista individual em sua relação com o trabalhador individual tem a plena convicção de que presta um favor a este ao lhe conceder uma oportunidade de emprego, de lhe agradecer com o benefício de exercer uma atividade que pode lhe garantir o sustento. Assim, o destino do trabalhador parece vinculado ao sucesso dos negócios de seu patrão e, da mesma forma que a periferia parece depender do centro, o proletário parece depender do capitalista.

No entanto, ao desmistificar o discurso que ouve diariamente do capataz, o trabalhador percebe que a única oportunidade com a qual foi agraciado foi a de ser explorado e gerar mais-valor para seu patrão, “oportunidade” para a qual teve que se submeter por terem lhe expropriado os meios de produção. Encontra-se subordinado ao capital pela força econômica. É explorado não em função da necessidade que tem do capitalista, mas por ter sido forçosamente submetido a ele. E nesse sentido, percebe que não é ele que depende do capitalista, mas antes, é o capitalista que depende do mais-valor que usurpa da classe trabalhadora como um todo.

Portanto, não há como falar de “dependência” sem se falar de “vinculação”. Sem a vinculação – sem essa necessidade aparente de capital e desenvolvimento tecnológico estrangeiros – as relações econômicas internacionais se mostrariam não sob o forma invertida da dependência, mas como realmente são: como relações de subordinação que determinam uma transferência de mais-valor entre os componentes do mercado mundial, uma transferência de mais-valor necessária para contrapor a queda da taxa de lucro³³⁰.

Não é a periferia que depende do centro para se desenvolver, mas o centro que depende de suas relações com a periferia para postergar as crises recorrentes do modo de produção capitalista.

A “vinculação” é a forma invertida como se manifesta a relação de dependência, a forma atrás da qual se escondem a subordinação econômica entre sociedades politicamente autônomas e a apropriação de mais-valor por meio do mercado mundial. Mas essa dimensão da “vinculação”, ao mesmo tempo em que serve para ocultar o verdadeiro fundamento da dependência, também se evidencia como um fenômeno real. Do mesmo modo que o trabalhador individual realmente obtém as condições para sua própria reprodução com a venda da força de trabalho, as relações econômicas com as economias com maior grau de

³³⁰ Fazendo novamente analogia com o caso individual, a escravidão é uma forma de relação social de produção na qual não há vinculação e, por isso, a exploração não aparece como dependência. O escravo em momento algum se imagina dependente de seu senhor, motivo pelo qual essa relação de produção precisa ser constantemente garantida pelo uso da força.

concentração de capital aceleram o processo de acumulação da periferia, seja por ampliar o estoque de capital em ação, ou seja por atuar como mercado para seus produtos.

A relação de dependência gera desenvolvimento, no sentido de que acelera a implantação das relações capitalista de produção, incluindo a formação da grande indústria na própria nação dependente. Mas gera um desenvolvimento que é fundamentalmente dependente, em outras palavras, um desenvolvimento que apenas amplia a mesma relação de dependência que o forjou.

A análise da condição dependente de uma região deve, nesse sentido, não só revelar a exploração e subordinação que a acomete, mas também deve observar o caráter “dependente” do desenvolvimento, ou seja, precisa mostrar como esse desenvolvimento apenas aprofunda a relação de dependência. Com isso, o pesquisador estará em posição de observar, também, as condições nas quais é possível romper com o ciclo da dependência. Apenas assim poder-se-á argumentar que um outro desenvolvimento é possível.

4.3.1 O desenvolvimento dependente

Vejamos, pois, o que pode ser compreendido como “desenvolvimento dependente” e como ele pode ser observado por meio da análise da situação de dependência. É preciso esclarecer, antes, que resgatamos aqui o mesmo entendimento apresentado pelos autores clássicos da teoria da dependência sobre o que seria o “desenvolvimento” econômico, ou seja, o compreendemos como a ampliação da acumulação capitalista no interior de uma nação, acompanhado de diversificação da estrutura produtiva e aumento da produtividade³³¹.

Não se pressupõe, portanto, que tal desenvolvimento econômico seja acompanhado por qualquer forma de melhoria da qualidade de vida da população em geral, redução das desigualdades econômicas e da pobreza, *etc.*, ou seja, aquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento social³³². Por mais que possa existir alguma relação entre essas duas formas de desenvolvimento, devemos observar que suas causas são distintas, de modo que o surgimento de um não implica o outro.

Diante dessa concepção, o desenvolvimento “dependente” seria aquele no qual a diversificação das forças produtivas e a aplicação do progresso tecnológico, por serem

³³¹ Para um debate sobre o sentido do conceito de “desenvolvimento” no âmbito teórico do marxismo, *cf.* Bonente (2011).

³³² Para um debate sobre o “desenvolvimento” compreendido como a capacidade de uma sociedade obter aquilo que tem razão para valorizar, *cf.* Amartya Sen (2000, 2012).

resultados da expansão do capital de outras regiões, têm por efeito reforçar a relação de exploração e subordinação que caracterizam a dependência. Em outras palavras, no desenvolvimento dependente, a relação de subordinação deve atuar no sentido de aprofundar a dependência. Vejamos.

Quando duas economias com diferentes graus de acumulação entram em relação uma com a outra, aquela no qual o capital se mostra mais abundante – e no qual o mesmo apresenta uma menor taxa de lucro – propicia as condições para a aceleração da acumulação na outra, seja como resultado da exportação de capital na forma de investimento estrangeiro direto, seja pelo intercâmbio de mercadorias que estabelecem entre si.

No que tange à exportação do capital, já indicamos em outro momento que ela pode ser resultado de um conjunto variado de motivos³³³. Veremos, a seguir, como cada um desses motivos abre espaço para resultados diferentes no que concerne à ampliação ou não da composição do capital na nação hospedeira. Podemos adiantar, de todo modo, que quando o capital se instala em uma região para se beneficiar de maiores taxas de exploração da força de trabalho, tende a transferir para lá apenas as etapas de produção intensivas nesse fator, ou seja, com menor composição orgânica do que a parcela que mantém em sua região de origem. Com efeito, ao mesmo tempo em que o IED amplia a composição orgânica da região hospedeira – pois acrescenta a ela um capital que antes não existia ali –, a amplia ainda mais na nação emissora – onde passa a se concentrar apenas a parcela da produção com maior necessidade de capital.

Com relação ao intercâmbio de mercadorias entre essas regiões, devemos observar que, por um lado, ele permite à nação economicamente menos desenvolvida adquirir produtos de elevado padrão tecnológico – tanto no que se refere aos meios de produção quanto aos bens de subsistência –, resultando em óbvios efeitos de acelerar a acumulação na nação dependente ao elevar a produtividade e reduzir o valor da força de trabalho. Por outro lado, como efeito da subordinação econômica indireta, tal intercâmbio leva a região dependente a se especializar em etapas menos favorecidas do processo produtivo, de modo que o capital ali localizado deverá produzir mercadorias com cada vez mais trabalho incorporado para obter um mesmo tanto do trabalho cristalizado pelos trabalhadores estrangeiros.

Com isso, além desses dois caminhos serem acompanhados por uma ampliação das transferências de valor via mercado mundial, eles caracterizam um desenvolvimento dependente na medida em que tornam a superação da dependência uma possibilidade cada vez

³³³ Cf. seção 4.1.1, p. 171 *et seq.*

mais distante, ou seja, quando ampliam a desigualdade da distribuição do capital entre essas regiões.

Isso nos revela que a relação de dominação/dependência leva a tendência de concentração e centralização do capital a atuar também em uma dimensão espacial não por reduzir a acumulação nas nações menos favorecidas, mas por ampliá-la mais rapidamente nas regiões dominantes. Por mais que a acumulação possa se desenvolver nas nações dependentes com maior velocidade do que faria se esta não mantivesse relações econômicas com regiões mais avançadas, o capital que se acumula sob o domínio dos capitalistas das regiões dominantes cresce com uma celeridade ainda maior, reforçando os elementos que forjam a relação de dependência.

A ruptura dessa dinâmica torna-se algo cada vez mais difícil de alcançar, pois sempre que as condições de desenvolvimento começam a levar as economias subordinadas a uma mudança da posição que ocupam na divisão internacional do trabalho, o estrangulamento da balança de pagamentos – derivado da apropriação de mais-valor presente no processo de intercâmbio de mercadorias – impede a continuidade desse processo de desenvolvimento.

Portanto, a vinculação entre as economias no mercado mundial se expressa por um crescimento dos países dependentes limitado pela sua capacidade de importar os meios de produção e de consumo necessários para a expansão da acumulação capitalistas. Capacidade de importar, essa, que está sujeita, de um lado, à aceitação de seus produtos no mercado internacional e, de outro, à disponibilidade das mercadorias das quais necessita – que é determinada pelo vigor do crescimento da economia central.

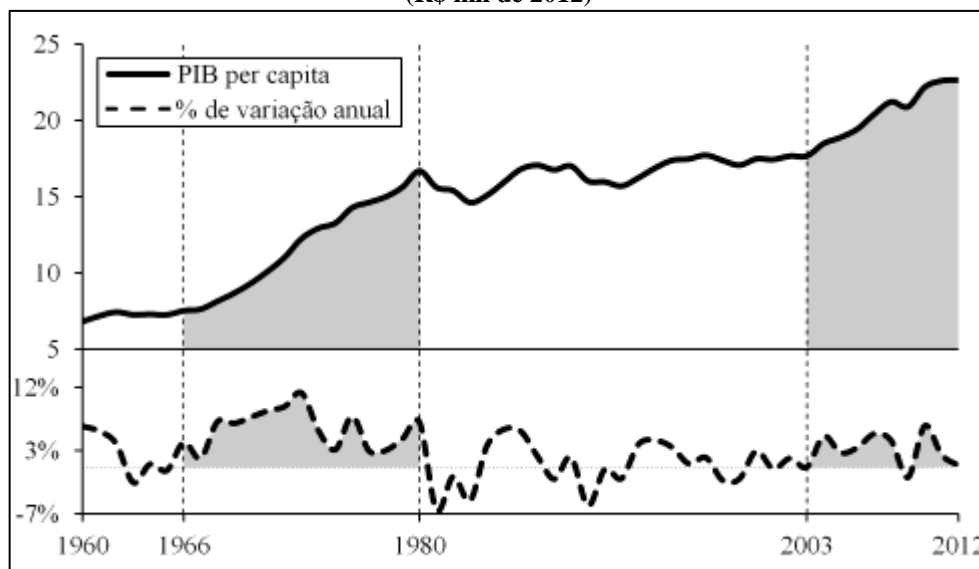
A constatação dos limites do desenvolvimento dependente deve resultar de uma investigação sobre a integração econômica entre as regiões analisadas (dominante e dependente), da qual deveremos inferir não só sua relação com o desenvolvimento econômico – compreendido como ampliação da acumulação, diversificação produtiva e elevação da produtividade –, mas também com a evolução da própria relação de dependência – tanto no aspecto da apropriação de mais-valor quanto no da subordinação.

Podemos ilustrar tal análise a partir do caso brasileiro e das relações de dependência que essa nação estabelece, sobretudo, com os países da União Europeia e os com Estados Unidos³³⁴. Iniciaremos nossa investigação identificando alguns momentos de significativo

³³⁴ Justificamos nossa escolha pelo fato de que essas duas regiões constituíam-se na origem de mais de 75% do IED presente no país no ano de 2009 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015c). Estimamos, ainda, que elas tenham se apropriado gratuitamente de 8% de toda a riqueza produzida no Brasil nesse mesmo ano.

crescimento da economia brasileira a partir da evolução de seu Produto Interno Bruto *per capita*, ou seja, nos quais houve uma aceleração da acumulação capitalista.

**Gráfico 4.1 – Produto Interno Bruto *per capita* do Brasil
(R\$ mil de 2012)**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014c).

Nota: cálculo próprio.

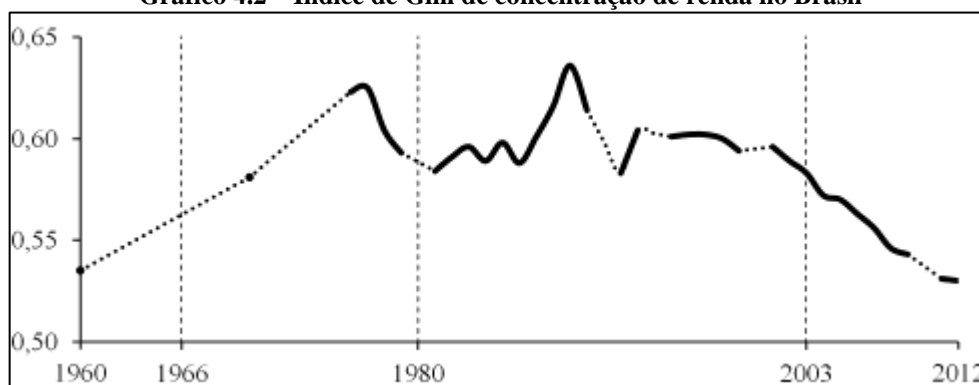
O Gráfico 4.1 evidencia a ocorrência de duas ocasiões desse tipo em um intervalo de 52 anos. O primeiro, durante o qual o PIB *per capita* cresceu a uma média de 8,7% ao ano, inicia-se em 1966, juntamente com o período conhecido como o milagre econômico brasileiro, e encontra seu fim com a eclosão da crise da dívida externa no início da década de 1980. O segundo momento de crescimento do PIB *per capita*, com taxa anual média de 3,1%, tem lugar no início do século XXI, mais especificamente a partir de 2003, e estende-se até a atualidade.

Não devemos supor a existência de nenhuma homogeneidade entre esses dois momentos. Ao contrário, há evidências de que eles se diferenciam tanto em termos do padrão de acumulação quanto pela transformação que geraram nas estruturas econômica e social.

Apenas para demonstrar seus distintos efeitos com relação ao desenvolvimento social, apresentamos a seguir a evolução do índice de Gini de concentração de renda (Gráfico 4.2). Como podemos observar, enquanto o período que vai de 1967 até 1980 observou uma elevação da concentração de renda, há desde 2002 uma persistente redução da mesma³³⁵.

³³⁵ É interessante ressaltar que a economia brasileira continua sendo uma das mais desiguais do mundo.

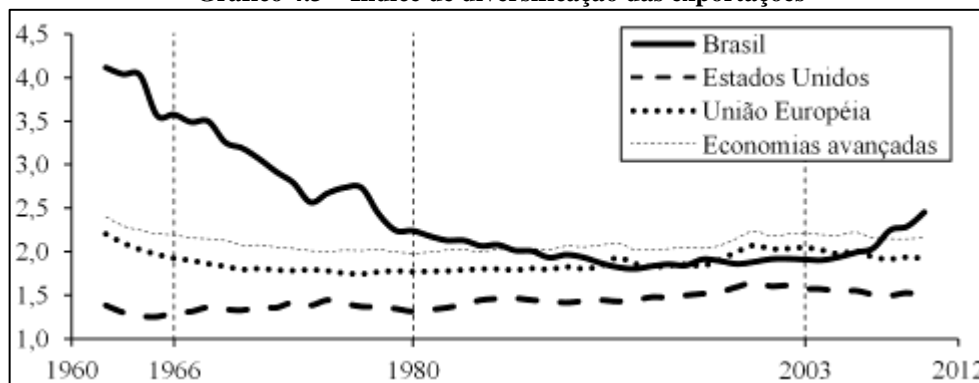
Gráfico 4.2 – Índice de Gini de concentração de renda no Brasil



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015) e Langoni (2005).

No que tange à estrutura econômica, ao analisarmos, por exemplo, os dados do FMI sobre a diversificação da pauta de exportações brasileiras em contraste com as economias consideradas³³⁶ avançadas (Gráfico 4.3), constatamos que o primeiro período de desenvolvimento observou uma significativa diferenciação do parque industrial nacional³³⁷. Mesmo após esse período, a diversificação da pauta de exportação continuou a avançar, levando o Brasil a se equiparar com a situação dos países que compõem a União Europeia.

Gráfico 4.3 – Índice de diversificação das exportações



Fonte: International Monetary Fund (2014d).

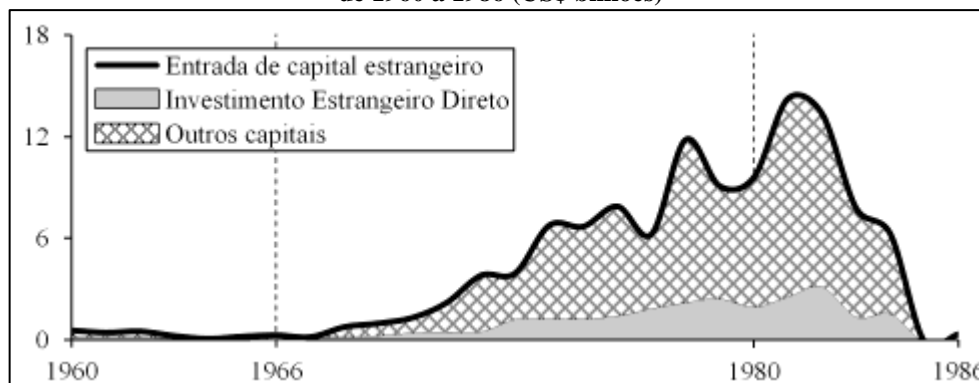
Entretanto, a partir de 1992, provavelmente como resultado da abertura econômica que teve princípio no governo Collor, esse processo de industrialização se estagnou completamente e, ao entrar no novo período de desenvolvimento, iniciou-se o que tem sido chamado pela literatura econômica atual como o fenômeno da “reprimarização” da economia brasileira. Dado esse efeito contrário no sentido da diversificação produtiva, há que se discutir até que ponto esse segundo período deve ser tratado como um novo momento do

³³⁶ Pelo FMI.

³³⁷ O índice de diversificação das exportações, calculado pelo FMI, é um índice de Theil. Isso significa que quanto mais próximo de zero é esse índice, mais diversificada é a pauta de exportação de uma nação.

“desenvolvimento econômico” brasileiro. De todo modo, em ambos os momentos há uma ampliação da acumulação capitalista, expressa pela elevação do PIB *per capita*, o que entendemos ser suficiente para os efeitos de nossa investigação.

Gráfico 4.4 – Entrada anual de capital estrangeiro no Brasil de 1960 a 1986 (US\$ bilhões)

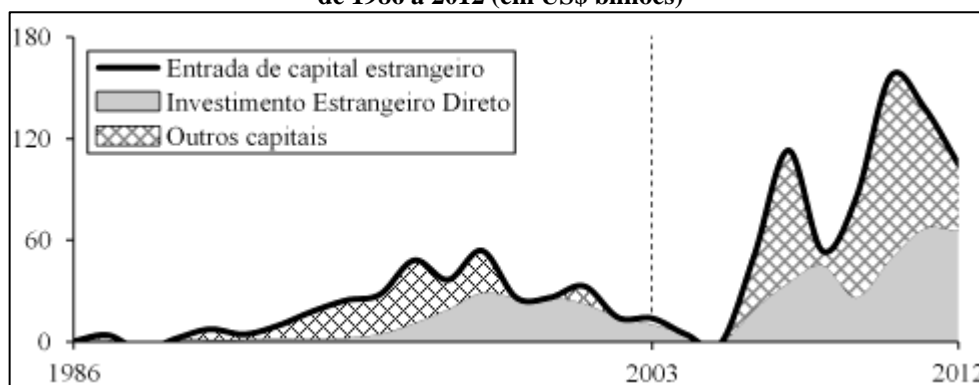


Fonte: Banco Central do Brasil (2015a).

Nota: cálculo próprio.

Devemos observar, agora, a participação do capital estrangeiro nesses dois momentos com o intuito de averiguar em que medida a dependência é causa desse desenvolvimento e, também, em que medida ela é uma consequência. Os Gráficos 4.4 e 4.5 apresentam a entrada anual de capital estrangeiro para os dois períodos de desenvolvimento analisados³³⁸.

Gráfico 4.5 – Entrada anual de capital estrangeiro no Brasil de 1986 a 2012 (em US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil (2015a).

Nota: cálculo próprio.

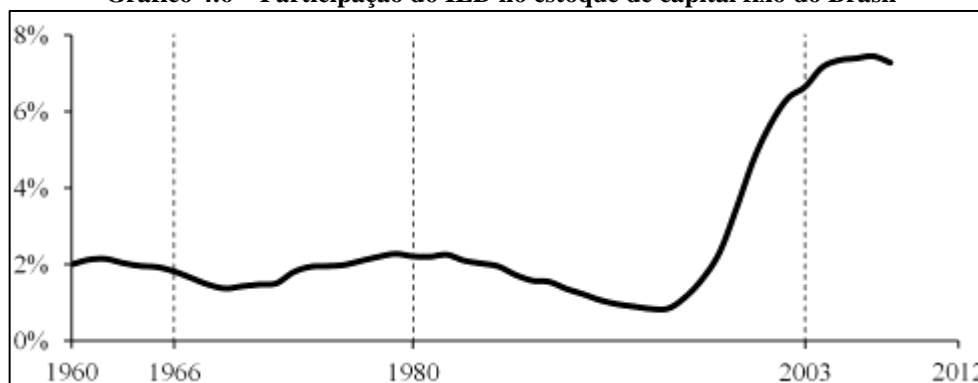
Os dois gráficos nos revelam que ambos os períodos foram marcados por uma expressiva entrada de capital estrangeiro em comparação aos momentos anteriores. É interessante observar que entre 1966 e 1980 (Gráfico 4.4) a entrada de IED em proporção ao

³³⁸ Infelizmente, não temos dados que nos permitam inferir quais são as regiões de origem desse capital.

capital estrangeiro total foi menos significativa do que o observado entre 2003 e 2012 (Gráfico 4.5). Por outro lado também devemos ressaltar um expressivo influxo de IED que antecedeu o período de desenvolvimento atual, um influxo que não teve qualquer efeito em termos de ampliação da acumulação ou diversificação da estrutura produtiva, mas que ressalta a importância do capital estrangeiro para a etapa de crescimento econômico que se seguiu.

De modo geral, tais informações nos fazem supor que atravessamos atualmente um momento de maior subordinação econômica ao capital internacional, o que poderia ajudar a explicar o processo de “reprimarização” em curso. Essa avaliação é reforçada pela análise da participação do capital estrangeiro na formação do capital fixo no Brasil³³⁹, tal como apresentamos no Gráfico 4.6.

Gráfico 4.6 – Participação do IED no estoque de capital fixo do Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil (2015a) e Morandi e Reis (2004).

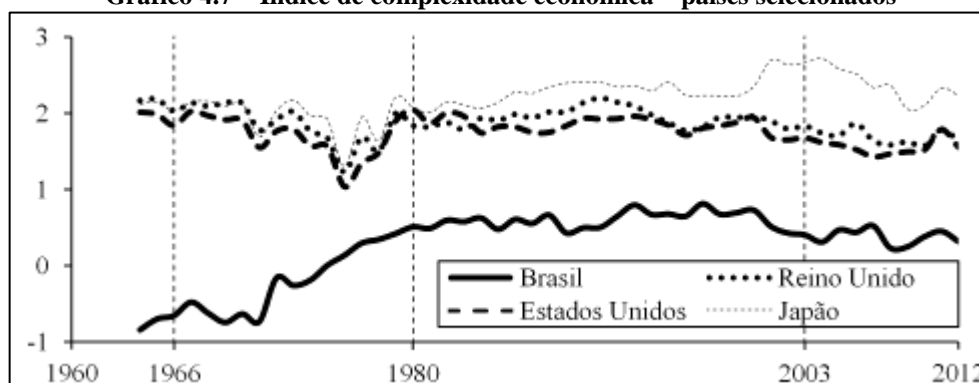
Nota: cálculo próprio.

Enquanto a massiva entrada de IED que observamos no primeiro período de desenvolvimento não trouxe variação significativa do domínio do capital estrangeiro sobre o nacional, o mesmo não pode ser dito com relação ao investimento imigrante que antecede o segundo período.

Além dessa subordinação direta, podemos observar, também, os efeitos no âmbito da concorrência internacional, isto é, no âmbito da subordinação indireta. Nesse aspecto, é possível perceber que, enquanto o primeiro período de desenvolvimento analisado apresentou ganhos consideráveis (porém limitados) de capacidade competitiva, o momento atual tem sido marcado pela redução da mesma. Vejamos.

³³⁹ É bom lembrar, como indicamos na seção 4.2.2, que essa forma de mensurar a subordinação econômica direta provavelmente subestima o real controle do capital estrangeiro sobre os ativos nacionais.

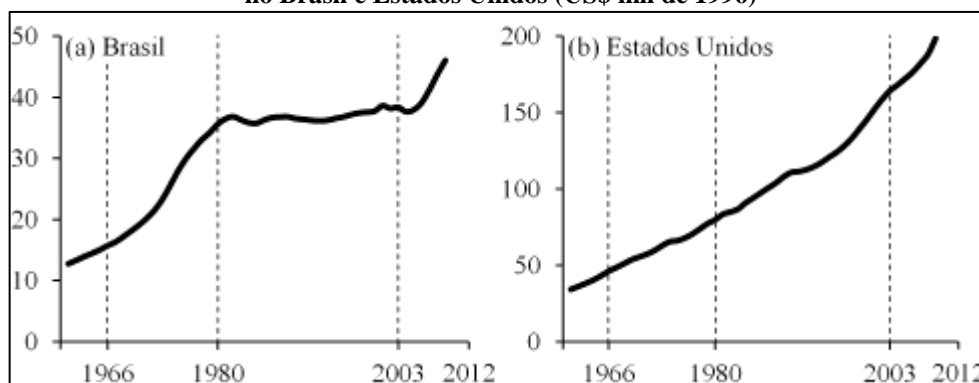
Gráfico 4.7 – Índice de complexidade econômica – países selecionados



Fonte: Simoes e Hidalgo (2011) e Hausmann e outros (2011).

No que tange ao índice de complexidade econômica – que, como explicamos anteriormente, mensura a habilidade de cada economia em manter o monopólio sobre sua produção –, vemos que o mesmo apresentou uma evolução significativa entre o período de 1966 a 1980. Contudo, desde o início da década de 1990, o Brasil tem acompanhado a leve tendência de queda apresentada por quase todos os países do mundo, mantendo-se afastado de nações como Estados Unidos, Reino Unido e Japão (Gráfico 4.7). Isso significa que o Brasil não só tem falhado em se infiltrar nos ramos produtivos das nações dominantes, como não tem tido sucesso em manter os monopólios que atualmente controla.

Gráfico 4.8 – Evolução da relação capital/trabalho média no Brasil e Estados Unidos (US\$ mil de 1996)



Fonte: Isaksson (2007), Morandi e Reis (2004) e Timmer e outros (2015).

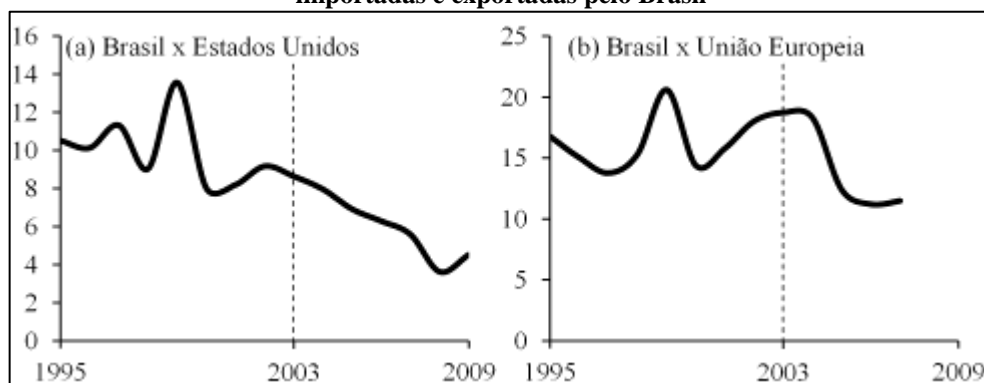
Nota: cálculo próprio.

Com relação à composição orgânica do capital – que, por um lado, expressa a evolução da produtividade em uma região e, por outro, é influenciado pela capacidade da nação em se especializar nas etapas da produção de maior requisito tecnológico –, vemos que no primeiro período de desenvolvimento a relação capital/trabalho apresentou uma taxa de crescimento considerável (Gráfico 4.8). Após a estagnação que se seguiu na década de 1980, a

trajetória de alta só foi resgatada a partir de 2004. Ademais, é importante notar que, a despeito de ter apresentado uma taxa de crescimento superior a dos EUA até o início da década de 1980, a composição orgânica média do capital brasileiro nunca se aproximou da de seus concorrentes norte-americanos.

Para o período mais recente, também podemos observar a evolução da razão entre a composição orgânica do capital das mercadorias importadas e das exportadas do Brasil em relação tanto aos Estados Unidos como aos países pertencentes à União Europeia. Nesse quesito, o capital brasileiro conseguiu melhorar consideravelmente sua posição: enquanto a composição orgânica das mercadorias importadas proveniente dos Estados Unidos era cerca de 9 vezes mais elevadas do que a das mercadorias exportadas pelo Brasil para aquela nação em 2003, essa diferença se reduziu para pouco mais de 4,5 vezes em 2009; e com relação aos países da União Europeia, esse número passou de 18 para 11,5 vezes (Gráfico 4.9). Há que se considerar que, a despeito da redução observada ser significativa, a diferença entre as composições orgânicas ainda é muito elevada e tem se ampliado em termos absolutos, de modo que podemos nos questionar até quando o país conseguirá manter essa trajetória.

Gráfico 4.9 – Razão entre a composição orgânica média das mercadorias importadas e exportadas pelo Brasil

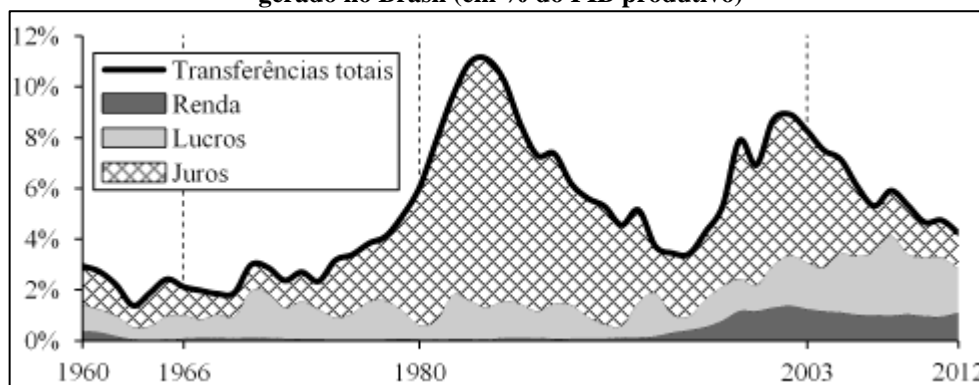


Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: cálculo próprio.

De qualquer forma, somos levados a concluir que ambos os períodos de desenvolvimento não foram bem sucedidos na tarefa de criar as condições para a superação da relação de subordinação econômica mantida pelo Brasil em relação tanto aos Estados Unidos quanto à União Europeia. Com efeito, devemos observar que o resultado desse “desenvolvimento dependente” consiste em uma contínua transferência do mais-valor gerado na economia brasileira para o exterior. O Gráfico 4.10 sintetiza as informações relativas às remessas de juros, lucros e renda diferencial e absoluta para o período analisado. Vejamos.

Gráfico 4.10 – Apropriação pelo capital internacional de mais-valor gerado no Brasil (em % do PIB produtivo)



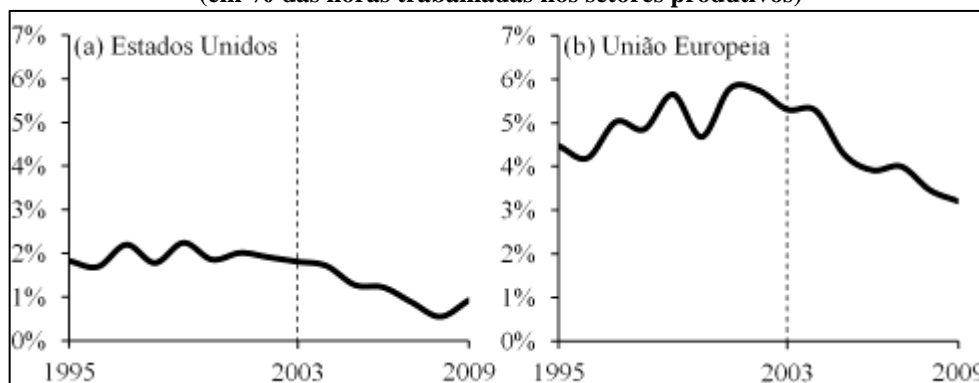
Fonte: Banco Central do Brasil (2015a).

Nota: cálculo próprio.

Chamam nossa atenção dois períodos de massiva transferência de recursos na forma de juros. O primeiro parece ser resultado da crise da dívida externa, que acometeu grande parte das economias periféricas no correr da década de 1980; enquanto o segundo aparenta ter relação com a crise cambial que atingiu a economia brasileira em 1999. Deixando de lado tais fenômenos, constatamos que o desenvolvimento econômico brasileiro não foi capaz de reverter as transferências de mais-valor ao exterior. Além disso, é interessante notar que o período atual de desenvolvimento está sendo marcado por uma ampliação do envio de lucros e pelo surgimento de um fluxo de renda – esta última, uma resultante da crescente importância da propriedade intelectual nas relações econômicas internacionais.

Com relação às horas de trabalho transferidas gratuitamente do Brasil para os Estados Unidos e União Europeia via comércio internacional, podemos observar que houve uma redução considerável no atual período de desenvolvimento (Gráfico 4.11) – comportamento condizente com a variação da relação entre as composições orgânicas dos produtos exportados e importados, analisada anteriormente. Contudo, o país ainda parece distante de superar suas desvantagens nas trocas e alçar a uma relação de interdependência com essas duas regiões.

Gráfico 4.11 – Horas de trabalho transferidas do Brasil para os Estados Unidos e União Europeia via comércio internacional (em % das horas trabalhadas nos setores produtivos)



Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: cálculo próprio.

Para concluir nossa análise de intuito apenas ilustrativo, podemos dizer que os dados aqui apresentados nos sugerem: A) que o desenvolvimento observado pelo Brasil nos períodos de 1966 a 1980 e 2003 a 2012 parece ter sido impulsionado, principalmente no último caso, pelas relações do país com o capital estrangeiro; B) e que tal desenvolvimento não foi capaz de superar a própria relação de dependência do qual foi fruto.

Em outras palavras, podemos dizer que a vinculação de uma economia dependente com outra dominante é capaz de trazer desenvolvimento para aquela, mas apenas um desenvolvimento que reforça a dependência – um “desenvolvimento dependente”. É nesse sentido que afirmamos que a vinculação é apenas uma forma aparente da dependência, uma forma que lhe faz aparecer como o contrário do que realmente é. Não é capital estrangeiro que trás desenvolvimento para a economia periférica, mas é a exploração desta que permite o contínuo crescimento daquele.

4.4 DEPENDÊNCIA E MAIS-VALOR

A proposta para a categoria “dependência” que apresentamos não a compreende como um modo de produção, formação social ou padrão de reprodução distinto de um “capitalismo autônomo”, mas como uma relação que marca a interação entre distintas regiões econômicas capitalistas³⁴⁰. Nesses termos, não há que se falar de um capitalismo do “tipo” dependente e outro do “tipo” dominante (ou imperialista) como se cada um deles contivesse propriedades

³⁴⁰ Afinal, como ressalta Cardoso (1973, p. 128), “[...] até por entendimento semântico, quem depende, depende de algo [...]”. Portanto, a “dependência” não pode ser tomada como um conceito “totalizante”, capaz de explicar a essência de uma sociedade.

inerentes que não aparecem no outro – tal como, por exemplo, uma predisposição a alguma forma particular de ampliar a taxa de exploração.

Contudo, conforme se observou, é possível que haja características “relativas” entre duas regiões que ocupam posições opostas em uma relação de dominação/dependência. Esse é o caso do que observamos quando tratamos do desenvolvimento dependente, que nos levou a sugerir que, como resultado da própria relação de dependência, a composição orgânica do capital tende a se manter menor na região dominada do que aquela que se observa na localidade dominante.

Diante disso, devemos investigar se existe alguma conexão entre essa relação de dependência que surge entre duas regiões e algo que a literatura sobre o assunto tem apontado como sua essência: a “superexploração” da força de trabalho.

Já esclarecemos em outro lugar que o ganho de “superexploração” não deve ser compreendido como um “tipo” de mais-valor³⁴¹, mas como um subproduto de uma forma particular de elevar a taxa de exploração que tem por efeito a redução da cesta de consumo e/ou da qualidade de vida da classe trabalhadora³⁴². Seja como for, tanto Marini quanto os atuais teóricos da dependência creditam a “superexploração” da força de trabalho a um *desejo* peculiar que acomete os capitalistas da periferia, uma *necessidade de compensar* a queda da taxa de lucro que deriva da troca desigual.

Em um primeiro momento, somos tentados a questionar a legitimidade dessa *vontade* de obter uma exploração adicional em relação àquela obtida pelos capitalistas dos países centrais. Por outro lado, preferimos seguir a sugestão de Marx (1982, p. 138 grifos do autor), que pondera: “sem sombra de dúvida, a *vontade* do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca de sua *vontade*, mas investigar o seu *poder*, os *limites desse poder* e o *caráter desses limites*”.

A questão que cabe averiguar, então, é: haveria alguma conexão entre a relação de dependência e alguma forma específica de ampliar a taxa de exploração? Uma investigação sobre esse assunto deve partir das observações sobre a dinâmica concreta da exploração em países que se opõem como dependente/dominante. No caso de uma resposta positiva, se, por exemplo, observarmos que a “superexploração” é um fenômeno exclusivo de um determinado grupo de países, não devemos nos questionar sobre o motivo que leva seus capitalistas a preferirem tal método, mas o que impede os capitalistas das outras regiões de o aplicarem.

³⁴¹ Como o faz, por exemplo, Jaime Osorio. Cf. seção 3.2.2, p. 141 *et seq.*

³⁴² Cf. seção 2.3.4.2, p. 79 *et seq.*

Sem pretender esgotar o tema, mas apenas com o intuito de evidenciar um caminho a partir do qual tal questão possa ser trabalhada, apresentamos aqui uma breve análise baseada nos dados levantados por Timmer e outros (2015), que cobre o período de 1995 a 2009. Como vimos, para esse conjunto de dados o grupo de regiões formado por Estados Unidos, Japão e União Europeia aparecem como dominantes em relação aos seguintes países: China, México, Brasil, Índia, Indonésia e, em alguma medida, Rússia.

Os dados da Tabela 4.28 sintetizam as informações necessárias para o cálculo da taxa de exploração dessas regiões³⁴³. Apresentamos, também, o salário nominal em dólares que, a despeito de não ser uma medida adequada para expressar as diferenças reais entre os salários de cada região – o que deveria ser feito levando-se em consideração o poder de compra do mesmo – expressa o custo dessa mão de obra para o capital internacional. Podemos observar que as nações com taxas de exploração mais elevadas e salários nominais mais baixos são aquelas que aparecem na posição de dependentes em relação aos países com menor taxa de exploração.

Por outro lado, é curioso perceber que tanto os Estados Unidos quanto o Japão apresentam uma taxa de exploração comparável à de nações como Índia, Indonésia e Rússia. Uma parte dessa aproximação se justifica pelo fato de que os trabalhadores desses últimos países dispõem sua renda em produtos que possuem muito mais trabalho em relação ao preço do que aqueles consumidos pelos trabalhadores estadunidenses e japoneses³⁴⁴. Mas, por outro lado, devemos observar que a jornada de trabalho é significativamente mais elevada nos dois primeiros países do que, por exemplo, na Indonésia e Rússia.

³⁴³ Os cálculos dos valores apresentados foram realizados tendo em vista a metodologia apresentada na seção 4.1.2.5. Devemos ressaltar que, no intuito de simplificar nossa exposição, não foram levados em consideração nem o grau de complexidade e nem as diferenças de intensidade do trabalho.

³⁴⁴ É o caso, por exemplo, da Índia. Cerca de 50% da renda de um trabalhador indiano é gasto com a aquisição de produtos agropecuários provenientes do mercado nacional. Tais produtos são vendidos por um preço muito abaixo de seus valores, resultando em uma transferência de valor (horas trabalhadas) em favor da classe trabalhadora daquele país e permitindo que os salários nominais sejam extremamente baixos. É assim que o pauperismo do setor agrícola indiano se converte no lucro dos magnatas do capital.

Tabela 4.28 – Jornada e valor da força de trabalho dos setores produtivos para o ano de 2009 (em horas de trabalho anuais)

País/Região	Jornada de Trabalho	Valor da Força de Trabalho	Mais-valor	Taxa de Exploração	Salário nominal (US\$)
México	2.151	391	1.761	451%	7.083
Brasil	2.007	472	1.534	325%	8.489
China	1.964	592	1.372	232%	2.726
Turquia	1.881	871	1.010	116%	11.619
Indonésia	1.365	657	708	108%	3.417
Índia	2.333	1.133	1.200	106%	1.415
Rússia	1.663	834	829	99%	6.178
Japão	1.927	978	949	97%	49.319
Estados Unidos	1.949	990	959	97%	55.601
Coreia do Sul	2.288	1.295	993	77%	31.120
Austrália	1.859	1.115	744	67%	47.814
Canadá	1.778	1.225	553	45%	53.356
União Européia	1.554	1.074	479	45%	43.748

Fonte: Timmer e outros (2015).

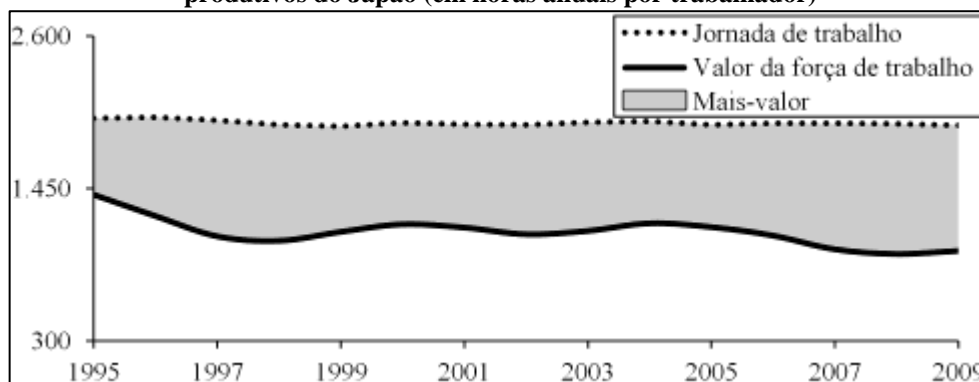
Nota: Cálculo próprio.

Como podemos explicar a distinção entre esses patamares da taxa de exploração? Haveria alguma tendência das nações dependentes para aumentar a taxa de exploração enquanto as regiões dominantes a reduzem? Ou, então, como sugerem os teóricos atuais da dependência, será que formas mais perversas de ampliar essa taxa sejam exclusivas das regiões dependentes?

Analisaremos essas hipóteses por meio da observação das variações dessas taxas para o período de 1995 a 2009. Começaremos pela análise dos dois únicos países que apresentaram uma significativa elevação da taxa de exploração: Japão e China.

O Japão – país que normalmente assume a posição de dominante perante os demais do estudo em questão – foi o país que apresentou a maior variação nesse período: a taxa de exploração na economia japonesa passou de 41% em 1995 para 97% em 2009. O Gráfico 4.12 ilustra o comportamento da jornada de trabalho e do valor da força de trabalho nessa nação, e nos revela que, mesmo diante de uma redução de cerca de 3% na extensão da jornada de trabalho média nesse período, a taxa de exploração se ampliou como consequência de uma queda de 30% no valor da força de trabalho.

Gráfico 4.12 – Evolução da taxa de exploração média nos setores produtivos do Japão (em horas anuais por trabalhador)



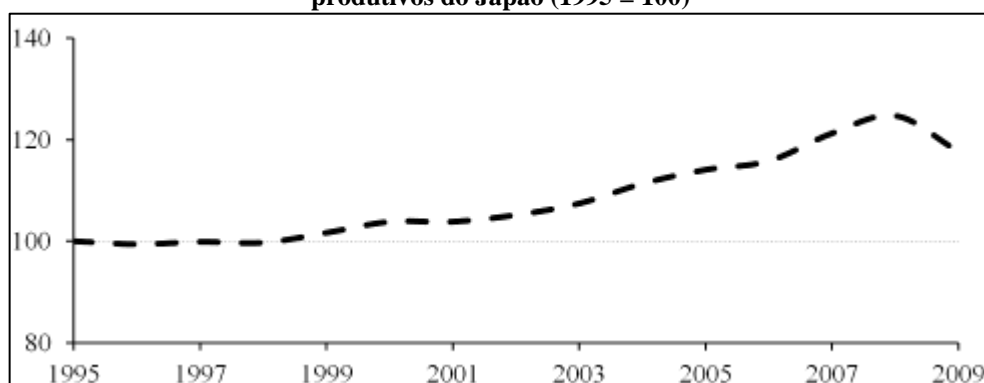
Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: Cálculo próprio.

Trata-se, portanto, de uma ampliação relativa do mais-valor (*i.e.*, mais-valor relativo). A questão que se coloca agora é a seguinte: teria o valor da força de trabalho decaído como consequência de uma redução sistemática dos salários? Ou esse movimento seria consequência de uma redução no valor das mercadorias consumidas pelos trabalhadores? A resposta para essa questão pode ser obtida observando-se o comportamento do salário real nesse período, apresentado no Gráfico 4.13 a seguir.

Podemos notar que, apesar do salário médio nominal no Japão ter observado um comportamento descendente, os salários reais apresentam uma clara trajetória de elevação nesse mesmo período, o que nos permite descartar a hipótese de que a ampliação do mais-valor gerado por trabalhador resultou de uma “superexploração”³⁴⁵.

Gráfico 4.13 – Evolução do salário real médio nos setores produtivos do Japão (1995 = 100)



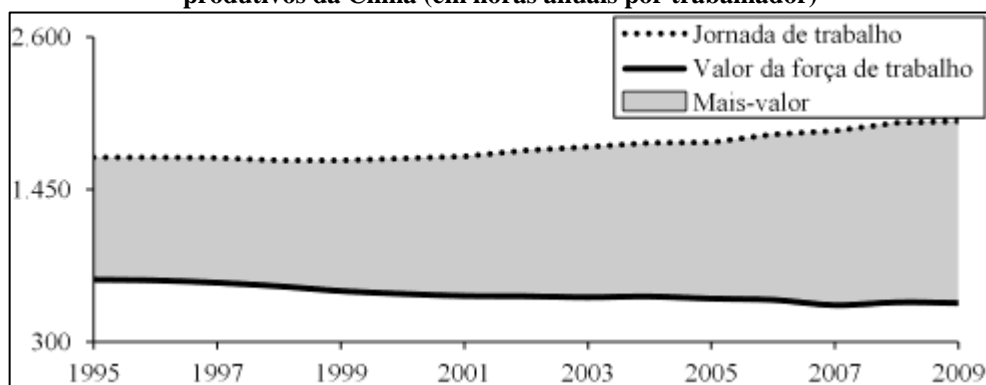
Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: Cálculo próprio.

³⁴⁵ Afinal, uma ampliação do consumo concomitante a uma redução da jornada não é compatível com a hipótese do pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho.

A análise do caso chinês apresenta um cenário bem diferente. O Gráfico 4.14 nos mostra que a taxa de exploração observada nessa nação se ampliou tanto pela via absoluta (extensão da jornada de trabalho na ordem de 16%) como pela relativa (redução de 23% do valor da força de trabalho). Esse cenário torna a avaliação sobre as causas dessa elevação algo mais complexo.

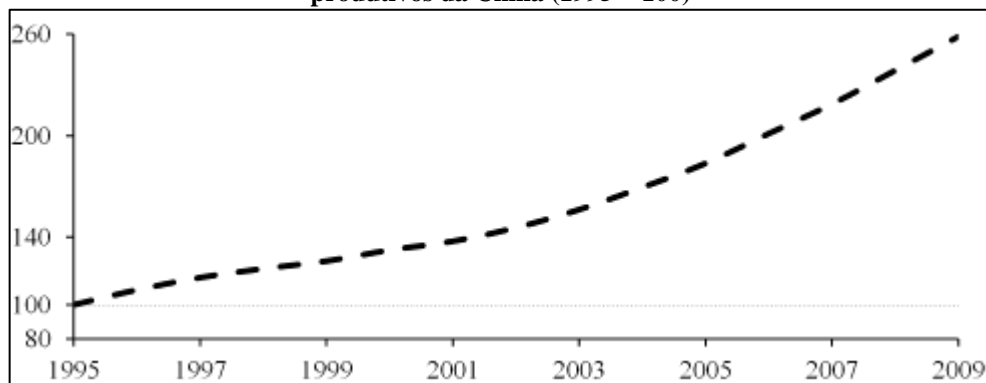
Gráfico 4.14 – Evolução da taxa de exploração média nos setores produtivos da China (em horas anuais por trabalhador)



Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: Cálculo próprio.

Gráfico 4.15 – Evolução do salário real médio nos setores produtivos da China (1995 = 100)



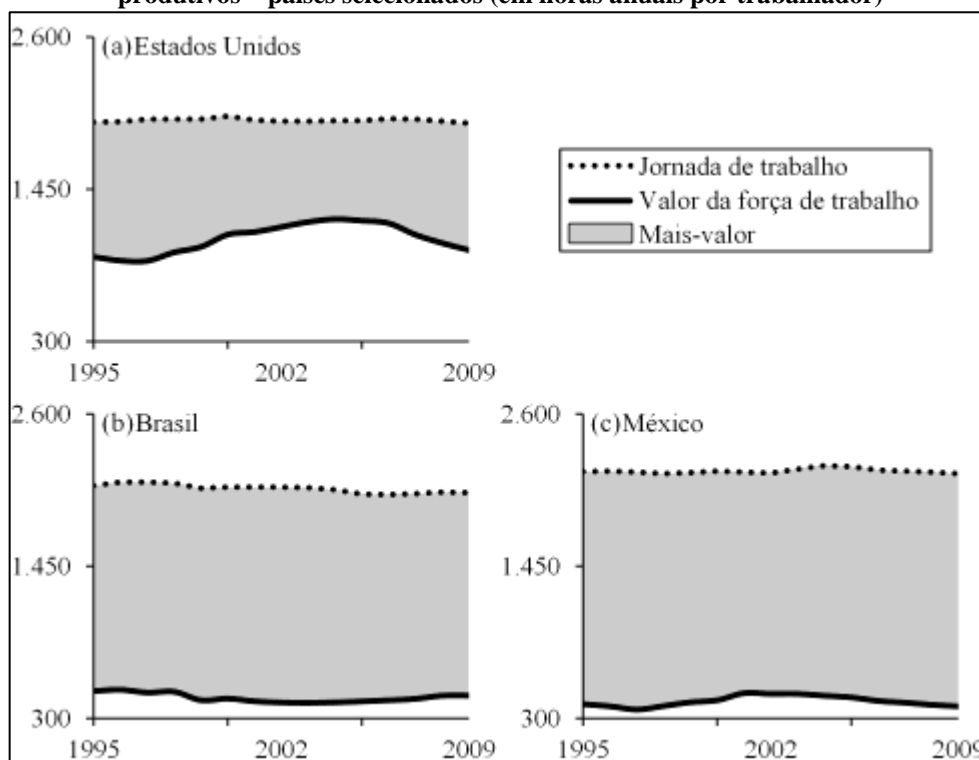
Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: Cálculo próprio.

Por um lado, mesmo observando que houve um notável aumento do nível de salário real nesse período (Gráfico 4.15) – o que deixa claro que a redução do valor da força de trabalho não implicou em uma diminuição do nível de consumo da população, tendo, ao contrário, permitido uma ampliação do mesmo – é possível que esse aumento não tenha sido suficiente para fazer frente a um possível maior desgaste do trabalhador resultante das jornadas mais elevadas.

Precisamos, então, contrastar tais informações com dados sobre a qualidade de vida da população chinesa. Apenas para lançar luz a essa questão, podemos observar os dados sobre a expectativa de vida ao nascer, que se ampliou de 70,3 anos em 1995 para 74,7 em 2009, uma elevação de 6,3%. Para servir de parâmetro, podemos comparar com o desempenho apresentado pelo Japão para o mesmo indicador. Para este país, a elevação da expectativa de vida no mesmo período foi de 4,3%, passando de 79,5 anos em 1995 para 82,9 em 2009. Portanto, uma vez que a elevação da expectativa de vida da população chinesa se mostra compatível com padrões internacionais, não parece que a extensão da jornada de trabalho tenha provocado algum impacto negativo na capacidade de reprodução da classe trabalhadora. Além disso, é interessante observar que, mesmo tendo apresentado a maior elevação da jornada dentre os países observados³⁴⁶, a China apresentou uma jornada média em 2009 no mesmo patamar de países como Estados Unidos e Brasil, e muito inferior a países como Índia, Coreia do Sul e México (Tabela 4.28, p. 263).

Gráfico 4.16 – Evolução da taxa de exploração média nos setores produtivos – países selecionados (em horas anuais por trabalhador)



Fonte: Timmer e outros (2015).

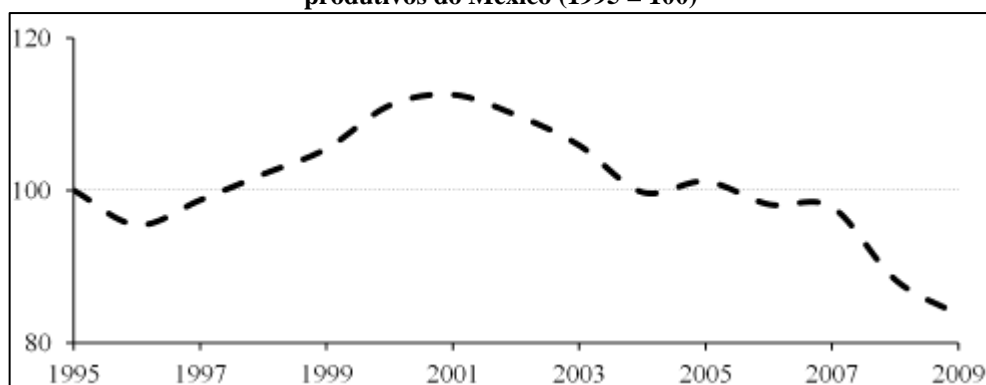
Nota: Cálculo próprio.

³⁴⁶ Na Índia, único outro país que apresentou uma elevação da jornada de trabalho nesse mesmo período, tal ampliação foi na magnitude de 1,6%.

Com relação aos demais países de nossa análise, a maioria deles não apresentou uma variação significativa em sua taxa de exploração. É o caso, por exemplo, de nações como Estados Unidos, Brasil e México, retratados no Gráfico 4.16. A situação dos Estados Unidos se diferencia dos outros dois países listados pelo fato do valor da força de trabalho ter apresentado significativa flutuação nesse período. Contudo, o movimento descendente, que se inicia em 2005 e acelera a partir de 2007, o fez retornar ao patamar de 1995.

O México é outro caso que merece atenção especial, pelo fato de se observar naquela nação uma redução do salário real com relação ao nível apresentado em 1995, como pode ser visto no Gráfico 4.17³⁴⁷. Esse efeito, que talvez guarde relação com a crise financeira de 2008 deflagrada nos Estados Unidos, pode indicar uma ocorrência momentânea de salários pagos abaixo do valor da força de trabalho, que pressionou por uma redução do consumo da classe trabalhadora.

Gráfico 4.17 – Evolução do salário real médio nos setores produtivos do México (1995 = 100)

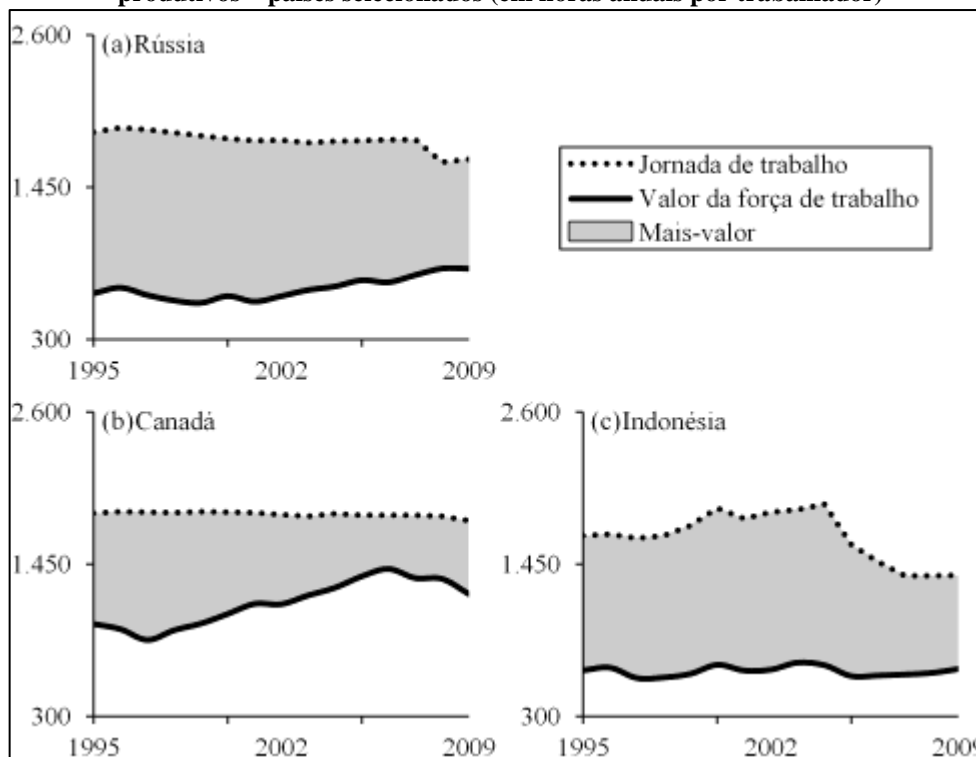


Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: Cálculo próprio.

³⁴⁷ O México foi o único país analisado que observou uma redução do nível de salário real.

Gráfico 4.18 – Evolução da taxa de exploração média nos setores produtivos – países selecionados (em horas anuais por trabalhador)



Fonte: Timmer e outros (2015).

Nota: Cálculo próprio.

Por fim, há os casos daquelas regiões que apresentaram reduções significativas na taxa de exploração, tais como Rússia, Canadá e Indonésia. Como podemos ver pelos dados expressos no Gráfico 4.18, tanto para a Rússia quanto para o Canadá, a redução da taxa de exploração foi influenciada principalmente pela elevação do valor da força de trabalho. A economia da Indonésia, por outro lado, foi marcada por grande flutuação da extensão da jornada de trabalho. Talvez influenciada pela crise financeira asiática de 1997, houve uma elevação da jornada nos setores produtivos, elevação que se reverteu significativamente a partir de 2005, levando o país a apresentar a menor jornada dentro o grupo analisado.

Diante da breve análise aqui apresentada, percebemos que, apesar de uma nação dependente tender a apresentar uma taxa de exploração maior do que a região que a domina, aparentemente não há qualquer conexão entre as variações da jornada e do valor da força de trabalho com a forma da relação que o país mantém com o exterior. Vimos casos de elevação da taxa de exploração tanto em nações que se inserem de forma dominante (como o Japão) quanto dependente (China). O mesmo pode ser dito com relação aos casos em que houve queda nessa taxa, como no Canadá e na Indonésia. Cabe destacar ainda que indícios de

“superexploração” da força de trabalho não foram encontrados de forma sistemática em nenhum caso.

Com isso, retornarmos à questão: quais são, então, os determinantes das taxas de exploração de cada região? Acreditamos que a resposta deverá ser encontrada com uma análise mais detalhada a respeito do grau de organização da classe trabalhadora e sua capacidade de reivindicação. Essa sugestão é endossada pelas indicações de Marx de que, por um lado, a extensão da jornada de trabalho é determinada pela luta de classes³⁴⁸ e, por outro, o movimento da magnitude do valor da força de trabalho é influenciado tanto pela evolução das forças produtivas quanto pelas variações do exército industrial de reserva³⁴⁹.

Já sugerimos anteriormente que o grau de organização da classe trabalhadora pode se relacionar com o nível de desenvolvimento da acumulação capitalista. Tal hipótese, que requer verificação, talvez seja capaz de explicar as disparidades dos grupos de nações aqui apresentados. Com relação ao “movimento” da taxa de exploração, é possível que a resposta esteja nas transformações desses cenários políticos.

Após lançarmos tais sugestões, é preciso esclarecer uma coisa antes que sejamos acusados de tentar converter “[...] *la lucha de clases en la llave maestra que lo explica todo* [...]”³⁵⁰ (OSORIO, 2013b, p. 29). Não estamos sugerindo que a luta de classes seja um *deus ex machina* que explica tudo. Ela certamente não explica por que uma nação é rica, mas acreditamos que seja capaz de explicar por que seu povo é pobre.

4.5 DEPENDÊNCIA, SUPERAÇÃO E OUTROS CAMINHOS

No presente capítulo, tivemos o intuito de apresentar uma proposta de aplicação em análises concretas dos conceitos por trás da teoria da dependência. É preciso, agora, apresentarmos algumas considerações sobre o que fizemos até aqui.

Vimos que o desenvolvimento dependente é o caminho natural-espontâneo seguido pelas economias que se inserem de forma subordinada no mercado mundial. Resta ainda investigar se existe alguma possibilidade para a superação dessa relação de dependência e, no caso de uma resposta positiva, é preciso compreender como tal superação pode se proceder.

³⁴⁸ “[...] a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, *i.e.*, a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, *i.e.*, a classe trabalhadora” (MARX, 2013, p. 309).

³⁴⁹ Marx afirma, por exemplo, ao analisar a lei geral da acumulação capitalista: “*grosso modo*, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial [...]” (MARX, 2013, p. 712).

³⁵⁰ “[...] a luta de classes na chave mestra que explica tudo [...]”.

Mas, primeiro, devemos responder uma questão ainda mais fundamental: a superação dessa relação é *desejável*?

Explicuemos. Como foi exposto em outro momento³⁵¹, ao analisar os efeitos das políticas protecionistas, Karl Marx se posicionou contra a tentativa de acelerar “artificialmente” a implantação do modo de produção capitalista em regiões que se encontravam em processo de integração com o mercado mundial. Por um lado, tal posicionamento resulta da percepção de que tais políticas alinhavam-se aos interesses conservadores das classes dominantes dessas regiões, que buscavam, por meio da ação do Estado, realizar uma “acumulação primitiva” através da expropriação do proletariado, dos pequenos produtores agrícolas e artesãos, e da pequena burguesia local. Por outro lado, Marx acreditava também que essas práticas acabavam por retardar a consolidação do mercado mundial, atrasando a formação de uma sociedade humana universal e, como consequência, a tendência histórica da acumulação capitalista³⁵².

De um modo geral, a luta pela superação da dependência possui características similares ao protecionismo e nacionalismo criticado por Marx. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que a luta contra a dependência não é, em si, uma luta revolucionária. Afinal, a dependência não é a causa da exploração entre classes que acontece no interior de uma nação, mas uma consequência dela. Apesar de se beneficiar das relações de dependência que estabelece com outras regiões por meio do mercado mundial, o modo de produção capitalista pode existir mesmo quando essa relação é substituída pela interdependência geral entre as nações.

Segundo, a superação da dependência não resulta necessariamente em uma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Como deixamos claro ao tratar da apropriação de mais-valor via mercado mundial, os capitalistas das regiões dominantes se apropriam do

³⁵¹ Cf. seção 2.1, p. 18 *et seq.*

³⁵² A “tendência histórica da acumulação capitalista” é resumida na seguinte passagem: “[...] cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o *entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista*. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados” (MARX, 2013, p. 832 grifo nosso).

trabalho não pago realizado pela classe trabalhadora das nações dependentes. Entretanto, a ruptura da dependência não garante que esse valor passará a ser apropriado pelos próprios trabalhadores que o geram, podendo ser, por exemplo, absorvido pela burguesia nacional. A luta pelo “fortalecimento” da burguesia nacional não se reverte em benefício necessário para a classe trabalhadora das regiões dependentes. Antes o contrário: quanto mais organizada e estruturada é a classe capitalista nacional, maior sua capacidade de garantir seus interesses através da dinâmica da luta de classes que se desenvolve no interior de uma nação.

Por fim, a ruptura da dependência parece ter por efeito retardar a “tendência histórica da acumulação capitalista”. Como vimos, a relação de dependência/dominação reforça o processo de concentração e centralização de capital, processo esse que é apontado por Marx como fenômeno necessário para que a propriedade privada capitalista seja substituída pela propriedade coletiva dos meios de produção. Por um lado, a ruptura da dependência enseja a ampliação da concentração e centralização de capital na economia nacional outrora dependente, mas, por outro, a reduz em escala mundial, retardando a formação dos monopólios internacionais e o estabelecimento de um controle centralizado sobre a produção universalizada.

Contudo, é comum observarmos no seio dos movimentos de trabalhadores de todo o mundo a reprodução de um discurso nacional-desenvolvimentista. Estariam esses grupos de classe reproduzindo uma ideologia que não representa verdadeiramente seus interesses? Ou teria Marx se equivocado em sua previsão sobre os caminhos da acumulação capitalista no mercado mundial? Ou ainda – é preciso questionar –, haveria o caráter conservador das políticas protecionistas ficado para trás na história?

É fato que o mercado mundial de hoje possui uma composição muito distinta daquele com o qual Marx se deparava. Enquanto esse autor discorria sobre liberdade comercial entre economias dominadas por diferentes modos de produção – ou seja, entre nações capitalistas e não capitalistas – vivemos uma época em que o mundo se consolidou como um único grande mercado. Salvo alguns casos pontuais, podemos dizer que o modo de produção capitalista se apresenta atualmente como relação dominante em todas as regiões do mundo, que a disputa entre os interesses nacionais e estrangeiros não consiste mais na oposição entre uma oligarquia conservadora e uma elite internacional cosmopolita, mas em uma mera concorrência entre capitalistas igualmente reacionários, e que, enfim, o proletariado de todo o mundo encontra-se envolvido em um mesmo processo de produção coletivo e universal a partir do qual se opõe a todo o capital existente.

Sendo assim, é preciso observar que a luta pela superação da dependência não tem por efeito retardar a formação do mercado mundial – tal como as políticas protecionistas de períodos anteriores –, mas busca garantir que a região dependente se insira de forma diferente no mesmo. E essa inserção diferente, fruto de uma aceleração “artificial” do desenvolvimento econômico local, *pode* gerar resultados favoráveis para o processo de superação do próprio capitalismo em escala global. Vejamos.

Primeiro, vimos que é a apropriação do mais-valor via mercado mundial que dá sentido à relação de dependência. Essa apropriação resulta, para o capital localizado nas regiões dominantes, em efeito contrariante à tendência de queda da taxa de lucro. Assim, se por um lado a ruptura dessa relação pode fortalecer a burguesia nacional da periferia, ela enfraquece o capital (por reduzir seus lucros) exatamente nos locais onde a classe trabalhadora tende a se encontrar mais organizada. Com isso, observar-se-ia um tensionamento da luta de classes nas regiões dominantes com um *possível* efeito positivo para os trabalhadores de todo o mundo.

Segundo, como indicamos, o desenvolvimento dependente amplia a capacidade das regiões dominantes, por meio da subordinação econômica direta e indireta, de influenciarem de modo unilateral na estrutura produtiva dos demais países do mundo. Ou seja, a dependência leva o controle coletivizado do processo produtivo a se concentrar espacialmente, legando às classes localizadas nas regiões beneficiadas um papel mais significativo na determinação das transformações materiais do capitalismo global. Nesse sentido, a superação da dependência é um caminho para uma distribuição mais equânime do controle sobre a produção coletivizada entre os diversos povos que compõem a sociedade humana universal, sem resultar em uma redução da integração internacional desse processo de produção.

Em terceiro lugar, também devemos levar em consideração os efeitos que a aceleração da acumulação capitalista nas regiões dependentes traria para o grau de organização da classe trabalhadora local. Para um dado nível de desenvolvimento tecnológico, observa-se em geral que uma ampliação da composição orgânica do capital a partir de um determinado momento deve ser acompanhada por uma elevação da qualificação da força de trabalho. Na medida em que esses trabalhadores tornam-se mais qualificados e mais organizados para atender as demandas do próprio capital, ampliar-se-ia também a capacidade de mobilização dessa classe para agir em prol de seus próprios interesses.

No entanto, devemos ressaltar mais uma vez que não há um determinismo que relacione o grau de organização da classe trabalhadora e o nível de desenvolvimento da

acumulação capitalista. Cabe, portanto, ao próprio movimento dos trabalhadores o papel de converter o desenvolvimento econômico em uma maior capacidade de luta contra a burguesia nacional, garantindo que esse desenvolvimento seja acompanhado de melhorias para a qualidade de vida dessa classe.

Por fim, a superação da dependência consiste em um caminho necessário (mas não suficiente) dentro do processo revolucionário. Afinal, o ato de transformar a propriedade capitalista em propriedade coletiva dos meios de produção não resulta em um imediato desenvolvimento econômico, motivo pelo qual podemos dizer que, enquanto o mercado mundial for hegemonicamente dominado pelo modo de produção capitalista, sempre existirá a possibilidade de uma região transferir mais-valor para outra.

Ignorar a problemática da dependência pode ter consequências desastrosas para a luta revolucionária. Não se trata de resgatar uma leitura etapista do marxismo, que diz que “desenvolvimento econômico” é condição objetiva para a realização de uma revolução comunista em alguma localidade. As experiências de países como Cuba, China e Vietnã são emblemáticas para contrariar tal reducionismo etapista e demonstrar como passos consistentes podem ser dados em direção ao comunismo mesmo em sociedades altamente dependentes de capital estrangeiro. Mas, queremos evidenciar que, ao subestimar o poder crescente da subordinação econômica que a continuidade da dependência enseja, pode-se acabar por abrir caminho à pressão do capital internacional no intuito de promover a “abertura” dos mercados e o retorno das relações capitalistas de produção.

Portanto, o desenvolvimento econômico nacional constitui um passo estratégico para a luta revolucionária de caráter internacionalista. O que nos leva a outra questão: seria a superação da dependência *possível* ainda dentro dos marcos do capitalismo?

A teoria econômica burguesa, que por motivos óbvios não reconhece a existência da dependência, afirma que é possível para qualquer nação do mundo alcançar o desenvolvimento econômico observado nas economias mais ricas. Para isso, dizem esses teóricos, seria necessário replicar a estrutura política liberal que teria dado, supostamente, origem ao desenvolvimento destas.

Como uma forma de combater essa ideologia liberal e demonstrar que tais práticas por parte das regiões dependentes trariam benefícios apenas para as nações dominantes, os teóricos da dependência acabaram por construir uma espécie de “mito” sobre uma forma de industrialização originária que se opõe à industrialização dependente. Nesse mito, as regiões imperialistas teriam conseguido alcançar o grau de desenvolvimento que possuem como

consequência de uma condição histórica única, que não pode ser repetida pelas nações atualmente dependentes.

Essa condição seria, em resumo, o fato de que aquelas economias só conseguiram se industrializar por contar com a exploração das regiões periféricas como, por exemplo, a América Latina. Como consequência, a própria América Latina não poderia nunca alçar ao status de região desenvolvida, pois lhe faltará sempre uma outra América Latina que lhe sirva de degrau, permitindo o fim da “superexploração” e a criação de uma estrutura industrial autossustentável e voltada para o mercado interno³⁵³.

O desenvolvimento histórico do capitalismo teria, então, resultado em duas estruturas econômicas distintas, cada uma com uma funcionalidade no mercado mundial e um modo de funcionamento diferente. Primeiro, haveria o centro “desenvolvido” responsável pela produção de meios de produção e produtos de luxo, e pautado na exploração de seus trabalhadores, mas uma exploração mais branda por ser resultado de um mais-valor relativo. Segundo, haveria a periferia “dependente” que, a despeito de industrializada, se especializa na produção de matéria-prima e bens salários, e é pautada na lógica da “superexploração” do trabalho, uma exploração verdadeiramente cruel.

Assim, uma vez que a “superexploração” passa a ser compreendida como a essência do capitalismo *sui generis* próprio das nações periféricas, o único capitalismo ali possível, a solução tanto para a dependência como para essa “superexploração” seria a superação do próprio capitalismo. A luta revolucionária socialista imediata seria, portanto, o único caminho capaz de gerar algum benefício para os trabalhadores dessas regiões.

Desse “mito” sobre a industrialização originária e da hipótese sobre a impossibilidade de superação da dependência dentro dos marcos do capitalismo resultam dois problemas. Primeiro, a determinação da “necessidade” da revolução não deve resultar de uma observação unicamente dos processos econômicos, mas da análise tanto dos fatores objetivos – relacionados com o limite alcançado pelo atual processo de acumulação – quanto subjetivos – o grau de conscientização e organização dos movimentos dos trabalhadores. Partindo-se da análise puramente econômica, corre-se o risco de incorrer em um voluntarismo infrutífero ou em uma inação motivada pela impossibilidade da tarefa que se propõe, ambos comportamentos prejudiciais para a construção de uma via revolucionária.

Enquanto as condições para a revolução não estiverem dadas, cabe ao próprio proletariado³⁵⁴ agir no sentido de construí-las. Tal processo passa pela luta em prol de ganhos

³⁵³ A forma mais acabada desse mito é apresentada por Marini (1981).

³⁵⁴ Seja diretamente, ou na figura de um partido ou de uma vanguarda, etc.

econômicos para a classe trabalhadora (*i.e.*, redução da jornada e ampliação dos salários), ganhos que sejam capazes tanto de ampliar o grau de organização da mesma quanto para demonstrar às massas o poder da ação prática (práxis). Nesse sentido, a luta pelo que se convencionou chamar de “reformas” constitui-se em um caminho tático, que deve ser perseguido como meio de se alcançar a própria revolução. Nesse ponto, vale resgatar algumas palavras de Rosa Luxemburgo em seu famoso texto “Reforma ou revolução?”, no qual argumenta:

A luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui [...] o único meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido da sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e supressão do assalariado (LUXEMBURGO, 2003, p. 17).

Contudo, ao sugerir que a “superexploração” é a essência do capitalismo dependente, um capitalismo distinto daquele que se observa nos países “desenvolvidos”, onde formas menos bárbaras de exploração do trabalho são capazes de existir – onde o trabalhador é capaz de consumir, inclusive, bens “suntuários” negados ao proletário da periferia –, a teoria da dependência acaba por abrir mão desse caminho.

O segundo problema derivado desse “mito” é sua falta de aderência à realidade. Como aponta Katz (2011), os autores da dependência teimam em ignorar os seguidos exemplos históricos de nações que superaram a condição dependente. Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, podemos observar vários casos de regiões que alçaram o status de “desenvolvidos” dentro dos marcos do próprio capitalismo – como, por exemplo, Singapura, Taiwan, Hong Kong, Macau e Coreia do sul.

Portanto, podemos concluir que a superação da relação de dependência é ao mesmo tempo necessária dentro de uma estratégia revolucionária e possível dentro dos marcos do próprio capitalismo. Resta descobrir, então, *como* essa superação pode ser alcançada.

Uma vez que, como já indicamos anteriormente, o caminho natural-espontâneo seguido pelas economias envolvidas em fortes relações de dependência leva a um tipo de “desenvolvimento dependente”, a superação dessa condição deve resultar de uma atitude deliberada e consciência nessa direção. Para por fim à dependência é necessário, portanto, adotar políticas que contrariem a lógica do mercado, com o intuito explícito de desenvolver as forças produtivas do trabalho e do capital³⁵⁵.

³⁵⁵ Ressalta-se que não se trata de descobrir um caminho alternativo para a industrialização da periferia. Afinal, como Chang (2004) nos mostra, políticas dessa natureza foram adotadas por todas as nações consideradas hoje como desenvolvidas.

Desse modo, é o objetivo do estudo sobre a dependência construir, por meio da análise sobre a inserção econômica de cada região no mercado mundial, propostas de ação para a transformação da realidade dependente, tomando como exemplo as experiências históricas das localidades que lograram alcançar o desenvolvimento econômico com interdependência, mas sem perder de vista as peculiaridades de cada localidade.

Nesse sentido, acreditamos que a abordagem apresentada no presente capítulo – enquanto proposta para o aperfeiçoamento metodológico da teoria da dependência – pode contribuir para a construção de futuros estudos capazes de atender a esse objetivo. Mas, há ainda um considerável caminho a ser percorrido.

Primeiro, devemos ressaltar que aqui detivemos nosso foco nos aspectos econômicos da relação de dependência, ou seja, nos elementos constitutivos de sua estrutura. Deixamos de lado, portanto, todas as questões relacionadas com a superestrutura da dependência, isto é, seus aspectos culturais, sociais, político-jurídicos, *etc.* Porém, a análise da dependência só se completa com a análise da superestrutura dependente.

Por exemplo, quando o vínculo dependente se estabelece entre duas regiões, não é só o destino econômico das duas que parecem estar ligados, mas também seu próprio desenvolvimento cultural. A impressão marcada no próprio senso comum da população que vive a dependência já trás em si as determinações econômicas aqui descritas, pois, como diz Marx (1982, p. 25), “[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual [...]”.

Da estrutura dependente se desprende, então, uma superestrutura também dependente. As expressões culturais, artísticas, sociais e políticas de uma nação trarão a marca de seus dominadores. A análise da relação de dependência deve, também, ser capaz de traçar essa origem.

Em segundo lugar, é preciso observar que detivemo-nos aqui exclusivamente nas relações que constituem a dependência entre duas ou mais regiões. Contudo, o mercado mundial é palco de interações muito mais complexas e variadas.

Tomemos um primeiro exemplo nas relações estabelecidas entre regiões com um nível de acumulação capitalista compatível, e entre as quais há uma mútua subordinação ao capital – como parecem ser os casos das relações entre Brasil e México, ou então entre Finlândia e Dinamarca. Não cabe, nessa situação, falarmos de dependência, e tampouco podemos afirmar que essas regiões comportam-se de forma autônoma uma ante a outra. O que há é uma mútua relação de interdependência.

A despeito do termo “interdependência” ter adquirido uma conotação tanto quanto negativa nos desdobramentos recentes da teoria da dependência, devemos nos lembrar de que essa é a forma considerada tanto por Marx quanto pelos autores do debate clássico como a relação natural entre economias capitalistas modernas. Mas, como se dá exatamente essa relação? Quais são seus determinantes e seus efeitos sobre a acumulação capitalista? Como pode ser observada e analisada? Um arcabouço teórico para o estudo do mercado mundial que se pretenda completo também precisa apresentar categorias que abarque tal tipo de relação.

Outro exemplo da complexidade com que as relações econômicas se apresentam em suas formas concretas no mercado mundial consiste nas relações de natureza oposta que uma mesma economia pode estabelecer com regiões distintas. Algumas nações, ao mesmo tempo em que aparecem como dependentes em relação a um determinado país, mostram-se como dominantes em relação a outros, constituindo uma complexa rede de exploração através do mercado mundial.

André Gunder Frank (1967) foi o primeiro a descrever essa estrutura, no artigo que lançou as bases do debate que deu origem à teoria da dependência. O autor descreveu o mercado mundial como uma constelação de economias, formada por um conjunto de metrópoles circundadas por economias satélites que, por sua vez, mostram-se como metrópoles de outros conjuntos de satélites, e assim por diante. Desse modo, “[...] *cada uno de los satélites [...] sirven como instrumento para extraer capitales o sobrantes económicos de sus propios satélites y encaminar parte de estos sobrantes hacia la metrópoli extranjera de al cual todas son satélites [...]*”³⁵⁶ (FRANK, 1967, p. 162).

Por vezes, esse fenômeno de exploração encadeada tem sido tratado na literatura marxista sob o rótulo de “semiperiferia” ou “subimperialismo”. Mas seus mecanismos ainda não foram plenamente esclarecidos. Como as regiões semiperiféricas desempenham seu papel de “ponte” para a passagem do mais-valor extraído de regiões ainda mais periféricas? Quais os efeitos dessa transferência para o desenvolvimento dependente?

Essas e outras questões ainda carecem de análise e construções teóricas por parte da teoria da dependência. Nosso intuito aqui não foi o de esgotar essa temática, mas apenas o de apresentar uma contribuição para esse campo da teoria marxista que ainda permanece em aberto.

³⁵⁶ “[...] cada um dos satélites [...] servem como instrumento para extrair capitais ou excedentes econômicos de seus próprios satélites e encaminhar parte destes excedentes para a metrópole estrangeira da qual todos são satélites [...]”.

5 CONCLUSÃO

A teoria da dependência é o estado da arte da análise marxista sobre o mercado mundial. É, portanto, o ponto de partida para todos os esforços que tenham por intuito aprimorar, dentro desse campo teórico, o instrumental analítico das relações econômicas internacionais. Foi nesse sentido que o presente trabalho buscou, ao mesmo tempo, resgatar a teoria da dependência e contribuir para a construção de uma proposta metodológica para a análise de situações concretas de dependência.

Começamos nossa investigação a partir de uma leitura das formulações teóricas marxistas sobre o mercado mundial, prendendo-nos à linha de pensamento que deu base para o desenvolvimento da teoria da dependência nos fins da década de 1960. Separamos tais formulações pela cronologia em que apareceram e percebemos a existência de uma relação entre sua evolução teórica e a transformação do próprio cenário do mercado mundial.

Primeiro, voltando-nos para os textos de Karl Marx, apresentamos alguns indícios com respeito à forma como esse autor pensava sobre as relações econômicas desiguais que se desenvolviam no mercado mundial, e sobre como a expansão deste último vinculava-se ao próprio destino do modo de produção capitalista. Observamos que o mercado mundial com o qual Marx se deparava consistia em um amálgama de distintos modos de produção, dentre os quais o capitalista ocupava posição de destaque pela constante busca tanto de novos mercados para seus produtos quanto de novos espaços para a inversão do mais-valor acumulado (*i.e.*, exportação de capitais).

Analizamos, em seguida, as elaborações sobre a teoria do imperialismo de Hilferding e Lênin, construída em um cenário bem distinto daquele vivenciado por Marx: uma vez tendo o modo de produção capitalista se imiscuído nas mais longínquas regiões do mundo, esgotando as possibilidades de novas expansões do capital, iniciou-se uma disputa imperialista entre as grandes potências capitalistas pelo controle das regiões mais atrasadas. Além de ressaltar o significativo papel desempenhado pela exportação de capitais nessa conjuntura, esses autores construíram uma interpretação de que esses fenômenos resultavam de uma nova “fase” do capitalismo, uma fase marcada pelo fim do período concorrencial e pelo predomínio dos grandes monopólios industriais sob o controle do capital bancário.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a política colonial foi posta de lado pelos centros hegemônicos sem que o fim da subordinação do mundo subdesenvolvido desse espaço para uma interdependência geral entre as nações. Tal panorama serviu de pano de fundo para

a formulação da teoria da dependência. Vimos que a maioria desses autores atribuía à exportação de capitais por parte das economias centrais o elemento fundante do “novo caráter da dependência”³⁵⁷.

Nesse ponto, analisamos em detalhes a categoria que mais influenciaria a geração atual dos teóricos da dependência: a superexploração da força de trabalho. Evidenciamos o modo pelo qual tal categoria pode ser pensada dentro do método de análise materialista, um método que tem a realidade concreta, ao mesmo tempo, como ponto de partida e objeto de pesquisa.

Resgatando, então, o papel da luta de classes nas transformações da sociedade capitalista, vimos que o ganho de “superexploração” consiste em um subproduto de uma forma específica de mais-valor relativo, uma forma na qual se reduz o tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor da força de trabalho por meio de uma redução anterior de salários. Como resultado, o mais-valor que se absorve a título de superexploração (*i.e.*, como resultado de pagamentos de salários inferiores ao valor da força de trabalho) é elemento transitório e pouco significativo para explicar a especificidade da relação de dependência.

Após concluir a avaliação das teorias marxistas clássicas sobre o mercado mundial, debruçamo-nos sobre as contribuições atuais ao debate da dependência. Vimos que o mesmo é marcado, de modo geral, por um caráter fortemente ideológico e um resgate acrítico das teorias de Marini, mesmo tendo este sido apenas um dos muitos teóricos da dependência – e longe de poder ser considerado como o “principal” ou o “mais influente”.

Demos especial atenção às propostas de releitura da obra de Cardoso, que buscam expurgá-lo do campo teórico da dependência ao qualificá-lo como weberiano ou como um (inter)dependentista. Mostramos que tais argumentações carecem de lógica e são pautadas em um desejo genuíno de criticar o governo neoliberal que prevaleceu no Brasil durante o período em que Fernando Henrique Cardoso ocupou a Presidência da República.

No campo dos resgates marinistas, abordamos, dentre outros, as elaborações daquele que é considerado como o continuador da obra de Marini: Jaime Osorio. Vimos que sua proposta se assenta na hipótese de que a dependência é uma modalidade de capitalismo

³⁵⁷ É interessante notar como esse fator que sempre se fez presente nessa linha evolutiva do pensamento marxista é constantemente apontado como um fenômeno novo e fundamental para explicar novas fases e etapas do capitalismo. Como a exportação de capitais é uma tendência intrínseca ao modo de produção capitalista, é esperado que ela seja cada vez mais significativa no cenário econômico internacional. É lícito para um pesquisador de hoje dizer: “ao observamos a magnitude da exportação de capitais nos dias atuais, vemos que ela se realiza em um patamar nunca antes visto na história do capitalismo”. Essa mesma afirmação poderia ter sido feita por outro pesquisador cinquenta anos atrás, do mesmo modo que deverá se repetir daqui a cinquenta anos. Algo semelhante acontece com os grandes monopólios (resultantes da tendência de concentração e centralização de capital apontada por Marx) e a financeirização.

pautada na “violação” do valor da força de trabalho. Demonstramos como essa concepção de “violação” do valor tem por suposto a construção de um valor “justo”, “adequado” e/ou “moral”, em outras palavras, uma construção do valor que não é pautada no mundo concreto, mas nas ideias que rondam a cabeça do pesquisador.

Entretanto, devemos ressaltar que também se pode observar, mesmo dentre os que se alinham ao pensamento marinista, contribuições relevantes, dentre as quais citamos a tese de Marisa Silva Amaral, que busca relacionar a teoria da dependência com a financeirização crescente dos últimos 30 anos.

Após a avaliação das elaborações precedentes sobre a dependência, voltamo-nos para o objetivo principal de nossa tese: apresentar uma contribuição para a construção de um arcabouço metodológico para a análise do mercado mundial. Nossa preocupação residiu em: apresentar uma proposta fundada a partir da análise do mundo concreto e, também, capaz de analisar esse próprio mundo; em construir um paradigma da dependência que a compreendesse não como um modo de produção, uma formação social ou um capitalismo *suis generis*, mas como uma relação entre sistemas econômicos capitalistas com graus de desenvolvimento distintos; e em elaborar uma teoria livre de julgamentos morais, de senso de “justiça” definidos *a priori* e, como consequência, livre da categoria de superexploração da força de trabalho.

Obtivemos como resultado um conjunto de categorias que nos auxiliam a compreender a existência e perpetuação das desigualdades regionais no mercado mundial, e capaz também de demonstrar como a forma de inserção de cada nação nesse mercado pode influenciar o desenvolvimento do capitalismo em seu interior.

Analisamos a relação de dependência dividida em três categorias: a apropriação de mais-valor; a subordinação; e a vinculação. Com relação à apropriação de mais-valor, descrevemos quatro mecanismos que permitem à classe capitalista das regiões dominantes absorverem parcela do mais-valor gerado pelos trabalhadores das nações dependentes: a extração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro, expropriado na forma de lucro; a transferência de valor via estrutura de preços imperantes no comércio internacional; pagamento de juros; e transferências de rendas diferenciais e absolutas, dentre as quais se destacam aquelas derivadas da propriedade intelectual.

No que tange à subordinação entre regiões formalmente independentes, indicamos o modo pelo qual a classe dominante de uma nação consegue fazer prevalecer seus interesses nas transformações de outras regiões. Do ponto de vista político, ressaltamos que é preciso observar que o estatuto da soberania nacional não torna um país isento de pressões externas.

Por meio, por exemplo, da manipulação de organismos internacionais ditos multilaterais, as regiões mais ricas do globo consegue impor medidas econômicas que as favorecem e retardam o desenvolvimento das forças produtivas de outras localidades.

Do ponto de vista econômico, sugerimos que as nações com grau mais elevado de acumulação capitalista encontrar-se-iam em posição privilegiada que lhe permitiriam determinar as transformações na estrutura produtiva de outras regiões tanto de uma forma direta – por meio da exportação de capitais – quanto indireta – através da concorrência internacional que pressionaria o capital desses países para outras etapas do processo produtivo.

Por fim, tratamos da vinculação econômica, a forma aparente que envolve a relação de dependência e dominação entre duas regiões. Para um país dependente, parece que seu desenvolvimento é limitado e condicionado por sua proximidade com o capital internacional. Contudo, o que ocorre é que o capital internacional necessita de se apropriar do mais-valor gerado no interior dessa economia como forma de contrariar a tendência declinante da taxa de lucro. Examinamos com essa forma aparente esconde o fato de que o desenvolvimento resultante dessa relação de dependência não é mais do que um “desenvolvimento dependente”, ou seja, um desenvolvimento capitalista que não permite a superação da subordinação e da transferência de mais-valor que o acompanham, senão as acentua.

Durante a descrição de todas essas categorias, reservamos especial atenção em esclarecer as formas pelas quais pesquisadores que se voltam para a análise de situações de dependência podem captar as manifestações desses fenômenos, permitindo-lhes discutir a pertinência das mesmas para a avaliação da situação de cada região e também subsidiar o debate sobre as possibilidades de transformação dessa condição.

Desse modo, esperamos ter dado alguns passos no presente trabalho para a consolidação de um método para a análise do mercado mundial, mesmo reconhecendo que ainda há muitos caminhos para se percorrer. Esperamos que as críticas que aqui apresentamos possam contribuir para o aprimoramento dos argumentos daqueles que criticamos e para o fortalecimento do próprio marxismo; e que as propostas de análise aqui apresentada sirvam para inspirar a nova geração de teóricos da dependência que ainda está por vir.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Niemeyer. O debate atual sobre a dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 32–50, jun. 2005.
- ALSAMAWI, Ali; MURRAY, Joy; LENZEN, Manfred. The Employment Footprints of Nations: Uncovering Master-Servant Relationships. *Journal of Industrial Ecology*, New Haven, v. 18, n. 1, p. 59–70, fev. 2014.
- AMARAL, Marisa Silva. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 34, p. 163–181, 2008.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216–225, jul. 2009.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo, SP: Boitempo, 2012. p. 87–102.
- AMARAL, Marisa Silva; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Para uma crítica à utilização da categoria “superexploração da força de trabalho” como manifestação da globalização nos países centrais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2013, Niterói. *Anais...* Niterói: NIEP-MARX, 2013.
- BAMBIRRA, Vânia. *Teoria de la dependencia: una anticrítica*. México: Era, 1978.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Balanço de Pagamentos BPM5*. 2015a.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Censo de capitais brasileiros no exterior*. 2015b.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Censo de capitais estrangeiros*. 2015c.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Série histórica dos Fluxos de investimento direto - distribuições por país ou por setor*. 2015d.

BARAN, Paul Alexander. *Economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Dependência: da teoria à prática. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 37, dez. 1999.

BENTES, Ana Paula da Rocha-Lima. *Da internacionalização do mercado ao globalismo: a trajetória de Fernando Henrique Cardoso*. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BETTELHEIM, Charles. Comentários teóricos de Charles Bettelheim. In: EMMANUEL, Arghiri. *A troca desigual*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973. v. II. p. 25–80.

BETTELHEIM, Charles. Troca internacional e desenvolvimento regional. In: PALLOIX, Chirstian *et al.* *Imperialismo e comércio internacional: a troca desigual*. São Paulo: Global Editora, 1981. p. 58–89.

BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora do lugar. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 9, n. 16, p. 177–204, 2010.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os EUA na economia mundial*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes/Fipe, 1997. p. 17–69.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013a. p. 71–97.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191–205, 2013b.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. El proceso de desarrollo en América Latina: hipótesis para una interpretación sociológica. *Curso de capacitación en planificación de salud*. Santiago: ILPES, 1965. v. 4.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 67–94.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CARMO SOBRINHO, Corival Alves do. *Dependência e estagnação: o debate sobre a crise dos anos 60*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHASIN, José. Rota e prospectiva de um projeto marxista. *Ensaio Ad Hominem*, São Paulo, v. 4, 2001. Disponível em: <http://www.verinotio.org/rota_e_prospectiva.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2014.

CHESNAIS, François. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François *et al.* *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. p. 43–70.

CONWAY, Dennis; HEYNEN, Nikolas. Dependency theories: from ECLA to Andre Gunder Frank and beyond. In: DESAI, Vandana; POTTER, Robert B. (Org.). *The companion to development studies*. London: Hodder Education, 2008. p. 92–96.

COONEY, Paul. Towards an empirical measurement of international transfers of value. In: FREEMAN, A.; KLIMAN, A; WELLS, J. (Org.). *The new value controversy and the foundations of economics*. Londres: Edward Elgar, 2004. p. 241–260.

CORAZZA, Gentil. O todo e as partes: uma introdução ao método da Economia Política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 26, n. esp., p. 35–50, 1996.

COTRIM, Ivan. *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

DIAS, Marcelo Francisco. *Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. *Superexploração da força de trabalho e política sindical no Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François *et al.* *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. p. 15–59.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

EMMANUEL, Arghiri. *L'Échange inégal: essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux*. Paris: F. Maspero, 1969.

EMMANUEL, Arghiri. *A troca desigual*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973. v. 1.

ENGELS, Friedrich. Principles of Communism. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Karl Marx, Frederick Engels: Collected Works*. New York: International Publishers, 1975. v. 6. p. 341–357.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. O retorno da crise... e da controvérsia. In: FARIA, Luiz Augusto Estrella; CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo; BELLO, Teresinha da Silva. *Desvendando a espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro*. Porto Alegre: FEE, 1989. p. 121–143.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. Centro, periferia e dependência: a crise do fordismo lá e cá. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 237–263, 1997.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Levantamento de Conjuntura*. 2013.

FEIJÓO, José Carlos Valenzuela. Sobreplotacion y dependencia. *Investigación económica*, México, v. 57, n. 221, p. 105–127, set. 1997.

FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias Seibel. Introdução. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo, SP: Boitempo, 2012. p. 9–20.

FIORI, José Luís. Cardoso among technopols. *NACLA Report on the Americas*, v. 28, n. 6, May 1995.

FONTES, Virginia Maria. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio : Ed.UFRJ, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAOSTAT. FAO Statistics: Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2015. Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/>>.

FRANK, André Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. *Pensamiento Crítico*, Habana, v. 7, p. 159–173, ago. 1967.

FRANK, André Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FRANKLIN, Rodrigo S. P. *Um ensaio sobre a dependência a partir das relações econômicas do Brasil contemporâneo*. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GOERTZEL, Ted. Lembrem-se de tudo que escrevi: o impacto de Fernando Henrique Cardoso sobre as ciencias sociais. In: D'INCAO, Maria Angela ; MARTINS, Herminio (Org.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010. p. 423–434.

GOTO, Roberto. *Para ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração, 1998.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. *Dependência e superexploração : os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente*. 2013. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

HAGE, José Alexandre Altahyde. A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais. *Revista Política Hoje*, Recife, v. 22, n. 1, jan. 2014.

HALPERIN-DONGHI, Tulio. “Dependency Theory” and Latin American Historiography. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 17, n. 1, p. 115–130, Jan. 1982.

HAUSMANN, Ricardo *et al.* *The Atlas of economic complexity: mapping paths to prosperity*. Cambridge, Mass.: Center for International Development, Harvard University : Harvard Kennedy School : Macro Connections, MIT : Massachusetts Institute of Technology, 2011.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: a study*. New York: James Pott, 1902.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Mensal de Emprego*. 2014a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar*. 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de Contas Nacionais - Referência 2000*. 2014c.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *IPEADATA*. 2015. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Key Indicators of the labour market*. 8. ed. Geneva: ILO, 2014.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *LABORSTA Database*. 2015.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (Org.). *Balance of payments and international investment position manual*. 6th ed ed. Washington D.C: International Monetary Fund, 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Balance of Payments and International Investment Position Statistics*. 2014a.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Coordinated Direct Investment Survey*. 2014b.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Coordinated Portfolio Investment Survey*. 2014c.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *The Diversification Toolkit: export diversification and quality databases*. 2014d.

ISAKSSON, Anders. *World Productivity Database: a technical description*. Vienna: UNIDO, 2007. (RST Staff Working Paper 10/2007).

KAHL, Joseph Alan. *Three Latin American Sociologists: Gino Germani, Pablo Gonzales Casanova, Fernando Henrique Cardoso*. New Brunswick: Transaction, 1988.

KATZ, Frederico Jayme. *Questionando as teorias da dependência e da financeirização: o Brasil na encruzilhada do desenvolvimento do capitalismo*. São Paulo: Plêiade, 2011.

KAY, Cristóbal. Reflections on the Latin American contribution to development theory. *Development and Change*, London, Newbury Park and New Delhi, v. 22, p. 31–68, 1991.

KELLY, Robert E. No “Return to the State”: Dependency and Developmentalism against Neo-Liberalism. *Development in Practice*, London, v. 18, n. 3, p. 319–332, Jun. 2008.

KOLING, Paulo José. Teorias da dependência: abordagens sobre o desenvolvimento Latino-Americano. *Diálogos*, Maringá, v. 11, n. 1-2, p. 137–165, 2007.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2005.

LAPAVITSAS, Costas. Theorizing financialization. *Work, Employment & Society*, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 611–626, 1 dez. 2011.

LAPORTA, Daniel Osterreich. *Empresário e dependência no pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1957-1967)*. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

LARRAÍN, Jorge. *Theories of development: capitalism, colonialism, and dependency*. Cambridge, UK : Cambridge, MA, USA: Polity Press ; B. Blackwell, 1989.

LEHMANN, David. Cardoso: da dependência à democracia. *Novos estudos-CEBRAP*, São Paulo, n. 14, p. 31–36, fev. 1986.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980. (Bases).

LENZEN, Manfred *et al.* Mapping the Structure of the World Economy. *Environmental Science & Technology*, Berkeley, v. 46, n. 15, p. 8374–8381, Ago. 2012.

LENZEN, Manfred *et al.* Building Eora: a global multi-region input-output database at high country and sector resolution. *Economic Systems Research*, Colchester, v. 25, n. 1, p. 20–49, Mar. 2013.

LEONTIEF, Wassily. *A economia do insumo-produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LIMA, Pedro Luiz. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 07–21, jul. 2013.

LIMONGI, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. *Novos Estudos-CEBRAP*, São Paulo, n. 94, p. 187–197, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MANTEGA, Guido. O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes/Fipe, 1997. p. 107–158.

MARINI, Ruy Mauro. Brazilian “interdependence” and imperialist integration. *Monthly Review*, New York, v. 17, n. 7, p. 10–29, dez. 1965.

MARINI, Ruy Mauro. La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil. *Cuadernos Americanos*, México, v. 25, n. 3, p. 133–155, maio 1966.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución en América Latina. *Investigación Económica*, México, v. 29, n. 113, p. 87–104, jan. 1969.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 8. ed. México: Siglo XXI, 1977.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, México, v. 40, p. 57–106, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, México, n. 20, p. 18–39, abr. 1979.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 5. ed. México: Era, 1981.

MARINI, Ruy Mauro. Memórias. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 57–135.

MARTINS, Carlos Eduardo. Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 121–138, dez. 1999.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. A Teoria da dependência e o pensamento econômico brasileiro - crítica a Bresser e Mantega. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., 1998, Niterói. *Anais...* Niterói: SEP, 1998. p. 416–431.

MARX, Karl. *Discours sur la question du libre-échange*. Bruxelles: Association Démocratique de Bruxelles, 1848.

MARX, Karl. *Das kapital: Kritik der politischen oekonomie*. Hamburg: O. Meissner, 1872.

MARX, Karl. *El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

MARX, Karl. The future results of British rule in India. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Karl Marx, Frederick Engels: Collected Works*. New York: International, 1979. v. 12. p. 217–222.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico: livro 4 de O capital*. São Paulo: Difel, 1985b. v. 3.

MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes, 1985a.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política; Livro terceiro - o processo global da produção capitalista*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986a. v. 1.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política; Livro terceiro - o processo global da produção capitalista*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986b. v. 2.

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001. p. 86–131.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política; livro primeiro - o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política; livro segundo - o processo de circulação do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASSA, Andrei Chikhani. *Superexploração da força de trabalho, uma categoria em disputa*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013.

MORANDI, Lucilene; REIS, Eustáquio J. Estoque de capital fixo no Brasil - 1950-2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: ANPEC, 2004.

MOURA, Pollyanna Paganoto. A dinâmica do imaterial na produção capitalista. In: ENCONTRO INTERNACIONAL TEORIA DO VALOR TRABALHO E CIÊNCIAS SOCIAIS, 2., 2014, Brasília. *Anais...* Brasília: GEPT/UNB, 2014.

MOURA, Pollyanna Paganoto. *Trabalho imaterial e teoria do valor*: uma análise da produção do conhecimento na sociedade capitalista. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Economia, Vitória, 2015.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência*: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p. 99–123.

OSORIO, Jaime. El marxismo latinoamericano y la dependencia. *Cuadernos Políticos*, México, n. 39, p. 40–59, mar. 1984.

OSORIO, Jaime. El marxismo latinoamericano y la dependencia. In: GILBERT, Jorge. *Introducción a la sociología*. Santiago, Chile: LOM, 1997. p. 561–602.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar*: reproducción del capital y dependencia. México: Universidad Autónoma de Zacatecas : M.A. Porrúa, 2004.

OSORIO, Jaime. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. México, D.F.: Itaca ; Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2009.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo, SP: Boitempo, 2012. p. 37–86.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013a. p. 49–70.

OSORIO, Jaime. Fundamentos de la superexplotación. *Razón y Revolución*, Buenos Aires, v. 25, p. 9–34, 1 nov. 2013b.

OSORIO, Jaime. Sobre dialéctica, superexplotación y dependencia: notas acerca de Dialéctica de la dependencia. *Argumentos*, México, v. 26, n. 72, p. 57–73, 2013c.

OURIQUES, Nildo. *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. 1995. Tese (Doutorado em Economia) – Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1995.

PACKENHAM, Robert A. *The dependency movement: scholarship and politics in development studies*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992.

PALLOIX, Chirstian. A questão da troca desigual: uma crítica da economia política. In: PALLOIX, Chirstian *et al.* *Imperialismo e comércio internacional: a troca desigual*. Bases. São Paulo: Global, 1981. p. 126–163.

PATO, Christy Ganzert Gomes. *A forma difícil do nosso pensar em brasileiro: o marxismo smithiano de Fernando Henrique Cardoso*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PAULANI, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de economia e política internacional*, Brasília, n. 10, p. 82–109, 2012a.

PAULANI, Leda Maria. Renda e rentismo: hoje e nos tempos de Ricardo e Marx. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 17., 2012b, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SEP, 2012.

PAZ, Pedro. El enfoque de la dependencia en el desarrollo del pensamiento económico latinoamericano. *Economía de América Latina*, México, n. 6, p. 61–81, 1981.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 68–94, 2011.

PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Pensata*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 10–29, nov. 2013.

PRADO, Fernando Correa; MEIRELES, M. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 169–190.

PRONE, Leandro Avena. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Um estudo sobre a obra de FHC e suas implicações para a teoria da dependência*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

REGO, José Marcio. Entrevista com Enzo Faletto. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 189–213, 2007.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANTOS, Leandro Teixeira dos; MILAN, Marcelo. Determinantes dos investimentos diretos externos chineses: aspectos econômicos e geopolíticos. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0457.pdf>>.

SANTOS, Theotonio dos. The structure of dependence. *American Economic Review*, New York, p. 231–236, maio 1970.

SANTOS, Theotonio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, Theotonio dos. Os fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso: nova etapa da polêmica sobre a teoria da dependência. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 17, p. 121–142, jul. 1996.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SCHÖELLER, Wolfgang. Subdesenvolvimento e troca desigual no mercado mundial. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 22, p. 6–39, 1979.

SCHWAB, Klaus. *The global competitiveness report 2013-2014*. Cologny/Geneva: World Economic Forum, 2013.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SHAIKH, A. M.; TONAK, E. A. *Measuring the Wealth of Nations: The political economy of national accounts*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1994.

- SIMOES, Alexander James Gaspar; HIDALGO, César A. The Economic Complexity Observatory: an analytical tool for understanding the dynamics of economic development. In: WORKSHOPS AT THE TWENTY-FIFTH AAAI CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE, 2011, San Francisco. *Anais...* San Francisco: AAAI, 2011. p. 39–42.
- SMITH, Tony. The Logic of Dependency Theory Revisited. *International Organization*, New York, v. 35, n. 4, p. 755–761, 1 out. 1981.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. O sociólogo e o político: entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In: D'INCAO, Maria Angela; MARTINS, Herminio (Org.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 29–60.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves. *Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial*. 2007. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A produção capitalista do conhecimento e o papel do conhecimento na produção capitalista: uma análise a partir da teoria marxista do valor. *Revista Economia*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 421–456, maio 2009.
- TIMMER, Marcel P. *et al.* An illustrated user guide to the World Input-Output Database: the case of global automotive production. *Review of International Economics*, Hoboken, v. 23, n. 3, p. 575–605, Ago. 2015.
- TOLEDO, Roberto Pompeu. *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOPIK, Steven. Dependency Revisited: Saving the Baby from the Bathwater. *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks, v. 25, n. 6, p. 95–99, Nov. 1998.
- TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- VELASCO, Andrés. Dependency Theory. *Foreign Policy*, Washington, n. 133, p. 44–45, 1 nov. 2002.
- VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATTISTON, Stefano. The Network of Global Corporate Control. *PLoS ONE*, San Francisco, v. 6, n. 10, p. e25995, Oct. 2011.
- VLIEGENTHART, Arjan. Bringing Dependency Back In: The Economic Crisis in Post-socialist Europe and the Continued Relevance of Dependent Development. *Historical Social Research / Historische Sozialforschung*, Mannheim, v. 35, n. 2 (132), p. 242–265, 1 Jan. 2010.

WATANABE, Ernesto Salles. *Estado e capitalismo na tradição crítica do pensamento econômico brasileiro: de Caio Prado Jr. a teoria da dependência*. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Niterói, 2010.

WEBER, Max. *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Oakland: University of California Press, 1978.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEFFORT, Francisco C. Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional? *Debates Econômicos*, Porto Alegre, n. 11, p. 2–18, maio 1971.

WORLD BANK. *Data*. 2015. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. *IP Statistics Data Center*. Geneva: WIPO, 2015.

YOCELEVZKY, Ricardo A. Las contribuciones de Enzo Faletto al pensamiento latinoamericano. *Estudios Sociológicos*, México, p. 185–201, 2004.